



# Editoração Casa Civil

# CEARÁ

## DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO

Fortaleza, 24 de abril de 2009

SÉRIE 3 ANO I Nº073

Caderno 2/2

Preço: R\$ 3,50

### INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ

**PORTARIA Nº16/2009** - O DIRETOR GERAL EM EXERCÍCIO DO INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ, no uso da atribuição que lhe confere o art.78 combinado com o art.120 da Lei nº9.809, de 18 de dezembro de 1973, RESOLVE AUTORIZAR, nos termos do inciso 1 do art.123, da citada Lei, a entrega mediante **SUPRIMENTO DE FUNDOS**, ao servidor **APRÍGIO BOTELHO LÓCIO**, que exerce a função de Analista de Políticas Públicas Grupo Ocupacional IPECE III referência matrícula nº133901-1-8, lotado neste INSTITUTO, a importância de R\$200,00 (duzentos reais), à conta da Dotação classificada na Nota de Empenho nº0031/2009. A aplicação dos recursos a que se refere esta autorização não poderá ultrapassar a 45 (quarenta e cinco) dias, a partir do seu recebimento, devendo a despesa ser comprovada 15 (quinze) dias após concluído o prazo da aplicação. INSTITUTO DE PESQUISA E ESTRATÉGIA ECONÔMICA DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de março de 2009.

Marcelo Ponte Barbosa

DIRETOR GERAL EM EXECÍCIO

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

### EXTRATO DE CONTRATO DE FINANCIAMENTO Nº DO DOCUMENTO 7600-BR/2009/IBRD LOAN NUMBER 7600-BR/2009

Contratante: Estado do Ceará. Contratado: **BANCO INTERNACIONAL PARA RECONSTRUÇÃO E DESENVOLVIMENTO – BIRD**. Garantia: República Federativa do Brasil. Objeto: **assistir no financiamento do projeto de Apoio à Inclusão Social** e ao Desenvolvimento Econômico do Ceará – SWAP II. Fundamentação Legal: Resolução Nº38 do Senado Federal de 09 de dezembro de 2008 e Lei Estadual Nº13.943, de 31 de julho de 2007, alterada pela Lei Estadual Nº14.148, de 1º de julho de 2008 e pela Lei Estadual Nº14.264, de 08 de dezembro de 2008. Foro: Fortaleza - CE. Vigência: 19 março a 30 de Junho de 2012. Valor: US\$240,000,000.00 (duzentos e quarenta milhões de dólares dos Estados Unidos). Data da Assinatura: 19 de Março de 2009. Signatários: Governador Cid Ferreira Gomes e Makhtar Diop – Brazil Country Management Unit Director do BIRD. Loan Agreement: between State of Ceará and International Bank for Reconstruction and Development - IBRD. Guarantee: Federative Republic of Brazil Objective: Assist in financing the cost of the Ceará Inclusive Growth Project – SWAPII. Legal Grounds: Resolution Nº38 dated December 9, 2008 issued by the Senate of Federative Republic of Brazil and State Law Nº13.943 dated July 31, 2007, amended by State Law Nº14.148 dated July 1, 2008 and by State Law Nº14.264 dated December 8, 2008 of the State of Ceará. Place: Fortaleza-Ce Duration: March 19, 2009 to June 30, 2012. Amount: US\$240,000,000.00 (two hundred and forty million dollars). Signature Date: March 19, 2009. Authorized Representatives: Cid Ferreira Gomes – Governor of State of Ceará and Makhtar Diop – Brazil Country Management Unit Director do BIRD.

Eveline Barbosa Silva Carvalho

DIRETORA DE ESTUDOS SOCIAIS

\*\*\* \*\*

### EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ

**PORTARIA Nº019/2009** - O PRESIDENTE DA EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ - ETICE, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE **CESSAR OS EFEITOS da designação** de **CAROLINA TORQUATO MAIA**, citada na Portaria

nº07/2007, publicada no Diário Oficial datado de 31/07/2007 e DESIGNAR HELENIRA CARTAXO FORTE, matrícula 169898.1.9, para exercer a função de Ouvidor da Empresa de Tecnologia da Informação do Ceará - ETICE, a partir de 01 de abril de 2009, dando-lhe toda a competência já mencionada na Portaria nº004/2003, publicada no Diário Oficial de 02/04/2003. EMPRESA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO DO CEARÁ - ETICE, em Fortaleza, 15 de abril de 2009.

Fernando Antonio de Carvalho Gomes

PRESIDENTE

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

### SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS

#### EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº01/SRH/MI/2008

I - ESPÉCIE: nº03; II - CONTRATANTE: SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS - SRH; III - ENDEREÇO: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N, Edifício SEDUC, Bloco "C", 1º e 2º Andar, Cambéa, Fortaleza-CE; IV - CONTRATADA: **J.A. CONSTRUÇÕES E PROJETOS LTDA**; V - ENDEREÇO: Rua Galdino de Oliveira, S/N, casa 09, Centro, Forquilha, Ceará; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Na Lei 8.666/93 e suas alterações, na autorização do Sr. Secretário dos Recursos Hídricos e nos demais elementos constantes do Processo nº09025810-0 - SPU; VII- FORO: Fortaleza - Ce; VIII - OBJETO: **prorrogação do prazo** de execução pelo período de 60 (sessenta) dias, referente ao contrato nº01/SRH/MI/2008, que tem como objeto a execução das obras de ampliação da infra-estrutura de saneamento em localidades do interior cearense, integrantes do sistema de saneamento rural – SISAR, para: LOTE 01 – localidades de Aranaú, Juritiana e Lagoa do Carneiro, município de Acaraú e Panacuí e Triângulo de marco no município de Marco; LOTE 04 – localidades de Juá e Missi no município de Irauçuba; LOTE 05 – localidade de Almas no município de Cariré, Tuína e Gregório no município de Massapê, Palestina no município de Meruoca e Mutambeiras e Sapó no município de Santana do Acarau; IX - DA VIGÊNCIA: até 26 de maio de 2009; X - DA RATIFICAÇÃO: Continuam inalteradas as demais Cláusulas do Contrato original que ora se ratificam; XI - DATA: 27 de março de 2009; XII - SIGNATÁRIOS: CESAR AUGUSTO PINHEIRO e ISABEL APARECIDA GOMES DE OLIVEIRA.

Régis Gonçalves Pinheiro

COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº012/PROGERIRH/ SRH/CE/2008

I - ESPÉCIE: Nº04; II - CONTRATANTE: SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS - SRH; III - ENDEREÇO: Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, na Av. General Afonso Albuquerque Lima, S/N, Edifício SEDUC - Bloco "C", 1º e 2º Andar-Cambéa, em Fortaleza-CE; IV - CONTRATADA: **CAD CONSTRUÇÕES LTDA**; V - ENDEREÇO: Rua Nunes Valente, 2794 A; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: elementos constantes do Processo nº08627224-1 SPU; VII- FORO: Fortaleza - Ce; VIII - OBJETO: **Prorrogação do Prazo** Contratual por mais 90 (noventa) dias referente a EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS para a construção da sede da área de proteção ambiental – apa da lagoa de uruaú, no município de beberibe, no Ceará; IX - DA VIGÊNCIA: até o dia 14 (quatorze) de maio de 2009; X - DA RATIFICAÇÃO: Continuam inalteradas as demais Cláusulas do Contrato original que ora se ratificam; XI - DATA: 23 de janeiro de 2009.; XII - SIGNATÁRIOS: CESAR AUGUSTO PINHEIRO e ARMANDO CORRÊA PINTO DAUER.

Régis Gonçalves Pinheiro

COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº04/SRH/CE/2009**

I - ESPÉCIE: nº02; II - CONTRATANTE: SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS DO ESTADO DO CEARÁ – SRH; III - ENDEREÇO: Av. Gal. Afonso Albuquerque Lima S/N – Ed. SEDUC – Bl. “C” 2º andar – Cambéa; IV - CONTRATADA: **SANES ENGENHARIA LTDA**; V - ENDEREÇO: Júlio Azevedo, 380, Sala 01, Papicu, na cidade de Fortaleza, estado do Ceará; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: na solicitação do Senhor Superintendente da SOHIDRA, na justificativa técnica da Diretoria de Águas Superficiais – DAS/SOHIDRA, na Autorização do Senhor Secretário dos Recursos Hídricos, na Lei nº8.666/93 e suas alterações, inciso I, letras “a” e “b”, do art.65, e nos demais elementos consubstanciados nos autos do Processo nº09010639-3; VII- FORO: Fortaleza - Ce; VIII - OBJETO: **REPLANILHAMENTO COM A EXCLUSÃO E ACRESCIMOS DE NOVOS ITENS NA PLANILHA ORÇAMETARIA CONTRATUAL**, alterado na forma da planilha anexa, objetivando a EXECUÇÃO DAS OBRAS DA ADUTORA DE SERRA BRANCA - JUATAMA, NO MUNICÍPIO DE QUIXADÁ, NO ESTADO DO CEARÁ. Fica alterado o valor global de que trata o pacto primitivo no montante de R\$89.875,68 (oitenta e nove mil, oitocentos e setenta e cinco reais e sessenta e oito centavos), com percentual de 3,28% (três virgula vinte e oito por cento), passando o contrato de R\$2.738.916,51 (dois milhões, setecentos e trinta e oito mil, novecentos e dezesseis reais e cinquenta e um centavos) para R\$2.828.792,19 (dois milhões, oitocentos e vinte e oito mil, setecentos e noventa e dois reais e dezenove centavos); IX - DA VIGÊNCIA: a mesma; X - DA RATIFICAÇÃO: Continuam inalteradas as demais Cláusulas do Contrato primitivo, que ora se ratificam; XI - DATA: 06 de abril de 2009; XII - SIGNATÁRIOS: DANIEL SANFORD MOREIRA, LEÃO HUMBERTO MONTEZUMA SANTIAGO FILHO e JOSÉ ARNALDO CABRAL BARBOSA.

Régis Gonçalves Pinheiro  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO****Nº DO DOCUMENTO 10/SRH/CE/2009**

CONTRATANTE: SECRETARIA DOS RECURSOS HÍDRICOS - SRH  
CONTRATADA: **A.L TEIXEIRA PINHEIRO**. OBJETO: **Execução das OBRAS DE MELHORIA DA SEGURANÇA E CONSTRUÇÃO DE PASSAGEM MOLHADA NO SANGRADOIRO DO AÇUDE MUQUÊM**, MUNICÍPIO DE CARIÚS-CE, nos termos do edital da tomada de preços nº264/SRH/2008. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: a Lei nº8.666/93 e suas alterações, a Tomada de Preços nº264/SRH/2008 FORO: Fortaleza - Ce. VIGÊNCIA: 90 (noventa) dias. VALOR GLOBAL: R\$315.651,72 (trezentos e quinze mil, seiscentos e cinquenta e um reais e setenta e dois centavos) pagos em até 30 (trinta) dias após o visto da Fiscalização, mediante a apresentação da Nota Fiscal de Serviços e Recibo acompanhados de um relatório mensal contendo o boletim de medição, o qual deverá conter as quantidades de serviços realizados no período, com suas unidades específicas de medição DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: nº29100004.18.544.710.10094.22.44905100.00.1.00. DATA DA ASSINATURA: 06 de abril de 2009 SIGNATÁRIOS: Cesar Augusto Pinheiro e Antonio Luiz Teixeira Pinheiro.

Régis Gonçalves Pinheiro  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO****Nº DO DOCUMENTO 11/PROGERIRH/SRH/CE/2009**

CONTRATANTE: Secretaria dos Recursos Hídricos - SRH  
CONTRATADA: **ART. MUD MUDANÇAS E TRANSPORTES LTDA**. OBJETO: **Contratação dos serviços de Desmontagem, Carregamento e Montagem do Mobiliário** da Secretaria dos Recursos Hídricos para sua nova sede, com inclusão de transporte. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Diretrizes do Banco Internacional de Reconstrução e Desenvolvimento - BIRD, o Acordo de Empréstimo nº4531-BR, Shopping nº05/2009/PROGERIRH/SRH/CE, nas instruções aos Concorrentes e seus respectivos anexos (1 a 7), bem como na proposta da Contratada, processo administrativo nº08418281-4 FORO: Fortaleza - Ce. VIGÊNCIA: 05 dias. VALOR GLOBAL: R\$36.000,00 (trinta e seis mil reais) pagos em até 30 dias DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 29100004.18.544.054.10781.22.44903900.00.1.00

29100004.18.544.054.10781.22.44903900.58.2.00. DATA DA ASSINATURA: 07 de abril de 2009 SIGNATÁRIOS: Cesar Augusto Pinheiro e Rafael Domingos de Abrantes.

Régis Gonçalves Pinheiro  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

**COMPANHIA DA GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS  
DO ESTADO DO CEARÁ**

CNPJ – 74.075.938/0001-07

FORTALEZA-CE

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

**A T I V O**

	R\$(1)	
	2008	2007
ATIVO CIRCULANTE	30.596.730	22.434.918
DISPONIBILIDADES	21.988.712	14.439.222
Bancos c/Movimento	2.576.275	2.168.453
Aplicações Financeiras	19.412.438	12.270.769
DIREITOS REALIZÁVEIS	8.608.018	7.995.697
Clientes	7.582.099	7.015.970
Estoques	293.279	219.899
Caucoes e Depósitos Vinculados	1.402	108.177
Créditos Fiscais	568.762	593.546
Adiantamento a Empregados	52.594	
Adiantamento a Fornecedores	94.367	39.303
Despesas Antecipadas	15.513	18.800
ATIVO NÃO CIRCULANTE	43.526.636	50.545.626
REALIZÁVEL A LONGO PRAZO	2.391.586	8.921.068
VALORES A RECEBER	2.391.586	8.921.068
Clientes-Parcelamento Longo Prazo	305.204	-
Comodato/Cagece	657.699	657.699
Depósitos em Garantia	638.420	1.193.358
Depósitos Judiciais	360.433	253.658
Adiantamento a Fornecedores	29.522	29.522
Comissão de Sindicância	400.308	400.308
Convênios	-	6.386.523
INVESTIMENTOS	4.476	28.176
IMOBILIZADO	37.127.985	40.130.776
INTANGÍVEL	293.486	-
DIFERIDO	3.709.103	1.465.606
TOTAL DO ATIVO	74.123.367	72.980.545

CNPJ – 74.075.938/0001-07

FORTALEZA-CE

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

**P A S S I V O**

	R\$(1)	
	2008	2007
PASSIVO CIRCULANTE	5.347.580	2.908.558
Fornecedores	1.510.361	1.490.221
Obrigações Tributárias a Recolher	525.273	611.037
Obrigações Sociais e Trabalhistas a Recolher	609.648	620.118
Outras Obrigações a Curto Prazo	2.702.298	187.181

	2008	2007
PASSIVO NÃO CIRCULANTE	1.414.571	4.937.162
VALORES A PAGAR	1.414.571	4.937.162
Convênios	440.594	2.955.211
Créditos de Acionistas	-	440.594
Depósitos em Garantia	638.420	1.193.358
Provisões Passivas	335.558	348.000
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	67.361.215	65.134.825
Capital Social	66.891.110	66.891.110
Reservas de Capital	12.594.122	10.185.953
Prejuízos Acumulados	(12.124.016)	(11.942.238)
TOTAL DO PASSIVO	74.123.367	72.980.545

CNPJ – 74.075.938/0001-07  
FORTALEZA-CE  
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO

R\$(1)

	PERÍODOS DE	
	01/JAN./08 A 31/DEZ./08	01/JAN./07 A 31/DEZ./07
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	32.293.205	28.864.263
(-) IMPOSTOS INCIDENTES E CANCELAMENTOS	(3.069.923)	(2.845.962)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	29.223.281	26.018.301
(-) CUSTO DA ATIVIDADE	(21.415.011)	(18.868.241)
LUCRO BRUTO	7.808.270	7.150.060
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(7.475.466)	(6.496.899)
(+) Resultado Financeiro	1.541.401	1.346.157
Receitas	1.836.213	1.423.238
Despesas	(294.812)	(77.081)
(+) Outras Receitas Operacionais	2.085.896	50.677
Outras Receitas	112.191	50.677
Receitas de Convênios	1.973.706	-
RESULTADO OPERACIONAL	3.960.101	2.049.996
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS	109	(218)
LUCRO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL	3.960.210	2.049.777
(-) Provisão Para Imposto de Renda	(622.912)	(177.759)
LUCRO APÓS IMPOSTO DE RENDA	3.337.298	1.872.019
(-) Provisão Para Contribuição Social	(238.615)	(72.633)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	3.098.683	1.799.385

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

CNPJ – 74.075.938/0001-07  
FORTALEZA-CE  
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
(PERÍODO DE 01/JAN./07 A 31/DEZ./08)

	CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
SALDO EM 01/JAN./07	66.891.110	9.785.953	(13.879.430)	62.797.633
Lucro do Exercício	-	-	1.799.385	1.799.385

	CAPITAL SUBSCRITO E INTEGRALIZADO	RESERVA DE CAPITAL	PREJUÍZOS ACUMULADOS	TOTAL
Exercícios Anteriores	-	-	137.806	137.806
Reservas de Capital Subvenções	-	400.000	-	400.000
SALDO EM 31/DEZ./07	66.891.110	10.185.953	(11.942.238)	65.134.825
Lucro do Exercício	-	-	3.098.683	3.098.683
Exercícios Anteriores	-	-	(3.280.462)	-
Reservas de Capital Subvenções	-	2.408.169	-	2.408.169
SALDO EM 31/DEZ./08	66.891.110	12.594.122	(12.124.017)	67.361.215

(As notas explicativas integram o conjunto das demonstrações contábeis.)

CNPJ – 74.075.938/0001-07  
FORTALEZA-CE  
BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO

DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO  
INDIRETO

R\$(1)

	PERÍODOS DE
	01/JAN./08 A 31/DEZ./08
ATIVIDADES OPERACIONAIS	8.294.648
Lucro Líquido antes do imposto de renda e contribuição social	3.960.210
(+) Depreciação e amortização	3.894.590
(+) Provisões Créditos de Liquidação Duvidosa	947.729
(-) Aumento no contas a receber de clientes	(1.509.012)
(-) Aumento de estoques	(73.381)
(-) Aumento em Empréstimos a Empregados	(52.594)
(-) Aumento em adiantamento a fornecedores	(55.064)
(+) Diminuição em Despesas antecipadas	3.287
(+) Aumento em contas a pagar fornecedores	20.140
(+) Recursos oriundos de convênios	2.095.190
Caixa proveniente das operações	
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	(936.446)
ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS	(745.159)
(-) Aquisição de Imobilizado	(745.159)
AUMENTO DAS DISPONIBILIDADES	7.549.490
Início do período	14.439.222
Final do período	21.988.712

CNPJ – 74.075.938/0001-07  
FORTALEZA-CE  
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS  
DE 31 DE DEZEMBRO DE 2008

NOTA 01 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos – COGERH é uma Sociedade de Economia Mista de capital autorizado, criada pela Lei Estadual nº12.217, de 18 de novembro de 1993, com a missão de gerenciar os recursos hídricos constantes nos corpos d'água superficiais e subterrâneos, de domínio do Estado do Ceará e da União, por delegação, de forma integrada, participativa e descentralizada, promovendo o seu uso racional, social e sustentado. O Governo do Estado do Ceará detém o controle acionário da sociedade com participação de 99,99% do capital votante. A COGERH é vinculada à Secretaria de Recursos Hídricos – SRH, sendo responsável pela operação, manutenção e monitoramento do que representa 90% da capacidade total de acumulação de água do Estado. São ao todo 130 reservatórios, dos quais 60 são gerenciados em parceria com o DNOCS e 70 são administrados diretamente pela COGERH, que ainda opera e mantém 15 estações de bombeamento, 210 km de canais e 300 km de adutoras e redes de distribuição. É responsável ainda, pelo gerenciamento do sistema de abastecimento da Região Metropolitana de Fortaleza, dos distritos industriais de Maracanaú, Pacajus, Pecém e do sistema de captação e adução para as áreas de Salitre, Campos Sales e Araripe.

Além dessa infra-estrutura hídrica, desde o exercício de 2005 a COGERH está com a responsabilidade de operar e manter o primeiro trecho do Canal da Integração que possui 54,7 km de extensão e interliga os açudes Castanhão e Curral Velho, nos municípios de Jaguaribe e Morada Nova respectivamente.

**NOTA 02 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**  
As demonstrações contábeis estão sendo apresentadas em conformidade com os dispositivos constantes na Lei 6.404/76, com as alterações introduzidas pela Lei 10.303/01, pela Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº449/2008, foram elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

**NOTA 03 - PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

Os critérios contábeis adotados pela Companhia estão demonstrados a seguir:

**a) Aplicações Financeiras**

São registradas ao custo, acrescidas mensalmente pelos rendimentos auferidos. Calculados de acordo com as taxas pactuadas com as Instituições Financeiras. Atualmente as Aplicações Financeiras da Companhia garantem um retorno mínimo de 98% do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

**b) Clientes**

Estão incluídos os serviços medidos e faturados ainda não recebidos, e as receitas decorrentes de instalação de hidrômetro, contabilizadas pelo regime de competência. Na nota explicativa nº5, detalhamos esta rubrica por categoria de cliente. Tendo em vista ter sido verificado o alto grau de possibilidade de que não houvesse a adimplência por parte de alguns clientes, e por sugestão dos auditores independentes, a Diretoria Administrativa Financeira da COGERH realizou um levantamento quanto aos créditos de liquidação duvidosa registrando um valor montante de R\$947.729.

**c) Estoques**

Correspondem a bens em almoxarifado como, materiais de consumo e limpeza, de expediente, materiais para utilização em manutenção de estruturas hídricas, materiais elétrico, hidráulico e de construção, peças e equipamentos de informática e estão avaliados pelo custo médio de aquisição.

**d) Investimentos**

São registrados pelo custo de aquisição, deduzidos de provisão para perdas, quando aplicável.

**e) Imobilizado**

Está demonstrado ao custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear, com base em taxas que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, mencionadas na nota explicativa nº7.

**f) Diferido**

É registrado ao custo de aquisição e refere-se às despesas que estão influenciando na formação do resultado de mais de um exercício social e que, portanto, não foram reconhecidas integralmente no exercício em que foram realizadas. A amortização vem sendo realizada pelo método linear à taxa de 20%.

**g) Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo**

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos, utilizando-se como base os índices definidos legalmente ou em contrato.

**h) Provisões para Contingências**

Provisões para contingências relacionadas a processos cíveis, trabalhistas e tributários, nas instâncias administrativa e judicial, são reconhecidas tendo como base as opiniões dos assessores jurídicos e as melhores estimativas da Administração sobre o provável resultado dos processos pendentes nas datas dos balanços patrimoniais.

**i) Passivo Circulante e Exigível a Longo Prazo**

Os passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são apresentados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos.

**j) Imposto de Renda e Contribuição Social**

São apurados com base no lucro real anual, com recolhimentos mensais mediante estimativa ou levantamento de balancetes de redução ou suspensão, às alíquotas vigentes, sendo 15% para o IRPJ mais adicional de 10% aplicável sobre o lucro excedente ao limite estabelecido pela legislação do Imposto de Renda; para a Contribuição Social alíquota de 9%. A Companhia utilizou-se ainda de incentivos fiscais como o do Programa de

Alimentação do Trabalhador e o salário maternidade concedido

IRPJ Mensal recolhido .....	R\$	433.765
IRRF no período .....	R\$	94.780
IR Ajuste anual a Recolher .....	R\$	94.367
IRPJ Anual apurado .....	R\$	622.912

**k) Apuração dos Resultados**

As receitas e despesas são reconhecidas com observância ao regime de competência.

**NOTA 04 - DISPONIBILIDADES**

Os saldos de disponibilidades em moeda nacional estão relacionados a seguir:

Instituição Financeira	Tipo de Aplicação	2008 R\$	2007 R\$
Aplicações Financeiras de Liquidez Imediata		19.412.438	12.207.769
Banco Bradesco	CDB Bradesco/ Investimentos	-	-
Banco do Brasil	BB RF LP CORP 1MILHAO/CDB DI SWAP/CDB DI	19.412.438	12.270.769
Caixa e Bancos		2.578.142	2.168.453
Banco Bradesco		-	8.797
Banco do Brasil		2.576.274	2.159.653
Fundo Rotativo		1.868	3
Numerários em Trânsito		-	-
<b>TOTAL</b>		<b>21.990.580</b>	<b>14.439.222</b>

**NOTA 05 - CONTAS A RECEBER**

A Companhia tem procurado realizar negociações com os devedores ao analisar os débitos dos seus usuários, propõe aos devedores uma negociação da dívida com o pagamento parcelado da mesma, mediante um termo de acordo. Tal transação é registrada na Contabilidade na rubrica Parcelamentos, sendo baixada do Contas a Receber, conforme processo devidamente formalizado.

CONTAS A RECEBER DE USUÁRIOS	2008 R\$	2007 R\$
Abastecimento Público	5.856.898	4.637.051
Indústrias	719.482	666.073
Piscicultura	34.465	28.156
Carcinicultura	696.040	682.538
Irrigação	794.226	721.207
Água Mineral	30.637	22.119
Outras Categorias	4.679	6.236
<b>Subtotal</b>	<b>8.136.427</b>	<b>6.763.380</b>

PARCELAMENTO DE CONTAS	2008 R\$	2007 R\$
Abastecimento Público	143.564	7.622
Indústrias	110.751	84.012
Piscicultura	-	6.974
Carcinicultura	55.418	72.245
Irrigação	83.668	81.737
<b>Subtotal</b>	<b>393.401</b>	<b>252.590</b>
<b>Total</b>	<b>8.529.828</b>	<b>7.015.970</b>
Provisão p/créditos de Liquidação duvidosa	947.729	-
<b>Valor Líquido de Clientes</b>	<b>7.582.099</b>	<b>7.015.970</b>

**NOTA 06 - ESTOQUES**

ESTOQUES	2008 R\$	2007 R\$
Material de Consumo e Limpeza	6.497	40.050
Material de Expediente	22.872	61.270
Pecas e Equipamentos de Informática	21.277	33.982
Material de Construção	351	9.970
Gasolina	45.320	4.982
Manutenção de Veículos	2.129	5.219
Óleo Diesel-Biodiesel	18.432	14.929
Óleo para Barco	1.402	2.326
Material Elétrico	16.884	15.744
Segurança e Medicina do Trabalho	3.513	656
Ferramenta e Utensílios	987	3.928
Material Mecânico	56.848	19.586
Combustível-Ticket	-	4.730
Material Hidráulico	96.767	2.527
<b>Total</b>	<b>293.279</b>	<b>219.899</b>



## NOTA 07 - IMPOSTOS A RECUPERAR

A Companhia possui valores de natureza tributária passíveis de recuperação tanto por meio de compensação, como por ressarcimento ou simples dedução. São créditos decorrentes de saldo negativo formado em períodos diversos, créditos de PIS e de Cofins conforme Lei nº10.833/2003, e de valores pagos a maior ou indevidamente. Abaixo segue a discriminação:

CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS	2008 R\$	2007 R\$
Tributos A Recuperar	185.967	18.930
PIS a Recuperar	29.514	6.602
COFINS a Recuperar	147.776	12.328
CSLL a recuperar	11	-
IRRF	-	-
IR Mensal	8.666	-
CSLL Mensal	-	-
Tributos A Restituir	163.900	163.900
Processos PGFN	163.900	163.900
Tributos A Compensar	218.895	410.716
PIS A Compensar	433	20.703
COFINS A Compensar	-	28.740
IR Mensal Pago Indevidamente	561	20.200
Saldo Negativo IR 2002	-	58.684
Saldo Negativo IR 2005	-	28.276
Saldo Negativo IR 2006	46.315	46.315
Saldo Negativo IR 2001	80	42.048
Saldo Negativo CSLL 2003	-	31.935
Saldo Negativo CSLL 2005	-	13.344
Saldo Negativo CSLL 2006	-	38.512
Saldo Negativo CSLL 2008	88.914	0
Contribuições	47.263	47.263
Tributos PROGERIRH	26.272	26.272
ISS	743	237
INSS Retido de Pessoa Física	2.610	2.610
INSS Retido de Pessoa Jurídica	5.578	5.577
IRRF Recolhido a Maior	126	0
Tributos Recuperáveis	568.762	593.546

A companhia mantém um acompanhamento em relação aos créditos fiscais de maneira a se utilizar, sempre que poder, dos mesmos para quitação de outros passivos tributários.

## NOTA 08 - DEPÓSITOS EM GARANTIA

Sendo a COGERH uma sociedade de economia mista, submete-se à Lei 8.666/93, podendo assim, ao contratar com determinada empresa, exigir um valor a título de garantia que venha a resguardar o ente da administração pública. Os valores constantes na conta contábil denominada "Depósitos em Garantia", registram esses referidos valores dado como garantia por ocasião do firmamento do contrato, os quais serão devolvidos após o término do mesmo. Tais depósitos são contabilizados no ativo em contrapartida no passivo, visto o recurso não pertencer a Companhia.

A composição do saldo desta rubrica é a seguinte:

GARANTIAS	2008 R\$	2007 R\$
Coesa Contabilidade e Assessoria S/A	3.263	3.027
Netlan	3.588	3.325
Lar Antônio de Pádua	578.527	1.112.099
Score Segurança de Valores e Vigilância	-	-
SBR	-	1.530
Ticket Serviços	-	26.063
TOTVS	53.042	47.314
Total	638.420	1.193.358

## NOTA 09 - COMISSÃO DE SINDICÂNCIA

No final do ano de 2004 foi identificado um desvio de verbas realizado pelo Diretor Financeiro da época, o que motivou a criação duma comissão de sindicância para apurar o montante desviado. Após a apuração do valor de R\$400.308 o mesmo foi registrado numa conta contábil sob título de "Comissão de Sindicância". À referida ocorrência foi dada a devida publicidade, depois de realizadas as apurações pertinentes. Atualmente existem ações judiciais cíveis e penais, contra o ex-diretor com vistas à obtenção do ressarcimento do valor desviado.

## NOTA 10 - CONVÊNIOS

Referem-se a repasses financeiros decorrentes de convênios firmados entre o BIRD, BNDES e o Governo do Estado do Ceará e Governo Federal, destinados a COGERH e por ela administrados. Em 2008 a Cogeh recebeu recursos de

Convênios firmados no final do ano de 2007 com o Ministério da Integração, com a Agência Nacional de Águas e com a Secretaria de Recursos Hídricos do Estado do Ceará.

CONVÊNIO	VALOR RECEBIDORS	CONTRA- PARTIDA DA COGERH	VALOR UTILIZADO ATÉ 31/12/2008	SALDO
014/2007 ANA Implementação do Programa Nacional de Desenvolvimento dos Recursos Hídricos – PROAGUA NACIONAL.	1.209.657	195.714	512.818	892.553
022/2007 Ministério da Integração	400.053	49.108	289.282	159.879
Recuperação de Barragens no Estado do Ceará 10/2008SRH-CE	398.528	-	398.446	82
Execução de Obras de melhoria do canal do Ererê. 12/2008SRH-CE	1.540.028	-	310.670	1.229.358
Execução de obras para ampliação do sistema açude Gavião/adutora Acarape. 13/2008SRH-CE	302.173	-	96.810	205.363
Execução de projeto para integração do açude Pacajus ao trecho IV do eixo Castanhão –RMF. 05/2002 PROGERIRH SRH –CE	235.943	-	23.414	212.529
Atividades de Implementação e fortalecimento dos comitês de bacia hidrográfica e apoio à organização de usuários de água bruta da COGERH.				
TOTAL	4.086.382	244.822	1.631.440	2.699.764

## NOTA 11 - IMOBILIZADO

ATIVO IMOBILIZADO	Taxa de Depreciação	2008 R\$	2007 R\$
1 - Obras e Estruturas Básicas		60.961.479	59.903.760
1.1 - Obras Cíveis		317.371	317.371
1.1.1 Comporta Móvel do Rio Curu	4%	124.043	124.043
1.1.2 Passagens molhadas	4%	193.328	193.328
1.2 - Captação de Água na Superfície		12.719.793	12.719.793
1.2.1 Açude Público Castro	4%	3.031.264	3.031.264
1.2.2 Açude Público Jerimum	4%	2.086.623	2.086.623
1.2.3 Açude Angicos	4%	3.087.570	3.087.570
1.2.4 Açude Público Ubândino	4%	4.514.336	4.514.336
1.3 - Captação de Águas Subterrâneas		381.732	381.732
1.3.1 – Poços Reservatórios	4%	341.900	341.900
1.3.2 – Const. de Poços em Rocha Cristalina	4%	39.832	39.832
1.4 - Distribuição de Águas na Superfície		37.122.712	36.422.540
1.4.1 Interligação-Pacoti/Riachão	4%	2.546.015	2.546.015
1.4.2 Adutoras	4%	28.298.983	27.598.811
1.4.3 Recuperação do Canal do Trabalhador	10%	6.277.714	6.277.714
2 – Edificações		3.251.250	3.251.250
2.1 Prédio da Administração	4%	3.137.333	3.137.333
2.2 Outras Construções	4%	113.917	113.917
3 - Outros Imobilizados		6.846.021	5.833.659
3.1 - Máquinas, Aparelhos e Equipamentos	10%	2.732.586	2.402.119
3.2 - Móveis, Utensílios e Instalações	10%	678.264	659.649
3.3 - Biblioteca	10%	-	16.681
3.4 - Instalações	10%	31.224	23.224
3.5 - Instrumentos, Ferramentas e Apetrechos	10%	93.625	86.246
3.6 Intangível	10%	321.971	3.400
3.7 - Semoventes	20%	3.133	3.133
3.8 - Veículos	20%	2.220.014	2.031.314
3.9 - Equipamentos de Informática	20%	765.204	607.894
4 – Imobilização em andamento	10	322.600	977.414
5 - Depreciação Acumulada (-)		(23.540.008)	(19.772.984)
5.1 – Depreciação e Amortização		(23.540.008)	(19.772.894)
TOTAL		37.421.471	40.130.776

## NOTA 12 - DIFERIDO

ATIVO DIFERIDO	Taxa %	2008 R\$	2007 R\$
Modernização e Recuperação de Açudes		849.681	849.680
Obras de Recuperação de Estrutura Hídrica		4.958.522	1.414.838
Consultorias PROGERIRH		1.654.467	50.768
Consultorias PROAGUA		443.154	-
Consultorias ANA		368.379	-
(-) Amortização Acumulada	20	(4.565.101)	(849.680)
Total		3.709.102	1.465.606

A partir da Medida Provisória nº449 de 2008, passou a ser proibida a contabilização no grupo chamado "Diferido". Em 2008, os valores que se encontravam registrados no antigo grupo chamado "Ativo Realizável a Longo Prazo" e na conta analítica de "Convênios" foram transferidos para o Grupo do Diferido por tratarem-se de valores recebidos por meio de Convênios e utilizados para ampliação e melhoramentos em

estruturas hídras de forma que contribuirão para o resultado de exercícios vindouros. O valor das amortizações dos períodos anteriores foi lançado contra a conta de prejuízos acumulados.

#### NOTA 13 - INTANGÍVEL

Uma das mudanças introduzidas pela Lei 11.638/2007 foi a criação de um novo grupo contábil dentro do Ativo Permanente, a saber, o grupo do Intangível. Este, na verdade, já existia como subgrupo do Ativo Imobilizado, porém, com as mudanças introduzidas, foi promovido a grupo de contas. Na COGERH, atualmente os registros neste grupo referem-se a direito de uso de licença de software.

#### NOTA 14 - PARCELAMENTO INSS

A COGERH sofreu uma fiscalização do INSS em 2003, da qual se verificou um débito não recolhido no valor de R\$700.184 (setecentos mil cento e oitenta e quatro reais), que foi parcelado em 60 meses, conforme o termo nº36062.001207/2004-56, em 7 de maio de 2004.

No início de 2007, o saldo constante no longo prazo de R\$185.171 (cento e oitenta e cinco mil cento e setenta e um reais), foi transferido para o curto prazo, totalizando em 31 de dezembro de 2007 um montante de R\$186.716 (cento e oitenta e seis mil e setecentos e dezesseis reais), sendo o mesmo, totalmente liquidado em abril de 2008.

#### NOTA 15 - PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS

A COGERH responde a algumas causas judiciais surgidas no curso normal dos negócios, incluindo causas cíveis e trabalhistas. Baseado na posição de seus consultores legais foi registrado um montante considerado suficiente para cobrir eventuais perdas.

A assessoria jurídica da Companhia realizou um trabalho de levantamento e atualização dos valores contingentes nos processos, bem como a correta classificação desses processos de acordo com o risco de perda dos mesmos.

CONTINGÊNCIAS	2008 R\$	2007 R\$
Causas Cíveis	140.000	140.000
Causas Trabalhistas	195.558	208.000
Total	335.558	348.000

#### NOTA 16 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a) Capital Social

O capital social em 31 de dezembro de 2007 está representado por 66.891.110 ações ordinárias com valor nominal individual de R\$1,00 (um real), perfazendo um valor total de R\$66.891.110 (sessenta e seis milhões oitocentos e noventa e um mil, cento e dez reais), composto da seguinte forma:

ACIONISTAS	%	VR.UNIT. R\$	QUANTIDADE AÇÕES	VALOR R\$
Estado do Ceará	99,99	1	66.891.011	66.891.011
Banco do Estado do Ceará- BEC	0,001	1	11	11
Cia. Água e Esgoto do Ceará- CAGECE	0,001	1	11	11
José Moreira de Andrade	0,001	1	11	11
Pedro José Freire Castelo	0,001	1	11	11
Francisco José Coelho Teixeira	0,001	1	11	11
César Pinheiro	0,001	1	11	11
Joaquim Cartaxo	0,001	1	11	11
René Barreira	0,001	1	11	11
Camilo Santana	0,001	1	11	11
Total	100		66.891.110	66.891.110

##### b) Reservas

Constituída de recursos referentes a repasses do Governo do Estado para Investimentos, sendo R\$11.874.540 (Onze milhões, oitocentos e setenta e quatro mil e quatrocentos e quarenta reais), de subvenções do Governo do Estado do Ceará, através de convênio COGERH/PROGERIRH e R\$719.582 (setecentos e dezenove mil, quinhentos e oitenta e dois reais), provenientes de convênio COGERH/PROÁGUA. Com o advento da lei 11.638/2007, a conta de reserva de capital foi extinta, portanto, os valores recebidos a título de subvenções governamentais não mais podem ser lançados nesta conta e sim transitarem pelo resultado.

##### c) Ajustes de Exercícios Anteriores

No ano de 2008 foram contabilizados como ajustes de exercícios anteriores os seguintes fatos:

1. Lançamentos a débito referentes ajustes na conta de Provisão para 13º no valor de R\$464,70 (Quatrocentos e Sessenta e quatro reais e setenta centavos);

2. Lançamentos a débito referentes Despesa com Assistência Médica referente a outro exercício no valor de R\$7.091,32 (Sete mil e noventa e um reais e trinta e dois centavos);
3. Lançamentos a débito referentes Despesas com análise de água referente a outro exercício R\$11.340,26 (Onze mil trezentos e quarenta reais e vinte e seis centavos);
4. Lançamentos a crédito referentes depósitos recebidos e não identificados lançados como ajustes, no valor de R\$32,48 (Trinta e dois reais e quarenta e oito centavos);
5. Lançamentos a crédito referentes depósitos recebidos e não identificados lançados como ajustes, no valor de R\$15.325,47 (Quinze mil trezentos e vinte e cinco reais e quarenta e sete centavos);
6. Lançamentos a crédito referente despesas contabilizadas a menor ou não contabilizadas, no valor de R\$5.959,92 (Cinco mil novecentos e cinquenta e nove reais e noventa e dois centavos).

Denilson Marcelino Fidelis

CONTADOR

CRC - 015436/0-6

Francisco José Coelho Teixeira

DIRETOR PRESIDENTE

#### Parecer do Conselho Fiscal

Os membros do Conselho Fiscal da Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos do Estado do Ceará – COGERH, abaixo assinados, considerando o disposto no inciso VII do art.163 da Lei nº6.404/76 examinaram as Demonstrações Contábeis da referida Companhia, compreendendo o Balanço Patrimonial, a Demonstração do Resultado do Exercício, a Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração do Fluxo de Caixa e as Notas Explicativas, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008, já submetidas ao exame dos Auditores Independentes – HBL Audilink & Cia. Em nossa opinião as citadas Demonstrações Contábeis, a serem submetidas à Assembléia Geral Ordinária, conforme nosso exame e baseado no Parecer dos Auditores Independentes, merecem aprovação. Fortaleza, 16 de Abril de 2009.

José Tupinambá Cavalcante de Almeida

CONSELHEIRO PRESIDENTE

CPF: 169.057.413-53

Marcus Augusto Vasconcelos Coelho

CONSELHEIRO

CPF: 118.032.743-87

Philipe Theophilo Nottingham

CONSELHEIRO

CPF: 107.881.743-04



A world organization of accounting firms and business advisers

#### PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

03 de abril de 2009.

Ilmos. srs.  
DIRETORES, CONSELHEIROS E ACIONISTAS da  
COMPANHIA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - COGERH  
Fortaleza - CE

- 1) Examinamos o balanço patrimonial da COMPANHIA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - COGERH, levantado em 31 de dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaboradas sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis.
- 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da empresa; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.
- 3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo "1" representam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da COMPANHIA DE GESTÃO DE RECURSOS HÍDRICOS - COGERH, em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa, relativos ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.
- 4) As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins de comparabilidade, foram auditadas por outros auditores independentes, com parecer emitido em 07 de março de 2008, sem ressalvas. Conforme mencionado na nota explicativa 02, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 01 de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de

Global in Reach, Local in Touch

Brasília - (61) 3321.5481  
Curitiba - (41) 3322.8284

Fortaleza - (65) 3264.0159  
Salvador - (71) 3351.6060

Recife - (61) 3465.0036  
São Paulo - (11) 3819.2207

Porto Alegre - (51) 3342.5958  
Rio de Janeiro - (21) 2539.298

www.Audilink.com.br



A world organization of accounting firms and business advisers

forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008 foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo representadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

SILVIO FERREIRA DE VASCONCELOS JUNIOR  
CONTADOR CRC/PE-016584 - T CE  
HLB AUDILINK & CIA. AUDITORES  
CRC-RS-003688/O-2 F-CE

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº008/2008/COGERH**  
I - ESPÉCIE: PRIMEIRO ADITIVO; II - CONTRATANTE: Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH.; III - ENDEREÇO: Rua Aduardo Batista nº1550 - Parque Iracema - Fortaleza/CE. - CEP:60.824-140; IV - CONTRATADA: **PROSERV CONSTRUÇÕES LTDA.**; V - ENDEREÇO: Rua Padre Ascenso Gago nº794 - Serrinha - Fortaleza/CE. - CEP:60.050-011; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente Termo Aditivo fundamenta-se nas disposições da Lei nº8.666/93, art.57, inciso II, e tudo o que consta do Processo Administrativo protocolizado sob o nº09070087-2/COGERH, parte integrante deste instrumento independentemente de transcrições; VII- FORO: Fortaleza/CE.; VIII - OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por finalidade **aditar o prazo contratual** por mais 12 (doze) meses para continuidade da Contratação de Empresa para fabricação, recuperação e fornecimento de peças e usinagem para atendimento às obras de manutenção das redes de distribuição, canais, adutoras e estações de bombeamento do sistema de abastecimento de água bruta da Região Metropolitana de Fortaleza nos termos da Comunicação Intera nº010/2009, advinda da Gerência Metropolitana da COGERH.; IX - DA VIGÊNCIA: 12 (doze) meses contados da assinatura deste termo.; X - DA RATIFICAÇÃO: MODALIDADE DA LICITAÇÃO: Pregão Eletrônico nº14/2007/COGERH. DOTAÇÃO: Fonte 70 - Recursos Próprios.; XI - DATA: 02/03/2009; XII - SIGNATÁRIOS: Francisco José Coelho Teixeira, Paulo Henrique Studart Pinho/CONTRATANTE e Antônio Neto Macêdo Crispim, Adelmo Carvalho Pessoa/CONTRATADA.

Inah Maria de Abreu  
ASSESSORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO  
Nº DO DOCUMENTO 010/2009/COGERH**

CONTRATANTE: Companhia de Gestão dos Recursos Hídricos - COGERH. ENDEREÇO: Rua Aduardo Batista nº1550 - Parque Iracema - Fortaleza/CE. - CEP:60.824-140. CONTRATADA: **CAIXA DE ASSISTÊNCIA**

**ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA 829/2009 Nº,12 DE MARÇO DE 2009**

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	MATRÍCULA	VALOR DO TICKET
ANA MARIA DA SILVA BATISTA	Atendente Dental	405442-1-6	113,61
ISABEL CECILIA ROCHA	Atendente Dental	137300-1-6	113,61
JOCILEUDA CLAUDIA O DE ARAÚJO	Atendente Dental	003230-1-2	113,61
SILVIA HELENA OLINDA DA ROCHA	Auxiliar de Enfermagem	492321-1-x	113,61
ANTONIA CELY VITOR BARBOSA	Técnico de Laboratório e Análises	492895-1-0	113,61
JANIEIRE DO NASCIMENTO ALVES	Técnico de Laboratório e Análises	492814-1-2	113,61
AILA MARIA JATAI MOTA	Agente de Administração	086486-1-1	113,61

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº1177/2009** - O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº08137508-5 do SPU, RESOLVE CONCEDER, ao servidor **ACRISIO SALES VALENTE**, ocupante do cargo de Médico - matrícula nº493599-1-8, lotado nesta Secretaria, em exercício funcional no Hospital Dr. Carlos Alberto Studart Gomes, com atividades de plantão, **GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO** de 50% (CINQUENTA POR CENTO) sobre seu vencimento-base, com fundamento no art.16, parágrafo único, inciso II da Lei nº12.078, de 5 de março de 1993, com vigência a partir de 25 agosto de 2008. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 26 de março de 2009.

João Ananias Vasconcelos Neto  
SECRETÁRIO DA SAÚDE

\*\*\* \*\*

**DOS FUNCIONÁRIOS DO BANCO DO NORDESTE DO BRASIL - CAMED.-** CPNJ: Nº05.814.777/0001-03. ENDEREÇO: Av. Santos Dumont nº782 - Centro - Fortaleza/CE. - CEP:60.150-160. OBJETO: **Contratação direta para a prestação continuada de serviços especializados na cobertura de custos**, na forma de plano privado de assistência à saúde, prevista no Inc. I do art.1º da Lei nº9656/98, visando o atendimento médico, hospitalar, exames complementares para diagnósticos, com a cobertura de todas as doenças da Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados com a Saúde, da Organização Mundial da Saúde, e do rol de procedimentos editados pela ANS, vigente à época do evento, a serem prestados aos empregados da COGERH e seus respectivos dependentes legais, no Estado do Ceará, através de rede credenciada pela CONTRATADA, e a nível nacional, em casos de urgência/emergência, conforme condições e especificações contidas no Anexo I - Termo de Referência constante no Edital. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamenta-se este Contrato nas disposições da Lei nº8.666/93, art.24, Inc. V, contratação direta por Dispensa de Licitação, conforme especificações contidas no Parecer Jurídico nº006/2009/COGERH, bem como na Proposta da Contratada constante do Processo Administrativo nº08479661-8/COGERH, devidamente autorizada a contratação pelo Diretor Presidente da COGERH. FORO: Fortaleza/CE. VIGÊNCIA: 31/03/2010. VALOR GLOBAL: R\$261.010,80 (duzentos e sessenta e um mil, dez reais e oitenta centavos). pagos em DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Fonte 70 - Recursos Próprios da COGERH. DATA DA ASSINATURA: 31/03/2009. SIGNATÁRIOS: Francisco José Coelho Teixeira, Paulo Henrique Studart Pinho/CONTRATANTE e Lucia de Fátima Barbosa da Silva/CONTRATADA.

Inah Maria de Abreu  
ASSESSORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

**SECRETARIA DA SAÚDE**

**PORTARIA Nº829/2009** - O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições, RESOLVE, nos termos do art.1º da Lei nº13.363, de 16 de setembro de 2003, regulamentado pelo Decreto nº27.471, de 17 de junho de 2004, com nova redação dada ao inciso II, do art.1º e 2º, pelo Decreto nº29.398, de 02 de setembro de 2008, D.O. de 04 de setembro de 2008, **CONCEDER AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO** aos **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, durante o mês de março/2009. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 12 de março de 2009.

João Ananias Vasconcelos Neto  
SECRETÁRIO DA SAÚDE

Registre-se e publique-se.

**PORTARIA Nº1202/2009** - O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº08379188-4 do SPU, RESOLVE CONCEDER, a servidora **CARINA MARQUES BARROSO**, ocupante do cargo de Médico, matrícula nº493641-1-3, lotada nesta Secretaria, em exercício funcional no Hospital Infantil Dr. Albert Sabin, com atividades em ambulatório, **GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO**, de 35% (TRINTA E CINCO POR CENTO) sobre seu vencimento-base, com fundamento no art.16, parágrafo único, inciso I da Lei nº12.078, de 5 de março de 1993, com vigência a partir de 31 de julho de 2008. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 31 de março de 2009.

João Ananias Vasconcelos Neto  
SECRETÁRIO DA SAÚDE

\*\*\* \*\*



**PORTARIA Nº1224/2009** - O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº08361471-0 do SPU, **RESOLVE MAJORAR GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO**, de 35% (TRINTA E CINCO POR CENTO) para 70% (SETENTA POR CENTO) sobre o vencimento-base, da servidora **VIRGINIA LUCIA VERÇOSA ROCHA**, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista, matrícula nº132182-1-8, lotada nesta Secretaria, em exercício funcional no Centro Odontológico Tipo II - CEO Joaquim Távora, com atividades de plantão em serviço de Emergência, com fundamento no art.16, parágrafo único, inciso III da Lei nº12.078, de 5 de março de 1993, com vigência a partir de 06 de agosto de 2008. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 02 de abril de 2009.

João Ananias Vasconcelos Neto  
SECRETÁRIO DA SAÚDE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº1225/2009** - O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº08435344-9 do SPU, **RESOLVE CONCEDER**, ao servidor **JOSE GILBERTO RIBEIRO**, ocupante do cargo de Técnico de Radiologia, Referência 20, matrícula nº492213-1-2, lotado nesta Secretaria, em exercício funcional no Centro Odontológico Tipo II - CEO Joaquim Távora, com atividades em Ambulatório, **GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO**, de 35% (TRINTA E CINCO POR CENTO) sobre seu vencimento-base, com fundamento no art.16, parágrafo único, inciso I da Lei nº12.078, de 5 de março de 1993, com vigência a partir de 10 de setembro de 2008. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 02 de abril de 2009.

João Ananias Vasconcelos Neto  
SECRETÁRIO DA SAÚDE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº1226/2009** - O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº08361480-0 do SPU, **RESOLVE MAJORAR GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO**, de 35% (TRINTA E CINCO POR CENTO) para 70% (SETENTA POR CENTO) sobre o vencimento-base, da servidora **MARCIA MARIA LIMA DA COSTA**, que exerce a função de Atendente Dental, Referência 14, matrícula nº002560-1-3, lotada nesta Secretaria, em exercício funcional no Centro Odontológico Tipo II - CEO Joaquim Távora, com atividades de plantão em serviço de Emergência, com fundamento no art.16, parágrafo único, inciso III da Lei nº12.078, de 5 de março de 1993, com vigência a partir de 06 de agosto de 2008. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 02 de abril de 2009.

João Ananias Vasconcelos Neto  
SECRETÁRIO DA SAÚDE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº1227/2009** - O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº08360515-0 do SPU, **RESOLVE MAJORAR GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO**, de 35% (TRINTA E CINCO POR CENTO) para 70% (SETENTA POR CENTO) sobre o vencimento-base, da servidora **GLICERIA DE MARILAC COSTA FERREIRA**, ocupante do cargo de Auxiliar de Consultório Dentário, Referência 16, matrícula nº493773-1-2, lotada nesta Secretaria, em exercício funcional no Centro Odontológico Tipo II - CEO Joaquim Távora, com atividades de plantão em serviço de Emergência, com fundamento no art.16, parágrafo único, inciso III da Lei nº12.078, de 5 de março de 1993, com vigência a partir de 06 de agosto de 2008. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 02 de abril de 2009.

João Ananias Vasconcelos Neto  
SECRETÁRIO DA SAÚDE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº1229/2009** - O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº08216821-0 do SPU, **RESOLVE CONCEDER**, ao servidor **EDMAR JACO BEZERRA JUNIOR**, ocupante do cargo de Auxiliar de Patologia Clínica, matrícula nº491616-1-1, lotado nesta Secretaria, em exercício funcional no Hospital Geral de Fortaleza, com atividades de plantão, **GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO** de 50% (CINQUENTA POR CENTO) sobre seu vencimento-base, com

fundamento no art.16, parágrafo único, inciso II da Lei nº12.078, de 5 de março de 1993, com vigência a partir de 15 de julho de 2008. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 02 de abril de 2009.

João Ananias Vasconcelos Neto  
SECRETÁRIO DA SAÚDE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº1232/2009** - O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº08361478-8 do SPU, **RESOLVE CONCEDER**, ao servidor **MANOEL SERGIO MONTENEGRO CARVALHO**, ocupante do cargo de Cirurgião Dentista, Referência 9, Classe II, matrícula nº404983-1-1, lotado nesta Secretaria, em exercício funcional no Centro Odontológico Tipo II - CEO Joaquim Távora, com atividades de plantão em serviço de Emergência, **GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO**, de 70% (SETENTA POR CENTO) sobre seu vencimento-base, com fundamento no art.16, parágrafo único, inciso III da Lei nº12.078, de 5 de março de 1993, com vigência a partir de 06 de agosto de 2008. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 02 de abril de 2009.

João Ananias Vasconcelos Neto  
SECRETÁRIO DA SAÚDE

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº1238/2009** - O SECRETÁRIO DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o que consta do processo nº08137325-2 do SPU, **RESOLVE CONCEDER**, a servidora **RUTH NUNES LIRA DO NASCIMENTO**, ocupante do cargo de Técnico de Enfermagem, matrícula nº492315-1-2, lotada nesta Secretaria, em exercício funcional no Hospital Doutor Carlos Alberto Studart Gomes, com atividades de plantão na Unidade de Tratamento Intensivo, **GRATIFICAÇÃO ESPECIAL DE DESEMPENHO** de 70% (SETENTA POR CENTO) sobre seu vencimento-base, com fundamento no art.16, parágrafo único, inciso III da Lei nº12.078, de 5 de março de 1993, com vigência a partir de 24 de julho de 2008. SECRETARIA DA SAÚDE DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 03 de abril de 2009.

João Ananias Vasconcelos Neto  
SECRETÁRIO DA SAÚDE

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DO APOSTILAMENTO Nº030/2009, AO CONTRATO Nº1847/2008

Aos 06 (seis) dias do mês de abril de dois mil e nove, na sede da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, localizada na Av. Almirante Barroso, 600, Praia de Iracema, em Fortaleza-CE, o Estado do Ceará, através da Secretaria da Saúde do Estado do Ceará, inscrita no CNPJ Nº07.954.571/0001-04, representada por seu Secretário da Saúde, Dr. JOÃO ANANIAS VASCONCELOS NETO, RG Nº449.490-SSP-CE e CPF Nº049.576.103-63, tendo em vista os elementos contidos no processo nº09144668-6, resolve com fundamento no §8º do art.65 da Lei Nº8666/93 e suas alterações posteriores, fazer o **apostilamento ao Contrato Nº1847/08**, firmado entre esta SECRETARIA e a empresa **BD BECTON DICKINSON INDÚSTRIAS CIRÚRGICAS LTDA.**, inscrita no CNPJ Nº21.551.379/0001-06; para que, na CLÁUSULA QUARTA - DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS, onde tiver: Orçamento/2008-6172-24200204-10-302.535.20146.01.339030.91-FAE, leia-se: "As despesas decorrentes de execução deste contrato correrão à conta dos recursos: 7076 24200204.10.302.535.20146.01.33903000.00.0.00 (T.E)." Ficam mantidas as demais cláusulas e disposições contidas no Contrato supracitado.

Maria de Fátima Nepomuceno Nogueira  
CHEFE DA ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

#### SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

**PORTARIA Nº0537/2009-GS** - O SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, no uso de suas atribuições **RESOLVE DESIGNAR**, nos termos do Art.15 §8º da Lei nº8.666 de 21/06/93, os **SERVIDORES LENILDO DA SILVA AGUIAR, FRANCISCO DE ASSIS SARAIVA DA SILVA e FRANCISCO GILVAN DA SILVA BEZERRA**, para sob a coordenação do primeiro, **comporem COMISSÃO** para providenciar avaliação de equipamento tipo "câmara frigorífica"



existente no Instituto Médico Legal Dr. Walter Porto, a fim de ser leilado. SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL, em Fortaleza, 01 de abril de 2009.

Roberto das Chagas Monteiro

SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL  
Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº102/2009

I - ESPÉCIE: Celebração do Termo Aditivo nº02/2009, ao Contrato nº162724/2008; II - CONTRATANTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL; III - ENDEREÇO: Av. Bezerra de Menezes nº581, São Gerardo, em Fortaleza - CE; IV - CONTRATADA: **URBIS CONSTRUTORA LTDA**; V - ENDEREÇO: Rua José Rangel de Araújo, nº57, Altos, Centro - Boa Viagem - Ce; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Autorização da Coordenadoria de Engenharia do DER, conforme FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO, tudo de acordo com o Processo nº09102504-4; VII - FORO: Fortaleza - Ce; VIII - OBJETO: **Prorrogar**, por mais 90 (noventa) dias, o prazo de execução do Contrato nº162724/2008, para Construção de uma Delegacia de Polícia Civil - Padrão II, com nova fachada, no Município de Tamboril - Ce, ficando a data do seu término prevista para 07/07/2009; IX - DA VIGÊNCIA: A partir de 08/04/2009; X - DA RATIFICAÇÃO: Permanece inalterada; XI - DATA: 02 de abril de 2009; XII - SIGNATÁRIOS: Bel. José Nival Freire da Silva - Secretário Adjunto/Ordenador de Despesa da SSPDS e a Srª. Maria Floriana Vieira, brasileira, Representante Legal da Contratada.

José Herman Normando Almeida  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº113/2009

I - ESPÉCIE: Celebração do Termo Aditivo nº01/2009, ao Contrato nº178497/2008; II - CONTRATANTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL; III - ENDEREÇO: Av. Bezerra de Menezes nº581, São Gerardo, em Fortaleza - CE; IV - CONTRATADA: **C & D COMÉRCIO DE MATERIAIS E SERVIÇOS DE INSTALAÇÕES LTDA**; V - ENDEREÇO: Rua Francisco Almeida, 522, Loja 04, Parque Presidente Vargas, em Fortaleza - CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Autorização da Célula de Acompanhamento de Obras - CEAOB, da SSPDS, conforme CI nº065/2009, de 27/03/2009, tudo de acordo com o Processo nº09153465-8; VII - FORO: Fortaleza - Ce; VIII - OBJETO: **Prorrogar**, por mais 45 (quarenta e cinco) dias, o prazo de execução do Contrato nº178497/2008, para execução de reforma para instalação de telecentros na Delegacia Regional de Sobral e 3ª Cia/3º BPM de Camocim; na 5ª Cia/2º BPM de Crato e na Delegacia da Mulher em Juazeiro do Norte; e no 1º BPM de Russas, em Regime de Empreitada por Preço Unitário, ficando a data do seu término prevista para 20/05/2009; IX - DA VIGÊNCIA: A partir do dia 05/04/2009; X - DA RATIFICAÇÃO: Permanece inalterada; XI - DATA: 01 de abril de 2009; XII - SIGNATÁRIOS: Bel. José Nival Freire da Silva - Secretário Adjunto/Ordenador de Despesa da SSPDS e o Sr. Antônio Diego Silva Farias, Representante Legal da Contratada..

José Herman Normando Almeida  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº121/2009

I - ESPÉCIE: Celebração do Termo Aditivo nº07/2009, ao Contrato nº157349/2008; II - CONTRATANTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL; III - ENDEREÇO: Av. Bezerra de Menezes nº581, São Gerardo, em Fortaleza - CE; IV - CONTRATADA: **AMP ENGENHARIA LTDA**; V - ENDEREÇO: Rua Caririagu, nº504, bairro Monte Castelo, em Fortaleza-CE; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Autorização da Coordenadoria de Engenharia de Edificações do DER, conforme FOLHA DE INFORMAÇÃO E DESPACHO, tudo de acordo com o Processo nº09102759-4; VII - FORO: Fortaleza - Ce; VIII - OBJETO: **Prorrogar**, por mais 60 (sessenta) dias, o prazo de execução do Contrato nº157349/2008, para Construção de Delegacias de Polícia Civil - Padrão II, nos Municípios de Viçosa do Ceará, Mauriti, Ipueiras, Parambu e Lavras da Mangabeira, ficando a data do seu término prevista para 13/06/2009; IX - DA VIGÊNCIA: A contar de sua assinatura; X - DA RATIFICAÇÃO: Permanece inalterada; XI - DATA: 14 de abril de 2009; XII - SIGNATÁRIOS: Bel. José Nival Freire da Silva - Secretário Adjunto/Ordenador de Despesa da SSPDS e o Sr. Valmir Mendes de Oliveira, Representante Legal da Contratada.

José Herman Normando Almeida  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO

##### Nº DO DOCUMENTO 112/2009

CONTRATANTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CNPJ nº01.869.566/0001-17 CONTRATADA: **CENTAURU SOLUÇÕES EM IMPRESSOS LTDA**, CNPJ Nº02.297.736/0001-07. OBJETO: **Prestação de serviços de confecção do documento "atestado de antecedentes" em formato de formulário contínuo**, destinado ao Instituto de Identificação do Ceará, unidade vinculada a esta SSPDS. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem seu respectivo fundamento legal e finalidade na consecução do objeto contratado, constante do Pregão Eletrônico nº2008108 da SSPDS, regido pela Lei federal nº10.520/02, e subsidiariamente pela Lei federal nº8.666/93 e legislação pertinente, bem como pelos termos da proposta e pelas cláusulas expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes; FORO: Fortaleza - CE FORO: Fortaleza-CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato nº259436/2009 será de 12 (doze) meses, a contar da data da sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$59.148,00 (cinquenta e nove mil, cento e quarenta e oito reais) pagos em parcelas mensais pela Coordenadoria de Administração e Finanças da CONTRATANTE, em até 10 (dez) dias a contar da apresentação das faturas mensais de serviço, a serem entregues na Célula de Execução Financeira até o 5º dia útil do mês subsequente a prestação dos serviços DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução da presente contratação correrão por conta de Recursos Ordinários próprios da CONTRATANTE, com a seguinte dotação orçamentária: 10100001.06.181.204.20281.01.339039.00.0. DATA DA ASSINATURA: 06 de abril de 2009 SIGNATÁRIOS: Bel. José Nival Freire da Silva - Secretário Adjunto/Ordenador de Despesa da SSPDS e o Sr. Ginno Fontes - Representante Legal da Contratada.

José Herman Normando Almeida  
COORDENADOR DA ASJUR

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE CONTRATO

##### Nº DO DOCUMENTO 115/2009

CONTRATANTE: SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL - CNPJ nº01.869.566/0001-17 CONTRATADA: **GLACIAL REFRIGERAÇÃO LTDA** - CNPJ Nº40.986.937/0001-00. OBJETO: **Fornecimento de peças de reposição para condicionadores de ar e equipamentos frigoríficos** destinados à recuperação dos aparelhos pertencentes à carga da Secretaria da Segurança Pública e Defesa Social. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: O presente contrato tem seu respectivo fundamento legal e finalidade na consecução do objeto contratado, constante do Pregão Eletrônico nº2009007 da SSPDS, regido pela Lei federal nº10.520/02, e subsidiariamente aplicam-se as normas da Lei federal nº8.666/93 e legislação pertinente bem como pelas condições da licitação referida, pelos termos da proposta e pelas cláusulas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes FORO: Fortaleza - CE. VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato nº261856/2009 será de 09 (nove) meses, a contar da data de sua assinatura. VALOR GLOBAL: R\$22.000,00 (vinte e dois mil reais) pagos em parcelas mensais pela Coordenadoria de Administração e Finanças da CONTRATANTE, em até 10 (dez) dias a contar da apresentação das faturas mensais de consumo, a serem entregues na Célula de Execução Financeira até o 5º dia útil do mês subsequente ao fornecimento mensal do material DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: As despesas decorrentes da execução da presente Contratação correrão por conta dos Recursos Ordinários da CONTRATANTE, com a seguinte dotação orçamentária: 10100001.06.181.204.20281.01.339030.00. DATA DA ASSINATURA: 06 de abril de 2009 SIGNATÁRIOS: Bel. José Nival Freire da Silva - Secretário Adjunto/Ordenador de Despesa da SSPDS e o Sr. Francisco Assis de Oliveira - Representante Legal da Contratada.

José Herman Normando Almeida  
COORDENADOR DA ASSESSORIA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

#### SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL

**PORTARIA Nº2872/2008 - GSPC** - O DELEGADO SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o art.51, § único da Lei nº12.124 de 06/07/93, RESOLVE ASCENDER FUNCIONALMENTE a partir de 15/07/2001, através da **PROMOÇÃO**, o servidor **FRANCISCO JOSE TEIXEIRA NOGUEIRA**, lotado nesta Superintendência da Polícia Civil, relacionado no anexo único, desta Portaria. SUPERINTENDÊNCIA DA POLÍCIA CIVIL, em, Fortaleza, 15 de dezembro de 2008.

Luiz Carlos de Araújo Dantas  
DELEGADO SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIVIL  
Republicada por incorreção.

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº2872 DE 15/12/2008

Grupo Ocupacional: Atividades de Polícia Judiciária –APJ

Tipo de Ascensão: Promoção

Nº	NOME	SITUAÇÃO ATUAL CARGO	CLASSE	SITUAÇÃO NOVA CARGO	CLASSE
1	FRANCISCO JOSE TEIXEIRA NOGUEIRA	Inspetor de Polícia Civil	3ª	Inspetor de Polícia Civil	4ª

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº512/2009 – GSPC** - O DELEGADO SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o cumprimento da quinta fase do concurso público Edital nº014/2006- publicado no DOE nº046, datado de 08/03/2006, qual seja formar policial para o desempenho das tarefas típicas do cargo de Escrivão de Polícia Civil de 1ª Classe, categoria funcional e preparação processual, grupo operacional atividade de polícia judiciária. RESOLVE: • Designar como coordenadores os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria do Curso de Formação e Treinamento Profissional de Escrivão de Polícia Civil de 1ª Classe, com direito a **gratificação** prevista no art.77 da Lei nº12.124/93 com a nova redação dada pelo art.10, da Lei nº13.034, de 30 de junho de 2000, tendo sido seus valores alterados através da Portaria nº569/2008 – DOE nº181, publicado em 23 de setembro de 2008. • Estabelecer que a gratificação pelos serviços prestados se dará ao fim do curso, mediante a apresentação através de ofício e respectivas cargas horárias. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. GABINETE DO DELEGADO SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de março de 2009.

Luiz Carlos de Araújo Dantas  
DELEGADO SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIVIL

## ANEXO I A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº512/2009 - GSPC, DE 27 DE MARÇO DE 2009

NOME	MATRÍC.	PERÍODO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	TOTAL (R\$)
DEMÓSTENES CARVALHO ROLIM CARTAXO	126.900-1-0	13/10/2008 A 21/11/2008	COORDENADOR DO CURSO DE ESCRIVÃO	240H/A	2.400,00
JEOVANIA MARIA CAVALCANTE HOLANDA	133.833-1-6	22/09/2008 A 12/10/2008	COORDENADORA DO CURSO DE ESCRIVÃO	120H/A	1.200,00

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº513/2009 – GSPC** - O DELEGADO SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIVIL, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO o cumprimento da quinta fase do concurso público Edital nº014/2006- publicado no DOE nº046, datado de 08/03/2006, qual seja formar policial para o desempenho das tarefas típicas do cargo de Delegado de Polícia Civil de 1ª Classe, categoria funcional e preparação processual, grupo operacional atividade de polícia judiciária. RESOLVE: • Designar como coordenadores os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria do Curso de Formação e Treinamento Profissional de Delegado de Polícia Civil de 1ª Classe, com direito a **gratificação** prevista no art.77 da Lei nº12.124/93 com a nova redação dada pelo art.10, da Lei nº13.034, de 30 de junho de 2000, tendo sido seus valores alterados através da Portaria nº569/2008 – DOE nº181, publicado em 23 de setembro de 2008. • Estabelecer que a gratificação pelos serviços prestados se dará ao fim do curso, mediante a apresentação através de ofício e respectivas cargas horárias. REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE. GABINETE DO DELEGADO SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIVIL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 27 de março de 2009.

Luiz Carlos de Araújo Dantas  
DELEGADO SUPERINTENDENTE DA POLÍCIA CIVIL

## ANEXO I A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº513/2009 - GSPC, DE 27 DE MARÇO DE 2009

NOME	MATRÍC.	PERÍODO	DISCIPLINA	CARGA HORÁRIA	TOTAL (R\$)
MILTON CASTELO FILHO	14.396-1-8	10/11/2008 A 07/01/2009	COORDENADOR DO CURSO DE DELEGADO	296H/A	4.440,00
JEOVANIA MARIA CAVALCANTE HOLANDA	133.833-1-6	08/01/2009 A 02/03/2008	COORDENADORA DO CURSO DE DELEGADO	296H/A	4.440,00

\*\*\* \*\*

## POLÍCIA MILITAR DO CEARÁ

O GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso das atribuições que lhe confere o Art.88, inciso IX, da Constituição Estadual, nos termos da Lei nº10.145, de 29 de novembro de 1977 e de acordo com o Decreto nº17.229, de 11 de junho de 1985, resolve **EXONERAR**, de ofício, **FRANCISCO SÉRGIO DE SOUZA COSTA** das funções do cargo de COMANDANTE DO COMANDO DE POLICIAMENTO DA CAPITAL, integrante da estrutura organizacional da Polícia Militar do Ceará. PALÁCIO IRACEMA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 23 de abril de 2009.

Cid Ferreira Gomes  
GOVERNADOR DO ESTADO DO CEARÁ  
Silvana Maria Parente Neiva Santos  
SECRETÁRIA DO PLANEJAMENTO E GESTÃO  
Roberto das Chagas Monteiro  
SECRETÁRIO DA SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

## CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ

**PORTARIA DO NF Nº04/09** - O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a necessidade de indenizar as despesas referentes a alimentação, hospedagem pelos Oficiais e Praças Bombeiros Militares, quando se deslocam da sede para viagens a serviço, com a finalidade de realizar serviço de prevenção em evento, realizar vistoria técnica, realizar busca e resgate de cadáver, serviço de prevenção aquática, realizar serviço de transporte realizar serviço velado, prevenção aquática e outros serviços inerente a atividade Bombeiro militar. RESOLVE CONCEDER **diárias** aos **MILITARES** mencionados no anexo único

desta portaria, de acordo com o art.1º alínea “a” e “b” §1º do art.3º; art.15 Decreto nº26.478, de 21 de dezembro de 2001 e anexo único do Decreto nº28.162 de 23 de fevereiro de 2006, modificado pelo Decreto nº29.357 de 11 de julho de 2008, devendo as despesas correr a conta da dotação orçamentária do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará, QUARTEL DO COMANDO GERAL, em Fortaleza, 02 de janeiro de 2009.

João Vasconcelos Sousa - Cel QOBM  
COMANDANTE GERAL DO CBECE

Registre-se e publique-se.

NOME	CARGO	NÍVEL	ROTEIRO	PERÍODO	VALOR	QUANT	TOTAL
ALEXANDRE DA SILVA LIMA	CB	VI	FORTALEZA/UMIRIM	01/01/2009 a 01/01/2009	46,11	0,5	23,06
ANTONIO LINO GADELHA	ST	V	FORTALEZA/UMIRIM	01/01/2009 a 01/01/2009	53,8	0,5	26,9
FRANCISCO JOSE SOUZA DA SILVA	SGT	V	FORTALEZA/UMIRIM	01/01/2009 a 01/01/2009	53,8	0,5	26,9
ADEMAR FEITOSA CRUZ	CAP	V	FORTALEZA/ARACATI	05/01/2009 a 07/01/2009	53,8	2,5	134,5
ANTONIO JOSE ARAUJO BARBOSA	ST	V	FORTALEZA/ARACATI	05/01/2009 a 07/01/2009	53,8	2,5	134,5
DOMINGOS ALVES EVANGELISTA NETO	CB	VI	FORTALEZA/PARAJURU	05/01/2009 a 07/01/2009	46,11	2,5	115,28
FERNANDO CESAR PAULO DA SILVA	CB	VI	FORTALEZA/PARAJURU	05/01/2009 a 07/01/2009	46,11	2,5	115,28
FRANCISCO CHARLES RODRIGUES FONTELES	CB	VI	FORTALEZA/ARACATI	05/01/2009 a 07/01/2009	46,11	2,5	115,28
JOAO BEIME FERREIRA	CB	VI	FORTALEZA/PARAJURU	05/01/2009 a 07/01/2009	46,11	2,5	115,28
LUIZ TEIXEIRA ALBUQUERQUE NETO	ST	V	FORTALEZA/ARACATI	05/01/2009 a 07/01/2009	53,8	2,5	134,5
MAVINIER GOMES DE OLIVEIRA	CB	VI	FORTALEZA/PARAJURU	05/01/2009 a 07/01/2009	46,11	2,5	115,28
ANTONIO MARCIO DE PAULA EUGENIO	CB	VI	FORTALEZA/OCARA	05/01/2009 a 08/01/2009	46,11	3,5	161,39
FRANCISCO EVANDRO AMORIM	TEN	V	FORTALEZA/OCARA	05/01/2009 a 08/01/2009	53,8	3,5	188,3
FRANCISCO HELIO RIBEIRO GOMES	ST	V	FORTALEZA/OCARA	05/01/2009 a 08/01/2009	53,8	3,5	188,3
NILTON JORGE MARTINS DE LIMA	ST	V	FORTALEZA/OCARA	05/01/2009 a 08/01/2009	53,8	3,5	188,3
ANTONIO JURCIVAL NUNES CAVALCANTE	MAJ	IV	CRATEUS/FORTALEZA	06/01/2009 a 07/01/2009	56,87	1,5	85,31
JOAO VIEIRA ALEXANDRE	SGT	V	CRATEUS/FORTALEZA	06/01/2009 a 07/01/2009	53,8	1,5	80,7
FRANCISCO CLAUDENISIO DE SOUSA	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	07/01/2009 a 07/01/2009	46,11	0,5	23,06
SEBASTIAO RIBIERO DE MENEZES	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	07/01/2009 a 07/01/2009	46,11	0,5	23,06
ALEXANDRE POSSIDONIO COSTA	CB	VI	FORTALEZA/PINDORETAM	07/01/2009 a 08/01/2009	46,11	1,5	69,17
CARLOS ALBERTO RIBEIRO GOMES JUNIOR	CB	VI	FORTALEZA/PINDORETAM	07/01/2009 a 08/01/2009	46,11	1,5	69,17
ELIZEU MARTINS FERREIRA	CB	VI	FORTALEZA/SOBRAL	07/01/2009 a 08/01/2009	46,11	1,5	69,17
FRANCISCO JOSE SOUZA DA SILVA	SGT	V	FORTALEZA/SOBRAL	07/01/2009 a 08/01/2009	53,8	1,5	80,7
LUCIANO PEREIRA DA SILVA	ST	V	FORTALEZA/PINDORETAM	07/01/2009 a 08/01/2009	53,8	1,5	80,7
PLINIO FABRICIO VIANA DO NASCIMENTO	CB	VI	FORTALEZA/SOBRAL	07/01/2009 a 08/01/2009	46,11	1,5	69,17
HENRIQUE CHEYNE AMORIM MOREIRA	CB	VI	IGUATU/QUIXADA	08/01/2009 a 27/01/2009	46,11	19,5	899,15
JOSE NILDO SILVA	CAP	V	IGUATU/JUAZEIRO DO N	08/01/2009 a 27/01/2009	53,8	19,5	1.049,10
JOSE ROBERTO DE OLIVEIRA CHAGAS	CB	VI	IGUATU/QUIXADA	08/01/2009 a 27/01/2009	46,11	19,5	899,15
RAIMUNDO SOUSA DOS SANTOS	SGT	V	IGUATU/QUIXADA	08/01/2009 a 27/01/2009	53,8	19,5	1.049,10
ANTONIO MOACIR PARENTE	ST	V	FORTALEZA/CASCATEL	09/01/2009 a 12/01/2009	53,8	3,5	188,3
FRANCISCO FRANZENILDO PEREIRA CHAVES	ST	V	FORTALEZA/CASCATEL	09/01/2009 a 12/01/2009	53,8	3,5	188,3
MARCOS ANTONIO SILVA GOMES	MAJ	IV	FORTALEZA/CASCATEL	09/01/2009 a 12/01/2009	56,87	3,5	199,05
MARX RODRIGUES CIRINO	CB	VI	FORTALEZA/CASCATEL	09/01/2009 a 12/01/2009	46,11	3,5	161,39
CRISTOVAO CHAVES MOTA	SGT	V	IGUATU/JUAZEIRO DO N	10/01/2009 a 10/01/2009	53,8	0,5	26,9
FRANCISCO CLAUDENISIO DE SOUSA	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	10/01/2009 a 10/01/2009	46,11	0,5	23,06
FRANCISCO CLETO BANDEIRA	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	10/01/2009 a 10/01/2009	46,11	0,5	23,06
FRANCISCO JOSE DINIZ PEREIRA	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	10/01/2009 a 10/01/2009	46,11	0,5	23,06
FABIO REGIS CRISPIM DOS SANTOS	SGT	V	SOBRAL/MASSAPE	12/01/2009 a 12/01/2009	53,8	0,5	26,9
FRANCISCO CLAUDENISIO DE SOUSA	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	12/01/2009 a 12/01/2009	46,11	0,5	23,06
MARLOS JOSE LOIOLA CARNEIRO	CB	VI	SOBRAL/MASSAPE	12/01/2009 a 12/01/2009	46,11	0,5	23,06
ROBERTO CARLOS DOS SANTOS PIMENTEL	ST	V	SOBRAL/MASSAPE	12/01/2009 a 12/01/2009	53,8	0,5	26,9
SEBASTIAO RIBEIRO DE MENEZES	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	12/01/2009 a 12/01/2009	46,11	0,5	23,06
ADERSON ALDENIR ALEXANDRE	ST	V	FORT/LIMOIRO DO N	12/01/2009 a 31/01/2009	53,8	19,5	1.049,10
ANTONIO JUNIOR FEITOSA BEZERRA	CB	VI	FORTALEZA/JUAZEIRO D	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
EMANUEL JESUS MAGALHAES SOUSA	ST	V	FORTALEZA/PINDORETAM	12/01/2009 a 31/01/2009	53,8	19,5	1.049,10
ERASMO VIEIRA DA COSTA	ST	V	FORT/LIMOIRO DO N	12/01/2009 a 31/01/2009	53,8	19,5	1.049,10
FRANCISCO ERASMO NOGUEIRA DA SILVA	ST	V	FORT/GUARAMIRANGA	12/01/2009 a 31/01/2009	53,8	19,5	1.049,10
FRANCISCO NAZARENO BARBOSA VIANA	ST	V	FORT/GUARAMIRANGA	12/01/2009 a 31/01/2009	53,8	19,5	1.049,10
JEFFERSON GOMES PEREIRA	CB	VI	FORT/LIMOIRO DO N	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
JOAO DAVI LIBERATO DA SILVA	CB	VI	FORT/QUIXERAMOBIM	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
JOSE BELRANDI DE FREITAS	ST	V	FORT/GUARAMIRANGA	12/01/2009 a 31/01/2009	53,8	19,5	1.049,10
CLEUDIVAN BEZERRA RODRIGUES	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	13/01/2009 a 13/01/2009	46,11	0,5	23,06
FRANCISCO JOSE DINIZ PEREIRA	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	13/01/2009 a 13/01/2009	46,11	0,5	23,06
ALEXANDRE LOPES DE OLIVEIRA	CB	VI	FORTALEZA/SOBRAL	13/01/2009 a 16/01/2009	46,11	3,5	161,39
DANIEL DE OLIVEIRA LANDIM	CAP	V	FORTALEZA/SOBRAL	13/01/2009 a 16/01/2009	53,8	3,5	188,3
MARCOS ANTONIO MOREIRA RODRIGUES	ST	V	FORTALEZA/SOBRAL	13/01/2009 a 16/01/2009	53,8	3,5	188,3
FRANCISCO DE ASSIS MAGALHAES LIMA	SD	VI	SOBRAL/MASSAPE	14/01/2009 a 14/01/2009	46,11	0,5	23,06
JACKSON PEREIRA FLORENCIO	ST	V	IGUATU/JUAZEIRO DO N	14/01/2009 a 14/01/2009	53,8	0,5	26,9
JOSE SIDNEY PINHEIRO	SGT	V	IGUATU/JUAZEIRO DO N	14/01/2009 a 14/01/2009	53,8	0,5	26,9
MARDENS NEY DE SOUZA VASCONCELOS	CAP	V	SOBRAL/MASSAPE	14/01/2009 a 14/01/2009	53,8	0,5	26,9
ROBERTO CARLOS DOS SANTOS PIMENTEL	ST	V	SOBRAL/MASSAPE	14/01/2009 a 14/01/2009	53,8	0,5	26,9
ROGERIO CALES CARVALHO VASCONCELOS	SGT	V	IGUATU/JUAZEIRO DO N	14/01/2009 a 14/01/2009	53,8	0,5	26,9
SEBASTIAO RIBEIRO DE MENEZES	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	14/01/2009 a 14/01/2009	46,11	0,5	23,06
ADOLFO MARTINIANO MORAES DE AZEVEDO	CB	VI	FORTALEZA/CRATEUS	17/01/2009 a 18/01/2009	46,11	1,5	69,17
ANTONIO MARCIO DE PAULA EUGENIO	CB	VI	FORTALEZA/ITAPIUNA	17/01/2009 a 18/01/2009	46,11	1,5	69,17
FRANCISCO FRANZENILDO PEREIRA CHAVES	ST	V	FORTALEZA/ITAPIUNA	17/01/2009 a 18/01/2009	53,8	1,5	80,7
MARCOS ANTONIO MOREIRA RODRIGUES	ST	V	FORTALEZA/ITAPIUNA	17/01/2009 a 18/01/2009	53,8	1,5	80,7
MILTON PEREIRA DA SILVA FILHO	CB	VI	FORTALEZA/CRATEUS	17/01/2009 a 18/01/2009	46,11	1,5	69,17
FRANCISCO GERALDO DE ARAUJO	SGT	V	IGUATU/FORTALEZA	18/01/2009 a 19/01/2009	53,8	1,5	80,7
JOAQUIM RODRIGUES DE SOUSA	SGT	V	IGUATU/FORTALEZA	18/01/2009 a 19/01/2009	53,8	1,5	80,7
FRANCISCO JOSE DINIZ PEREIRA	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	19/01/2009 a 19/01/2009	46,11	0,5	23,06
SEBASTIAO RIBIERO DE MENEZES	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	19/01/2009 a 19/01/2009	46,11	0,5	23,06
ANTONIO M. PIRES ALBUQUERQUE	SGT	V	FORT/CANINDE/CARIDAD	19/01/2009 a 22/01/2009	53,8	3,5	188,3
FRANCISCO ALBERTO V. MONTE	CB	VI	FORT/CANINDE/CARIDAD	19/01/2009 a 22/01/2009	46,11	3,5	161,39
IRAN OTACILIO FECHINE	CAP	V	FORT/CANINDE/CARIDAD	19/01/2009 a 22/01/2009	53,8	3,5	188,3
RICARDO TORRES BARBOSA	ST	V	FORT/CANINDE/CARIDAD	19/01/2009 a 22/01/2009	53,8	3,5	188,3
FRANCISCO FERNANDES NETO	SD	VI	IGUATU/TAUA	20/01/2009 a 23/01/2009	46,11	3,5	161,39
FRANCISCO HILDEBRANDO MOREIRA DE OLIVEIRA	SGT	V	IGUATU/TAUA	20/01/2009 a 23/01/2009	53,8	3,5	188,3
JOAQUIM RODRIGUES DE SOUSA	SGT	V	IGUATU/TAUA	20/01/2009 a 23/01/2009	53,8	3,5	188,3
ANTONIO ALVES DA CUNHA FILHO	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	22/01/2009 a 22/01/2009	46,11	0,5	23,06
FRANCISCO CLAUDENISIO DE SOUSA	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	22/01/2009 a 22/01/2009	46,11	0,5	23,06
FRANCISCO GERALDO DE ARAUJO	SGT	V	IGUATU/JUAZEIRO DO N	22/01/2009 a 22/01/2009	53,8	0,5	26,9
FRANCISCO JOSE DINIZ PEREIRA	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	22/01/2009 a 22/01/2009	46,11	0,5	23,06
JACKSON PEREIRA FLORENCIO	ST	V	IGUATU/JUAZEIRO DO N	22/01/2009 a 22/01/2009	53,8	0,5	26,9
ROGERIO CALES CARVALHO VASCONCELOS	SGT	V	IGUATU/JUAZEIRO DO N	22/01/2009 a 22/01/2009	53,8	0,5	26,9
SEBASTIAO ANTONIO ALCANTARA NETO	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	22/01/2009 a 22/01/2009	46,11	0,5	23,06
SEBASTIAO RIBIERO DE MENEZES	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	22/01/2009 a 22/01/2009	46,11	0,5	23,06
ANTONIO LINO GADELHA	ST	V	FORTALEZA/CHORO LIMA	22/01/2009 a 23/01/2009	53,8	1,5	80,7
CARLOS ALBERTO RIBEIRO GOMES JUNIOR	CB	VI	FORTALEZA/CHORO LIMA	22/01/2009 a 23/01/2009	46,11	1,5	69,17
JOSE IVAN RIBEIRO	SGT	V	FORTALEZA/CHORO LIMA	22/01/2009 a 23/01/2009	53,8	1,5	80,7
JOSE VILAMAR BARROS	CB	VI	FORTALEZA/CHORO LIMA	22/01/2009 a 23/01/2009	46,11	1,5	69,17
FRANCISCO EVANDRO AMORIM	TEN	V	FORTALEZA/RUSSAS	22/01/2009 a 25/01/2009	53,8	3,5	188,3
FRANCISCO HELIO RIBEIRO GOMES	ST	V	FORTALEZA/RUSSAS	22/01/2009 a 25/01/2009	53,8	3,5	188,3
MARX RODRIGUES CIRINO	CB	VI	FORTALEZA/RUSSAS	22/01/2009 a 25/01/2009	46,11	3,5	161,39



NOME	CARGO	NÍVEL	ROTEIRO	PERÍODO	VALOR	QUANT	TOTAL
NILTON JORGE MARTINS DE LIMA	ST	V	FORTALEZA/RUSSAS	22/01/2009 a 25/01/2009	53,8	3,5	188,3
ERNANDES DOS SANTOS LOPES	SGT	V	SOBRAL/MARCO	23/01/2009 a 23/01/2009	53,8	0,5	26,9
FRANCISCO ROBERTO MACIEL DE MORAES (DAS-1	CAP	IV	SOBRAL/MARCO	23/01/2009 a 23/01/2009	56,87	0,5	28,44
LANDO ALVES RODRIGUES	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	23/01/2009 a 23/01/2009	46,11	0,5	23,06
SEBASTIAO RIBIERO DE MENEZES	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	23/01/2009 a 23/01/2009	46,11	0,5	23,06
ERNANDES DOS SANTOS LOPES	SGT	V	SOBRAL/CROATA	26/01/2009 a 26/01/2009	53,8	0,5	26,9
FRANCISCO JOSE DINIZ PEREIRA	CB	VI	IGUATU/JUAZEIRO DO N	26/01/2009 a 26/01/2009	46,11	0,5	23,06
FRANCISCO ROBERTO MACIEL DE MORAES (DAS-1	CAP	IV	SOBRAL/CROATA	26/01/2009 a 26/01/2009	56,87	0,5	28,44
JOSE SIDNEY PINHEIRO	SGT	V	IGUATU/JUAZEIRO DO N	26/01/2009 a 26/01/2009	53,8	0,5	26,9
ERNANDES DOS SANTOS LOPES	SGT	V	SOBRAL/VARIJOTA	28/01/2009 a 28/01/2009	53,8	0,5	26,9
FRANCISCO ROBERTO MACIEL DE MORAES (DAS-1	CAP	IV	SOBRAL/VARIJOTA	28/01/2009 a 28/01/2009	56,87	0,5	28,44
TOTAL							20.367,48

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DO NF Nº05/09** - O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a necessidade de indenizar as despesas referentes a alimentação, hospedagem pelos Oficiais e Praças Bombeiros Militares, quando se deslocam da sede para viagens a serviço, com a finalidade de realizar palestra sobre prevenção, serviço de prevenção aquática, participar das atividades Governo em minha cidade, participar de reunião, resolver assuntos administrativos, realizar serviço de transporte, fazer atendimento em acidente de trânsito e outros serviços inerente a atividade Bombeiro Militar. **RESOLVE CONCEDER diárias aos MILITARES** mencionados no anexo único desta portaria, de acordo com o art.1º alínea “ a” e “ b” §1º do art.3 º; art.15 Decreto nº26.478, de 21 de dezembro de 2001 e anexo único do Decreto nº28.162 de 23 de fevereiro de 2006, modificado pelo Decreto nº29.357 de 11 de julho de 2008, devendo as despesas correr a conta da dotação orçamentária do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará, QUARTEL DO COMANDO GERAL , em Fortaleza, 02 de janeiro de 2009.

Joao Vasconcelos Sousa - Cel QOBM  
COMANDANTE GERAL DO CBECE

Registre-se e publique-se.

NOME	CARGO	NÍVEL	ROTEIRO	PERÍODO	VALOR	QUANT	TOTAL
ARINALDO CHAVES RIBEIRO	CB	VI	SOBRAL/VIÇOSA	02/01/2009 a 02/01/2009	46,11	0,5	23,06
ELDEMIR BARRETO SOARES	CB	VI	SOBRAL/VIÇOSA	02/01/2009 a 02/01/2009	46,11	0,5	23,06
FRANCISCO DE ASSIS MAGALHAES LIMA	SD	VI	SOBRAL/VIÇOSA	02/01/2009 a 02/01/2009	46,11	0,5	23,06
JOSE VALDERIC JUSTINO DA SILVA	ST	V	SOBRAL/VIÇOSA	02/01/2009 a 02/01/2009	53,8	0,5	26,9
RONALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA	CB	VI	SOBRAL/VIÇOSA	02/01/2009 a 02/01/2009	46,11	0,5	23,06
ANTONIO CARLOS DA COSTA	CB	VI	FORT/PALMACIA	02/01/2009 a 10/01/2009	46,11	8,5	391,94
DANIEL DOS SANTOS BEZERRA	CB	VI	FORT/PALMACIA	02/01/2009 a 10/01/2009	46,11	8,5	391,94
JARBAS FERREIRA LIMA	SGT	V	FORT/PALMACIA	02/01/2009 a 10/01/2009	53,8	8,5	457,3
JOSE HUMBERTO SILVA CARVALHO	CAP	V	FORT/PALMACIA	02/01/2009 a 10/01/2009	53,8	8,5	457,3
JOSE IVAN RIBEIRO	SGT	V	FORT/PALMACIA	02/01/2009 a 10/01/2009	53,8	8,5	457,3
MANOEL BARBOSA GOMES	ST	V	FORTALEZA/PALMACIA	02/01/2009 a 10/01/2009	53,8	8,5	457,3
MARCOS LAILSON DE OLIVEIRA ABREU	CB	VI	FORT/PALMACIA	02/01/2009 a 10/01/2009	46,11	8,5	391,94
MOISES DE OLIVEIRA ABREU	CB	VI	FORT/PALMACIA	02/01/2009 a 10/01/2009	46,11	8,5	391,94
RAIMUNDO NONATO SOARES DA COSTA	SGT	V	FORT/PALMACIA	02/01/2009 a 10/01/2009	53,8	8,5	457,3
VANDI JOSE MESQUITA	ST	V	FORT/PALMACIA	02/01/2009 a 10/01/2009	53,8	8,5	457,3
FRANCISCO ROBERTO M. DE MORAES (DAS-1	CAP	IV	SOBRAL/SAO BENEDITO	05/01/2009 a 06/01/2009	56,87	1,5	85,31
MARCOS ANTONIO DA COSTA	ST	V	SOBRAL/SAO BENEDITO	05/01/2009 a 06/01/2009	53,8	1,5	80,7
BRUNO MARCELO DE SOUSA SILVA	ST	V	FORTALEZA/QUIXERAMOB	05/01/2009 a 07/01/2009	53,8	2,5	134,5
FRANCISCO CARLOS DE SALES JUNIOR	CB	VI	FORTALEZA/QUIXERAMOB	05/01/2009 a 07/01/2009	46,11	2,5	115,28
FRANCISCO EDUARDO SILVA ARAUJO	ST	V	FORTALEZA/QUIXERAMOB	05/01/2009 a 07/01/2009	53,8	2,5	134,5
FRANCISCO WEIBER TOME MEDEIROS	CB	VI	FORTALEZA/QUIXERAMOB	05/01/2009 a 07/01/2009	46,11	2,5	115,28
RICARDO ALVES DO NASCIMENTO	CAP	V	FORTALEZA/QUIXERAMOB	05/01/2009 a 07/01/2009	53,8	2,5	134,5
FCO RICARDO AGUIAR DA SILVA	ST	V	FORT/GENERAL SAMPAIO	05/01/2009 a 09/01/2009	53,8	4,5	242,1
JOSE DOS SOCORRO GOMES MENESES	ST	V	FORT/GENERAL SAMPAIO	05/01/2009 a 09/01/2009	53,8	4,5	242,1
JOSE MARIA LIMA DIAS	CB	VI	FORT/GENERAL SAMPAIO	05/01/2009 a 09/01/2009	46,11	4,5	207,5
RENATO LUIS DE SOUSA SILVA	CAP	V	FORT/GENERAL SAMPAIO	05/01/2009 a 09/01/2009	53,8	4,5	242,1
ALEXSANDRO PESSOA DE OLIVEIRA	CB	VI	FORT/POTIRETAMA/IRAC	05/01/2009 a 10/01/2009	46,11	5,5	253,61
ANISIO MENESES DA COSTA	CB	VI	FORT/POTIRETAMA/IRAC	05/01/2009 a 10/01/2009	46,11	5,5	253,61
ANTONIO CLEITON ROCHA	CB	VI	FORT/POTIRETAMA/IRAC	05/01/2009 a 10/01/2009	46,11	5,5	253,61
CICERO OSVALDO ZACARIAS PEREIRA	CAP	V	ARACATI/FORTIM	05/01/2009 a 10/01/2009	53,8	5,5	295,9
FRANCISCO ANTONIO NOGUEIRA DOS SANTOS	ST	V	FORT/POTIRETAMA/IRAC	05/01/2009 a 10/01/2009	53,8	5,5	295,9
FRANCISCO LUCIANO FERREIRA GADIELHA	ST	V	FORT/POTIRETAMA/IRAC	05/01/2009 a 10/01/2009	53,8	5,5	295,9
FRANCISCO MARTINS ROCHA	SGT	V	FORT/POTIRETAMA/IRAC	05/01/2009 a 10/01/2009	53,8	5,5	295,9
FRANCISCO PAIVA JUNIOR	CB	VI	FORT/POTIRETAMA/IRAC	05/01/2009 a 10/01/2009	46,11	5,5	253,61
JOSE AIRTON DA SILVA	ST	V	FORT/POTIRETAMA/IRAC	05/01/2009 a 10/01/2009	53,8	5,5	295,9
MANOEL SIDNEY BEVILAQUA DE AGUIAR	ST	V	ARACATI/FORTIM	05/01/2009 a 10/01/2009	53,8	5,5	295,9
RAIMUNDO JOSE XAVIER DE LIMA	CB	VI	FORT/POTIRETAMA/IRAC	05/01/2009 a 10/01/2009	46,11	5,5	253,61
KLEBER DA SILVA PINTO	CB	VI	FORTALEZA/ARACATI	05/01/2009 a 24/01/2009	46,11	19,5	899,15
FRANCISCO GLEUBER LIMA SALES	SGT	V	FORT/QUIXERAMOBIM	06/01/2009 a 07/01/2009	53,8	1,5	80,7
SIDNEY MARCOS P. CUNHA BARBOSA	ST	V	FORT/QUIXERAMOBIM	06/01/2009 a 07/01/2009	53,8	1,5	80,7
ANTONIO ARISMAR MARÇAL MACHADO	CB	VI	FORTALEZA/AMONTADA	06/01/2009 a 08/01/2009	46,11	2,5	115,28
FRANCISCO UELITON BRAGA	CB	VI	FORTALEZA/AMONTADA	06/01/2009 a 08/01/2009	46,11	2,5	115,28
JUCELIO XAVIER DE SOUSA	CB	VI	FORTALEZA/AMONTADA	06/01/2009 a 08/01/2009	46,11	2,5	115,28
JULIO CESAR CASTRO PAIVA	CAP	V	FORTALEZA/AMONTADA	06/01/2009 a 08/01/2009	53,8	2,5	134,5
NEUSIVAN HOLANDA CARNEIRO	SGT	V	FORTALEZA/AMONTADA	06/01/2009 a 08/01/2009	53,8	2,5	134,5
BRUNO MARCELO DE SOUSA SILVA	ST	V	FORTALEZA/FORTIM	08/01/2009 a 10/01/2009	53,8	2,5	134,5
FRANCISCO CARLOS DE SALES JUNIOR	CB	VI	FORTALEZA/FORTIM	08/01/2009 a 10/01/2009	46,11	2,5	115,28
FRANCISCO EDUARDO SILVA ARAUJO	ST	V	FORTALEZA/FORTIM	08/01/2009 a 10/01/2009	53,8	2,5	134,5
FRANCISCO WEIBER TOME MEDEIROS	CB	VI	FORTALEZA/FORTIM	08/01/2009 a 10/01/2009	46,11	2,5	115,28
RICARDO ALVES DO NASCIMENTO	CAP	V	FORTALEZA/FORTIM	08/01/2009 a 10/01/2009	53,8	2,5	134,5
BRUNO MARCELO DE SOUSA SILVA	ST	V	FORT/GUARAMIRANGA	12/01/2009 a 14/01/2009	53,8	2,5	134,5
FCO RICARDO AGUIAR DA SILVA	ST	V	FORT/GENERAL SAMPAIO	12/01/2009 a 14/01/2009	53,8	2,5	134,5
FRANCISCO CARLOS DE SALES JUNIOR	CB	VI	FORT/GUARAMIRANGA	12/01/2009 a 14/01/2009	46,11	2,5	115,28
FRANCISCO EDUARDO SILVA ARAUJO	ST	V	FORT/GUARAMIRANGA	12/01/2009 a 14/01/2009	53,8	2,5	134,5
FRANCISCO WEIBER TOME MEDEIROS	CB	VI	FORT/GUARAMIRANGA	12/01/2009 a 14/01/2009	46,11	2,5	115,28
REGINALDO XIMENES DE ARAUJO	CB	VI	FORT/GENERAL SAMPAIO	12/01/2009 a 14/01/2009	46,11	2,5	115,28
RENATO LUIS DE SOUSA SILVA	CAP	V	FORT/GENERAL SAMPAIO	12/01/2009 a 14/01/2009	53,8	2,5	134,5
RICARDO ALVES DO NASCIMENTO	CAP	V	FORT/GUARAMIRANGA	12/01/2009 a 14/01/2009	53,8	2,5	134,5
CICERO OSVALDO ZACARIAS PEREIRA	CAP	V	ARACATI/ICAPUI	12/01/2009 a 17/01/2009	53,8	5,5	295,9
MANOEL SIDNEY BEVILAQUA DE AGUIAR	ST	V	ARACATI/ICAPUI	12/01/2009 a 17/01/2009	53,8	5,5	295,9
ARINALDO CHAVES RIBEIRO	CB	VI	SOBRAL/FORQUILHA	13/01/2009 a 13/01/2009	46,11	0,5	23,06
FABIO REGIS CRISPIM DOS SANTOS	SGT	V	SOBRAL/FORQUILHA	13/01/2009 a 13/01/2009	53,8	0,5	26,9
JOSE VALDERIC JUSTINO DA SILVA	ST	V	SOBRAL/FORQUILHA	13/01/2009 a 13/01/2009	53,8	0,5	26,9
BRUNO MARCELO DE SOUSA SILVA	ST	V	FORTALEZA/MULUNGU	15/01/2009 a 17/01/2009	53,8	2,5	134,5
FRANCISCO CARLOS DE SALES JUNIOR	CB	VI	FORTALEZA/MULUNGU	15/01/2009 a 17/01/2009	46,11	2,5	115,28
FRANCISCO EDUARDO SILVA ARAUJO	ST	V	FORTALEZA/MULUNGU	15/01/2009 a 17/01/2009	53,8	2,5	134,5
FRANCISCO ROBERTO M. DE MORAES (DAS-1	CAP	IV	SOBRAL/FORTALEZA	15/01/2009 a 17/01/2009	56,87	2,5	142,18

NOME	CARGO	NÍVEL	ROTEIRO	PERÍODO	VALOR	QUANT	TOTAL
FRANCISCO WEIBER TOME MEDEIROS	CB	VI	FORTALEZA/MULUNGU	15/01/2009 a 17/01/2009	46,11	2,5	115,28
RICARDO ALVES DO NASCIMENTO	CAP	V	FORTALEZA/MULUNGU	15/01/2009 a 17/01/2009	53,8	2,5	134,5
ROBERTO CARLOS DOS SANTOS PIMENTEL	ST	V	SOBRAL/FORTALEZA	15/01/2009 a 17/01/2009	53,8	2,5	134,5
FRANCISCO DE ASSIS DE LIMA	SGT	V	FORTALEZA/PARACURU	15/01/2009 a 18/01/2009	53,8	3,5	188,3
JOSE DANILO DE QUEIROZ MENDONÇA	TEN	V	FORTALEZA/PARACURU	15/01/2009 a 18/01/2009	53,8	3,5	188,3
JOSE DE MELO NETO	MAJ	IV	FORTALEZA/PARACURU	15/01/2009 a 18/01/2009	56,87	3,5	199,05
JOSE IVONILDO DE ANDRADE SILVA	ST	V	FORTALEZA/PARACURU	15/01/2009 a 18/01/2009	53,8	3,5	188,3
SALVIANO RIBEIRO DOS S. FILHO	CB	VI	FORTALEZA/PARACURU	15/01/2009 a 18/01/2009	46,11	3,5	161,39
SERGIO GOMES CAVALCANTE	TCEL	IV	FORTALEZA/PARACURU	15/01/2009 a 18/01/2009	56,87	3,5	199,05
WARNER CAMPOS	CAP	V	FORTALEZA/PARACURU	15/01/2009 a 18/01/2009	53,8	3,5	188,3
FABIO REGIS CRISPIM DOS SANTOS	SGT	V	SOBRAL/MERUOCA	18/01/2009 a 18/01/2009	53,8	0,5	26,9
FRANCISCO DE ASSIS MAGALHAES LIMA	SD	VI	SOBRAL/MERUOCA	18/01/2009 a 18/01/2009	46,11	0,5	23,06
JOSE VALDERICR JUSTINO DA SILVA	ST	V	SOBRAL/MERUOCA	18/01/2009 a 18/01/2009	53,8	0,5	26,9
MARDENS NEY DE SOUZA VASCONCELOS	CAP	V	SOBRAL/MERUOCA	18/01/2009 a 18/01/2009	53,8	0,5	26,9
ROBERTO CARLOS DOS SANTOS PIMENTEL	ST	V	SOBRAL/MERUOCA	18/01/2009 a 18/01/2009	53,8	0,5	26,9
ARINALDO CHAVES RIBEIRO	CB	VI	SOBRAL/MASSAPE	19/01/2009 a 20/01/2009	46,11	1,5	69,17
DJACIR SILVA MOTA JUNIOR	CB	VI	FORTALEZA/SOBRAL	19/01/2009 a 20/01/2009	46,11	1,5	69,17
ELDEMIR BARRETO SOARES	CB	VI	SOBRAL/MASSAPE	19/01/2009 a 20/01/2009	46,11	1,5	69,17
FABIO REGIS CRISPIM DOS SANTOS	SGT	V	SOBRAL/MASSAPE	19/01/2009 a 20/01/2009	53,8	1,5	80,7
FRANCISCO DE ASSIS MAGALHAES LIMA	SD	VI	SOBRAL/SANTANA DO AC	19/01/2009 a 20/01/2009	46,11	1,5	69,17
HLEIO WILSON MAGALHAES PONTES	CB	VI	SOBRAL/SANTANA DO AC	19/01/2009 a 20/01/2009	46,11	1,5	69,17
JOSE VALDERICR JUSTINO DA SILVA	ST	V	SOBRAL/MASSAPE	19/01/2009 a 20/01/2009	53,8	1,5	80,7
ROBERTO CARLOS DOS SANTOS PIMENTEL	ST	V	SOBRAL/MASSAPE	19/01/2009 a 20/01/2009	53,8	1,5	80,7
RONALDO RODRIGUES DE OLIVEIRA	CB	VI	SOBRAL/SANTANA DO AC	19/01/2009 a 20/01/2009	46,11	1,5	69,17
BRUNO MARCELO DE SOUSA SILVA	ST	V	FORTALEZA/ARACATI	19/01/2009 a 21/01/2009	53,8	2,5	134,5
FRANCISCO CARLOS DE SALES JUNIOR	CB	VI	FORTALEZA/ARACATI	19/01/2009 a 21/01/2009	46,11	2,5	115,28
FRANCISCO EDUARDO SILVA ARAUJO	ST	V	FORTALEZA/ARACATI	19/01/2009 a 21/01/2009	53,8	2,5	134,5
FRANCISCO WEIBER TOME MEDEIROS	CB	VI	FORTALEZA/ARACATI	19/01/2009 a 21/01/2009	46,11	2,5	115,28
RICARDO ALVES DO NASCIMENTO	CAP	V	FORTALEZA/ARACATI	19/01/2009 a 21/01/2009	53,8	2,5	134,5
CICERO OSVALDO ZACARIAS PEREIRA	CAP	V	ARACATI/FORTALEZA	19/01/2009 a 23/01/2009	53,8	4,5	242,1
ERNADES DOS SANTOS LOPES	SGT	V	SOBRAL/SANTANA DO AC	21/01/2009 a 21/01/2009	53,8	0,5	26,9
FRANCISCO ROBERTO M. DE MORAES (DAS-I	CAP	IV	FORT/SANTANA DO ACAR	21/01/2009 a 21/01/2009	56,87	0,5	28,44
BRUNO MARCELO DE SOUSA SILVA	ST	V	FORTALEZA/QUIXERAMOB	22/01/2009 a 24/01/2009	53,8	2,5	134,5
FRANCISCO CARLOS DE SALES JUNIOR	CB	VI	FORTALEZA/QUIXERAMOB	22/01/2009 a 24/01/2009	46,11	2,5	115,28
FRANCISCO EDUARDO SILVA ARAUJO	ST	V	FORT/QUIXERAMOBIM	22/01/2009 a 24/01/2009	53,8	2,5	134,5
FRANCISCO WEIBER TOME MEDEIROS	CB	VI	FORTALEZA/QUIXERAMOB	22/01/2009 a 24/01/2009	46,11	2,5	115,28
RICARDO ALVES DO NASCIMENTO	CAP	V	FORT/QUIXERAMOBIM	22/01/2009 a 24/01/2009	53,8	2,5	134,5
DJACIR SILVA MOTA JUNIOR	CB	VI	FORT/LIMOIEIRO/PINDOR	22/01/2009 a 26/01/2009	46,11	4,5	207,5
LUIZ BEZERRA DE LIMA	CAP	V	FORT/LIMOIEIRO/PINDOR	22/01/2009 a 26/01/2009	53,8	4,5	242,1
ANTONIO IONIO AMARAL DAMASCENO	TEN	V	FORT/SAO BENEDITO/TA	24/01/2009 a 28/01/2009	53,8	4,5	242,1
JOSE NILTON VIEIRA	SGT	V	FORT/SAO BENEDITO/TA	24/01/2009 a 28/01/2009	53,8	4,5	242,1
MANOEL ADNILSON SOUSA DE LIMA	SGT	V	FORT/SAO BENEDITO/TA	24/01/2009 a 28/01/2009	53,8	4,5	242,1
FRANCISCO ANTONIO FERREIRA	ST	V	FORTALEZA/VARJOTA	24/01/2009 a 31/01/2009	53,8	7,5	403,5
JARBAS FERREIRA LIMA	SGT	V	FORTALEZA/VARJOTA	24/01/2009 a 31/01/2009	53,8	7,5	403,5
JOSE IVANILDO BRITO	ST	V	FORTALEZA/VARJOTA	24/01/2009 a 31/01/2009	53,8	7,5	403,5
BRUNO MARCELO DE SOUSA SILVA	ST	V	FORTALEZA/FORTIM	26/01/2009 a 28/01/2009	53,8	2,5	134,5
FRANCISCO CARLOS DE SALES JUNIOR	CB	VI	FORTALEZA/FORTIM	26/01/2009 a 28/01/2009	46,11	2,5	115,28
FRANCISCO EDUARDO SILVA ARAUJO	ST	V	FORTALEZA/FORTIM	26/01/2009 a 28/01/2009	53,8	2,5	134,5
FRANCISCO WEIBER TOME MEDEIROS	CB	VI	FORTALEZA/FORTIM	26/01/2009 a 28/01/2009	46,11	2,5	115,28
RICARDO ALVES DO NASCIMENTO	CAP	V	FORTALEZA/FORTIM	26/01/2009 a 28/01/2009	53,8	2,5	134,5
ANTONIO LINO GADELHA	ST	V	FORT/QUIXERAMOBIM	28/01/2009 a 29/01/2009	53,8	1,5	80,7
JOSE VILAMAR BARROS	CB	VI	FORT/QUIXERAMOBIM	28/01/2009 a 29/01/2009	46,11	1,5	69,17
JOSE HUMBERTO SILVA CARVALHO	CAP	V	FORT/QUIXERAMOBIM	28/01/2009 a 29/01/2009	53,8	1,5	80,7
VANDI JOSE MESQUITA	ST	V	FORT/QUIXERAMOBIM	28/01/2009 a 29/01/2009	53,8	1,5	80,7
BRUNO MARCELO DE SOUSA SILVA	ST	V	FORTALEZA/MULUNGU	29/01/2009 a 30/01/2009	53,8	1,5	80,7
FRANCISCO CARLOS DE SALES JUNIOR	CB	VI	FORTALEZA/MULUNGU	29/01/2009 a 30/01/2009	46,11	1,5	69,17
FRANCISCO EDUARDO SILVA ARAUJO	ST	V	FORTALEZA/MULUNGU	29/01/2009 a 30/01/2009	53,8	1,5	80,7
FRANCISCO WEIBER TOME MEDEIROS	CB	VI	FORTALEZA/MULUNGU	29/01/2009 a 30/01/2009	46,11	1,5	69,17
RICARDO ALVES DO NASCIMENTO	CAP	V	FORTALEZA/MULUNGU	29/01/2009 a 30/01/2009	53,8	1,5	80,7
TOTAL							21.493,41

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DO NF Nº06/09** - O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a necessidade de indenizar as despesas referentes a alimentação, hospedagem pelos Oficiais e Praças Bombeiros Militares, quando se deslocam da sede para viagens a serviço, com a finalidade de ministrar instruções operacionais,, dar apoio na realização do Projeto Governo na minha cidade, manutenção em viaturas, ministrar palestras e outros erviços inerente a atividade Bombeiro Militar. **RESOLVE CONCEDER diárias** aos **MILITARES** mencionados no anexo único desta portaria, de acordo com o art.1º alínea “ b” §1º do art.3 º; art.15 Decreto nº26.478, de 21 de dezembro de 2001 e anexo único do Decreto nº28.162 de 23 de fevereiro de 2006, modificado pelo Decreto nº29.357 de 11 de julho de 2008, devendo as despesas correr a conta da dotação orçamentária do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará, QUARTEL DO COMANDO GERAL , em Fortaleza, 03 de janeiro de 2009.

Joao Vasconcelos Sousa - Cel QOBM  
COMANDANTE GERAL DO CBECE

Registre-se e publique-se.

NOME	CARGO	NÍVEL	ROTEIRO	PERÍODO	VALOR	QUANT	TOTAL
FRANCISCO WILLIAM LOPES RODRIGUES DNS -2	TCEL	III	FORT/ICO/ITAPIPOCA	04/01/2009 a 10/01/2009	67,63	6,5	439,6
JOSE DIAS GOMES	ST	V	FORT/ICO/ITAPIPOCA	04/01/2009 a 10/01/2009	53,8	6,5	349,7
ANTONIO JOSE PEREIRA	ST	V	FORT/CRATO/JUAZEIRO	05/01/2009 a 10/01/2009	53,8	5,5	295,9
FRANCISCO LIBERATO NUNES	ST	V	FORT/CRATO/JUAZEIRO	05/01/2009 a 10/01/2009	53,8	5,5	295,9
JOSE CORREIA LIMA	TEN	V	FORT/CRATO/JUAZEIRO	05/01/2009 a 10/01/2009	53,8	5,5	295,9
RAIMUNDO NONATO DOS SANTOS	SGT	V	FORT/CRATO/JUAZEIRO	05/01/2009 a 10/01/2009	53,8	5,5	295,9
RAIMUNDO SAVIO DE OLIVEIRA PEREIRA	TEN	V	FORT/CRATO/JUAZEIRO	05/01/2009 a 10/01/2009	53,8	5,5	295,9
ADESIO ANASTACIO DA SILVA	ST	V	FORTALEZA/VIÇOSA	12/01/2009 a 15/01/2009	53,8	3,5	188,3
COSMO DA SILVA	ST	V	FORTALEZA/VIÇOSA	12/01/2009 a 15/01/2009	53,8	3,5	188,3
FRANCISCO GLEUBER LIMA SALES	SGT	V	FORTALEZA/VIÇOSA	12/01/2009 a 15/01/2009	53,8	3,5	188,3
MANOEL ADNILSON SOUSA DE LIMA	SGT	V	FORTALEZA/VIÇOSA	12/01/2009 a 15/01/2009	53,8	3,5	188,3
SIDNEY MARCOS PEREIRA CUNHA BARBOSA	ST	V	FORTALEZA/VIÇOSA	12/01/2009 a 15/01/2009	53,8	3,5	188,3
ANDRE LUIZ NASCIMENTO DE SOUSA	ST	V	FORTALEZA/SNADOR SA	12/01/2009 a 17/01/2009	53,8	5,5	295,9
MARCOS ROGERIO R. DA SILVA	SGT	V	FORTALEZA/ITAREMA	12/01/2009 a 17/01/2009	53,8	5,5	295,9
FRANCISCO ANTONIO DE OLIVEIRA	SGT	V	FORT/FORTIM/ITAPIPOC	12/01/2009 a 19/01/2009	53,8	7,5	403,5
JOEL DE ABREU NOBRE	CAP	V	FORT/FORTIM/ITAPIPOC	12/01/2009 a 19/01/2009	53,8	7,5	403,5
JOSE WALTER DO NASCIMENTO JUNIOR	CB	VI	FORT/FORTIM/ITAPIPOC	12/01/2009 a 19/01/2009	46,11	7,5	345,83
FRANCISCO DE SOUSA OLIVEIRA JUNIOR	MAJ	IV	FORTALEZA/SENADOR SA	12/01/2009 a 20/01/2009	56,87	8,5	483,4
JOSE DIAS GOMES	ST	V	FORTALEZA/SENADOR SA	12/01/2009 a 20/01/2009	53,8	8,5	457,3
JOSE NILTON VIEIRA	SGT	V	FORTALEZA/SENADOR SA	12/01/2009 a 20/01/2009	53,8	8,5	457,3

NOME	CARGO	NÍVEL	ROTEIRO	PERÍODO	VALOR	QUANT	TOTAL
EDUARDO SALES FORTE	SGT	V	FORTALEZA/SOBRAL	13/01/2009 a 18/01/2009	53,8	5,5	295,9
FRANCISCO SOSTENES NOBRE E SILVA	CB	VI	FORTALEZA/SOBRAL	13/01/2009 a 18/01/2009	46,11	5,5	253,61
GILSON RODRIGUES DE FREITAS	CB	VI	FORTALEZA/SOBRAL	13/01/2009 a 18/01/2009	46,11	5,5	253,61
HUGO LOBO QUEIROZ	TEN	V	FORTALEZA/SOBRAL	13/01/2009 a 18/01/2009	53,8	5,5	295,9
JOSAFÁ SOUSA DE CASTRO	SGT	V	FORTALEZA/SOBRAL	13/01/2009 a 18/01/2009	53,8	5,5	295,9
FCO LUIS DE CARVALHO RODRIGUES	TCEL	IV	FORTALEZA/CRATEUS	14/01/2009 a 16/01/2009	56,87	2,5	142,18
FRANCISCO CHARLES RODRIGUES FONTELES	CB	VI	FORTALEZA/CRATEUS	14/01/2009 a 16/01/2009	46,11	2,5	115,28
HUMBERTO RODRIGUES DIAS	TCEL	IV	FORTALEZA/CRATEUS	14/01/2009 a 16/01/2009	56,87	2,5	142,18
VASCO SALES VIANA	ST	V	FORTALEZA/CRATEUS	14/01/2009 a 16/01/2009	53,8	2,5	134,5
JOSIMAR ANASTACIO DA SILVA	SGT	V	FORT/QUIXERAMOBIM	15/01/2009 a 18/01/2009	53,8	3,5	188,3
FRANCISCO AMARO GERALDO CAMELO	CB	VI	FORT/MUCAMBO	17/01/2009 a 21/01/2009	46,11	4,5	207,5
ELUILO BARRETO DE PAIVA	SGT	V	FORTALEZA/JUAZEIRO DO NORTE	20/01/2009 a 25/01/2009	53,8	5,5	295,9
FRANCISCO C. RODRIGUES FONTELES	CB	VI	FORTALEZA/JUAZEIRO DO NORTE	20/01/2009 a 25/01/2009	46,11	5,5	253,61
LUIS PEREIRA DE PAIVA	CB	VI	FORTALEZA/JUAZEIRO DO NORTE	20/01/2009 a 25/01/2009	46,11	5,5	253,61
NAZARENO MAGALHAES LIMA	ST	V	FORTALEZA/JUAZEIRO DO NORTE	20/01/2009 a 25/01/2009	53,8	5,5	295,9
RAIMUNDO NONATO FERREIRA	TEN	V	FORTALEZA/JUAZEIRO DO NORTE	20/01/2009 a 25/01/2009	53,8	5,5	295,9
ANTONIO GLAUBER SALES MATIAS	CB	VI	FORT/MIRAIMA	23/01/2009 a 30/01/2009	46,11	7,5	345,83
FRANCISCO CLAUDIO DE OLIVEIRA	CAP	V	FORT/MIRAIMA	23/01/2009 a 30/01/2009	53,8	7,5	403,5
FRANCISCO VILMAR MOTA CASTRO	ST	V	FORT/MIRAIMA	23/01/2009 a 30/01/2009	53,8	7,5	403,5
GLAILTON BATISTA DE MENESES	CB	VI	FORT/MIRAIMA	23/01/2009 a 30/01/2009	46,11	7,5	345,83
REGINALDO LIMA MOTA	CB	VI	FORT/MIRAIMA	23/01/2009 a 30/01/2009	46,11	7,5	345,83
EMIDIO FILHO RAMOS DE ABREU	SGT	V	FORT/JUAZEIRO/CRATO	28/01/2009 a 03/02/2009	53,8	6,5	349,7
FRANCISCO ANTONIO DE BARROS LIMA	ST	V	FORT/JUAZEIRO/CRATO	28/01/2009 a 03/02/2009	53,8	6,5	349,7
FRANCISCO JOSE LIMA DA SILVA	ST	V	FORT/JUAZEIRO/CRATO	28/01/2009 a 03/02/2009	53,8	6,5	349,7
FRANCISCO MARDEM SANTOS DO NASCIMENTO	SGT	V	FORT/JUAZEIRO/CRATO	28/01/2009 a 03/02/2009	53,8	6,5	349,7
ISAIAS DA SILVA RODRIGUES	SGT	V	FORT/JUAZEIRO/CRATO	28/01/2009 a 03/02/2009	53,8	6,5	349,7
MARCELO BARBOSA DA SILVA	ST	V	FORT/JUAZEIRO/CRATO	28/01/2009 a 03/02/2009	53,8	6,5	349,7
RAIMUNDO GILSON SILVA DE LIMA	SGT	V	FORT/JUAZEIRO/CRATO	28/01/2009 a 03/02/2009	53,8	6,5	349,7
RICARDO DOS SANTOS OLIVEIRA	CB	VI	FORT/JUAZEIRO/CRATO	28/01/2009 a 03/02/2009	46,11	6,5	299,72
SERGIO DE ABREU COSTA	SGT	V	FORT/JUAZEIRO/CRATO	28/01/2009 a 03/02/2009	53,8	6,5	349,7
VALDEMIRO RODRIGUES PORTELA	TEN	V	FORT/JUAZEIRO/CRATO	28/01/2009 a 03/02/2009	53,8	6,5	349,7
TOTAL							15.364,22

\*\*\* \*\*

**PORTARIA DO NF Nº09/09** - O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais e, CONSIDERANDO a necessidade de indenizar as despesas referentes a alimentação, hospedagem pelos Oficiais e Praças Bombeiros Militares, quando se deslocam da sede para viagens a serviço, com a finalidade de realizar serviço de prevenção aquática, participar de reunião, realizar busca e resgate e outros serviço inerente a atividade Bombeiro Militar. RESOLVE CONCEDER diárias aos **MILITARES** mencionados no anexo único desta portaria, de acordo com o art.1º alínea “ b” §1º do art.3 º; art.15 Decreto nº26.478, de 21 de dezembro de 2001 e anexo único do Decreto nº28.162 de 23 de fevereiro de 2006, modificado pelo Decreto nº29.357 de 11 de julho de 2008, devendo as despesas correr a conta da dotação orçamentária do Corpo de Bombeiros Militar do Ceará, QUARTEL DO COMANDO GERAL , em Fortaleza, 08 de janeiro de 2009.

João Vasconcelos Sousa - Cel QOBM  
COMANDANTE GERAL DO CBECE

Registre-se e publique-se.

NOME	CARGO	NÍVEL	ROTEIRO	PERÍODO	VALOR	QUANT	TOTAL
FRANCISCO DE ASSIS MAGALHAES LIMA	CB	VI	SOBRAL/BARROQUINHA	09/01/2009 a 10/01/2009	46,11	1,5	69,17
GRALDO FREIRE DAVI	CB	VI	SOBRAL/BARROQUINHA	09/01/2009 a 10/01/2009	46,11	1,5	69,17
MARDENS NEY DE SOUZA VASCONCELOS	CAP	V	SOBRAL/BARROQUINHA	09/01/2009 a 10/01/2009	53,8	1,5	80,7
RUI EZEQUIEL FERREIRA FEITOSA	CB	VI	SOBRAL/BARROQUINHA	09/01/2009 a 10/01/2009	46,11	1,5	69,17
ANDRE LUIS DE ARAUJO	CB	VI	FORTALEZA/PARACURU	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
ANTONIO JOCELINO M. SILVA	CB	VI	FORTALEZA/PARACURU	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
CARLOS SERGIO MOURA DE MELO	CB	VI	FORTALEZA/ARACATI	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
CRISTIANO DE ABREU LEITE	CB	VI	FORTALEZA/ARACATI	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
ENICODEMOS BARROSO SARAIVA	CB	VI	FORTALEZA/PARACURU	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
EVALDO LUIZ TOMAZ DE OLIVEIRA	CB	VI	FORTALEZA/ARACATI	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
FABIANO MORAES EVANGELISTA	CB	VI	FORTALEZA/PARACURU	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
FCO JALDEMI CHAVES MOREIRA	CB	VI	FORTALEZA/PARACURU	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
FERNANDO CHAILON RODRIGUES FONTELES	ST	V	FORTALEZA/PARACURU	12/01/2009 a 31/01/2009	53,8	19,5	1.049,10
FRANCISCO DE ASSIS ABREU NETO	CB	VI	FORTALEZA/PARACURU	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
FRANCISCO EDSON MELO VASCONCELOS	CB	VI	FORTALEZA/ARACATI	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
FRANCISCO WILKSON MONTEIRO NASCIMENTO	CB	VI	FORTALEZA/PARACURU	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
FRANK EDUARDO DA SILVA	CB	VI	FORTALEZA/PARACURU	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
JULIO CESAR MARTINS MATIAS	CB	VI	FORTALEZA/ARACATI	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
KLEBER OLIVEIRA AMARO	CB	VI	FORTALEZA/PARACURU	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
MARCELO SILVA LUCAS	CB	VI	FORTALEZA/ARACATI	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
MARCILIO ROBSON MARTINS FARIAS	CB	VI	FORTALEZA/ARACATI	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
MAUA DOS SANTOS COSTA	CB	VI	FORTALEZA/ARACATI	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
NOE LIMA DE SOUSA	CB	VI	FORTALEZA/ARACATI	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
PAULO DA SILVA GOMES	SGT	V	FORTALEZA/ARACATI	12/01/2009 a 31/01/2009	53,8	19,5	1.049,10
VALFRIDO FEITOSA GOMES	CB	VI	FORTALEZA/ARACATI	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
ZAIREZ VIEIRA DANTAS	CB	VI	FORTALEZA/ARACATI	12/01/2009 a 31/01/2009	46,11	19,5	899,15
ANTONIO JURCIVAL NUNES CAVALCANTE	MAJ	IV	CRATEUS/FORTALEZA	19/01/2009 a 20/01/2009	56,87	1,5	85,31
ANTONIO RILDO DE SOUZA	SGT	V	IGUATU/FORTALEZA	19/01/2009 a 20/01/2009	53,8	1,5	80,7
FRANCISCO RONALD SILVA FREITAS	MAJ	IV	IGUATU/FORTALEZA	19/01/2009 a 20/01/2009	56,87	1,5	85,31
JOAO VIEIRA ALEXANDRE	SGT	V	CRATEUS/FORTALEZA	19/01/2009 a 20/01/2009	53,8	1,5	80,7
DANIEL DOS SANTOS BEZERRA	CB	VI	FORT/JAGUARUANA	20/01/2009 a 21/01/2009	46,11	1,5	69,17
JOSE IVANILDO BRITO	ST	V	FORT/JAGUARUANA	20/01/2009 a 21/01/2009	53,8	1,5	80,7
MARCOS LAILSON DE OLIVEIRA ABREU	CB	VI	FORT/JAGUARUANA	20/01/2009 a 21/01/2009	46,11	1,5	69,17
TOTAL							20.920,47

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº084/2009** - O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de participarem do Curso de Atualização em Defesa Civil, concedendo-lhes diárias, ajuda de custo e passagem aérea de acordo com o artigo 1º; alínea “b “ do §1º e §3º do art.3º; arts.6º, 9º, combinado com o disposto no anexo III do Decreto nº26.478, de 21 de dezembro de 2001 e anexo único do Decreto nº29.357 de 11 de julho de 2008, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária Corpo de Bombeiros Militar. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, em Fortaleza, 26 de março de 2009.

João Vasconcelos Sousa - Cel QOBM  
COMANDANTE GERAL DO CBMCE

Registre-se e publique-se.



## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº084/2009 DE 26 DE MARÇO DE 2009

NOME	CARGO/FUNÇÃO	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	QUANT.	VALOR	DIÁRIAS ACRÉSCIMO	TOTAL	AJUDA DE CUSTO	PASSAGEM	TOTAL
Henrique Jorge Silva Santos (DNS-2) - matrícula nº029.615-1-2	CEL QOBM	III	29 de março a 03 de abril de 2009	Fortaleza-Recife- Fortaleza	5 1/2	166,01	50%	1.369,55	103,75	609,44	2.082,74
Luis Carlos da Silva Júnior - matrícula nº126.655-1-2	CAP QOBM	V	29 de março a 03 de abril de 2009	Fortaleza-Recife- Fortaleza	5 1/2	124,51	50%	1.027,18	103,75	609,44	1.740,37

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº085/2009** - O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **SERVIDORES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de participarem do Curso de Atualização em Defesa Civil, concedendo-lhes diárias, ajuda de custo e passagem aérea de acordo com o artigo 1º; alínea “b” do §1º e §3º do art.3º; arts.6º, 9º, combinado com o disposto no anexo III do Decreto nº26.478, de 21 de dezembro de 2001 e anexo único do Decreto nº29.357 de 11 de julho de 2008, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária Corpo de Bombeiros Militar. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, em Fortaleza, 26 de março de 2009.

João Vasconcelos Sousa - cel QOBM  
COMANDANTE GERAL DO CBMCE

Registre-se e publique-se.

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº085/2009 DE 26 DE MARÇO DE 2009

NOME	CARGO/FUNÇÃO	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	QUANT.	VALOR	DIÁRIAS ACRÉSCIMO	TOTAL	AJUDA DE CUSTO	PASSAGEM	TOTAL
Maria Ioneide Araújo (DAS-1) - matrícula nº082.954-1-7	Técnica em Defesa Civil	III	29 de março a 03 de abril de 2009	Fortaleza-Recife- Fortaleza	5 1/2	166,04	50%	1.369,55	103,75	609,44	2.082,74
Tereza Angélica Pinheiro Maia - matrícula nº300.518-1-5	Técnica em Defesa Civil	IV	29 de março a 03 de abril de 2009	Fortaleza-Recife- Fortaleza	5 1/2	146,04	50%	1.188,33	103,75	609,44	1.901,52

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº086/2009** - O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de participarem no X Congresso Nacional das Justiças Militares, concedendo-lhes diárias, ajuda de custo e passagem aérea de acordo com o artigo 1º; alínea “b” do §1º e §3º do art.3º; arts.6º, 9º, combinado com o disposto no anexo III do Decreto nº26.478, de 21 de dezembro de 2001 e anexo único do Decreto nº29.357 de 11 de julho de 2008, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária Corpo de Bombeiros Militar. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, em Fortaleza, 26 de março de 2009.

João Vasconcelos Sousa - Cel QOBM  
COMANDANTE GERAL DO CBMCE

Registre-se e publique-se.

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº086/2009 DE 26 DE MARÇO DE 2009

NOME	CARGO/FUNÇÃO	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	QUANT.	VALOR	DIÁRIAS ACRÉSCIMO	TOTAL	AJUDA DE CUSTO	PASSAGEM	TOTAL
Francisco Weima de Melo Filgueira - matrícula nº116.088-1-7	Maj QOBM	IV	02 a 05 de abril de 2009	Fortaleza-João Pessoa- Fortaleza	3 1/2	146,04	40%	766,71	103,75	926,33	1.796,79
Homero Catunda Batista - matrícula nº105.580-1-8	Maj QOBM	IV	02 a 05 de abril de 2009	Fortaleza-João Pessoa- Fortaleza	3 1/2	146,04	40%	766,71	103,75	926,33	1.796,79

\*\*\* \*\*

**PORTARIA GAB.CMD Nº087/2009** - O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o militar **FRANCISCO WILLIAM LOPES RODRIGUES** - DNS-2, ocupante do posto de Tenente-Coronel QOBM, matrícula nº082.084-1-7, desta Corporação, a **viajar** à cidade de Natal/RN, no período de 01 a 05 de abril de 2009, a fim de participar do VII Congresso Internacional de Direito Constitucional, concedendo-lhe 04 (quatro) diárias e meia, no valor unitário de R\$166,01 (Cento e sessenta e seis reais e um centavo) acrescidos de 40% (quarenta por cento), no valor total de R\$1.045,84 (Um mil e quarenta e cinco reais e oitenta e quatro centavos), mais 01 (uma) ajuda de custo no valor total de R\$103,75 (Cento e três reais e setenta e cinco centavos), e passagem aérea, para o trecho Fortaleza-Natal-Fortaleza, no valor de R\$385,24 (Trezentos e oitenta e cinco reais e vinte e quatro centavos), perfazendo um total de R\$1.534,83 (Um mil, quinhentos e trinta e quatro reais e oitenta e três centavos), de acordo com o artigo 1º; alínea b §1º, §3º do artigo 3º; arts.6º, 9º do Decreto nº26.478, de 21 de dezembro de 2001, classe III do anexo único do Decreto nº29.357 de 11 de julho de 2008, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do Corpo de Bombeiros Militar. CORPO DE BOMBEIROS MILITAR, em Fortaleza, 26 de março de 2009.

João Vasconcelos Sousa - Cel QOBM  
COMANDANTE GERAL DO CBMCE

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº89/2009/GAB.CMD.** - O COMANDANTE GERAL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **MILITARES** relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de realizarem visita técnica ao Corpo de Bombeiros Militar de Santa Catarina, concedendo-lhes diárias, ajuda de custo e passagem aérea de acordo com o artigo 1º; alínea “b” do §1º e §3º do art.3º; arts.6º, 9º, combinado com o disposto no anexo III do Decreto nº26.478, de 21 de dezembro de 2001 e anexo único do Decreto nº29.357 de 11 de julho de 2008, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária do Corpo de Bombeiros Militar do estado do Ceará. GABINETE DO COMANDO GERAL, em Fortaleza, 26 de março de 2009.

João Vasconcelos Sousa - Cel QOBM  
COMANDANTE GERAL DO CBMCE

Registre-se e publique-se.

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº89/2009/GAB.CMD. DE 26 DE MARÇO DE 2009

NOME	CARGO/FUNÇÃO	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	QUANT.	VALOR	DIÁRIAS ACRÉSCIMO	AJUDA DE TOTAL	PASSAGEM CUSTO	TOTAL	
Manoel Helder de Miranda - matricula nº106528-1-2	Major BM	IV	de 31 de março a 03 de abril de 2009	Fortaleza - Florianópolis - Fortaleza	41/2	R\$146,04	50%	R\$985,77	R\$103,75	R\$1.725,12	R\$2.814,64
Francisco Vanderlan Carvalho Vieira Filho - matricula nº116071-1-X	Major BM	IV	de 31 de março a 03 de abril de 2009	Fortaleza - Florianópolis - Fortaleza	41/2	R\$146,04	50%	R\$985,77	R\$103,75	R\$1.725,12	R\$2.814,64

\*\*\* \*\*

## EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº01/2009

I. ORGÃO GESTOR: Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará; II. EMPRESA FORNECEDORA: **H MARTINS COMERCIO DE EQUIPAMENTOS DE SEGURANÇA LTDA**, CNPJ 08.729.810/0001-95, no valor de R\$702.000,00 (setecentos e dois mil reais) referente a aquisição de 12.000 (doze mil) cestas basicas; III. OBJETO: **Futuras e eventuais aquisições de cestas basicas** para atividades de defesa civil; IV. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº10.520, de 17/07/2002, Lei Federal nº11.488, de 15/06/2007, Lei complementar nº123, de 14/12/2006, Decreto Estadual nº28.089, de 10/01/2006, Decreto Estadual nº27.118, de 27/06/2003, alterado pelo Decreto Estadual nº27.862, de 02/08/2005, Decreto Estadual nº27.624, de 22/11/2004, Decreto Estadual nº27.922, de 20/09/2005, e subsidiariamente a Lei Federal nº8.666, de 21/06/1993, e o Decreto Federal nº5.450, de 31/05/2005; V. MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº2008101, processo SPU nº08509084-0; VI. VALIDADE DA ATA: 12 (doze) meses a partir da data de publicação no Diário Oficial do Estado do Ceará; VII. DATA DA ASSINATURA, 25/03/2009 VIII. ORGÃO GESTOR DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS: Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Ceará/CBMCE; QUARTEL DO CORPO DE BOMBEIROS MILITAR DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 08 de abril de 2009.

Mário dos Martins Coelho Bessa - OAB Nº15.254  
ASSESSOR JURÍDICO

\*\*\* \*\*

## SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

**PORTARIA Nº157/2009** - A SECRETÁRIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR o servidor **FRANCISCO WEYDS FERNANDES CAVALCANTE**, ocupante do cargo de ORIENTADOR DE CÉLULA - DNS -3, matrícula nº500021-1-X, desta Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social, a **viajar** à cidade de Crateús/Ce, no período de 27 a 29.04.2009 a fim de fazer visita técnica à Unidade de Semiliberdade, concedendo-lhe duas diárias e meia, no valor unitário de R\$67,63 (Sessenta e sete reais e sessenta e três centavos), totalizando R\$169,08 (Cento e sessenta e nove reais e oito centavos), de acordo com o artigo 1º; alínea b do §1º do art.3º; art.9º do Decreto nº26.478, de 21 de dezembro de 2001, classe III do anexo único do Decreto nº29.357 de 11 de julho de 2008, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, 24 de abril de 2009.

Fátima Catunda Rocha Moreira de Andrade

SECRETÁRIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM EXERCÍCIO

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº160/2009** - A SECRETÁRIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE AUTORIZAR os **CONSELHEIROS** do CONSELHO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL - CEAS-CE, relacionados no Anexo Único desta Portaria, a **viajarem** em objeto de serviço, com a finalidade de acompanhar o processo de eleição do CMAS e averiguar denúncias encaminhadas a este Conselho, concedendo-lhe diárias, de acordo com o artigo 1º; alínea b do §1º do art.3º; art.9º do Decreto nº26.478, de 21 de dezembro de 2001 e anexo único do Decreto nº29.357 de 11 de julho de 2008 e Lei nº14.210, de 25 de setembro de 2008, devendo a despesa correr à conta da dotação orçamentária da Secretaria do Trabalho e Desenvolvimento Social. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, 14 de abril de 2009.

Fátima Catunda Rocha Moreira de Andrade

SECRETÁRIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM EXERCÍCIO

Registre-se e publique-se.

## ANEXO ÚNICO A QUE SE REFERE A PORTARIA Nº160/2009 DE 14 DE ABRIL DE 2009

NOME	CARGO/FUNÇÃO	CLASSE	PERÍODO	ROTEIRO	DIÁRIAS		TOTAL
					QUANT.	VALOR	
RENATA MOREIRA DA SILVA	Conselheiro	IV	15 a 16.04.2009	Jijoca de Jericoacoara	1.1/2	56,87	85,30
MARLÚCIA RAMOS DE FÁTIMA DE SOUSA GOMES	Conselheiro	IV	15 a 16.04.2009 e 22 a 23.04.2009	Jijoca de Jericoacoara, Meruoca e Massapê	3	56,87	170,60
RAIMUNDO MUNIZ MENDES	Conselheiro	IV	22 a 23.04.2009	Meruoca e Massapê	1.1/2	56,87	85,30
TOTAL							341,20

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº171/2009** - A SECRETÁRIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, EM EXERCÍCIO, no uso de suas atribuições legais, RESOLVE NOTIFICAR, para fins de direito, que a servidora **CÉLIA MARIA DE PAULA MOREIRA**, matrícula nº200008-1-3, que exerce a função de Assistente Social, nos termos do art.11 do Decreto nº20.768, de 11 de junho de 1990, **passou a assinar** CÉLIA MARIA MONTEIRO DE PAULA, conforme Averbação de Divórcio constante na Certidão de Casamento, expedida pelo Cartório CYSNE, em 12/02/2004. SECRETARIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL, em Fortaleza, 16 de abril de 2009.

Fátima Catunda Rocha Moreira de Andrade

SECRETÁRIA DO TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL EM EXERCÍCIO

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

## SECRETARIADO TURISMO

## EXTRATO 1º ADITIVO AO CONVÊNIO Nº01/2007

I - ESPÉCIE: Primeiro Termo Aditivo. II - OBJETO: Constitui o objeto do presente Termo a **prorrogação do prazo** do Convênio nº01/2007, passando seu término para 30 de junho de 2009. III - DA RATIFICAÇÃO: Permanecem inalteradas as demais cláusulas e condições estipuladas no Convênio 01/2007 que não forem expressamente modificadas por este Termo Aditivo. IV - DATA E ASSINANTES: Fortaleza, 05 de março de 2009. Bismarck Costa Lima Pinheiro Maia (Secretário de Turismo) Henrique Luis do Carmo Sá (Vice Reitor de Ensino de Graduação).

Ana Karine de Oliveira Moreira  
ASSESSORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

## EXTRATO DE ADITIVO AO CONTRATO Nº09/2008

I - ESPÉCIE: Segundo Termo Aditivo; II - CONTRATANTE: O Estado do Ceará, através da Secretaria do Turismo – SETUR, CNPJ/MF Nº00.671.077/0001-93; III - ENDEREÇO: Avenida Ministro José Américo, S/N, Edifício SEPLAG- Térreo- Cambeba, Fortaleza-Ceará; IV - CONTRATADA: **INTERATIVA EMPREEDIMENTOS, SERVIÇOS DE LIMPEZA E CONSTRUÇÕES LTDA.**, CNPJ/MF: 05.305.430/0001-35; V - ENDEREÇO: Rua Napoleão Laureano, nº210, Fátima, Fortaleza – Ceará; VI - FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Fundamentam-se este Termo Aditivo no art.57, §2º combinado com o Art.65, inciso II da Lei nº8.666/93 e suas alterações posteriores; VII-FORO: Fortaleza-Ceará; VIII - OBJETO: O presente Termo Aditivo tem por objeto **alterar o valor previsto na Cláusula Terceira- “Do preço” do Contrato nº09/2008**, em decorrência da Convenção Coletiva de Trabalho/09, firmada entre o Sindicato dos Empregados em Empresas de Asseio e Conservação e o Sindicato das Empresas de Asseio e Conservação do Estado do Ceará (SEEACONCE X SEACE/CE), nos termos da Planilha de realinhamento em anexo. O Termo em apreço também objetiva a prorrogação do Contrato supracitado mesmo por mais 12 meses, e pela prestação dos serviços a que se refere à Cláusula Primeira a Contratante pagará à Contratada, o valor mensal R\$23.845,43 (vinte e três mil, oitocentos e quarenta e cinco reais e quarenta e três centavos), perfazendo um montante global de R\$286.145,16 (duzentos e oitenta e seis mil reais e centos e quarenta e cinco reais e dezesseis centavos); IX - DA VIGÊNCIA: O prazo de vigência do Contrato nº09/2008 será prorrogado para o dia 01 de abril de 2010; X - DA RATIFICAÇÃO: Todas as cláusulas e condições inicialmente contratadas permanecem

inalteradas e em pleno vigor; XI - DATA: 31 de março de 2009; XII - SIGNATÁRIOS: Bismarck Costa Lima Pinheiro Maia (Secretário do Turismo) e Alexis Fernandes (Contratado).

Ana Karine Moreira  
ASSESSORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

## TERMO ADITIVO AO CONTRATO DE LOCAÇÃO Nº22/2006

AUTORIZANTE: O ESTADO DO CEARÁ, através da SECRETARIA DO TURISMO - SETUR, sediada no Centro Administrativo Governador Virgílio Távora, Edifício da SEPLAG, térreo, Cambeba, na cidade de Fortaleza, inscrita no CNPJ/MF, sob o nº00.671.077/0001-93; AUTORIZATÁRIO: EMPRESA ITALIANA MZ CONGRESSI S.R.L., CNPJ nº05106600157, com sede na Via Carlo Farini, 81 – 20159 – Milano - Itália, doravante denominado, têm entre si, justo, combinado e acertado, neste na melhor forma de direito, o Primeiro Termo Aditivo ao Contrato de Locação nº022/2006, que se regerá pelas cláusulas e condições seguintes: DO OBJETO: O presente instrumento tem por objeto **modificar as áreas locadas do evento relativo ao Contrato nº022/2006**, que passam a ser as seguintes: Blocos A, B, C, D, E, F – Térreo, Lanchonete, F- Mezanino e G, assim como acrescentar uma hora extra aos espaços anteriormente locados em consequência da qual, ficam alterados os valores constantes do orçamento e o da locação, contido no item 3.1. da Cláusula Terceira do mencionado contrato, que passa a ter a seguinte redação: Valor, data e local de pagamento – O LOCATÁRIO (A) pagará ao LOCADOR (A), a importância de R\$114.251,00 (cento e quatorze mil e duzentos e cinquenta e um reais), de acordo com o orçamento integrante deste instrumento. Referido pagamento deverá ser efetuado através de boletos bancários, de acordo com orçamento em anexo, devendo o comprovante de pagamento ser apresentado a Gerência do Centro de Convenções do Ceará, que autorizará a montagem e/ou a realização do evento. DA FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Fundamenta-se o presente Termo Aditivo na letra “b” do item I do artº.65 da Lei nº8.666/93, combinado com o item II do mesmo artigo. Da Ratificação: Ratificam-se, neste ato, todas as demais cláusulas e condições do Contrato original que não colidirem com as disposições ora estipuladas. DATA DA ASSINATURA: 08 de fevereiro de 2008. SIGNATÁRIOS: Bismarck Costa Lima Pinheiro Maia (Secretário do Turismo), Mauro Zaniboni (Locatário).

Ana Karine Moreira  
ASSESSORA JURÍDICA

\*\*\* \*\*

## DEFENSORIA PÚBLICA GERAL

**PORTARIA Nº178/2009** - A SUBDEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, RESOLVE, nos termos do art.1º da Lei nº13.363, de 16 de setembro de 2003, regulamentado pelo Decreto nº27.471, de 17 de junho de 2004, com nova redação dada ao inciso II, do art.1º e 2º, pelo Decreto nº28.305, de 30 de junho de 2006 e pelo Decreto nº28.839, de 21 de agosto de 2007, **CONCEDER AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO ao SERVIDOR** abaixo relacionado nesta Portaria, durante os meses de fevereiro, março e abril de 2009. DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza aos 03 de abril de 2009.

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	MATRÍCULA
André Luis dos Santos Ramos	Assessor Chefe da Assessoria de Informática	301.219-1-0

Maria Angélica Cardoso Mendes Bezerra  
SUBDEFENSORA PÚBLICA GERAL

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*

**PORTARIA Nº179/2009** - A SUBDEFENSORA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, no uso de suas atribuições, RESOLVE, nos termos do art.1º da Lei nº13.363, de 16 de setembro de 2003, regulamentado pelo Decreto nº27.471, de 17 de junho de 2004, com nova redação dada ao inciso II, do art.1º e 2º, pelo Decreto nº29.398, de 02 de setembro de 2008, D.O de 04 de setembro de 2008, **CONCEDER AUXÍLIO ALIMENTAÇÃO aos SERVIDORES** abaixo relacionados nesta Portaria, durante o mês de maio de 2009. DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO, em Fortaleza aos 03 de abril de 2009.

NOME	CARGO OU FUNÇÃO	MATRÍCULA
André Luis dos Santos Ramos	Assessor Chefe da Assessoria de Informática	301.219-1-0
Francisco Alexandre C. de Oliveira	Datilógrafo	087.522-2-2
Paulo César Xavier dos Santos	Assessor Chefe da Assessoria de Planejamento	301.152-1-X
Yvone Costa Brito	Agente de Administração	300.392-1-1

Maria Angélica Cardoso Mendes Bezerra  
SUBDEFENSORA PÚBLICA GERAL

Registre-se e publique-se.

\*\*\* \*\*



## RESOLUÇÃO Nº028/2009.

**DISPÕE SOBRE A CRIAÇÃO  
DO DIA DO ESTAGIÁRIO NO  
ÂMBITO DA DEFENSORIA  
PÚBLICA GERAL DO ESTADO  
DO CEARÁ.**

O CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a função institucional outorgada pela Constituição da República à Defensoria Pública de prestação de assistência jurídica integral e de qualidade ao hipossuficiente; CONSIDERANDO a grande importância do auxílio de seu corpo de estagiários para bom desempenho das atividades por esta Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará realizadas; CONSIDERANDO, ainda, o poder normativo do Conselho Superior no âmbito da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará; RESOLVE:

Artigo 1º - Fica instituído, no âmbito da Defensoria Pública Geral do Estado do Ceará, o dia do estagiário, que deverá ser comemorado, condignamente, na data de 08 de abril.

Parágrafo único – Em comemoração a este dia deverá ser promovido pela Defensoria Pública Geral do Estado um evento sócio-educativo, onde sejam abordados temas relacionados à atuação do estagiário.

Artigo 2º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se.

CONSELHO SUPERIOR DA DEFENSORIA PÚBLICA GERAL DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza (CE), 26 de março de 2009.

Francilene Gomes de Brito Bessa

PRESIDENTE

Maria Angélica Cardoso Mendes Bezerra

CONSELHEIRA NATA

Maria Cristina de Aguiar Costa

CONSELHEIRA ELEITA

Heliady Sales de Oliveira

CONSELHEIRO ELEITO

\*\*\* \*\*

**PODER LEGISLATIVO**

**ASSEMBLEIA LEGISLATIVA**

**PORTARIA Nº200-B/2009** - A DIRETORA GERAL DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ no uso de suas atribuições que lhe confere a Resolução nº270, de 30 de setembro de 1991, no seu art.1º, inciso XIII, combinado com o art.67, da Lei 8.666 de 21 de junho de 1993, RESOLVE: **Designar LISE MARIA NOVAES ELEUTÉRIO** nº000.121, para, sem prejuízo das funções de seu cargo e demais atividades funcionais, exercer a função de Gestora do Contrato nº09/2009, firmado com a EMPRESA ANDRÉ GRIESER ARQUITETURA E CONSULTORIA ACÚSTICA LTDA, referente ao Projeto acústico de sonorização, reprodução de imagens para o Auditório da Central de Serviços desta Casa. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22 de abril de 2009.

Sávia Maria Queiroz Magalhães  
DIRETORA GERAL

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DE CONTRATO Nº09/2009**

CONTRATANTE: ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, CNPJ/MF nº06.750.525/0001-20. CONTRATADA: Empresa **ANDRÉ GRIESER ARQUITETURA E CONSULTORIA ACÚSTICA LTDA**, CNPJ/MF sob o nº63.317.754/0001-90, situada na Av. Senador Virgílio Távora, 50, sobre loja 3, no Bairro Meireles. OBJETO: **Projeto acústico de sonorização, reprodução de imagens** para o Auditório da Central de Serviços desta Casa. FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: A Carta Convite nº03/2009-CP e processo administrativo nº01065/2009, tudo em conformidade com a Lei 8.666, de 21 de junho de 1993, e suas atualizações posteriores, que ficam fazendo parte deste contrato, independente de transcrição. FORO: Cidade de Fortaleza, Capital do Estado do Ceará. VIGÊNCIA: De 15 de abril de 2009 a 14 de junho de 2009. VALOR GLOBAL: R\$23.000,00 (vinte e três mil reais). DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Código 00034 - 01100002.01.122.080. 20256.22.0000044905100000 – Obras e Instalações. DATA DA ASSINATURA: 15 de abril de 2009. SIGNATÁRIOS: SÁVIA MARIA

DE QUEIROZ MAGALHÃES – DIRETORA GERAL, pela Assembléia Legislativa do Estado do Ceará e o Sr. George André Montenegro Grieser, pela empresa ANDRÉ GRIESER ARQUITETURA E CONSULTORIA ACÚSTICA LTDA. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22 de abril de 2009.

Sávia Maria Queiroz Magalhães  
DIRETORA GERAL

\*\*\* \*\*

**CORRIGENDA**

No Ato Deliberativo nº229, de 12.09.1989, D.O.E. 14.09.1989, de interesse de MARIA INÊZ AMÂNCIO CAMPOS. **Onde se lê:** MARIA INÊZ AMÂNCIO CAMPOS. **Leia-se:** MARIA INÊZ AMÂNCIO CAMPOS. MESA DIRETORA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em.

Dep. Domingos filho  
PRESIDENTE

\*\*\* \*\*

**CORRIGENDA**

No Ato da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará de 16 de janeiro de 1990, publicado no D.O.E. de 02 de fevereiro de 1990 de interesse de DELPHINA VIANNA FORTE. **Onde se lê:** DELFINA VIANNA FORTE. **Leia-se:** DELPHINA VIANNA FORTE. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 27 de março de 2009.

Dep. Domingos filho  
PRESIDENTE

\*\*\* \*\*

**CORRIGENDA**

No Ato da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa do Estado do Ceará de 16 de dezembro de 1992, publicado no D.O.E. de 24 de agosto de 1993 de interesse de DELPHINA VIANNA FORTE. **Onde se lê:** DELFINA VIANNA FORTE. **Leia-se:** DELPHINA VIANNA FORTE. GABINETE DA PRESIDÊNCIA DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO CEARÁ, em 27 de março de 2009.

Dep. Domingos filho  
PRESIDENTE

\*\*\* \*\*

**TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS**

**EXTRATO DE PAUTA Nº43/2009 - PLENO**

Serão **apreciados/julgados**, em sessão ordinária, após 48 horas da circulação desta publicação, os seguintes **PROCESSOS**:

Relator:	Cons. Artur Silva
Processo nº:	9218/05
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2004 Recurso de Reconsideração: 27017/07
Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE CARIDADE
Responsável:	JOSE TAVARES GUIMARAES
Processo nº:	9838/01
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2000 Incidente de Nulidade Absoluta: 861/09
Órgão:	CÂMARA MUNICIPAL DE NOVA OLINDA
Responsável:	MARIA FRANCISCA DOS SANTOS
Processo nº:	12928/07
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2006 Recurso de Reconsideração: 24446/08
Órgão:	FUNDEF DE IPAPORANGA
Responsável:	ANTONIO EDSON MELO
Processo nº:	14214/06
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2005 Recurso de Reconsideração: 12057/08
Órgão:	FUNDO SAUDE DE ACARAPE
Responsável:	VIVIAN TORRES RAMOS DE FREITAS
Processo nº:	15924/05
Natureza:	Prestação de Contas de Gestão - 2004 Recurso de Reconsideração: 19999/08
Órgão:	FUNDEF DE LIMOEIRO DO NORTE
Responsável:	MARIA AUREA ALEXANDRE COSTA
Processo nº:	35770/05 - Processo transformado nº32244/05
Natureza:	Tomada de Contas de Gestão - 2004 Recurso de Reconsideração: 23318/08
Órgão:	FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE DE PIRES FERREIRA

Responsável: ERIBERTO SOARES PASSOS  
 Relator: Cons. Luiz Sérgio  
 Processo nº: 8434/02  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2001 Recurso de Reconsideração: 18464/06  
 Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE BOA VIAGEM  
 Responsável: ROSA VIEIRA FERNANDES  
 Processo nº: 10068/03  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2002 Recurso de Reconsideração: 24680/07  
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSEBIO  
 Responsável: EDSON SA  
 Relator: Cons. Marcelo Feitosa  
 Processo nº: 11333/02  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2001 Recurso de Reconsideração: 15583/08  
 Órgão: FUNDO DE ASSISTENCIA SOCIAL DE AURORA  
 Responsável: FRANCISCO CARLOS MACEDO TAVARES  
 Responsável: MARIA ODETE PINTO LEITE  
 Processo nº: 12174/01  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2000 Recurso de Reconsideração: 17009/07  
 Órgão: FUNDEF DE CHOROZINHO  
 Responsável: ISABEL MARIA MAGALHAES DE FREITAS  
 Processo nº: 12376/05  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2004 Recurso de Reconsideração: 26701/06  
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE IBARETAMA  
 Responsável: MANOEL MORAES LOPES  
 Processo nº: 12819/07  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2006 Recurso de Reconsideração: 479/09  
 Órgão: FUNDO SAÚDE DE CAMPOS SALES  
 Responsável: ANTONIA ALIZANDRA GOMES DOS SANTOS  
 Processo nº: 13834/07 - Processo transformado nº8212/07  
 Natureza: Tomada de Contas Especial - 2005 Recurso de Reconsideração: 20821/08  
 Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE MILAGRES  
 Responsável: FRANCISCA ANAYSA BATISTA DE FIGUEIREDO  
 Denunciante: MARCUS VINICIUS ANDRADE DE MOURA  
 Processo nº: 15362/07  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2006 Recurso de Reconsideração: 4720/09  
 Órgão: FUNDO SAÚDE DE ICO  
 Responsável: FRANCISCO ANTONIO CARDOSO MOTA  
 Processo nº: 16373/01  
 Natureza: Denúncia - 2001 Pedido de Reexame: 20706/05  
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE OCARA  
 Responsável: PEDRO CANDIDO DE OLIVEIRA  
 Interessado: JOSE RIBAMAR DE ARAUJO  
 Relator: Cons. Pedro Ângelo  
 Processo nº: 12893/06  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2005 Recurso de Revisão: 20379/07  
 Órgão: SECRETARIA DE SAÚDE DE PALMACIA  
 Responsável: RENATO MAIA MOURAO  
 Processo nº: 31116/05 - Processo transformado nº28329/05  
 Natureza: Tomada de Contas de Gestão - 1999 Recurso de Reconsideração: 12018/07  
 Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO DE JARDIM  
 Responsável: SONIA MARIA SOARES SAMPAIO  
 TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22-abril-2009

Virgílio Freire do Nascimento Filho  
 SECRETÁRIO ADJUNTO

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE PAUTA Nº37/2009 - 1ª CÂMARA

Serão **apreciados/julgados**, em sessão ordinária, após 48 horas da circulação desta publicação, os seguintes **PROCESSOS**:

Relator: Cons. Marcelo Feitosa  
 Processo nº: 8716/03  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2002  
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATO  
 Responsável: MARIA JULIA COUTO COELHO  
 Processo nº: 12454/07  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2006  
 Órgão: SECRETARIA DE DESPOSTO E DA JUVENTUDE DE AQUIRAZ

Responsável: JOSE IVANILDO SARAIVA CUNHA  
 Processo nº: 13827/06  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2005  
 Órgão: CÂMARA MUNICIPAL DE CRATO  
 Responsável: FRANCISCO HELDER DE OLIVEIRA FRANCA  
 Processo nº: 23507/06 - Processo transformado nº21618/06  
 Natureza: Tomada de Contas Especial - 2005  
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE ACOPIARA  
 Responsável: LUIZA MEIRY MENDES FEITOSA  
 Responsável: ROSANGELA MARIA GOMES DA SILVA  
 Responsável: SUENE BARBOSA RODRIGUES]  
 Denunciante: 1A PROMOTORIA DE JUSTICA COMARCA DE ACOPIARA  
 Denunciado: ANTONIO ALMEIDA NETO  
 Denunciado: MARIA JOSE RUFINO ALVES  
 Relator: Cons. Pedro Ângelo  
 Processo nº: 620/08 - Processo transformado nº26669/07  
 Natureza: Tomada de Contas de Gestão - 2005  
 Órgão: FUNDO MUN. DIREITOS CRIANÇA ADOLESCENTE DE QUIXADA  
 Responsável: MARIA IVONETE DUTRA FERNANDES  
 TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22-abril-2009  
 Virgílio Freire do Nascimento Filho  
 SECRETÁRIO ADJUNTO

\*\*\* \*\*

#### EXTRATO DE PAUTA Nº37/2009 - 2ª CÂMARA

Serão **apreciados/julgados**, em sessão ordinária, após 48 horas da circulação desta publicação, os seguintes **PROCESSOS**:

Relator: Cons. Artur Silva  
 Processo nº: 10039/08  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2007  
 Órgão: SECRETARIA DE TURISMO E ESPORTES DE ICAPUI  
 Responsável: ANTONIO LIGORIO MEDEIROS DA SILVA  
 Processo nº: 12654/07  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2006  
 Órgão: GABINETE DO PREFEITO DE ACARAU  
 Responsável: MARIA ELCILENE CONDE WANDERLEY  
 Relator: Cons. Luiz Sérgio  
 Processo nº: 8212/08  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2007  
 Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE TRAIRI  
 Responsável: FRANCISCO IVANI RABELO  
 Processo nº: 9319/08  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2007  
 Órgão: FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL DE CRATO  
 Responsável: LIDUINA ALVES DE ANDRADE  
 Processo nº: 10284/07  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2006  
 Órgão: FUNDO MUN. DE ASSISTENCIA SOCIAL DE PINDORETAMA  
 Responsável: PATRICIA VIRGINA DA COSTA  
 Processo nº: 10336/03  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2002  
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE  
 Responsável: ODIVAL LIMEIRA LUNA  
 Processo nº: 15205/07  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2006  
 Órgão: FUNDEF DE BEBERIBE  
 Responsável: KATIA REJANE AUGUSTO PEIXOTO LIMA  
 Processo nº: 28953/07 - Processo transformado nº25718/07  
 Natureza: Tomada de Contas de Gestão - 1998  
 Órgão: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO GONCALO DO AMARANTE  
 Responsável: RAIMUNDO NONATO DA SILVA NETO  
 Relator: Cons. Manoel Veras  
 Processo nº: 8759/04  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2003  
 Órgão: INSTITUTO DR. JOSE FROTA DE FORTALEZA  
 Responsável: MARCOS ANTONIO ALVES DE MELO  
 Responsável: MARCOS ANTONIO ALVES DE MELO  
 Processo nº: 8840/08  
 Natureza: Prestação de Contas de Gestão - 2007  
 Órgão: FUNDEF DE LAVRAS DA MANGABEIRA

Responsável: INEZ EDUARDO PINHEIRO  
 Processo nº: 14697/06 - Processo transformado nº11191/06  
 Natureza: Tomada de Contas de Gestão - 1999  
 Órgão: FUNDO MUNICIPAL EDUCACAO DE CAMPOS SALES  
 Responsável: PAULO NEY MARTINS  
 Interessado: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICIPIOS  
 TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO CEARÁ, em Fortaleza, 22-abril-2009  
 Virgílio Freire do Nascimento Filho  
 SECRETARIO ADJUNTO

\*\*\* \*\*

**EXTRATO DO PRIMEIRO ADITIVO AO CONTRATO**

PARTES: TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, CNPJ nº06.750.319.0001-10 e **PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS**, CNPJ nº61.198.164/0001-60. OBJETO: **Inclusão de mais um veículo** do TCM nas coberturas de seguro previstas no contrato, ocasionando acréscimo de 8,01% (oito vírgula zero um por cento, sobre o valor global do contrato de seguro automotivo, importando o referido acréscimo na quantia de R\$640,78 (seiscentos e quarenta reais e setenta e oito centavos). FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art.65, §1º, da Lei nº8.666 de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como no Pregão Eletrônico nº07/2008, protocolado no TCM sob nº2008.TCM.LIC.13425/08. VALOR: R\$640,78 (seiscentos e quarenta reais e setenta e oito centavos). DESPESA: Correrá por conta do orçamento TCM - Codificação: 03100001 - Tribunal de Contas dos Municípios; Função 01 - Legislativa; Subfunção: 122 - Administração Geral; Programa de Governo: 400 - Coordenação e Manutenção Geral; Ação: 20.521 - Pagamento de Despesas Administrativas de Natureza Continuada; Natureza da Despesa: 339039 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica; Fonte de Recursos: 00. TRIBUNAL DE CONTAS DOS MUNICÍPIOS, em Fortaleza, 01 de abril de 2009.

Ernesto Saboia de Figueiredo Junior  
 PRESIDENTE

Visto:

ASSESSOR JURÍDICO

\*\*\* \*\*

**OUTROS**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE JAGUARUANA - Decreto Nº 194, de 22 de Abril de 2009.** Declara em situação anormal, caracterizada como situação de calamidade pública, a área do município afetada pelas chuvas. O Prefeito Municipal de Jaguaruana, Estado do Ceará, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 81, inciso I, alínea "e", da Lei Orgânica do Município, pelo Decreto Federal nº 5.376, de 17 de fevereiro de 2005, e pela Resolução nº 03 do Conselho Nacional de Defesa Civil. **CONSIDERANDO QUE:** As fortes precipitações pluviométricas acima da média, ultrapassando a casa dos 800 (oitocentos) mm de chuvas, danificaram as estradas e malha viária, deixando a maioria das localidades sem acesso a sede município de Jaguaruana. O município depende destes acessos para escoamento de produção agrícola, vegetal e mineral. Como consequência das fortes chuvas o município encontra-se com um número significativo de famílias desabrigadas e em situação de risco iminente necessitando de abrigo e ajuda por parte do poder público. Como consequências deste desastre, resultaram danos e prejuízos contidos no Formulário de Avaliação de Danos - AVADAM anexo a este Decreto; De acordo com a resolução nº 03 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC, a intensidade desse desastre foi dimensionada como nível II; Concorre com critérios agravantes a situação de anormalidade: carência de água potável adequada ao consumo humano, perdas das culturas de subsistência cultivadas em áreas próximas aos rios e córregos, falta de alimento e abrigo, remédios, caracterizando clima de tensão social e risco iminente da queda da qualidade de vida do contingente populacional afetado. **DECRETA: Art. 1º** Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de calamidade pública. **Parágrafo Único.** Esta situação de anormalidade é válida para toda zona urbana e rural do município, comprovadamente afetada pelo desastre e conforme prova documental estabelecida pelo Formulário de Avaliação de Danos pelo croqui da área afetada, anexos a este Decreto. **Art. 2º** Confirma-se à mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município, sob a coordenação da Coordenadoria Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de resposta ao desastre, após adaptado a real situação do mesmo. **Parágrafo Único.** As atividades serão coordenadas pela Secretaria Executiva do COMDEC. **Art. 3º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação devendo vigor por um prazo de 90 (noventa) dias. **Parágrafo Único.** O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 (cento e oitenta) dias. **Governo do Município de Jaguaruana, Estado do Ceará, em 22 de Abril de 2009. Antônio Roberto Rocha Silva - Prefeito Municipal.**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA. EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO - DISPENSA Nº 001/2009.** A Presidente da Comissão Especial de Licitação da Prefeitura Municipal de Pacatuba, em cumprimento da ratificação procedida pelo Gestor Municipal da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, o Sr. ANTÔNIO IVANIR OLIVEIRA PEIXOTO, faz publicar o extrato resumido do processo de Dispensa de Licitação a seguir: PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 001/2009 a seguir: **Objeto:** CONTRATAÇÃO DE INSTITUIÇÃO ESPECIALIZADA NOS SERVIÇOS DE PESQUISA, DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL E TECNOLÓGICO VISANDO REALIZAR PROCEDIMENTOS DE ESTUDO COMPLETO PARA LEVANTAMENTO DE DADOS, PREPARAÇÃO, ENCAMINHAMENTO E ACOMPANHAMENTO DA RECUPERAÇÃO FINANCEIRA DOS VALORES EXIGIDOS INDEVIDAMENTE PELO INSS AOS AGENTES POLÍTICOS, CONFORME DISCRIMINADO: DO PREFEITO, DO VICE-PREFEITO, DOS VEREADORES, COMPREENDENDO O PERÍODO DE FEVEREIRO DE 1998 A SETEMBRO DE 2004, POR OCASIÃO DA CONTRIBUIÇÃO CRIADA PELA LEI Nº 9.506/97, QUE ACRESCEU O INCISO H DO ARTIGO 12 DA LEI 8.212/91, INSTITUINDO A COBRANÇA EM FACE DE SUBSÍDIOS PAGOS AOS TITULARES DE CARGOS ELETIVOS. **Valor da Contratação:** R\$ 304.284,46 (Trezentos e quatro mil duzentos e oitenta e quatro reais e quarenta e seis centavos) que representam 20% do valor a ser recuperado; **Fundamento Legal:** Artigo 24, inciso XIII da Lei 8.666/93 e suas alterações. **Declaração de Dispensa** emitida pela Presidente da Comissão Especial de Licitação em 20.04.2009, e, **RATIFICADA** pelo Ordenador da Despesa da SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO em 20.04.2009. **Pacatuba, 23 de Abril de 2009 - Natália de Oliveira Albuquerque - Presidente da Comissão Especial de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE IPU.** A Comissão de Licitação, torna público o RESULTADO DO JULGAMENTO DE HABILITAÇÃO, da **CONCORRÊNCIA PÚBLICA 1303.01/2009 - SMIE**, cujo Objeto é Execução dos Serviços de Limpeza Pública no Município de Ipu/CE, declarando as seguintes Empresas **HABILITADAS:** TORRES MARTINS SERVIÇOS E CONTRUÇÕES LTDA. VIRGILIO E JACIRA CONSTRUÇÕES LTDA, BT LOCAÇÃO E LIMPEZA LTDA - ME. **INABILITADAS:** LINEAR CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA; SOUZA E FREITAS EDIFICAÇÕES LTDA, ISP CONSTRUÇÕES, LOCAÇÕES DE VEÍCULOS E SERVIÇOS DE LIMPEZA LTDA; E.V. EDIFICAÇÕES E CONSTRUÇÕES LTDA, H & J CONSTRUÇÕES LTDA, A LEITE CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA, RPC ENGENHARIA LTDA; CURVA CONSTRUTORA E SERVIÇOS LTDA, DIÓGENES CONSTRUÇÕES LTDA; CENPEL CENTRO NORTE PROJETOS E EMPREENDIMENTOS LTDA; MARCAS SERVIÇOS E CONSTRUÇÕES LTDA, PRM CONSTRUÇÕES LTDA; E C MEMÓRIA CONSTRUÇÃO CIVIL LTDA; FREITAS SERVIÇOS E LOCAÇÕES LTDA - ME; JORMA CONSTRUÇÕES LTDA, CONDUTA CONSTRUÇÕES E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA; CONSTRUTORA BÁRBARA LTDA; DB FRANKLIN ENGENHARIA; POLY CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA - ME, ALVORADA INDÚSTRIA COMÉRCIO E CONSTRUÇÕES LTDA; JPL CONSTRUÇÕES LTDA, EMMY'S EDIFICAÇÕES LTDA, G.M. CONSTRUÇÕES LTDA. A LEITE CONSTRUÇÃO E LOCAÇÃO LTDA, LN CONSTRUÇÕES E EMPREENDIMENTOS LTDA. Ficando aberto o prazo recursal, previsto no Art. 109, Inciso I, Alínea "A", da Lei de Licitações vigente. **Ipu - Ce, 23 de Abril de 2009. Eucélio Fernandes de Mesquita - Presidente da Comissão.**

\*\*\* \*\*

**NORDESTE REFRIGERANTES S/A - Companhia Fechada.** CNPJ/MF 02.694.830/0001-91 - NIRE 23.300.020.383. **EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA.** Ficam convocados os Senhores Acionistas da Nordeste Refrigerantes S/A ("Companhia"), na forma prevista no artigo 124 da Lei nº 6.404/76, a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária a ser realizada no dia 29 de abril de 2009, às 15h00m, na sede social, situada na Av. Dr. Mendel Steinbruch, s/n, Km 06, sala 4, Distrito Industrial de Pajuçara, Maracanaú, Estado do Ceará, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: I- EM REGIME DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA: 1. Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado 31 de dezembro de 2008; 2. Deliberar sobre a proposta da Administração para destinação do resultado do exercício de 2008; e 3. Deliberar sobre a eleição dos membros do Conselho de Administração e seus suplentes. II- EM REGIME DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA: 1. Manifestar-se sobre as demonstrações financeiras das subsidiárias da Companhia relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008; 2. Manifestar-se sobre a proposta da Administração para destinação do resultado de 2008 das subsidiárias da Companhia; e 3. Deliberar sobre a Política de Investimentos, Financiamento e Dividendos da Companhia ("IDF Policy"). Fortaleza (CE), 17 de abril de 2009. Xiemar Zarazúa Lopez - Presidente do Conselho de Administração.

\*\*\* \*\*



**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO**

Srs. Acionistas,

Em cumprimento aos dispositivos legais e estatutários, submetemos à apreciação de V.Sas., as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007** (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Notas explicativas	2008		2007	
		Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>CIRCULANTE</b>					
Disponibilidades	5	69.830	85.668	58.935	71.299
Consumidores, concessionários e permissionários	6 e 7	—	416.909	—	562.830
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 e 7	—	(93.769)	—	(213.428)
Consumidores baixa renda	8	—	30.410	—	26.031
Serviços em curso	—	—	7.335	—	14.525
Estoques	—	—	1.471	—	511
Devedores diversos	—	—	4.228	—	5.770
Dividendos e juros sobre o capital próprio a receber	—	148.904	—	138.504	—
Tributos a compensar	9	10.606	59.427	14.313	69.737
Depósitos vinculados	10	—	18.777	—	16.967
Tributos diferidos	11	—	51.975	—	95.687
Créditos Luz para todos	15	—	181.547	—	76.234
Despesas pagas antecipadamente	12	—	87.839	—	113.530
Outros créditos	13	—	29.536	—	25.907
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>229.340</b>	<b>881.353</b>	<b>211.752</b>	<b>865.600</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Realizável a longo prazo					
Consumidores, concessionários e permissionários	6 e 7	—	33.997	—	36.507
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	6 e 7	—	(3.174)	—	—
Depósitos vinculados a litígios	—	20	13.719	15	16.570
Tributos a compensar	9	—	52.834	—	47.976
Depósitos vinculados	10	—	14.421	—	14.987
Tributos diferidos	11	—	23.100	—	20.791
Despesas pagas antecipadamente	12	—	108.620	—	88.748
Outros créditos	13	—	280	—	280
<b>Total do realizável a longo prazo</b>		<b>20</b>	<b>243.797</b>	<b>15</b>	<b>225.859</b>
<b>Investimentos</b>					
Investimentos	14	518.985	220	481.267	235
<b>Total dos investimentos</b>		<b>518.985</b>	<b>220</b>	<b>481.267</b>	<b>235</b>
Intangível	16	<b>371.645</b>	<b>385.639</b>	<b>410.149</b>	<b>424.820</b>
<b>Imobilizado</b>	15	—	<b>1.722.679</b>	—	<b>1.527.355</b>
<b>Diferido</b>	—	—	—	—	<b>8.793</b>
<b>Total do não circulante</b>		<b>890.650</b>	<b>2.352.335</b>	<b>891.431</b>	<b>2.187.062</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.119.990</b>	<b>3.233.688</b>	<b>1.103.183</b>	<b>3.052.662</b>
<b>PASSIVO</b>					
	Notas explicativas	Controladora	Consolidado	Controladora	Consolidado
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	18	—	157.582	—	241.753
Folha de pagamento	—	—	7.233	—	6.460
Encargos de dívidas	20	—	19.974	—	4.291
Empréstimos e financiamentos	20	—	332.230	—	204.941
Tributos e contribuições sociais	19	1.230	49.586	5.068	60.040
Taxas regulamentares	21	—	17.086	—	10.294
Participações dos empregados	—	—	7.508	—	6.409
Dividendos a pagar	25	140.881	255.904	127.651	235.124
Contribuição de iluminação pública arrecadada	—	—	20.041	—	10.454
Obrigações estimadas	—	—	8.963	—	8.958
Provisão para contingências	24	—	773	—	769
Obrigações com benefícios pós-emprego	28	—	11.023	—	13.987
Partes relacionadas	22	—	103.792	—	102.665
Tributos diferidos	11	—	26.632	—	69.402
Programa pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	23	—	22.329	—	18.235
Outras obrigações	25	—	21.189	—	44.729
<b>Total do passivo circulante</b>		<b>142.111</b>	<b>1.061.845</b>	<b>132.719</b>	<b>1.038.511</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Tributos e contribuições sociais	19	—	8.421	—	8.442
Empréstimos e financiamentos	20	—	489.945	—	352.591
Provisão para contingências	24	—	63.214	—	69.344
Obrigações com benefícios pós-emprego	28	—	48.019	—	49.930
Partes relacionadas	22	—	104.227	—	104.546
Tributos diferidos	11	—	38.603	—	39.971
Provisão baixa renda	—	—	22.019	—	25.788
Provisão luz para todos	—	—	5.257	—	—
Programa pesquisa e desenvolvimento e eficiência energética	—	—	14.762	—	19.946
Outras obrigações	25	—	1.381	—	3.947
<b>Total do não circulante</b>		—	<b>795.848</b>	—	<b>674.505</b>
<b>PARTICIPAÇÃO DE MINORITÁRIOS</b>	29	—	<b>398.116</b>	—	<b>369.182</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>					
Capital social	26	954.619	954.619	954.619	954.619
Reserva de lucros	—	23.260	23.260	15.845	15.845
Total do patrimônio líquido	—	977.879	977.879	970.464	970.464
<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>977.879</b>	<b>977.879</b>	<b>970.464</b>	<b>970.464</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.119.990</b>	<b>3.233.688</b>	<b>1.103.183</b>	<b>3.052.662</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

**DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

(Valores expressos em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação, expressos em reais)

	Notas explicativas	2008 Controladora Consolidado	2007 Controladora Consolidado
<b>RECEITA OPERACIONAL</b>			
Fornecimento de energia elétrica			
Consumidores, concessionários e permissionários	31	2.358.776	2.216.455
Baixa renda	31	174.066	173.359
Reposicionamento revisão tarifária	31	5.542	(22.464)
Valor a devolver reajuste tarifário-transmissoras	31	700	(1.867)
Recuperação perda de receita racionamento	31	(18.339)	(55.685)
Recuperação energia livre - Geradoras	31	(6.429)	(19.492)
Recuperação parcela A	31	(48.866)	-
Suprimento de energia elétrica	31	13.245	11.749
Receita de uso da rede elétrica	31	55.331	45.695
Baixa Energia Livre		57.475	-
Outras receitas	31 e 32	104.044	83.597
<b>Total de receita operacional</b>		<b>2.695.545</b>	<b>2.431.347</b>
<b>Deduções à receita operacional</b>			
ICMS	31	(528.563)	(501.577)
COFINS	31	(111.412)	(96.012)
PIS	31	(24.518)	(21.421)
ISS	31	(2.037)	(1.331)
Quota para reserva global de reversão	31	(29.917)	(23.156)
Conta de consumo de Combustíveis fósseis	31	(55.251)	(58.160)
Conta de desenvolvimento energético	31	(13.526)	(13.254)
Prog. de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento	31	(16.271)	(14.055)
Encargo de capacidade/Aquisição emergencial	31	2	(4)
<b>Total de deduções à receita operacional</b>		<b>(781.493)</b>	<b>(728.970)</b>
<b>Total de receita operacional líquida</b>		<b>1.914.052</b>	<b>1.702.377</b>
<b>Custo do serviço de energia elétrica</b>			
Custo com energia elétrica			
Energia elétrica comprada para revenda	33	(882.853)	(815.939)
Energia elétrica comprada para revenda-Ativo Transmissoras		3.793	(5.057)
Encargos de uso da rede de transmissão	33	(74.492)	(57.087)
Encargos de uso da rede de transmissão-Ativo Transmissoras		(5.193)	6.924
		<b>(958.745)</b>	<b>(871.159)</b>
Custo de operação			
Pessoal	34	(61.226)	(66.730)
Entidade de previdência privada	34	(9.160)	(8.862)
Material	34	(16.097)	(9.202)
Serviços de terceiros	34	(138.105)	(117.196)
Depreciação e amortização	34	(99.350)	(93.470)
Outras	34	(6.138)	(5.146)
<b>Total do custo da operação</b>		<b>(330.076)</b>	<b>(300.606)</b>
<b>Total do custo do serviço de energia elétrica</b>		<b>(1.288.821)</b>	<b>(1.171.765)</b>
Custo do serviço prestado a terceiros	34	(6.412)	(11.356)
<b>Lucro operacional bruto</b>		<b>618.819</b>	<b>519.256</b>
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>			
Despesas com vendas	34	(76.348)	(28.749)
Despesas gerais e administrativas	34	(119)	(50.450)
Amortização do ágio oriundo da incorporação	34	(38.504)	(54.376)
Taxa de fiscalização ANEEL	34	(4.042)	(4.407)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	34	(13.351)	(59.378)
Provisão/reversão para contingências	34	6.509	(6.136)
Outras	34	(3.311)	(3.166)
<b>Total despesas operacionais</b>		<b>(198.504)</b>	<b>(206.662)</b>
<b>Resultado do serviço público de energia elétrica</b>		<b>420.315</b>	<b>312.594</b>
<b>RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS</b>			
Renda de aplicações financeiras	316	12.604	2.209
Acréscimo moratório em conta de energia	-	31.847	35.104
Atualização perda de receita racionamento	-	4.668	18.403
Encargos de dívidas	-	(59.053)	(44.859)
Variações monetárias	-	(30.468)	(16.378)
Outras	10	(8.188)	3.432
<b>Total das receitas (despesas) financeiras</b>	<b>326</b>	<b>(48.590)</b>	<b>16.506</b>
<b>RESULTADO DE PARTICIPAÇÃO EM OUTRAS SOCIEDADES</b>			
Equivalência patrimonial		191.599	178.109
		<b>191.599</b>	<b>178.109</b>
Resultado operacional		153.302	155.298
<b>OUTRAS RECEITAS (DESPESAS):</b>		<b>371.725</b>	<b>321.264</b>
Outras receitas	35	992	16.502
Outras despesas	35	(6.793)	(3.447)
<b>Lucro antes da contribuição social, imposto de renda, das participações nos lucros e minoritários</b>		<b>153.302</b>	<b>334.319</b>
Contribuição social	27	(11)	(5.546)
Contribuição social diferidos	-	1.102	-
Imposto de renda	(18)	(94.561)	(116.066)
Imposto de renda diferidos	27	2.521	30.398
Incentivo Fiscal	-	66.633	-
<b>LUCRO LÍQUIDO ANTES DAS PARTICIPAÇÕES NOS LUCROS E MINORITÁRIOS</b>		<b>153.273</b>	<b>206.970</b>
Participação nos lucros	36	(7.078)	(5.958)
<b>LUCRO LÍQUIDO ANTES DA PARTICIPAÇÃO MINORITÁRIA</b>		<b>153.273</b>	<b>201.012</b>
Participação minoritária	27	(146.953)	(66.642)
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>		<b>153.273</b>	<b>134.370</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$</b>		<b>1,48</b>	<b>1,34</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua

continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO  
REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva de lucros Reserva legal</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006</b>	<b>954.619</b>	<b>9.126</b>	—	<b>963.745</b>
Lucro líquido do exercício	—	—	134.370	134.370
Destinação do lucro:				
Reserva legal	—	6.719	(6.719)	—
Dividendos propostos	—	—	(127.651)	(127.651)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007</b>	<b>954.619</b>	<b>15.845</b>	—	<b>970.464</b>
Ajuste de exercício anterior - Lei 11.638/07	—	—	(4.977)	(4.977)
Destinação do lucro:				
Lucro líquido do exercício	—	—	153.273	153.273
Reserva legal	—	7.415	(7.415)	—
Dividendos propostos	—	—	(140.881)	(140.881)
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>	<b>954.619</b>	<b>23.260</b>	—	<b>977.879</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**FLUXO DE CAIXA REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008  
(Valores expressos em milhares de reais)**

	<b>2008</b>		<b>2007</b>	
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>	153.273	153.273	134.370	134.370
Ajustes para reconciliar o lucro líquido com o caixa gerado pelas (aplicado nas)				
Atividades operacionais:				
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	—	13.351	—	59.378
Baixa RTE/energia livre	—	(6.985)	—	—
Depreciação e amortização	—	122.756	—	109.526
Depreciação Obrigações vinculadas a concessão	—	(21.184)	—	(13.668)
Resultado de equivalência patrimonial, líquido dos dividendos	(53.095)	—	(22.634)	—
Participação minoritária	—	146.953	—	66.642
Amortização do ágio oriundo da incorporação	38.504	53.471	39.156	54.376
Variações monetárias, cambiais e juros, líquidos	—	89.521	—	61.237
Baixas do imobilizado em serviço	—	3.130	—	1.591
Tributos diferidos	—	(2.736)	—	(33.341)
Provisões para contingências	—	(3.925)	—	(10.253)
Recomposição tarifária	—	31.436	—	(14.276)
Despesas pagas antecipadamente	—	6.226	—	35.480
Baixa déficit atuarial	—	—	—	(16.289)
Provisão devolução Baixa Renda	—	(3.769)	—	(34.212)
Incentivo Fiscal-ADENE	—	—	—	69.985
Outros	—	1.822	—	27.032
	<b>(14.591)</b>	<b>430.067</b>	<b>16.522</b>	<b>363.208</b>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:				
Consumidores e revendedores	—	(31.895)	—	41.255
Baixa renda	—	(4.379)	—	1.781
Serviços em curso	—	7.190	—	1.535
Estoque	—	(960)	—	323
Tributos a compensar	—	1.745	8.868	(12.246)
Despesas pagas antecipadamente	—	(407)	—	(969)
Depósitos vinculados	—	(1.244)	—	5.356
Depósitos vinculados a litígios	(5)	1.640	(15)	6.184
Outros créditos	—	(2.087)	—	(4.568)
	<b>(5)</b>	<b>(30.397)</b>	<b>8.853</b>	<b>38.651</b>
Aumento (redução) nos passivos operacionais				
Fornecedores	—	(26.696)	—	29.756
Folha de pagamento e provisões trabalhistas	—	1.877	—	1.052
Tributos e contribuições sociais	(131)	(6.768)	(3.247)	(3.212)
Taxas regulamentares	—	6.792	—	(8.043)
Transações com partes relacionadas	—	(30.557)	—	16.666
Outras contas a pagar	—	(15.453)	—	(13.870)
	<b>(131)</b>	<b>(70.805)</b>	<b>(3.247)</b>	<b>22.349</b>
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>138.546</b>	<b>482.138</b>	<b>156.498</b>	<b>558.578</b>
<b>Atividades de investimento</b>				
Aplicações no imobilizado	—	(471.019)	—	(395.831)
Aplicações no diferido	—	—	—	(6.970)
Aplicações no intangível	—	(2.325)	—	(3.194)
Obrigações vinculadas a concessão	—	54.230	—	56.254
<b>Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento</b>	<b>—</b>	<b>(419.114)</b>	<b>—</b>	<b>(349.741)</b>
<b>Atividades de financiamento</b>				
Captação de empréstimos e financiamentos	—	518.570	—	240.727
Pagamento de empréstimos e financiamentos	—	(332.899)	—	(225.887)
Dividendos	(127.651)	(234.326)	(127.527)	(196.999)
Juros sobre capital próprio	—	—	—	(49.995)
<b>Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento</b>	<b>(127.651)</b>	<b>(48.655)</b>	<b>(127.527)</b>	<b>(232.154)</b>
<b>Disponibilidades geradas no exercício</b>	<b>10.895</b>	<b>14.369</b>	<b>28.971</b>	<b>(23.317)</b>
Saldo inicial de caixa	58.935	71.299	29.964	94.616
Saldo final de caixa	69.830	85.668	58.935	71.299
	<b>10.895</b>	<b>14.369</b>	<b>28.971</b>	<b>(23.317)</b>

**Informações adicionais:**

Juros pagos	—	60.690	—	41.398
Imposto de renda e contribuição social pagos	—	48.538	—	89.392

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

continua



continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

**DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**  
(Valores expressos em milhares de reais)

	2008				2007			
	Controladora	%	Consolidado	%	Controladora	%	Consolidado	%
<b>GERAÇÃO DE RIQUEZAS:</b>								
<b>Receitas -</b>								
Venda de energia e serviços	—		2.638.070		—		2.431.347	
Receitas relativas à construção de ativos próprios	—		512.877		—		424.055	
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	—		(9.040)		—		(14.333)	
Provisão/reversão para créditos de liquidação duvidosa – RTE	—		102.562		—		(45.045)	
Baixa RTE/Energia Livre	—		(99.888)		—		—	
Outras receitas	—		(5.801)		—		13.056	
<b>Total de receitas</b>	—		<b>3.138.780</b>		—		<b>2.809.080</b>	
<b>Insumos adquiridos de terceiros -</b>								
Compra de energia	—		(879.060)		—		(820.996)	
Encargos de uso da rede elétrica	—		(71.063)		—		(50.163)	
Material e serviços de terceiros	—		(683.759)		—		(587.745)	
Outras despesas operacionais	(119)		(5.495)		(161)		(14.405)	
<b>Total de insumos adquiridos de terceiros</b>	<b>(119)</b>		<b>(1.639.377)</b>		<b>(161)</b>		<b>(1.473.309)</b>	
<b>( = ) Valor adicionado bruto</b>	<b>(119)</b>		<b>1.499.403</b>		<b>(161)</b>		<b>1.335.771</b>	
( - ) Depreciação e amortização	(38.504)		(155.043)		(39.156)		(150.235)	
<b>( = ) Valor adicionado líquido</b>	<b>(38.623)</b>		<b>1.344.360</b>		<b>(39.317)</b>		<b>1.185.536</b>	
Receita financeira	326		31.919		16.506		112.633	
Resultado da Equivalência Patrimonial	191.599		—		178.109		—	
<b>( + ) Valor adicionado recebido em transferência</b>	<b>191.925</b>		<b>31.919</b>		<b>194.615</b>		<b>112.633</b>	
<b>( = ) Valor adicionado a distribuir</b>	<b>153.302</b>	<b>100%</b>	<b>1.376.279</b>	<b>100%</b>	<b>155.298</b>	<b>100%</b>	<b>1.298.169</b>	<b>100%</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO:</b>								
<b>Pessoal-</b>								
Remunerações	—		74.871	5%	—		71.882	6%
Encargos sociais (exceto INSS)	—		5.591	0%	—		5.086	0%
Previdência privada	—		9.160	1%	—		8.862	1%
Auxílio-alimentação	—		5.315	0%	—		4.770	0%
Convênio assistencial e outros benefícios	—		15.565	1%	—		12.828	1%
Participação nos resultados	—		7.078	1%	—		5.958	0%
	—		<b>117.580</b>	<b>9%</b>	—		<b>109.386</b>	<b>8%</b>
<b>Impostos, taxas e contribuições</b>								
Federal	29	0%	407.598	30%	20.928	13%	375.946	29%
Estadual	—	0%	528.580	38%	—	0%	501.595	39%
Municipal	—	0%	2.448	0%	—	0%	1.469	0%
(-)Incentivos fiscais	—	0%	(66.633)	-5%	—	0%	(69.985)	-5%
	<b>29</b>	<b>0%</b>	<b>871.993</b>	<b>63%</b>	<b>20.928</b>	<b>13%</b>	<b>809.025</b>	<b>62%</b>
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>								
Juros e variações cambiais	—	0%	89.520	7%	—	0%	61.237	5%
Outras despesas financeiras	—	0%	(9.011)	-1%	—	0%	42.726	3%
Aluguéis	—	0%	5.971	0%	—	0%	4.798	0%
	—	<b>0%</b>	<b>86.480</b>	<b>6%</b>	—	<b>0%</b>	<b>108.761</b>	<b>8%</b>
<b>Remuneração de capitais próprios</b>								
Minoritários	—		146.953	11%	—		136.627	11%
Dividendos	140.881	92%	140.881	11%	127.651	82%	127.651	10%
Reserva de lucro	7.415	5%	7.415	1%	6.719	4%	6.719	1%
Ajuste exercício anterior – lei 11638/2007	4.977	0%	4.977	0%	—	0%	—	0%
	<b>153.273</b>	<b>97%</b>	<b>300.226</b>	<b>22%</b>	<b>134.370</b>	<b>87%</b>	<b>270.997</b>	<b>21%</b>
<b>Total do valor adicionado distribuído</b>	<b>153.302</b>	<b>100%</b>	<b>1.376.279</b>	<b>100%</b>	<b>155.298</b>	<b>100%</b>	<b>1.298.169</b>	<b>100%</b>
<b>Valor adicionado (médio) por empregado</b>			<b>1.077</b>				<b>1.001</b>	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**  
(Valores em milhares de reais, exceto quando especificado)

**1. Contexto operacional:** A Investluz S.A. ("Sociedade") foi constituída em 5 de março de 1999 e tem como objeto social participar do capital da controlada Companhia Energética do Ceará - Coelce e em outras sociedades, no Brasil e no exterior, na qualidade de sócia, quotista ou acionista. Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Investluz detinha 56,59% das ações da controlada Companhia Energética do Ceará - Coelce. A controlada Coelce é uma sociedade por ações de capital aberto, controlada pela Investluz S/A, concessionária do serviço público de energia elétrica, destinada a pesquisar, estudar, planejar, construir e explorar a distribuição de energia elétrica, sendo tais atividades regulamentadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia. A controlada Coelce tem como área de concessão todo o Estado do Ceará, atendendo a aproximadamente 2.629 mil consumidores (2.490 mil em 2007) e um quadro de 1.278 empregados em 31 de dezembro de 2008 (1.297 em 2007). A concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica se deu por meio do Contrato de Concessão de Distribuição nº 01/1998, de 13 de maio de 1998, da ANEEL, com vencimento para 12 de maio de 2028.

**2. Apresentação das demonstrações financeiras:** As demonstrações financeiras estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais incluem as disposições da Lei das Sociedades por Ações, conjugada com a legislação específica aplicada às concessionárias do serviço público de energia elétrica, editada pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL e normas e procedimentos contábeis emitidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM. (a) Alteração da legislação societária brasileira: Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que alterou, revogou e introduziu novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor a partir do exercício que se iniciou em 1º de janeiro de 2008. Essa Lei teve, principalmente, o objetivo de atualizar a legislação societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade (IFRS) e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Conforme facultado pela Deliberação CVM nº. 565, de 17 de dezembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC nº 13, a Companhia está adotando pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2008, a Lei 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08. Consequentemente, as seguintes práticas contábeis foram modificadas em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007: • A Investluz e sua controlada Coelce revisaram os saldos registrados em ativo diferido e os que não atendiam aos critérios de reconhecimento como intangível foram baixados no exercício de 2008. Assim, a parcela correspondente a anos anteriores foi registrada, no balanço de abertura, no valor total de R\$4.977, líquido dos efeitos fiscais na

continua

continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

controladora e R\$ 8.794 na controlada. • Na controlada Coelce o valor correspondente ao incentivo ADENE, apurado a partir da vigência da Lei 11.638/07, no montante de R\$ 66.633, foi contabilizado no resultado do exercício como redutora da despesa com imposto de renda e, posteriormente, transferido para a reserva de lucros não distribuíveis, em atendimento à Deliberação CVM nº 555, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 07. • A controlada Coelce reclassificou o saldo de softwares do ativo imobilizado para o intangível, no montante de R\$ 13.994, em atendimento à Deliberação CVM nº 553, de 12 de novembro de 2008, que aprovou o Pronunciamento Técnico CPC 04. • A controlada Coelce contabilizou os custos incorridos na captação de recursos cujo o saldo em 31 de dezembro de 2007 era de R\$ 2.993 e está apresentando como redutor das contas de empréstimos e financiamentos, e passou a amortizá-los com base na mesma curva de amortização do empréstimo, em atendimento ao Pronunciamento Técnico CPC 08. Até 31 de dezembro de 2007, tais custos eram contabilizados como despesas antecipadas e amortizados em linha reta pelo prazo do empréstimo. • Consoante item 51 do pronunciamento técnico CPC 13, a Companhia não está apresentando a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. • Seguindo as disposições contidas no CPC 03 e CPC 09 respectivamente, a Companhia e sua controlada optaram por adequar os valores das demonstrações dos fluxos de caixa e divulgação da demonstração valor adicionado relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007. • Adicionalmente, por conta da eliminação da linha de “Resultado não operacional”, promovida pela Medida Provisória nº 449/08, a Companhia e sua controlada Coelce apresentam estas despesas nas demonstrações financeiras dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 na linha de “Outras receitas e despesas operacionais”, assim como sua divulgação em nota explicativa. Os efeitos no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008 e no patrimônio líquido da controlada Coelce e na Investluz decorrentes da adoção inicial da Lei 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, líquidos dos efeitos tributários, estão demonstrados a seguir:

	<b>COELCE</b>		<b>INVESTLUZ</b>	
	<b>Resultado do Exercício</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	
Efeitos da Lei 11.638/07:				
Baixa ativo diferido	3.118	(8.794)	(4.977)	
Reserva de incentivo fiscal ADENE	66.633	—	—	
(a) Reclassificações nas demonstrações financeiras do exercício anterior:				
	<b>2007</b>		<b>2007</b>	
	<b>Publicado</b>	<b>Reclassificado</b>	<b>Publicado</b>	<b>Reclassificado</b>
	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
<b>Balanco Patrimonial</b>				
Ativo				
Circulante				
Numerário disponível	40.095	—	52.449	—
Aplicações financeiras	18.840	—	18.850	—
Disponibilidades	—	58.935	—	71.299
Consumidores, concessionários e permissionários	—	—	565.714	562.830
Despesas pagas antecipadamente	—	—	115.145	113.530
Outros créditos	—	—	23.023	25.907
Não circulante				
Depósitos vinculados a litígios	—	—	21.668	16.555
Despesas pagas antecipadamente	—	—	90.681	88.748
Imobilizado	—	—	1.542.026	1.527.355
Intangível	—	—	—	14.671
Passivo				
Circulante				
Empréstimos e financiamentos	—	—	206.556	204.941
Pesquisa e desenvolvimento/Eficiência energética	—	—	38.181	18.235
Provisão Baixa renda	—	—	25.788	—
Partes relacionadas	—	—	101.815	102.665
Outras obrigações	—	—	45.579	44.729
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	—	—	354.524	352.591
Provisão para contingências	—	—	74.457	69.344
Pesquisa e desenvolvimento/Eficiência energética	—	—	—	19.946
Provisão Baixa renda	—	—	—	25.788
	<b>58.935</b>	<b>58.935</b>	<b>3.276.456</b>	<b>3.259.134</b>

**3. Principais práticas contábeis adotadas:** (a) Aplicações financeiras - São registradas ao custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até a data das demonstrações contábeis, não excedendo o valor de mercado (nota 5); (b) Consumidores, concessionários e permissionários - Referem-se a créditos de fornecimento de energia faturada, não faturada e energia comercializada no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE até a data do balanço, contabilizados pelo regime de competência (nota 6); (c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - Calculada com base nos valores a receber de consumidores residenciais vencidos há mais de 90 dias, consumidores comerciais vencidos há mais de 180 dias, consumidores industriais, rurais, poderes públicos, iluminação e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, bem como através de análise criteriosa para os clientes com débitos relevantes. Está reconhecida em valor julgado pela Administração da Companhia como suficiente para atender às perdas prováveis na realização dos créditos (nota 6); (d) Estoques - Os materiais em estoques, de operação e manutenção, classificados no ativo circulante, e aqueles destinados a projetos, contabilizados no imobilizado, estão avaliados ao custo médio de aquisição, ajustados por provisão para perda por obsolescência, quando aplicável; (e) Despesas pagas antecipadamente - São compostas por valores efetivamente desembolsados e ainda não incorridos e incluem a conta de compensação da variação de valores de itens da parcela A - CVA e respectivos encargos que serão apropriados ao resultado à medida que a receita correspondente for faturada aos consumidores (nota 12); (f) Imobilizado - Está composto pelo custo de aquisição e/ou construção, deduzido da depreciação acumulada, calculada pelo método linear em conformidade com as taxas de depreciação determinadas pelas Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999. O saldo do imobilizado inclui o valor do ágio oriundo da incorporação de sua controladora Distriluz Energia Elétrica S.A., aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária de 27 de setembro de 1999. A amortização do ágio está sendo feita com base no prazo da concessão, em proporções mensais à sua rentabilidade projetada até 31 de dezembro de 2027 (nota 15); (g) Intangível - Registrado pelo custo de aquisição, composto de software do sistema corporativo, sendo amortização método linear durante cinco anos (nota 16). (h) Imposto de renda e contribuição social sobre o lucro - São calculados com base nas alíquotas vigentes de imposto de renda (15% acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$ 240) e contribuição social sobre o lucro líquido (9%) e consideram a absorção de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30%, para fins de determinação das exigibilidades. Os impostos diferidos ativos atribuíveis às diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social são registrados no pressuposto de realização futura, baseada nas projeções de resultados

continua

continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

preparadas pela Administração. A Companhia possui direito a redução do imposto de renda a pagar calculado com base no lucro da exploração (nota 27); (i) Obrigações com benefícios pós-emprego - Referem-se ao passivo atuarial relativo ao plano de previdência complementar oferecido aos empregados da Companhia, registrado em regime de competência com base em avaliação efetuada por atuário externo (nota 28); (j) Provisões para contingências - São reconhecidas mediante avaliação dos riscos em processos cuja probabilidade de perda é provável e quantificadas com base em fundamentos econômicos e em pareceres jurídicos sobre os processos existentes na data do balanço (nota 24); (k) Obrigações vinculadas à concessão - Referem-se aos recursos de participação financeira dos consumidores e da União e de doações e subvenções para investimentos, destinados à execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica, depreciados de acordo com o ofício nº 296, de fevereiro de 2007. Estas obrigações foram apresentadas nas demonstrações financeiras como redução do ativo imobilizado em serviço (nota 15). (l) Atualizações monetárias de direitos e obrigações - Os direitos e obrigações sujeitos às variações monetária e cambial, por força contratual ou dispositivo legal, estão atualizados até a data do balanço. Os passivos pactuados em moeda norte-americana são convertidos para reais em função da taxa de câmbio reportada pelo Banco Central do Brasil (US\$1 = R\$ 2,3370 em 31 de dezembro de 2008 e US\$1 = R\$1,7713 em 31 de dezembro de 2007); (m) Apuração do resultado - As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime contábil de competência; (n) Outros direitos e obrigações - Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes estão atualizados até a data do balanço, quando legal ou contratualmente exigidos; (o) Estimativas - A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações financeiras. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As principais estimativas relacionadas às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da: • Provisão para créditos de liquidação duvidosa; • Provisão para contingências e planos de aposentadoria complementar; • Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos; • Recebimentos no âmbito da CCEE; • Ativo regulatório - Reposicionamento tarifário; • Provisão para devolução de baixa renda; • Crédito luz para todos; • Fornecimento não faturado. (o) Lucro líquido por ação - Calculado com base no número total de ações na data do encerramento do balanço. **4. Demonstrações Financeiras Consolidadas:** As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da Investluz S.A. e da seguinte controlada:

**Percentual de participação  
em 31 de dezembro  
de 2008 e 2007**

**Controlada**

Companhia Energética do Ceará - Coelce

56,59

As práticas adotadas de consolidação foram as seguintes: (a) Eliminação dos saldos das contas de ativo e passivo entre as empresas consolidadas; (b) Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas; (c) Eliminação dos saldos de receitas e despesas, bem como de resultados não realizados, decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; (d) Destaque do valor da participação dos acionistas minoritários nas demonstrações financeiras consolidadas. O resumo do balanço patrimonial da controlada Coelce em 31 de dezembro de 2008, é o seguinte:

	<b>2008</b>		<b>2008</b>
Ativo circulante	800.917	Passivo circulante	1.068.638
Ativo não circulante	1.980.670	Passivo não circulante	795.848
		Patrimônio líquido	917.101
<b>Total</b>	<b>2.781.587</b>	<b>Total</b>	<b>2.781.587</b>
			<b>2008</b>
Receita Operacional			2.695.545
Deduções à receita operacional			(781.493)
<b>Total de receita operacional líquida</b>			<b>1.914.052</b>
Custo do serviço de energia elétrica			(1.295.233)
<b>Lucro operacional bruto</b>			<b>618.819</b>
Despesas operacionais			(159.910)
<b>Resultado do serviço público de energia elétrica</b>			<b>458.909</b>
Receitas (despesas) financeiras			(48.916)
<b>Resultado operacional</b>			<b>409.993</b>
Outras receitas (despesas)			(5.801)
<b>Lucro antes dos impostos</b>			<b>404.192</b>
Impostos			(58.591)
<b>Lucro antes das participações</b>			<b>345.601</b>
Participações nos lucros			(7.078)
<b>Lucro líquido do exercício</b>			<b>338.523</b>

**5. Disponibilidades:** As aplicações financeiras estão relacionados a certificados de depósitos bancários vinculados ao CDI (Certificado de depósito intercalado) e fundos mútuos de renda fixa com remuneração diária. Apesar de algumas aplicações estarem contratadas com vencimento superior a 12 meses, não há restrições para seu resgate imediato.

<b>Banco</b>	<b>Tipo</b>	<b>Controladora</b>		<b>Consolidado</b>	
		<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Votorantim	Fundo de Investimento	69.810	18.840	69.812	18.842
Votorantim	CDB/DI	—	—	30	8
Contas Correntes		20	40.095	15.826	52.449
<b>Total de aplicações financeiras</b>		<b>69.830</b>	<b>58.935</b>	<b>85.668</b>	<b>71.299</b>

**6. Consumidores, concessionários e permissionários:** A composição das contas a receber de consumidores, concessionários e permissionários, em 31 de dezembro, é como segue:

<b>Descrição</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007 reclassificado</b>
<b>Consumidores</b>	<b>430.917</b>	<b>568.579</b>
Faturados	353.646	328.632
Não Faturados	77.271	239.947
Fornecimento	76.804	67.704
Ativos Regulatórios	467	172.243
<b>Concessionários e permissionários</b>	<b>4.678</b>	<b>11.800</b>
<b>Comercialização no âmbito da CCEE</b>	<b>15.311</b>	<b>18.958</b>
<b>Total de consumidores, concessionários e permissionários</b>	<b>450.906</b>	<b>599.337</b>
<b>Circulante</b>	<b>416.909</b>	<b>562.830</b>
<b>Não Circulante</b>	<b>33.997</b>	<b>36.507</b>

continua



continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

**a) Análise das contas a receber e demonstrativo do saldo da provisão para créditos de liquidação duvidosa.**

Classe de consumidores	Consolidado					Provisão para créditos de liquidação duvidosa		Total	
	Vencidos Vincendos	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Valor bruto		2008	2007	2008	2007 re-classificado
				2008	2007 re-classificado				
<b>Circulante -</b>									
Residencial	46.995	31.138	14.104	92.237	79.344	(16.494)	(13.938)	75.743	65.406
Industrial	12.642	6.348	4.412	23.402	10.254	(5.608)	(3.638)	17.794	6.616
Comercial	13.960	10.355	10.084	34.399	30.943	(11.090)	(9.224)	23.309	21.719
Rural	14.136	6.061	1.682	21.879	19.299	(1.792)	(1.144)	20.087	18.155
Poder público									
Federal	2.333	349	36	2.718	2.125	(6)	—	2.712	2.125
Estadual	3.246	328	35	3.609	3.629	(13)	(92)	3.596	3.537
Municipal	6.863	3.850	4.085	14.798	15.271	(3.934)	(3.975)	10.864	11.296
Iluminação pública	4.426	1.458	729	6.613	6.066	(497)	(613)	6.116	5.453
Serviço público	5.596	676	67	6.339	5.991	(622)	(42)	5.717	5.949
<b>Subtotal</b>	<b>110.197</b>	<b>60.563</b>	<b>35.234</b>	<b>205.994</b>	<b>172.922</b>	<b>(40.056)</b>	<b>(32.666)</b>	<b>165.938</b>	<b>140.256</b>
Comercialização na CCEE (b)	2.394	—	—	2.394	5.383	—	—	2.394	5.383
Consumidores livres	4.678	—	—	4.678	11.800	—	—	4.678	11.800
Não faturado	76.804	—	—	76.804	67.704	—	—	76.804	67.704
Provisão refaturamento Prefeituras	—	—	—	—	(12.000)	—	—	—	(12.000)
Parcelamento de débitos	44.946	—	—	44.946	45.898	(6.767)	(12.776)	38.179	33.122
Outros créditos	11.624	4.026	2.003	17.653	15.723	(778)	(687)	16.875	15.036
Encargo emergencial (c)	—	1.596	927	2.523	2.587	—	—	2.523	2.587
Créditos junto a clientes com ações judiciais	27.937	2.441	31.072	61.450	80.570	(46.168)	(64.737)	15.282	15.833
Ativos regulatórios (nota 6)	—	—	—	—	170.376	—	(102.562)	—	67.814
Ativos regulatórios-Transmissoras (nota 6)	467	—	—	467	1.867	—	—	467	1.867
<b>Total Circulante</b>	<b>279.047</b>	<b>68.626</b>	<b>69.236</b>	<b>416.909</b>	<b>562.830</b>	<b>(93.769)</b>	<b>(213.428)</b>	<b>323.140</b>	<b>349.402</b>
<b>Não Circulante</b>									
Comercialização na CCEE (b) (*)	—	—	12.917	12.917	13.575	—	—	12.917	13.575
Parcelamento de débito	21.080	—	—	21.080	22.932	(3.174)	—	17.906	22.932
<b>Total não Circulante</b>	<b>21.080</b>	<b>—</b>	<b>12.917</b>	<b>33.997</b>	<b>36.507</b>	<b>(3.174)</b>	<b>—</b>	<b>30.823</b>	<b>36.507</b>
<b>Total consumidores, concessionários e permissionários</b>	<b>300.127</b>	<b>68.626</b>	<b>82.153</b>	<b>450.906</b>	<b>599.337</b>	<b>(96.943)</b>	<b>(213.428)</b>	<b>353.963</b>	<b>385.909</b>

**b) Comercialização no âmbito da CCEE****Consolidado****Câmara de Comercialização de Energia Elétrica****Valores a receber - setembro/2000 a dezembro/2002**

	2008	2007
Valor em litígio - Liminares (*)	12.917	13.575
Valores negociados	—	103
Valores com a exigibilidade suspensa (**)	2.372	2.560

**Valores a receber - Energia curto prazo do período**

<b>Total comercialização no âmbito da CCEE</b>	<b>15.311</b>	<b>18.958</b>
<b>Circulante</b>	<b>2.394</b>	<b>5.383</b>
<b>Não circulante</b>	<b>12.917</b>	<b>13.575</b>

(\*) O montante de R\$ 12.917 (R\$ 13.575 em 2007), registrado no não circulante, permanece em aberto, decorrente das liminares para suspensão de pagamento nas datas previstas de liquidação financeira das transações no âmbito da CCEE. (\*\*) O montante de R\$ 2.372 (R\$ 2.560 em 2007), referente a contas a receber de venda de energia efetuadas na CCEE às empresas AES sul (R\$ 2.031) e DFESA (R\$ 341), encontra-se com a exigibilidade suspensa. c) **Encargo emergencial:** Com o objetivo de cobrir os custos com a contratação de capacidade de geração ou de potência de usinas emergenciais e aquisição de energia das mesmas, foram instituídos o “encargo de capacidade emergencial” e o “encargo de aquisição emergencial”. Estes encargos deveriam ser repassados mensalmente a CBEE - Comercializadora Brasileira de Energia Emergencial. O “encargo de aquisição emergencial” vigorou temporariamente durante os meses de janeiro e fevereiro de 2004. O “encargo de capacidade emergencial” foi cobrado desde março de 2002 até 22 de dezembro de 2005. A partir de 23 de dezembro de 2005 o mesmo teve sua cobrança suspensa, conforme Resolução Normativa ANEEL nº 204, de 22 de dezembro de 2005. A controlada Coelce repassa mensalmente os valores arrecadados de inadimplência. d) **Créditos junto a clientes com ações judiciais:** O montante de R\$ 61.450 (R\$ 80.570 em 2007) refere-se a créditos junto a clientes com ações judiciais. Este montante inclui R\$ 22.947 (R\$ 22.350 em 2007) relativos às contas a receber de diversos consumidores que questionam a legalidade e pleiteiam a restituição de valores envolvidos na majoração da tarifa de energia elétrica, ocorrida na vigência do Plano Cruzado. Esses consumidores obtiveram, por meio de medidas judiciais, o direito de compensar os créditos pleiteados com as faturas de energia elétrica, sem, contudo, terem o mérito da questão transitado em julgado. A controlada Coelce constituiu provisão para créditos de liquidação duvidosa em montante julgado suficiente para cobrir eventuais perdas em relação a esses processos.

**7. Ativos e passivos regulatórios:**

Descrição	Consolidado	
	2008	2007
	Circulante	Não circulante
<b>Ativos:</b>		
<b>a. Consumidores e revendedores (nota 6)</b>		
<b>a1. Acordo geral do setor elétrico</b>		
Perda de receita - racionamento	—	120.552
Energia livre	—	49.824
Provisão para crédito liquidação duvidosa - RTE	—	(102.562)
<b>a2. Ativo regulatório transmissoras</b>	467	1.867
	<b>467</b>	<b>69.681</b>
<b>b. Despesas pagas antecipadamente - CVA (nota 12)</b>		
Parcela A - Extraordinária	—	43.137
CVA - Conta consumo de combustível	7.857	7.849
CVA - Conta de desenvolvimento energético	83	137
CVA - Uso da rede elétrica	4.825	2.808
CVA - Encargo de serviço do sistema	19.641	6.820
CVA - Compra de energia	52.282	89.669
CVA - PROINFA	1.239	426
	<b>85.927</b>	<b>107.196</b>
		<b>112.044</b>
		<b>87.323</b>

continua

continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

Descrição	2008		Consolidado 2007	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
<b>Passivos:</b>				
<b>a. Fornecedores - Suprimento de energia (nota 18)</b>				
Energia livre	—	—	64.030	—
	—	—	<b>64.030</b>	—
<b>b. Outras Obrigações (nota 25)</b>				
<b>b1. CVA</b>				
CVA - Uso da rede elétrica	—	—	5.259	1.278
CVA - Conta consumo de combustível	—	—	20.790	1.284
CVA - Sobrecontratação - excedente 3%	10.948	—	—	—
<b>b2. Reposicionamento revisão tarifária</b>	3.791	—	9.333	—
<b>b3. Passivo regulatório - Transmissoras</b>	1.167	—	1.867	—
<b>b4. Passivo regulatório - Parcela A</b>	2.463	—	—	—
	<b>18.369</b>	—	<b>37.249</b>	<b>2.562</b>
<b>a) Consumidores e revendedores: a1. Acordo geral do setor elétrico:</b> Em dezembro de 2001, foi firmado o acordo geral do setor elétrico entre o Governo Federal e as concessionárias distribuidoras e as geradoras de energia elétrica para a retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos existentes e a recomposição de receitas relativas ao período de vigência do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica (1º de junho de 2001 a 1º de março de 2002). Com base nas disposições contidas na Lei nº 10.438 todas as concessionárias de distribuição de energia elétrica efetuaram um levantamento do montante da receita não auferida decorrente de redução de consumo de energia elétrica no período do racionamento (Recomposição tarifária extraordinária - RTE) a ser reconhecida com o objetivo de retomada do equilíbrio econômico-financeiro dos contratos de concessão. A referida recomposição tarifária extraordinária ocorreu no período de janeiro de 2002 a abril de 2008, por meio da aplicação às tarifas vigentes à época do acordo do setor elétrico, assim reconhecidas pela ANEEL, da seguinte forma: • 2,9% para os clientes residenciais, rurais e iluminação pública, exceto para aqueles classificados como residenciais baixa renda; • 7,9% para os demais clientes. <b>Perda de receita - racionamento:</b> A perda de receita registrada na contas a receber teve os seguintes efeitos reconhecidos contra resultados dos períodos correspondentes:				
Valor Homologado				210.861
(+) Atualização monetária até 31 de dezembro de 2007				212.323
(+) Atualização monetária em 2008				4.669
<b>Total de atualização</b>				<b>216.992</b>
(-) Recuperação das perdas até 31 de dezembro de 2007				(302.632)
(-) Recuperação das perdas de 2008				(18.347)
<b>Total recuperado</b>				<b>(320.979)</b>
Baixa RTE Ofício - ANEEL nº 2409/07				<b>(160.874)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2008</b>				—
O valor de R\$ 210.861, homologado pelas Resoluções ANEEL nº 480 e nº 481, de 29 de agosto de 2002, refere-se à diferença entre a receita estimada, sem os efeitos da redução de consumo decorrente do programa emergencial de redução do consumo de energia elétrica, e a receita auferida pela concessionária para o período de junho de 2001 a fevereiro de 2002. O saldo apurado de perdas de receita do racionamento sofreu correção monetária pela taxa SELIC (acrescida de 1% a.a. até o montante de financiamento liberado pelo BNDES). A remuneração do saldo foi efetuada em conformidade com o Ofício Circular ANEEL nº 2212/2005 e o Ofício Circular ANEEL nº 074/2006. A receita auferida a partir de janeiro de 2002, por meio dos reajustes de tarifa mencionados anteriormente (2,9% e 7,9%), foi colocada integralmente como recuperação das perdas de receita do racionamento (ativo regulatório) e de energia livre registrado nas contas a receber. Essa recomposição tarifária extraordinária vigorou pelo período de 76 meses, a partir de janeiro de 2002, conforme estabelecido na Resolução Normativa ANEEL nº 001, de 12 de janeiro de 2004. Em maio de 2008, a Companhia procedeu a baixa do ativo regulatório e a reversão da provisão para perdas conforme Ofício circular nº 2.409/2007, devido a não recuperação dentro do prazo de estabelecido pela Resolução Normativa ANEEL nº 001/2004. <b>Energia livre:</b> O montante relacionado à energia livre refere-se à energia gerada e disponibilizada no sistema, não prevista nos contratos iniciais apurado entre os meses de junho de 2001 a fevereiro de 2002. Esse montante foi contabilizado com base na Resolução ANEEL nº 483, de 29 de agosto de 2002, no montante de R\$ 63.187, ajustado conforme a Resolução Normativa ANEEL 001/2004 no montante de R\$ 8.643 e majorado pelos valores recuperáveis de PIS e COFINS, no montante de R\$ 2.667. O saldo de energia livre sofre correção monetária pela taxa SELIC acrescida de 1% para as geradoras que obtiveram financiamento junto ao BNDES. Para as demais geradoras incide apenas a remuneração pela taxa SELIC. Esta remuneração está em conformidade com o Ofício Circular ANEEL nº 2212/2005 e o Ofício Circular ANEEL nº 074/2006. Através da Resolução ANEEL nº 45, de 03 de março de 2004, o percentual aplicado sobre a arrecadação da recomposição tarifária extraordinária a título de repasse de energia livre é de 25,9489%. Em maio de 2008 a Companhia procedeu a baixa da energia livre conforme Ofício circular nº 2.409/2007, devido a não recuperação no prazo estabelecido pela Resolução Normativa ANEEL nº 001/2004. Os valores contabilizados como ativos e passivos de energia livre têm a seguinte composição:				
			<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
Valor Homologado			74.497	71.830
(+) Atualização monetária até 31 de dezembro de 2007			62.779	69.143
(+) Atualização monetária em 2008			7.087	2.495
<b>Total de atualização</b>			<b>69.866</b>	<b>71.638</b>
(-) Recuperação/repasso até 31 de dezembro de 2007			(87.452)	(76.943)
(-) Recuperação/repasso de 2008			(6.429)	(8.847)
<b>Total recuperado</b>			<b>(93.881)</b>	<b>(85.790)</b>
Baixa da Energia Livre Ofício - ANEEL nº 2409/07			<b>(50.482)</b>	<b>(57.678)</b>
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2008</b>			—	—
<b>a2. Ativo regulatório transmissoras:</b> Com base no Ofício Circular nº 2.409/2007, a Companhia registrou um ativo regulatório que se refere a valores recebidos a maior pelas transmissoras em seu processo de revisão tarifária. Tais valores foram considerados como custo na Parcela "A" das distribuidoras. O montante em 31 de dezembro de 2008 é R\$ 467. <b>b. Despesas pagas antecipadamente: Parcela A - Extraordinária:</b> A Companhia registrou como despesas antecipadas os incrementos incorridos entre janeiro e outubro de 2001, relacionados aos custos imputáveis à despesa operacional, tais como: • Quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis - CCC; • Tarifa de uso das instalações de transmissão, integrantes da rede básica; • Energia comprada estabelecida nos contratos iniciais; • Quota de reserva global de reversão - RGR; • Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica; • Encargos de conexão. Com o término do prazo de 76 meses para recompor a receita das Perdas do Racionamento e a Energia Livre das Geradoras, iniciou-se a recuperação da parcela A - extraordinária através do adicional tarifário de 2,9% e 7,9%. De acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 001/2008, não existe limitação de prazo para recuperação destes custos. A companhia recuperou todo o valor da parcela A durante o ano de 2008 e reclassificou para o passivo o excedente de recuperação para devolução aos consumidores no próximo reajuste tarifário.				
			<b>Ativo</b>	<b>Passivo</b>
Valor Homologado			15.977	—
(+) Atualização monetária até 31 de dezembro de 2007			27.160	—
(+) Atualização monetária em 2008			3.266	—
Total de atualização até 31 de dezembro de 2008			<b>30.426</b>	—
<b>Total a recuperar parcela A</b>			<b>46.403</b>	—
(-) Recuperação em 2008			(48.866)	—
<b>Total recuperado até 31 de dezembro de 2008</b>			<b>(48.866)</b>	—
Valor a devolver no próximo Reajuste Tarifário			2.463	2.463
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2008</b>			—	<b>2.463</b>

continua

continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

**Conta de variação de custos da parcela A-CVA:** Esta conta destina-se ao registro da compensação de diferenças, calculadas comparando o valor considerado na tarifa e seu efetivo pagamento do ano em curso. Os itens, cujas variações seriam compensadas, foram: – Quota de recolhimento à conta de consumo de combustíveis - CCC; – Tarifa de uso das instalações de transmissão integrantes da rede básica; – Encargos de serviços de sistema - ESS; – Conta de desenvolvimento energético - CDE; – Programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - PROINFA; – Compra de energia. Os saldos apurados nas CVA's, em obediência à legislação, estão acrescidos de remuneração financeira baseada na taxa SELIC. **CVA - Compra de energia:** A CVA sobre os custos de aquisição de energia elétrica, ou seja, de compra de energia foi instituída através da Portaria Interministerial nº 361, do Ministério da Fazenda, de 26 de novembro de 2004. A Resolução Normativa nº 153, de 14 de março de 2005, estabeleceu critérios e procedimentos para cálculo e repasse, às tarifas de fornecimento de energia elétrica das concessionárias de distribuição. Por ocasião do reajuste tarifário ordinário da Companhia de abril de 2005, o Grupo Endesa apresentou à ANEEL proposta de diferimento de uma parcela do preço da energia do contrato da Central Geradora Termelétrica Fortaleza - CGTF com a COELCE. Referido diferimento foi proposto visto o reflexo que o reconhecimento dos custos de compra de energia da CGTF geraria no reajuste tarifário de abril-05, e considerando que esse custo poderia ser minimizado com o efeito do crescimento do mercado previsto para os próximos anos. A proposta apresentada teve aprovação da ANEEL e em decorrência desse fato, foi firmado o Terceiro Termo Aditivo ao Contrato de Compra de Energia, conforme condições descritas a seguir: 1. Período de diferimento de pagamento de 01/maio/05 a 30/abril/07; 2. CGTF emitirá mensalmente sua fatura com o valor ao preço de contrato (faturamento sem diferimento de pagamento); 3. O diferimento de pagamento corresponde ao montante de energia mensal contratado multiplicado pelo valor resultante da diferença do preço do contrato para o valor de 128,00 MWh; 4. O preço a ser reconhecido na tarifa de fornecimento da COELCE será de 123,74 R\$/MWh. A diferença entre o preço pago e de repasse para a tarifa mantém as mesmas condições atuais do contrato; 5. O valor diferido constituirá um passivo da COELCE para com a CGTF que será pago no período de maio/2007 a abril/2012, cinco anos; 6. A companhia constituirá um ativo regulatório a ser repassado aos clientes no mesmo período de recomposição do passivo; 7. O passivo não terá nenhum encargo financeiro, sendo atualizado pelo mesmo percentual de reajuste do preço de compra; 8. Os preços serão atualizados nas condições e data estabelecida no contrato. **CVA PROINFA:** A Lei 10.438, de 26 de abril de 2002, instituiu o programa de incentivo às fontes alternativas de energia elétrica - PROINFA, com o objetivo de aumentar a participação no sistema elétrico interligado nacional, da energia elétrica produzida por empreendimentos de produtores independentes autônomos, concebidos com base em fontes eólicas, pequenas centrais hidrelétricas e biomassa. Através da Resolução Normativa ANEEL nº 189, de 06 de dezembro de 2005, foi instituída a CVA PROINFA para apurar e contabilizar os valores decorrentes de variações das quotas de custeio do referido encargo, ocorridas entre reajustes tarifários anuais, a partir de 30 de novembro de 2005. **CVA ESS:** O encargo de serviço de sistema por razão de segurança energética tem a finalidade de subsidiar a manutenção da confiabilidade e estabilidade do Sistema Elétrico Interligado Nacional. Segue quadro demonstrativo com a movimentação das CVA's no exercício de 2008.

<b>Descrição</b>	<b>2007</b>	<b>Adição</b>	<b>Remuneração</b>	<b>Amortização</b>	<b>Reclassificação</b>	<b>2008</b>
<b>Ativos</b>						
Parcela A	43.137	–	3.266	(48.866)	2.463	–
CVA - Conta consumo de combustível	21.121	19.007	647	(6.679)	(18.390)	15.706
CVA - Conta de desenvolvimento energético	152	76	10	(151)	–	87
CVA - Uso da rede elétrica	–	13.253	219	(3.537)	(2.302)	7.633
CVA - Encargo de serviço do sistema	–	24.695	1.766	–	–	26.461
CVA - Compra de Energia	134.397	42.667	540	(35.653)	–	141.951
CVA - PROINFA	560	1.862	110	(1.247)	–	1.285
	<b>199.367</b>	<b>101.560</b>	<b>6.558</b>	<b>(96.133)</b>	<b>(18.229)</b>	<b>193.123</b>
<b>Passivos</b>						
Parcela A	–	–	–	–	2.463	2.463
CVA de Uso da rede elétrica	6.537	–	55	(4.290)	(2.302)	–
CVA - Conta consumo de combustível	22.074	530	202	(4.416)	(18.390)	–
CVA - Sobrecontratação - 3% excedente	–	10.948	–	–	–	10.948
	<b>28.611</b>	<b>11.478</b>	<b>257</b>	<b>(8.706)</b>	<b>(18.229)</b>	<b>13.411</b>

**b1. CVA - Sobrecontratação** - 3% excedente da compra de energia: A Lei nº 10.848/04 e o Decreto nº 5.163/04 definiram as condições de contratação de energia por parte das distribuidoras de energia elétrica nos leilões regulados e a forma de repasse desses custos às tarifas de fornecimento. Conforme referida legislação, as distribuidoras têm assegurado o direito de recuperar, mediante tarifa, as sobras de energia de até 3% em relação ao total da energia necessária ao atendimento de seu mercado. **b2. Reposicionamento revisão tarifária:** Na revisão tarifária provisória, ocorrida em 22 de abril de 2007, o valor estabelecido para quota de reintegração foi de R\$ 111.446. Em outubro de 2007 a ANEEL procedeu a fiscalização da base de remuneração tendo emitido o relatório de fiscalização - R.F 199/07 onde registrou o valor de R\$ 97.086 de quota de reintegração. Esta redução foi decorrente da retirada dos bens totalmente depreciados na composição do ativo imobilizado em serviço. O saldo em 31 de dezembro é de R\$ 3.791 (R\$ 9.333 em dezembro de 2007). **b3. Passivo regulatório - transmissoras:** Com base no Ofício Circular nº 2.409/2007 a Companhia registrou um passivo regulatório que se refere ao ativo financeiro (ver nota a2) que foi contemplado na Parcela "A" da tarifa cobrada de consumidores. O saldo em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 1.167 (R\$ 1.867 em dezembro de 2007). **8. Consumidores de baixa renda:** A Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, estabeleceu as diretrizes para enquadramento na subclasse residencial baixa renda, da unidade consumidora com consumo mensal inferior a 80KWh, tendo o Decreto nº 4.336, de 15 de agosto de 2002, ampliado a regulamentação de enquadramento, para unidades consumidoras com consumo mensal entre 80 e 220 KWh, também segundo diretrizes da própria Lei nº 10.438/02. O crédito a receber de consumidores residenciais baixa renda é calculado pela controlada Coelce e submetido, mensalmente, à apreciação e homologação da ANEEL, conforme determina a Resolução nº 089, de 25 de outubro de 2004. O saldo em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 30.410 (R\$ 26.031 em dezembro 2007). **Provisão devolução baixa renda:** De acordo com as novas diretrizes estabelecidas pelo Órgão Regulador, a controlada Coelce mantém provisão de R\$ 22.019 para cobrir diferenças de valores homologados e recebidos em períodos anteriores em virtude de reclassificações de consumidores beneficiados com o subsídio.

**9. Tributos a compensar:**

	<b>2008</b>			<b>2007</b>		
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>		<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
Imposto de renda a compensar	10.606	24.502	–	14.313	42.506	–
ICMS a compensar	–	30.841	52.834	–	21.973	47.976
Contribuição social a compensar	–	2.415	–	–	3.683	–
Pis/Cofins	–	703	–	–	701	–
Outros tributos	–	966	–	–	874	–
	<b>10.606</b>	<b>59.427</b>	<b>52.834</b>	<b>14.313</b>	<b>69.737</b>	<b>47.976</b>

O saldo de imposto de renda a compensar refere-se a valores de imposto de renda retido na fonte – IRRF sobre aplicações financeiras, a retenções de órgãos públicos (Lei nº 9.430/96), saldo negativo de imposto de renda relativo ao ano calendário de 2006, 2007 e 2008. A partir de janeiro de 2001, a controlada Coelce passou a contabilizar em tributos e contribuições sociais compensáveis os créditos de ICMS vinculados ao ativo permanente, os quais estão sendo compensados mensalmente à razão de 1/48 avos. Além disso, consta desta conta valores relativos à aquisição de ICMS por meio de transferência de créditos de empresas exportadoras bem como créditos de ICMS das compras de energia e importação. O saldo de contribuição social a compensar refere-se ao valor do saldo negativo de CSLL relativo ao ano calendário de 2006, além de valores retidos por órgãos públicos, conforme Lei nº 9.430/96.

**10. Depósitos vinculados:**

	<b>2008</b>		<b>2007</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
<b>Bancos</b>				
Bradesco	–	11.218	–	1.116
Unibanco	–	177	–	10.905
Itaú	–	756	–	696
Banco do Brasil	18.777	2.250	16.967	2.250
Outros bancos	–	20	–	20
<b>Total depósitos vinculados</b>	<b>18.777</b>	<b>14.421</b>	<b>16.967</b>	<b>14.987</b>

continua



continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

Estes depósitos correspondem a aplicações de valores vinculados aos contratos de aquisição de energia elétrica. Os depósitos do Banco do Brasil referem-se às retenções contratuais de fornecedores de serviços e garantia de contrato de financiamento. **11. Tributos diferidos: Ativo diferido:** A controlada Coelce possui créditos fiscais diferidos, cuja composição e origem são demonstradas a seguir:

	<b>PIS/COFINS</b>		<b>Imposto de Renda</b>		<b>Contribuição Social</b>		<b>Consolidado TOTAL</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Diferenças temporárias								
Provisão para contingências	—	—	13.414	13.411	4.829	4.828	18.243	18.239
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	—	—	24.236	53.357	8.725	19.209	32.961	72.566
Provisão para obsolescência de estoque	—	—	1.010	896	364	323	1.374	1.219
Despesa diferida PIS/COFINS	—	—	3.124	4.243	1.381	1.527	4.505	5.770
Provisão baixa renda	3.676	3.864	8.155	10.073	2.935	3.626	14.766	17.563
Outros	—	—	2.490	824	736	297	3.226	1.121
<b>Total tributos diferidos</b>	<b>3.676</b>	<b>3.864</b>	<b>52.429</b>	<b>82.804</b>	<b>18.970</b>	<b>29.810</b>	<b>75.075</b>	<b>116.478</b>
<b>Circulante</b>							<b>51.975</b>	<b>95.687</b>
<b>Não circulante</b>							<b>23.100</b>	<b>20.791</b>
							<b>75.075</b>	<b>116.478</b>

Atendendo às normas da Instrução CVM nº 371, de 25 de junho de 2002, a controlada Coelce, com base nas projeções de resultados futuros, demonstra as parcelas de realização do ativo fiscal diferido em 31 de dezembro de 2008 para o período de cinco anos como segue:

<b>Anos de realização</b>	<b>Montante a realizar</b>
2009	51.975
2010	8.085
2011	8.085
2012	4.620
2013	2.310
	<b>75.075</b>

**Passivo diferido:** A composição do imposto de renda, da contribuição social, do PIS e COFINS diferidos passivos, em 31 de dezembro de 2008, por natureza, está demonstrada como segue:

	<b>PIS/COFINS</b>		<b>Imposto de Renda</b>		<b>Contribuição Social</b>		<b>Consolidado Total</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Correção monetária especial (CME) e complementar (CMC)	—	—	1.507	1.739	2.521	2.811	4.028	4.550
Perda de receita - Racionamento	—	—	—	30.138	—	10.850	—	40.988
Reposicionamento revisão tarifária	13.131	12.431	—	—	—	—	13.131	12.431
CVA Compra de energia	—	—	35.341	37.201	12.735	13.392	48.076	50.593
Provisão baixa renda	—	—	—	596	—	215	—	811
<b>Total passivo diferido</b>	<b>13.131</b>	<b>12.431</b>	<b>36.848</b>	<b>69.674</b>	<b>15.256</b>	<b>27.268</b>	<b>65.235</b>	<b>109.373</b>
<b>Circulante</b>							<b>26.632</b>	<b>69.402</b>
<b>Não Circulante</b>							<b>38.603</b>	<b>39.971</b>
							<b>65.235</b>	<b>109.373</b>

Em consonância com a Deliberação CVM nº 273/98, a controlada Coelce tem registrado o imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos calculados sobre o saldo a ser depreciado da correção monetária especial.

**12. Despesas pagas antecipadamente:**

	<b>2008</b>		<b>2007</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
Ativos regulatórios (nota 6b-ativos)	85.927	107.196	112.044	87.323
Seguros e outros	1.912	1.424	1.486	1.425
<b>Total de despesas pagas antecipadamente</b>	<b>87.839</b>	<b>108.620</b>	<b>113.530</b>	<b>88.748</b>

Encargos financeiros: Os encargos financeiros se referem aos custos de estruturação da operação de captação de empréstimos junto ao BNDES e BNB, os quais são amortizados mensalmente de acordo com os prazos contratados.

**13. Outros créditos:**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007 reclassificado</b>
Alienação de bens e direitos	1.888	1.494
Convênios de arrecadação	4.132	10.794
Desativações em curso	5.486	3.884
Correção energia livre	—	5.276
Serviços a terceiros	14.590	2.884
Cientes sem pagamento	1.220	1.229
Outros	2.500	626
	<b>29.816</b>	<b>26.187</b>
<b>Circulante</b>	<b>29.536</b>	<b>25.907</b>
<b>Não circulante</b>	<b>280</b>	<b>280</b>

**14. Investimentos:**

	<b>Patrimônio líquido</b>	<b>Resultado do exercício</b>	<b>Investimento</b>	
			<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>Controlada</b>				
Companhia Energética do Ceará - Coelce	917.101	338.523	518.985	481.267
<b>Total controladora</b>			<b>518.985</b>	<b>481.267</b>
<b>Total do consolidado</b>			<b>220</b>	<b>235</b>
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006</b>		<b>441.662</b>		
Resultado da equivalência patrimonial - Coelce		178.109		
Dividendos		(138.504)		
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007</b>		<b>481.267</b>		
Ajuste lei 11.638/07		(4.977)		
Resultado da equivalência patrimonial - Coelce		191.599		
Dividendos		(148.904)		
<b>SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>		<b>518.985</b>		

continua

continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

**15. Imobilizado:**

	Taxas anuais de depreciação	Custo	Depreciação e amortização acumulada	Consolidado	
				2008	2007
				Valor Líquido	Valor Líquido reclassificado
<b>Em serviço:</b>					
Distribuição	5,00%				
Custo histórico		2.874.010	(906.731)	1.967.279	1.577.782
Correção monetária especial		122.183	(116.642)	5.541	6.525
		<b>2.996.193</b>	<b>(1.023.373)</b>	<b>1.972.820</b>	<b>1.584.307</b>
Comercialização	8,00%				
Custo histórico		21.097	(3.270)	17.827	14.792
Correção monetária especial		508	(508)	—	—
		<b>21.605</b>	<b>(3.778)</b>	<b>17.827</b>	<b>14.792</b>
Administração	11,00%				
Custo histórico		18.807	(12.209)	6.598	7.729
Correção monetária especial		5.285	(4.989)	296	316
		<b>24.092</b>	<b>(17.198)</b>	<b>6.894</b>	<b>8.045</b>
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica					
Custo histórico - Ágio	5,66%	520.413	(389.146)	131.267	146.233
<b>Total imobilizado em serviço</b>		<b>3.562.303</b>	<b>(1.433.495)</b>	<b>2.128.808</b>	<b>1.753.377</b>
<b>Em Curso:</b>					
Distribuição		266.997	—	266.997	301.488
Comercialização		2.176	—	2.176	4.957
Administração		5.526	—	5.526	10.002
<b>Total imobilizado em curso</b>		<b>274.699</b>	<b>—</b>	<b>274.699</b>	<b>316.447</b>
Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica	5,00%	(715.680)	34.852	(680.828)	(542.469)
<b>Total do imobilizado</b>		<b>3.121.322</b>	<b>(1.398.643)</b>	<b>1.722.679</b>	<b>1.527.355</b>

As principais taxas anuais de depreciação por macroatividade, de acordo com a resolução ANEEL nº44 de 17 de março de 1999, são as seguintes:

<b>Distribuição</b>	<b>Taxas anuais de depreciação (%)</b>
Banco de capacitores - tensão < 69KV	6,7%
Chave - tensão < 69KV	6,7%
Condutor - tensão < 69KV	5,0%
Disjuntor	3,0%
Estrutura (poste, torre) - tensão < 69KV	5,0%
Luminária	7,7%
Regulador de tensão- tensão < 69KV	4,8%
Sistema de radiocomunicação	7,1%
Transformador de distribuição	5,0%
Transformador de força	2,5%
<b>Comercialização</b>	
Equipamento geral	10,0%
Medidor	4,0%
<b>Administração central</b>	
Equipamento geral	10,0%
Veículos	20,0%

O ativo imobilizado em curso refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica e das instalações referentes às áreas comercial e administrativa. Os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária, sem prévia e expressa autorização do órgão regulador, ANEEL. A Resolução ANEEL nº 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando, ainda, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão. O montante total de bens associados à concessão é de R\$ 1.966.212. Extinta a concessão, os bens vinculados ao serviço serão revertidos a União, procedendo-se aos levantamentos, avaliações e determinação do montante da indenização devido à concessionária pelo valor residual contábil. **Programa de universalização:** Em 26 de abril de 2002, foi sancionada a Lei Federal nº 10.438 que dispõe sobre a universalização do serviço público de distribuição de energia elétrica e estabelece que seu atendimento seja regulamentado por Resoluções editadas pela ANEEL. Em 29 de abril de 2003, foi editada a Resolução ANEEL nº 223 estabelecendo as condições gerais para elaboração dos planos de universalização de energia elétrica, visando ao atendimento de novas unidades consumidoras ou aumento de carga, sem ônus para os interessados. Pela Resolução, a Controlada Coelce tinha o ano de 2013 como limite para que a Controlada Coelce atendesse todas as solicitações de pedidos de ligação com extensão de rede, sendo elaborado um cronograma anual por município. Em dezembro de 2005, com a Resolução ANEEL nº 175, foi antecipada a universalização do serviço de energia para o ano de 2008, tanto da área rural como urbana. **Programa luz para todos:** No dia 11 de novembro de 2003, foi publicado o Decreto Federal nº 4.873 que institui o programa nacional de universalização do acesso e uso da energia elétrica denominado "Programa luz para todos". No dia 25 de abril de 2008, foi publicado o Decreto Federal nº 6.442, alterando o Decreto Federal nº 4.873, prorrogando o prazo do Programa Luz Para Todos até 2010, onde o Ministério de Minas definirá as metas e os prazos de encerramento do programa, em cada Estado ou por área de concessão. O Programa é coordenado pelo Ministério das Minas e Energia e operacionalizado com a participação da Eletrobrás e das concessionárias de energia. Para realização do programa, a controlada Coelce conta com recursos do Governo Federal (75%), Governo Estadual (10%) e próprios (15%).

	2008	2007
<b>Participação das fontes de recursos</b>		
Concessionária	171.143	102.849
Empréstimo Eletrobrás - RGR (*)	8.832	7.717
Subvenção do Governo Federal - CDE (*)	44.011	38.583
	<b>223.986</b>	<b>149.149</b>

(\*) Recursos efetivamente recebidos no respectivo exercício. Em 2008, a controlada Coelce prestará contas de parte dos investimentos realizados em 2007 para recebimento do empréstimo e subvenção. O valor de R\$ 181.547 refere-se a investimentos realizados pela controlada Coelce, os quais ainda não foram repassados pelo Governo Federal. Os recursos permitiram conectar 23.410 clientes em 2008, com expansão de 4.236,09 km da rede de média tensão e 1.473,48 km de baixa tensão. (não auditado). Em virtude do Decreto Federal 6.442, a controlada Coelce apresentou ao Ministério de Minas e Energia proposta para conclusão do Programa Luz para Todos através da realização de 26.000 novas ligações em 2009 e mais 26.000 ligações em 2010. (não auditado). Os investimentos futuros previstos totalizam MR\$ 335.226, com o atendimento de 49.766 unidades consumidoras. (não auditado). Obrigações especiais vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica: Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos na atividade de distribuição. O prazo de vencimento dessas obrigações é aquele estabelecido pelo Órgão Regulador para concessões de distribuição,

continua

continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

cuja quitação ocorrerá ao final da concessão. A partir de 1º de janeiro de 1996, essas obrigações não estão sendo mais atualizadas pelos efeitos da inflação.

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Contribuições de Consumidores	(256.192)	(246.613)
Participação da União	(15.950)	(15.950)
Doações e Subvenções	(358.070)	(283.896)
Universalização	(84.608)	(9.014)
Outras	(663)	(664)
(-) Depreciação	34.655	13.668
<b>Total de obrigações especiais</b>	<b>(680.828)</b>	<b>(542.469)</b>

As contribuições de consumidores se referem aos recursos recebidos para possibilitar a execução de empreendimentos necessários ao atendimento de pedidos de fornecimento de energia elétrica. A participação da União se refere às verbas federais recebidas para execução de empreendimentos vinculados ao serviço público de energia elétrica. As doações e subvenções se referem às obras construídas por terceiros e doadas para a controlada Coelce, com vistas à expansão do serviço público de energia elétrica. De acordo com o Ofício Circular nº 296, de fevereiro de 2007, as concessionárias e permissionárias do serviço público de energia elétrica deverão proceder à anulação dos efeitos da reintegração no resultado contábil, a partir do exercício de 2007, decorrentes de bens constituídos ao longo dos anos com recursos das obrigações especiais registrados nas contas de programa de eficiência energética – PEE, pesquisa e desenvolvimento e universalização do serviço público de energia elétrica. Após a revisão tarifária do 2º ciclo, a controlada Coelce iniciou a depreciação dos bens constituídos com os recursos das obrigações especiais, independentemente da sua data de formação, de acordo com o estabelecido no Despacho nº 3.073/2006. **16. Intangível:** O intangível é composto por software do sistema corporativo e pelo ágio de incorporação:

	<b>2008</b>		<b>2007</b>	
	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>	<b>Controladora</b>	<b>Consolidado</b>
Software	–	13.994	–	14.671
Ágio na aquisição da Coelce	435.754	435.754	435.754	435.754
Amortização do ágio	(64.109)	(64.109)	(25.605)	(25.605)
<b>Total</b>	<b>371.645</b>	<b>385.639</b>	<b>410.149</b>	<b>424.820</b>

Software:

	<b>2008</b>		<b>2007</b>	
	<b>Custo</b>	<b>Amortização acumulada</b>	<b>Valor Líquido</b>	<b>Valor Líquido</b>
<b>Em serviço:</b>				
Distribuição				
Custo histórico	29.512	(23.914)	5.598	8.025
Correção monetária especial	87	(48)	39	39
	<b>29.599</b>	<b>(23.962)</b>	<b>5.637</b>	<b>8.064</b>
Comercialização				
Custo histórico	10.410	(9.634)	776	207
Correção monetária especial	–	–	–	–
	<b>10.410</b>	<b>(9.634)</b>	<b>776</b>	<b>207</b>
Administração				
Custo histórico	17.102	(15.103)	1.999	2.820
Correção monetária especial	–	–	–	–
	<b>17.102</b>	<b>(15.102)</b>	<b>1.999</b>	<b>2.820</b>
Atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica				
Custo histórico - outros ativos	7.001	(7.001)	–	–
	<b>7.001</b>	<b>(7.001)</b>	<b>–</b>	<b>–</b>
<b>Total intangível em serviço</b>	<b>64.112</b>	<b>(55.699)</b>	<b>8.412</b>	<b>11.091</b>
<b>Em curso:</b>				
Distribuição	2.271	–	2.271	2.303
Comercialização	2.323	–	2.323	521
Administração	988	–	988	756
<b>Total intangível em curso</b>	<b>5.582</b>	<b>–</b>	<b>5.582</b>	<b>3.580</b>
<b>Total</b>	<b>69.694</b>	<b>(55.699)</b>	<b>13.994</b>	<b>14.671</b>

Ágio de incorporação da controladora: Em 26 de abril de 2004, a Superintendência de Fiscalização Financeira da ANEEL emitiu Relatório de Acompanhamento de Fiscalização, alegando que a reserva de ágio formada na incorporação da sociedade Distriluz não teria por contrapartida ativos com substância econômica, e desta forma, seguindo a Instrução CVM nº 349/01, determinou que somente devia ficar registrado em conta de Patrimônio Líquido da controlada Coelce (Reserva de ágio) a parcela correspondente ao benefício fiscal advindo da amortização do ágio, por atender que apenas esta parcela possui substância econômica. Tendo em vista a conclusão dos entendimentos com Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL, a controlada Coelce, para a substituição do mecanismo de Desdobramento e Resgate de Ações, após afastados os riscos de questionamentos fiscais, societários e de descumprimentos de covenant financeiros com Instituições Financeiras, e após ratificação dos devidos ajustes contábeis pela ANEEL, emitida através do Ofício nº 584/05, de 14 de abril de 2005, a Assembléia Geral Extraordinária, de 28 de abril de 2005, aprovou a proposta do Conselho de Administração da controlada Coelce de cumprir as recomendações do Órgão Regulador. Desta forma, as operações de desdobramentos e resgate de ações da controlada Coelce para compensar aos acionistas pela redução do lucro decorrente da amortização do ágio, oriundo da incorporação da sociedade Distriluz, interrompidas em 2003, foram substituídas pelas disposições previstas na Instrução CVM nº 319/99, alterada pela Instrução nº 349/01, que consistem na constituição de uma provisão sobre o ágio a amortizar em contrapartida da Reserva de Ágio (Reserva de Capital) no montante que não se constitui benefício fiscal para a controlada Coelce. Para recompor o resultado de cada exercício, será feita reversão da provisão na mesma proporção da amortização da parcela do ágio do respectivo exercício. A sociedade procedeu o recálculo do ágio considerando o momento de aquisição da controlada Coelce para recompor os efeitos da constituição da reserva do ágio. Com a adoção do novo procedimento, em 30 de abril de 2005, a Reserva de ágio registrada no Patrimônio Líquido da controlada Coelce foi reduzida em R\$ 429.365, com efeito de R\$ 242.976 para a Sociedade. A amortização do ágio de aquisição da controladora segue a mesma curva da amortização do ágio de incorporação da Sociedade Distriluz pela controlada Coelce conforme tabela abaixo:

<b>Ano</b>	<b>Fator de amortização</b>	<b>Ano</b>	<b>Fator de amortização</b>	<b>Ano</b>	<b>Fator de amortização</b>
2008	0,05673	2016	0,02792	2024	0,01374
2009	0,05192	2017	0,02555	2025	0,01257
2010	0,04752	2018	0,02338	2026	0,01151
2011	0,04349	2019	0,02140	2027	0,01053
2012	0,03980	2020	0,01958		
2013	0,03642	2021	0,01792		
2014	0,03333	2022	0,01640		
2015	0,03051	2023	0,01501		

Em 31 de dezembro de 2008, o saldo líquido do Ágio monta em R\$ 371.645 (R\$ 410.149 em 31 de dezembro de 2007). **17. Investimento remunerável (não auditado):** O investimento remunerável, também denominado de base de remuneração, constituído pelo Ativo Imobilizado em Serviço – AIS e Almoarifado de operação, deduzido do saldo das Obrigações Vinculadas ao Serviço Público de Energia Elétrica (Obrigação

continua



continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

Especial), sobre o qual foi calculada a remuneração, bem como o AIS que gerou a cota de depreciação, que fazem parte da Parcela "B" da Receita Requerida – RR da Concessionária, homologada pela Resolução Homologatória ANEEL nº 640, de 18/04/2008, se atualizados pelo IGPM nos Reajustes Tarifários Anuais já ocorridos, estariam assim formados:

<b>Componentes do investimento remunerável</b>	<b>Revisão abril de 2007</b>	<b>Reajuste abril de 2008</b>
a) Ativo Imobilizado em Serviço Bruto	2.972.811	3.243.337
b) (-) Depreciação Acumulada	(1.182.949)	(1.290.597)
c) (-) Obrigação Vinculada ao SPEE	(440.084)	(480.131)
<b>d) Ativo imobilizado em serviço líquido</b>	<b>1.349.778</b>	<b>1.472.609</b>
e) (+) Almoxarifado	473	516
<b>f) Investimento remunerável (base de remuneração)</b>	<b>1.350.251</b>	<b>1.473.125</b>
g) Bens 100% depreciados	–	9,10%
h) Variação do IGPM (RH Aneel/Reajuste Tarifário nº 640/2008)	–	–
i) Cota de Depreciação - Taxa Média Anual : 4,46%	–	–

**18. Fornecedores:** A composição do saldo em 31 de dezembro de 2008 e 2007 é como segue:

	<b>Consolidado 2008</b>	<b>Consolidado 2007</b>
	<b>Circulante</b>	<b>Circulante reclassificado</b>
<b>Suprimento de energia</b>		
Passivos regulatórios (nota 6a - passivos)	–	64.030
Cia Hidroelétrica do São Francisco - Chesf	13.879	11.266
Furnas Centrais Elétricas S/A	16.198	14.934
Companhia Energética de São Paulo - CESP	5.689	4.911
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	5.196	4.646
Copel Geração S.A. - COPEL	3.797	3.446
CEMIG - Geração e Transmissão S.A.	3.186	2.751
Duke Energy Inter. Ger. Parapanema	1.411	1.375
CEEE - Companhia Estadual de Energia Elétrica	1.229	1.160
Outros fornecedores	15.420	7.866
<b>Materiais e serviços</b>	<b>91.577</b>	<b>125.368</b>
<b>Total de fornecedores</b>	<b>157.582</b>	<b>241.753</b>

**19. Tributos e contribuições sociais:**

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
	<b>Controladora</b>	<b>Controladora</b>
	<b>Circulante</b>	<b>Circulante</b>
ICMS	–	–
Contribuições sociais	–	–
Imposto de renda	1.230	3.868
PIS	–	–
COFINS	–	–
Outros tributos e contribuições	–	–
<b>Total</b>	<b>1.230</b>	<b>3.868</b>

Os saldos de PIS e COFINS se devem, principalmente, ao fato de ter sido proferida decisão administrativa desfavorável à controlada Coelce em relação ao pedido de compensação de valores de multas pagas espontaneamente com valores de PIS, COFINS e IRPJ no ano de 1999. A partir desta decisão desfavorável, a controlada Coelce optou por parcelar o valor devido, R\$ 15.416, em 60 vezes, pagas mensalmente e atualizadas pela taxa SELIC. **20. Empréstimos e financiamentos:**

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
	<b>Principal</b>	<b>Principal</b>
	<b>Circulante</b>	<b>Circulante</b>
<b>Moeda estrangeira:</b>		
União Federal – DMLP (agente financeiro Banco do Brasil)	110	669
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES FINEM - Subcrédito A (a)	–	–
Banco Europeu de Investimentos (c)	2.326	14.761
Banco do Brasil Resolução 2770 (d,e)	–	22.454
Unibanco USD x DI (f,g)	–	71.588
<b>Total moeda estrangeira</b>	<b>2.436</b>	<b>113.561</b>
<b>Moeda nacional:</b>		
Eletrobrás (h,i,j,k,l,m)	12	8.891
União Federal – Lei 8.727 (Agente financeiro Banco do Brasil) (n,o)	319	6.632
Banco do Brasil (Nota de crédito comercial)	–	–
Banco do Brasil (BB Fat Fomentar) (p)	28	–
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES FINEM - Subcrédito B e C (a)	–	–
Banco do Nordeste – Proinfa (q,r)	161	14.039
Unibanco Pré x DI (s)	–	10.101
BNDES Finem 2007 (Sindicalizado) (a,b)	1.662	–
Nota Promissória - SAFRA (t)	7.670	–
Nota Promissória - SANTANDER (t)	7.670	–
Conta Garantida Santander	16	–
<b>Total moeda nacional</b>	<b>17.538</b>	<b>263.396</b>
Custos de transação	–	–
<b>Total moeda nacional líquido dos custos de transação</b>	<b>17.538</b>	<b>261.463</b>
<b>Total sem efeito do Swap</b>	<b>19.974</b>	<b>327.817</b>
<b>Resultado das operações de Swap</b>	<b>–</b>	<b>25.243</b>
<b>Total</b>	<b>19.974</b>	<b>352.591</b>

As principais informações a respeito dos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira e nacional são: a. BNDES FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2003/2004 da Companhia, contratado em 08 de abril de 2004 junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES. Sobre 15% do valor contratado (subcrédito A) incidiam juros proporcionais de 5,5% ao ano, mais UMBND (cesta de moedas), com vencimentos mensais iniciados juntamente com o período de amortização em 16 de maio de 2005. Para minimizar a exposição à variação cambial desta parcela, foi realizada operação de swap com cobertura parcial do valor contratado, da variação de US\$ mais 5,5% ao ano para 103,8% do CDI. Sobre 85% do financiamento (subcréditos B e C), providos com recursos ordinários do BNDES, incidiam juros compostos de 5,5% ao ano mais TJLP, também com vencimentos mensais iniciados em 16 de maio de 2005. A amortização do empréstimo foi realizada

continua

continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

mensalmente, tendo iniciado em 16 de maio de 2005 e a última amortização em 15 de outubro de 2008. As garantias constituídas para a operação incluíam recebíveis tarifários e conta-reserva. b. BNDES FINEM: Financiamento para o plano de investimento 2007/2009 da Companhia, contratado em 28/04/2008 junto ao sindicato liderado pelo Unibanco, com repasse de recursos do BNDES, com taxa de juros de 3,70% ao ano, mais TJLP, exigíveis trimestralmente no período de carência de 15/05/2008 à 15/12/2009 e mensalmente a partir de 15/01/2010. A primeira amortização será em 15/01/2010 e a última prevista para 15/12/2014. As garantias constituídas para a operação incluem recebíveis tarifários e conta-reserva. O saldo em 31 de dezembro era de R\$ 141.846. c. Banco Europeu de Investimentos – BEI – Financiamento para o plano de investimentos 2001/2002 da Companhia, contratado em 28 de maio de 2002 conforme Acordo de Cooperação Decreto-Lei nº 1609/95, com vencimento em 15 de junho de 2012 e encargos com base na variação cambial (dólares norte-americanos) mais 5,49% ao ano. A operação tem como garantia fianças bancárias do Banco Bilbao Vizcaya Argentaria (BBVA) e Banco Santander Central Hispano. A operação possui swap para 98,80% do CDI. O pagamento de juros e amortização anual foi iniciado em 15 de junho de 2007 e a última amortização está prevista para 15 de junho de 2012. O saldo em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 80.226. d. Banco do Brasil – Resolução nº 2770 – Contrato celebrado em 28 de janeiro de 2008 com captação de recursos no exterior, para empréstimo no valor de R\$ 24.199, com variação cambial em iene mais taxa de juros de 2,466% a.a., a operação teve um swap para 105% do CDI, com pagamento de juros e amortização realizados em 28 de julho de 2008. e. Banco do Brasil – Resolução nº 2770 – Contrato celebrado em 28 de janeiro de 2008 com captação de recursos no exterior, para empréstimo no valor de R\$ 2.800, com variação cambial em iene mais taxa de juros de 4,207% a.a., a operação teve um swap para 105% do CDI, com pagamento de juros e amortização prevista para 28 de julho de 2008 a qual, foi antecipada, por iniciativa da Coelce, para 25 de julho de 2008 em função da contratação da operação de notas promissórias em 23 de julho de 2008. f. Unibanco – Resolução nº 2770 – Contrato celebrado em 04 de setembro de 2007 junto ao Unibanco no valor de R\$ 79.000, com variação cambial em dólares norte-americanos mais taxa de juros de 2% a.a. A operação teve um swap para 109,50% do CDI, com pagamento de juros e amortização prevista para 29 de agosto de 2008 a qual, foi antecipada, por iniciativa da Coelce, para 23 de julho de 2008 em função da contratação da operação de notas promissórias em 23 de julho de 2008. g. Unibanco – Resolução nº 2770 – Contrato celebrado em 20 de fevereiro de 2008 junto ao Unibanco no valor de R\$ 37.000, com variação cambial em dólares norte-americanos mais taxa de juros de 2% a.a. A operação teve um swap para 115,50% do CDI, com pagamento de juros e amortização prevista para 29 de dezembro de 2008 a qual, foi antecipada, por iniciativa da Coelce, para 23 de julho de 2008 em função da contratação da operação de notas promissórias em 23 de julho de 2008. h. Eletrobrás – Financiamento de projetos: Empréstimo para financiamento de projetos de expansão do sistema de transmissão com recursos FINEL, contratado em 30 de dezembro de 1998. Os juros são de 8,5% ao ano com taxa de administração de 2% ao ano. A última amortização está prevista para 30 de junho de 2009. Em 31 de dezembro de 2008 era R\$ 120. i. Eletrobrás – Luz no campo – Empréstimo contratado em 03 de março de 2000, para cobertura financeira dos custos diretos do programa de eletrificação rural – Luz no campo, do Ministério das Minas e Energia, com recursos oriundos da RGR. A primeira amortização foi realizada em 30 de maio de 2002, e a última amortização está prevista para 30 de abril de 2012. Os juros são de 5% ao ano, juntamente com a taxa de administração de 1% ao ano e o principal são exigíveis mensalmente. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo devedor era de R\$ 19.774. j. Eletrobrás – Luz para todos (1ª Tranche) – Empréstimo contratado em 04 de abril de 2004 para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR. A primeira amortização foi em 30 de outubro de 2006 e o último pagamento está previsto para 30 de setembro de 2016. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de outubro de 2008, o saldo devedor era de R\$ 8.455. k. Eletrobrás – Luz para todos (2ª Tranche) – Empréstimo contratado em 13 de janeiro de 2006, para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – Luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE. A primeira amortização iniciou em 30 de abril de 2008 e o último pagamento está previsto para 30 de março de 2018. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo devedor era de R\$ 12.195. l. Eletrobrás – Luz para todos (3ª Tranche) – Empréstimo contratado em 09 de maio de 2007 para cobertura financeira dos custos diretos das obras do programa de eletrificação rural, que integra o programa de universalização do acesso e uso de energia elétrica – luz para todos, do Ministério das Minas e Energia, com recursos originários da RGR e CDE. A primeira amortização será em 30 de outubro de 2009 e o último pagamento está previsto para 30 de setembro de 2019. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 1% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo devedor era de R\$ 13.400. m. Eletrobrás – Linha de subtransmissão – Empréstimo contratado em 07 de julho de 2006 para cobertura financeira dos custos para projetos de construção de linhas de transmissão, subestações e reforço de capacidade de subestações, com recursos originários da RGR. Até 30 de junho de 2008, a Companhia recebeu R\$ 15.386 provenientes da RGR (empréstimo). A primeira amortização ocorreu em 30 de setembro de 2008 e o último pagamento está previsto para 30 de agosto de 2013. Os juros são de 5% mais taxa de administração de 2% ao ano, com amortização mensal do principal. A operação tem como garantia recebíveis tarifários e nota promissória. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo devedor era de R\$ 15.279. n. União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) – Eletrobrás – Cessão de crédito, que fez a Eletrobrás à União Federal, em 30 de março de 1994, com vencimentos mensais consecutivos de juros e principal, e data final de amortização prevista para 01 de março de 2014. Os encargos da operação são baseados na variação do IGPM mais 10,028% ao ano. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. O saldo em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 39.338. o. União Federal (Agente financeiro: Banco do Brasil) – CEF – Cessão de crédito, que fez a Caixa Econômica Federal à União Federal em 30 de setembro de 1994, com vencimentos mensais consecutivos de juros e principal, e data final de amortização prevista para 01 de março de 2014. Os encargos da operação são baseados na variação da TR mais 10,028% ao ano. A operação tem como garantia recebíveis tarifários. O saldo em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 1.232. p. Banco do Brasil – Fat Fomentar – A Coelce contratou em 23 de janeiro de 2007, operação de crédito comercial com objetivo de financiar investimentos no valor de R\$ 15.000, com taxa de TJLP mais 4,5% ao ano, com prazo de três anos para carência e quatro anos de amortizações mensais e sucessivas. A primeira amortização será em 18 de março de 2010 e o último pagamento está previsto para 18 de fevereiro de 2014. A operação está garantida por fiança bancária. O saldo em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 16.918. q. Banco do Nordeste – Proinfra I – A Companhia celebrou contrato, em 29 de dezembro de 2004, com o Banco do Nordeste do Brasil, para o financiamento de inversões fixas, no valor total de R\$ 140.389, sendo R\$ 70.195 financiadas com recursos do FNE/PROINFRA e R\$ 70.194 com recursos próprios da Companhia. A operação tem um período de duração de oito anos com 36 meses de carência. A taxa de contratação inicial de 14% a.a. (com redução de encargos por adimplência nos pagamentos), foi reduzida para 11,5% em 01 de janeiro de 2007 e depois para 10% a.a. a partir de 01 de janeiro de 2008. A amortização será realizada em 60 parcelas mensais, com pagamentos de juros trimestrais durante a carência e mensais a partir da primeira amortização em 29 de janeiro de 2008, e a última em 29 de dezembro de 2012. O financiamento é garantido por carta de fiança bancária em favor do Banco do Nordeste. O saldo em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 56.181. r. Banco do Nordeste – Proinfra II – O contrato foi celebrado em 25 de setembro de 2006, com o Banco do Nordeste do Brasil, para o financiamento de inversões fixas, no valor total de R\$ 216.695, sendo R\$ 130.000 financiadas com recursos do FNE/PROINFRA e R\$ 86.695 com recursos próprios da Companhia. A operação tem duração de 8 (oito) anos com 35 meses de carência. A taxa de contratação inicial de 14% a.a. (com redução de encargos por adimplência nos pagamentos), foi reduzida para 11,5% a partir de 01 de janeiro de 2007 e depois para 10% a.a. a partir de 01 de janeiro de 2008. A amortização será realizada em 60 parcelas mensais com pagamentos de juros trimestrais durante a carência e mensais a partir da primeira amortização em 25 de outubro de 2009, e a última em 25 de setembro de 2014. O financiamento é garantido por carta de fiança bancária em favor do Banco do Nordeste. No ano de 2008 foi liberada a última parcela de R\$ 29.348. O saldo em 31 de dezembro de 2008 era de R\$ 130.137. s. Unibanco – Resolução nº 2770 – O contrato foi celebrado em 24 de agosto de 2007 com o Unibanco para captação de recursos no exterior, para empréstimo de capital de giro da Companhia, no valor de R\$ 10.101. A operação foi contratada à taxa fixa de 12,7476% a.a. e teve um swap de taxa de juros para 109% do CDI, com prazo de pagamento de um ano, sendo sua liquidação prevista para 01 de agosto de 2008, foi antecipada, por iniciativa da Coelce, para 23 de julho de 2008 em função da contratação da operação de notas promissórias em 23 de julho de 2008. t. Emissão de Notas Promissórias – Em 23 de julho de 2008, a Companhia realizou a 8ª emissão de notas promissórias para distribuição pública. Foram emitidas 20 notas promissórias comerciais, em série única, no valor total de R\$ 245.000, com remuneração de CDI+ 0,95% a.a., pelo prazo de 360 dias. A emissão não prevê outorga de garantias e possui condições de resgate antecipado facultativo ao emissor, com pagamento de acordo com a remuneração prevista nos termos iniciais da emissão. O processo de emissão foi coordenado pelos Bancos Santander S.A e Banco Safra de Investimento S.A. Com os recursos captados nesta emissão, a Companhia realizou pagamento antecipado

continua

continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

das seguintes operações de curto prazo:

<b>Operação res 2770</b>	<b>Taxa</b>	<b>Início</b>	<b>Data da liquidação</b>	<b>Valor liquidação</b>
Unibanco	109% CDI	24/ago/07	23/jul/08	11.218
Unibanco	109,5% CDI	4/set/07	23/jul/08	87.490
Unibanco	115,5% CDI	20/fev/08	23/jul/08	37.289
Banco do Brasil	105% CDI	28/jan/08	25/jul/08	2.961
Banco do Brasil	105% CDI	28/jan/08	28/jul/08	25.602
				<b>164.560</b>

Do total de empréstimos e financiamentos, R\$ 119.548 estão garantidos por vínculos com a receita de energia elétrica (arrecadação). Nas operações de empréstimo junto ao Banco Europeu de Investimentos – BEI e ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, contratados em 2002 e 2008, a Companhia comprometeu-se a cumprir as seguintes obrigações, durante a vigência dos contratos, as quais foram adequadamente atendidas em 31 de dezembro de 2008:

**Obrigações Especiais Financeiras**

	<b>Banco</b>	<b>Índice</b>
Dívida (com swap e fornecedores) / Ativo total (máximo)	BEI	0,7
EBITDA / Encargos da dívida (mínimo)	BEI	3,0
Endividamento financeiro líquido / LAJIDA (máximo)	BNDES / FINEM	3,5
Endividamento financeiro líquido / (Endividamento financeiro líquido + Patrimônio líquido) (máximo)	BNDES / FINEM	0,6

O principal dos empréstimos e financiamentos a longo prazo, exclusive os efeitos da operação de swap tem sua curva de amortização distribuída da seguinte forma:

	<b>Curva de amortização</b>
2010	108.865
2011	111.137
2012	107.001
2013	79.844
Após 2013	73.232
	<b>480.079</b>

Composição original dos empréstimos e financiamentos por tipo de moeda e indexador (exclusive de efeitos das operações de swap contratados):

<b>Moeda (equivalente em R\$) / Indexador</b>	<b>2008</b>	<b>%</b>	<b>2007</b>	<b>%</b>
<b>Moeda estrangeira</b>				
Dólares norte-americano	89.981	100,00	156.151	85,37
Ienes	–	–	22.659	12,39
Cesta de moedas	–	–	4.108	2,25
	<b>89.981</b>	<b>100,00</b>	<b>182.918</b>	<b>100,00</b>
<b>Moeda nacional</b>				
IGP-M	39.338	5,30	40.395	12,15
Finel	120	0,02	479	0,14
TJLP	158.764	21,40	44.081	13,26
CDI/SELIC	286.856	38,67	–	–
RGR	69.103	9,32	64.605	19,43
TR	1.232	0,17	1.384	0,42
R\$	186.318	25,12	181.492	54,59
	<b>741.731</b>	<b>100,00</b>	<b>332.436</b>	<b>100,00</b>
<b>Total</b>	<b>831.712</b>		<b>515.354</b>	

A Companhia mantém contrato de swap para o empréstimo em moeda estrangeira do BEI, trocando a remuneração desse contrato para taxa pós-fixadas de 98,80% do CDI. Quanto aos contratos DMLP – dívida de médio e longo prazo - com a União Federal, tendo o Banco do Brasil S.A. como agente financeiro, não está vinculado a contratos de swap, mantendo-se, porém, dentro do limite de exposição cambial especificado na política de riscos financeiros da Companhia representando apenas 1,15% da dívida total na posição de 31 de dezembro de 2008. Variação de moedas/indexadores nos exercícios de 2008 e 2007

<b>Moeda / Indexador</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Dólar norte-americano	31,94%	-17,15%
Cesta de moedas	33,86%	-16,79%
IGP-M	9,81%	7,75%
Finel	1,90%	1,51%
TJLP	6,25%	6,37%
CDI/SELIC	12,37%	11,81%
RGR	0,00%	0,00%
TR	1,63%	1,45%

Mutação de empréstimos e financiamentos:

	<b>Moeda Nacional</b>		<b>Moeda Estrangeira</b>	
	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>	<b>Circulante</b>	<b>Não circulante</b>
<b>Em dezembro de 2006</b>	<b>70.392</b>	<b>270.909</b>	<b>32.484</b>	<b>115.216</b>
Ingressos	37.100	97.627	106.000	–
Encargos	(2.794)	5.179	(3.505)	(9.072)
Variação Monetária e Cambial	–	3.527	–	(19.876)
Transferências	113.846	(113.846)	8.402	(8.402)
Swap	(17)	–	20.591	13.262
Outros	143	–	–	–
Amortizações	(149.630)	–	(22.165)	–
<b>Em dezembro de 2007</b>	<b>69.040</b>	<b>263.396</b>	<b>141.807</b>	<b>91.128</b>
Ingressos	272.548	182.023	64.049	–
Encargos	10.865	16.917	(45.490)	(17.061)
Variação Monetária e Cambial	994	4.185	5.413	14.892
Transferências	52.158	(52.158)	13.564	(13.564)
Swap	(10.861)	–	1.328	1.756
Amortizações	(67.376)	–	(154.411)	–
<b>Em dezembro de 2008</b>	<b>327.368</b>	<b>414.363</b>	<b>26.260</b>	<b>77.151</b>

**21. Taxas regulamentares**

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Conta consumo de combustível	7.540	4.242
Reserva global de reversão	3.733	1.561
Conta de desenvolvimento energético	2.966	1.517
Taxa de fiscalização	322	378
Encargos emergenciais	2.525	2.596
<b>Total taxas regulamentares</b>	<b>17.086</b>	<b>10.294</b>

continua



continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

**22. Partes relacionadas**

	2008				Consolidado 2007			
	Passivo circulante	Passivo não circulante	Despesa	Investimento	Passivo circulante	Passivo não circulante	Despesa	Investimento
Central Geradora Termelétrica de Fortaleza - CGTF	92.646	104.227	414.955	—	96.958	104.546	425.317	—
Synapsis Brasil S.A.	4.397	—	18.949	5.325	2.088	—	17.543	3.761
CAM Brasil Multiserviços Ltda.	5.970	—	1.184	14.807	2.769	—	528	15.079
Fundação Coelce de Seguridade Social-FAELCE	779	—	6.926	2.234	850	—	7.412	1.450
	<b>103.792</b>	<b>104.227</b>	<b>442.014</b>	<b>22.366</b>	<b>102.665</b>	<b>104.546</b>	<b>450.800</b>	<b>20.290</b>

Na opinião de sua administração, a controlada Coelce não efetua transações com partes relacionadas em bases ou termos menos favoráveis do que aqueles que seriam praticados com terceiros. A controlada Coelce mantém contrato de compra de energia junto à Central Geradora Termelétrica de Fortaleza. O total dos gastos no exercício com este contrato montou, até 31 de dezembro de 2008, R\$ 414.955 (R\$ 425.317 em 2007). As operações com a Synapsis Brasil S.A. referem-se, basicamente, à prestação de serviços de informática e manutenção dos sistemas da controlada Coelce. O total de gastos incorridos em 2008 montou R\$ 24.274 (R\$ 21.304 em 2007), sendo R\$ 18.949 (R\$ 17.543 em 2007) como despesa operacional no resultado da controlada Coelce e R\$ 5.325 (R\$ 3.761 em 2007) capitalizados como investimento. Os saldos com a CAM Brasil Multiserviços Ltda. advêm, basicamente, de contratação desta para fiscalização de obras com aplicação direta no investimento da controlada Coelce. A CAM também prestou serviços de fiscalização de cortes e aparelhos queimados, sendo estes classificados como despesa. O total de custos incorridos no ano de 2008 é de R\$ 15.991 (R\$ 15.607 em 2007), sendo R\$ 14.807 (R\$ 15.079 em 2007) como investimento e R\$ 1.184 (R\$ 528 em 2007) como despesa operacional. A Synapsis Brasil S.A., a CAM Brasil Multiserviços Ltda., e a Central Geradora Termelétrica de Fortaleza-CGTF são subsidiárias dos acionistas controladores.

**23. Programa de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento:** Conforme Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, as concessionárias e permissionárias de serviços públicos de distribuição de energia elétrica estão obrigadas a destinar, anualmente, 1% (um por cento) de sua receita operacional líquida para os programas de pesquisa e desenvolvimento (P&D) e eficiência energética (PEE) distribuído de acordo com os percentuais determinados pela ANEEL. Durante o exercício de 2008 foi investido R\$ 10.359 mil (R\$ 14.768 mil em 2007) nos referidos programas. As resoluções ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008 e nº 300 de 12 de fevereiro de 2008 aprova os Manuais do Programa de Pesquisa e Desenvolvimento e de Eficiência Energética, versão 2008, que estabelecem as diretrizes e orientações na elaboração dos projetos de P&D e PEE. As principais mudanças provenientes dos novos manuais são: a possibilidade de submissão de projetos a qualquer época do ano, tornando o processo contínuo; a ênfase na avaliação final dos projetos, aumentando assim a responsabilidade da concessionária na aplicação do investimento; a adoção de um plano de investimento e um plano de gestão dos programas, tendo recursos destinados para tal; além da abertura do programa de P&D para as demais etapas do ciclo de inovação (cabeça-de-série, lote pioneiro e inserção no mercado). A Companhia contabiliza as despesas referentes aos Programas de Eficiência Energética e Pesquisa e Desenvolvimento conforme seu período de competência, permanecendo os valores provisionados e corrigidos pela SELIC até a efetiva realização.

	2008		2007	
	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante reclassificado
Programa eficiência energética	12.730	3.123	8.715	13.318
Programa de pesquisa e desenvolvimento	2.867	11.639	3.147	6.628
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico-FNDCT	4.737	—	4.498	—
Ministério de Minas e Energia- MME	1.995	—	1.875	—
	<b>22.329</b>	<b>14.762</b>	<b>18.235</b>	<b>19.946</b>

**24. Provisão para contingências:** A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião de nossos consultores legais, foram provisionados todos os processos judiciais cuja probabilidade de perda foi estimada como provável para a controlada Coelce. Segue quadro demonstrativo das contingências e depósitos judiciais em 31 de dezembro de 2008:

	2008				Consolidado 2007			
	Provisão para contingência		Depósitos judiciais relacionados a contingências	Provisão para contingências líquidas	Provisão para contingência		Depósitos judiciais relacionados a contingências (Reclassificado)	Provisão para contingências líquidas
	No exercício	Acumulada			No exercício	Acumulada		
<b>Trabalhistas (a)</b>								
Danos morais	739	739	(24)	715	(59)	—	—	—
Diferenças salariais	(904)	—	—	—	53	904	(13)	891
Empresas terceirizadas	1.066	3.043	(790)	2.253	473	1.977	(977)	1.000
Horas extras	(17)	57	(17)	40	13	74	(10)	64
Periculosidade	113	2.032	(23)	2.009	97	1.919	(11)	1.908
Verbas rescisórias	112	204	(35)	169	24	92	(38)	54
Reintegração	2	35	(22)	13	(330)	33	(17)	16
Ex funcionários - verbas	577	6.295	(2.936)	3.359	(257)	5.718	(1.385)	4.333
Outros	(25)	1.187	(632)	555	(1.005)	1.212	(18)	1.194
	<b>1.663</b>	<b>13.592</b>	<b>(4.479)</b>	<b>9.113</b>	<b>(991)</b>	<b>11.929</b>	<b>(2.469)</b>	<b>9.460</b>
<b>Cíveis (b e d)</b>								
Consumidores	(1.704)	31.079	(3.229)	27.850	6.805	32.783	(1.198)	31.585
Outros	8.518	8.518	—	8.518	—	—	—	—
	<b>6.814</b>	<b>39.597</b>	<b>(3.229)</b>	<b>36.368</b>	<b>6.805</b>	<b>32.783</b>	<b>(1.198)</b>	<b>31.585</b>
<b>Fiscais (c)</b>								
Funrural e INCRA	806	12.486	—	12.486	942	11.680	—	11.680
Impostos compensados com medida judicial	(9.900)	—	—	—	(9.000)	9.900	—	9.900
SEBRAE e FGTS	—	—	—	—	(2.896)	—	—	—
Outros	(1.468)	7.466	(1.446)	6.020	—	8.934	(1.446)	7.488
	<b>(10.562)</b>	<b>19.952</b>	<b>(1.446)</b>	<b>18.506</b>	<b>(10.954)</b>	<b>30.514</b>	<b>(1.446)</b>	<b>29.068</b>
	<b>(2.085)</b>	<b>73.141</b>	<b>(9.154)</b>	<b>63.987</b>	<b>(5.140)</b>	<b>75.226</b>	<b>(5.113)</b>	<b>70.113</b>
<b>Circulante</b>				<b>773</b>				<b>769</b>
<b>Não circulante</b>				<b>63.214</b>				<b>69.344</b>

a) Contingências trabalhistas. Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros: danos morais, reintegração ao trabalho, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, verbas rescisórias e diferenças salariais. Além disso, existem ações relativas a empregados de empresas terceirizadas que questionam o vínculo empregatício com a Companhia bem como equiparação em direitos aos empregados desta. b) Contingências cíveis. A situação jurídica da Controlada Coelce engloba processos de natureza cível, nos quais a Companhia é ré, sendo grande parte associada a pleitos de danos morais e materiais. c) Contingências fiscais. A Companhia possui processo administrativo pendente de julgamento, protocolado junto à Receita Federal, em que solicita a compensação dos valores recolhidos a maior a título de PASEP, em face da inconstitucionalidade

continua

continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

dos Decretos nºs 2.445/88 e 2.448/88, declarada pelo Supremo Tribunal Federal e ratificada por meio de resolução do Senado Federal. Sustentada na opinião dos consultores legais, a Companhia decidiu compensar os valores envolvidos com os impostos e contribuições vindicos (PIS, COFINS, IRPJ e CSLL). Conservadoramente, a Companhia manteve provisionado o valor dos referidos tributos e contribuições compensadas, no montante de R\$ 9.075. Em junho de 2007, apoiada em carta conforto de seus assessores legais, a Companhia procedeu à reversão de R\$ 9.000, referente à atualização monetária que vinha sendo reconhecida em relação a este processo. O saldo referente a este processo foi baixado em agosto de 2008. Os valores relativos ao FGTS e SEBRAE foram baixados em virtude do julgamento improcedente das causas sendo os valores depositados convertidos em renda da União. d) Tarifaço. A controlada Coelce é ré em ações judiciais em que são questionados os valores pagos por consumidor, provenientes da majoração de tarifas de energia elétrica, com base nas Portarias do DNAEE nºs 38 e 45, de 27 de janeiro e 4 de março de 1986, respectivamente, durante a vigência do Plano Cruzado. A provisão para perdas nessas ações está contemplada no saldo de provisão para créditos de liquidação duvidosa. Adicionalmente, existem processos de natureza cível, trabalhista e fiscal em andamento em um montante de R\$ 136.532, cuja probabilidade de perda foi estimada como possível e nenhuma provisão foi consignada nas demonstrações financeiras.

**Causas Possíveis**

Trabalhistas	4.081
Cíveis	31.633
Fiscais	94.348
Juizados especiais	6.470
	<b>136.532</b>

e) Contingências fiscais - processos com expectativa de perda possível. e.1) ICMS - Termo de acordo 035/91. A controlada Coelce celebrou Termo de Acordo nº 035/91 com a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará, onde formalizou a existência de regime especial de recolhimento de ICMS, o qual seria efetuado pelo valor arrecadado (receitas recebidas), em periodicidade decenal. Referido acordo vigorou até 31 de março de 1998, sendo revogado pelo Ato Declaratório nº 02/98. Não obstante, a Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou 4 autos de infração relativos aos exercícios de 1995, 1996, 1997 e 1998 (período em que o mencionado termo de acordo era vigente) para cobrar débitos de ICMS não recolhidos, no valor atualizado de R\$ 9.200. A Companhia aguarda decisão de recurso apresentado (Embargos de Declaração) ao Conselho de Recursos Tributários, contra decisão que julgou os Autos de Infração parcialmente procedentes, determinando o recolhimento do ICMS devido pelos valores nominais, excluídos a penalidade e os juros de mora. e.2) ICMS - Base cadastral de consumidores isentos e imunes. A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração em 29 de dezembro de 2004, no valor atualizado de R\$ 9.025, no intuito de exigir créditos de ICMS oriundos de erro na base cadastral de consumidores isentos e imunes (classes comercial, industrial, iluminação pública e serviços públicos) referentes ao período de abril a agosto de 1999. A Companhia impugnou o auto e aguarda decisão de primeira instância administrativa. Adicionalmente, foi lavrado um auto de infração em 29 de dezembro de 2005 com o mesmo objeto do auto acima, no valor atualizado de R\$ 4.249, referente ao ano de 2000. A Controlada Coelce aguarda decisão de segunda instância administrativa. e.3) ICMS - Diferencial de alíquota. A controlada Coelce recebeu 3 autos de infração para a cobrança de diferencial de alíquota de ICMS sobre as aquisições interestaduais destinadas ao ativo permanente, relativas aos exercícios de 2001, 2002, e 2003 nos valores atualizados de R\$ 28.934, R\$ 11.941 e de R\$ 3.262, respectivamente. A Coelce impugnou os autos e aguarda decisão de primeira instância administrativa. e.4) ICMS - Crédito oriundo da aquisição de bens destinados ao ativo permanente. A Secretaria de Fazenda do Estado do Ceará lavrou um auto de infração para cobrar débitos de ICMS relativos aos anos de 2003 e 2004, no valor atualizado de R\$ 2.751, por apropriação a maior de créditos de ICMS oriundos da aquisição de bens destinados ao ativo permanente. A Coelce impugnou o auto, mas foi proferida decisão de primeira instância julgando o auto procedente em 05 de novembro de 2008. A Companhia recorreu e aguarda decisão de segunda instância administrativa. e.5) ICMS - Transferência de Créditos. Em 1º de agosto de 2005, a Fazenda Estadual ajuizou Execução fiscal para cobrar débitos de ICMS relativos às operações de transferência de créditos ocorridas durante o exercício de 1999 e 2000, no montante de R\$ 1.577. Em 09 de março de 2007 foi proferida sentença favorável a controlada Coelce. A Fazenda Estadual apresentou recurso (Apelação), que está pendente de julgamento. Em 06 de maio de 2005, a controlada Coelce ajuizou ação anulatória de débitos de ICMS relativos à operação de transferência de créditos ocorrida durante o exercício de 2001, que perfazem o montante de R\$ 1.538. A Coelce aguarda decisão de primeira instância judicial. e.6) ISS. A Companhia ajuizou em 08 de agosto de 2007 ação anulatória de débitos de ISS cobrados pela prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia, no valor de R\$ 3.332. A companhia aguarda decisão de primeira instância judicial. Não obstante a controlada Coelce tenha ajuizado ação anulatória, em 10 de outubro de 2007 o Município de Fortaleza ajuizou duas Execuções Fiscais para a cobrança dos mencionados débitos, nas quais a Coelce apresentou defesa e aguarda decisão de primeira instância judicial. Adicionalmente, o Município de Fortaleza ajuizou 3 Execuções Fiscais, que perfazem o montante de R\$ 15.782 para cobrar débitos de ISS cobrados pela prestação de serviços acessórios indispensáveis ao fornecimento de energia. A Companhia aguarda decisão de segunda instância judicial nos três processos. e.7) Multa Moratória. Em 25 de abril de 2003, a controlada Coelce impetrou Mandado de Segurança objetivando a exclusão da multa de mora imposta em decorrência da denúncia espontânea de débitos em atraso. Em 24 de agosto de 2005 foi proferida sentença que julgou o pedido procedente em parte, para que a Receita Federal se abstenha de efetuar o lançamento dos valores supostamente devidos a título de multa moratória até o limite de seus créditos comprovados nestes autos. Com base na decisão, a Coelce efetuou a compensação de créditos no montante de R\$ 2.757. A Coelce aguarda o julgamento de recurso (Embargos de Declaração) contra decisão de segunda instância desfavorável à Companhia. **25. Outras obrigações:**

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Passivos regulatórios (nota 7b - passivos)	18.369	39.811
Arrecadação de terceiros	718	2.912
Adiantamento de clientes	1.294	1.159
Empréstimos compulsórios	423	462
Outros	1.766	4.332
<b>Total de outras obrigações</b>	<b>22.570</b>	<b>48.676</b>
<b>Circulante</b>	<b>21.189</b>	<b>44.729</b>
<b>Não circulante</b>	<b>1.381</b>	<b>3.947</b>

**26. Patrimônio líquido:** As ações subscritas e integralizadas em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 estão representadas por 100.461.895.427 ações ordinárias sem valor nominal, todas com direito a voto. A distribuição da participação dos acionistas da Investluz em 31 de dezembro de 2008 e 2007 é a seguinte:

<b>Acionista</b>	<b>Quantidade de Ações</b>	<b>Participação (%)</b>
Ampla Investimentos e Serviços S.A.	36.598.904.252	36,43
Endesa Brasil S.A.	63.862.991.175	63,57
Total	100.461.895.427	100,00
Os dividendos mínimos obrigatórios são calculados conforme a Lei das Sociedades por Ações, observando-se os percentuais definidos no estatuto social. A remuneração dos acionistas é demonstrada como segue:		
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Lucro Líquido do Exercício	153.273	134.370
Ajuste de exercício anterior Lei 11.638/07	(4.977)	-
	<b>148.296</b>	<b>134.370</b>
(-) Reserva Legal	(7.415)	(6.719)
Lucro Líquido Ajustado	140.881	127.652
Dividendos Mínimos Obrigatórios (25%)	35.220	31.913
<b>Dividendos Propostos</b>	<b>140.881</b>	<b>127.652</b>

Reserva Legal é constituída à base de 5% do Lucro Líquido do exercício, conforme legislação em vigor. A Administração da Sociedade irá propor a distribuição de todo o lucro líquido ajustado na próxima Assembléia Geral de Acionistas. A remuneração dos acionistas se dará através dos dividendos mencionados acima, não havendo distribuição de juros sobre capital próprio pela Sociedade. **27. Imposto de renda e contribuição**

continua

continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

**social:** A conciliação entre a alíquota efetiva e a nominal de imposto de renda e contribuição social é como segue:

	<b>2008</b>	<b>Controladora 2007</b>
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	153.302	155.298
Alíquota Nominal	34%	34%
	<b>(52.123)</b>	<b>(52.801)</b>
Equivalência patrimonial e ágio	52.052	47.244
Outros	42	(15.127)
Despesas IR e CSSL	(29)	(20.684)
	<b>2008</b>	<b>Consolidado 2007</b>
Lucro Antes do Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido	365.924	334.319
(-) Participação dos empregados	(7.078)	(5.958)
	<b>358.846</b>	<b>328.361</b>
Alíquota Nominal	34%	34%
	<b>(122.008)</b>	<b>(111.643)</b>
Outros	(3.245)	(15.706)
(-) Incentivo fiscal - ADENE	66.633	-
	<b>(58.620)</b>	<b>(127.349)</b>

A controlada Coelce obteve incentivo de redução do imposto de renda por estar situada na área de atuação da ADENE (Agência de Desenvolvimento do Nordeste). O reconhecimento do benefício fiscal foi aprovado pela ADENE em agosto de 2007 conforme laudo constitutivo nº. 0170/2007. O incentivo consiste na redução do imposto de renda devido em 75% do imposto de renda apurado a partir da receita líquida. O valor do imposto de renda que deixou de ser pago em virtude dos benefícios de redução foi contabilizado de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Deliberação CVM nº 555 que aprovou o CPC nº 07 em que determina a contabilização no resultado do exercício e posteriormente a transferência para reserva especial de lucro não distribuível, no qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízos ou aumento de capital. Em virtude do acima exposto, a controlada Coelce deixou de recolher, no ano de 2008, o montante de R\$ 66.633 (R\$ 60.097 em 2007). **28. Obrigações com benefícios pós-emprego:** A controlada Coelce é patrocinadora de fundo de pensão, administrado pela Fundação COELCE de Seguridade Social - FAELCE, entidade fechada de previdência privada complementar, sem fins lucrativos. A Fundação administra dois planos de benefícios, sendo um na modalidade de benefício definido (Plano BD), que tem por finalidade principal complementar os benefícios a que têm direito auferir, como segurados de previdência social, os empregados da controlada Coelce, e um na modalidade de contribuição definida (Plano CD), que tem por objetivo conceder um benefício em função da reserva acumulada em nome do participante. O cálculo das reservas matemáticas relativas aos benefícios de complementação de aposentadorias e pensões do Plano BD adota o regime financeiro de capitalização. Para o Plano BD a controlada Coelce contribui mensalmente com a taxa de 4,45% da folha de remuneração de todos os seus empregados e dirigentes participantes, para cobertura do custo normal e com taxa de 2,84% sobre o quociente (não inferior à unidade) entre o número de empregados e dirigentes participantes da FAELCE, existentes em 31 de julho de 1997, e o número de empregados participantes existentes no mês de competência da contribuição suplementar amortizante, estando prevista a vigência dessa contribuição suplementar durante 22 anos e 6 meses, a contar de julho de 1997. Além desse percentual, a patrocinadora é responsável pelo pagamento das despesas administrativas do programa previdencial da referida entidade. Para o Plano CD a controlada Coelce contribui mensalmente com o mesmo valor que o participante efetua. O valor da contribuição varia em função da remuneração, tendo seu cálculo definido com base nas alíquotas 2,5%, 4,0% e 9,0%, aplicadas "em cascata". Em 30 de junho de 1999 foi firmado contrato de dívida consolidando todos os débitos provenientes de retenções e atrasos nos repasses de obrigações e encargos financeiros pela Companhia. Em 30 de junho de 2007 foi assinado um terceiro aditivo, conforme Resolução CGPC Nº 17/96 do Ministério da Previdência e Assistência Social, sob as seguintes condições: • Prazo para pagamento total: 14 parcelas semestrais e sucessivas, iniciando em 31 de dezembro de 2007 e terminando em 30 de junho de 2014. • Pagamento dos juros: mensais e sucessivos, corrigidos pelo INPC. • Amortização do principal: semestral calculado sobre o saldo devedor de cada mês, depois da aplicação da correção monetária pelo INPC. Em 31 de dezembro de 2008, o saldo a pagar a FAELCE referente a esse contrato de dívida é de R\$ 59.042 (R\$ 63.917 em 2007), sendo R\$ 11.023 (R\$ 13.987 em 2007) classificado no ativo circulante e R\$ 48.019 (R\$ 49.930 em 2007). A composição da obrigação atuarial, em 31 de dezembro de 2008, é como segue:

Conciliação dos (ativos) passivos:	
Valor presente das obrigações atuariais	460.358
Valor justo dos ativos	(468.558)
<b>(Ativo) Passivo atuarial</b>	<b>(8.200)</b>
A controlada Coelce não registrou o ativo líquido de pensão devido ao seu plano junto a Faelce não prever redução efetiva das contribuições e não ser reembolsável por sua parte. Movimentação da obrigação atuarial líquido em 2008:	
Valor presente da obrigação atuarial total	(549.211)
Custo dos serviços correntes	(5.719)
Custo dos juros	(49.278)
Ganho atuarial	115.553
Benefícios pagos em 2008	36.105
<b>Valor presente da obrigação atuarial total</b>	<b>(452.550)</b>
Movimentação do valor justo dos ativos dos planos:	
Valor justo dos ativos do plano (2007)	499.241
Contribuições pagas em 2008	22.445
Rendimento real dos ativos	(25.223)
Benefícios pagos em 2008	(36.105)
<b>Valor justo dos ativos do plano (final)</b>	<b>460.358</b>
Despesa prevista para 2009:	
Custo do Serviço Corrente	3.873
Custo dos Juros	51.484
Retorno dos Investimentos	(46.258)
Contribuição esperada dos empregados	(2.338)
<b>Total de despesas previstas</b>	<b>6.761</b>

As principais premissas adotadas pelo atuário independente para a realização da avaliação são:

<b>Principais premissas atuariais</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Taxa de desconto para avaliação do custo de serviço corrente e da obrigação atuarial total	11,80%	9,20%
Taxa de rendimento esperada sobre ativos do plano	inflação anual+desconto 7,5% a.a 10,24%	inflação anual+desconto 5% a.a 10,24%
Taxa do crescimento salarial	inflação anual+Juro real 6% a.a 5,84% (empregados participantes) 4% (participantes não empregados)	inflação anual+Juro real 6% a.a 5,18% (empregados participantes) 4% (participantes não empregados)
Taxa de inflação esperada	4%	4%
Reajuste de benefícios concedidos de prestação continuada	4%	4%
Fator de capacidade do benefício/salário	98%	98%
Taxa de rotatividade	Nula	Nula
Tábua geral de mortalidade (qx)	AT-83	AT-83
Tábua de entrada em invalidez (ix)	LIGHT-MÉDIA	LIGHT-MÉDIA
Tábua de mortalidade de inválidos (q <sub>x</sub> <sup>i</sup> )	qx da AT-49	qx da AT-49
Tábua de mortalidade de ativos	método de Hamza	método de Hamza

continua



continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

**29. Participação de Minoritários:** A parcela de participação de minoritários apresentada no balanço consolidado representa a participação societária dos acionistas não controladores na COELCE. A participação dos minoritários é demonstrada como se segue:

	2008	2007
Patrimônio Líquido da COELCE em 31 de dezembro	917.101	850.449
Participação dos acionistas não controladores da COELCE	43,41%	43,41%
Participação de minoritários apresentada no balanço consolidado	<b>398.116</b>	<b>369.182</b>

A participação proporcional dos acionistas minoritários da COELCE no resultado consolidado relativo ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 alcança (R\$146.953), (R\$66.642 em 2007). **30. Instrumentos financeiros e Riscos Operacionais (atendimento à deliberação CVM nº 566 de 17 de dezembro de 2008):** Considerações Gerais. A Companhia possui políticas e estratégias operacionais e financeiras visando manter a liquidez, segurança e rentabilidade de seus ativos. Para tanto, mantém sistemas de controle e acompanhamento gerenciais das transações financeiras e seus respectivos valores, com a finalidade de monitorar os riscos e taxas praticadas pelo mercado. A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivados com a premissa exclusiva de proteção aos riscos financeiros de variação cambial de suas captações realizadas em moeda estrangeira, sem nenhum caráter especulativo. Desta forma, a Companhia possui operações de hedge cambial com o objetivo de minimizar sua exposição, nas operações expostas à variação cambial. Essas operações de hedge são swaps de moeda e taxas de juros. Fatores de Risco. A linha de negócio da Companhia está concentrada na distribuição de energia elétrica em toda a área de concessão do Estado do Ceará. Em sintonia com a gestão financeira e melhores práticas para minimização de riscos financeiros, bem como observar os aspectos regulatórios, a Companhia identifica os seguintes fatores de riscos que podem afetar seus negócios: a) Risco de taxa de câmbio. Esse risco decorre da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de câmbio, que aumentem as despesas financeiras e os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. A Companhia, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2008, uma operação de "hedge" cambial, com fim único de proteção da dívida. Os ajustes a débito e a crédito dessas operações estão registrados na demonstração do resultado. No exercício findo em 31 de dezembro de 2008 a Companhia apurou um resultado negativo não realizado na operação de "hedge" cambial no montante de R\$ 13.430 (nota 20). Vide abaixo análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, demonstrando os efeitos da variação do dólar sobre a parcela da dívida swapada no resultado da variação nos cenários.

**Quadro I - Risco: Alta do USD****Projeção para os próximos 6 meses**

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
		USD	USD +25%	USD + 50%
		2,4529	2,921	3,5055
Dívida BEI	USD	(83.103)	(103.870)	(124.655)
Swap ponta Ativa - ABN Amro	USD	83.103	103.870	124.655

b) Risco de encargos de dívida. Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado. A Companhia não tem pactuado contratos de derivativos para fazer "swap" contra este risco. Porém, a Companhia monitora as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas. Minimizando esse risco, a Companhia busca aumentar à participação de empréstimos com taxas pré-fixadas (BNB e Eletrobrás) e atrelados a outros índices menos voláteis às oscilações do mercado financeiro, como a TJLP (BNDES). Vide abaixo análise de sensibilidade do risco nas variações do CDI na parcela da dívida após o swap, que demonstra os efeitos no resultado das variações nos cenários.

**Quadro II - Risco: Alta do CDI****Projeção para os próximos 6 meses**

Operação	Risco	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
		CDI	CDI + 25%	CDI + 50%
		13,07	15,46	18,56
Swap ponta passiva - ABN Amro	CDI	(98.928)	(99.548)	(100.337)

Conforme demonstrado acima, a variação do dólar sobre a parcela da dívida coberta pelo swap é compensada pela variação oposta sofrida por sua ponta ativa. Essa parcela da dívida troca de indexação, passando a sofrer a variação do CDI, em reais, e a correr riscos de aumento de encargos, porém reduzindo sua exposição cambial. Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises. c) Risco de Crédito. Esse risco surge da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus clientes. Esse risco é avaliado como baixo, considerando a pulverização do número de clientes. Adicionalmente, a Companhia tem o direito de interromper o fornecimento de energia caso o cliente deixe de realizar o pagamento de suas faturas, dentro de parâmetros e prazos definidos pela legislação e regulamentação específicas. A provisão para créditos de liquidação duvidosa é estabelecida em montante julgado suficiente, pela Administração da Companhia, para cobrir possíveis riscos de realização das contas a receber. d) Risco de Escassez de Energia. Corresponde ao risco de escassez na oferta de energia elétrica por parte das usinas hidroelétricas por eventuais atrasos do período chuvoso, associado ao crescimento de demanda acima do planejado, podendo ocasionar perdas para a Companhia em função do aumento de custos ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento. e) Risco de vencimento antecipado. A Companhia possui contratos de empréstimos e financiamentos com cláusulas restritivas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide nota explicativa nº 20). Essas restrições são monitoradas adequadamente e não limitam a capacidade de condução normal das operações. Valorização dos instrumentos financeiros. Em 31 de dezembro de 2008, os principais instrumentos financeiros ativos e passivos, incluindo-se as operações de derivativos, estão assim avaliados: • Disponibilidades: os valores demonstrados nos balanços patrimoniais se aproximam dos valores de mercado; • Ativos e Passivos Regulatórios: os valores estão registrados conforme critérios definidos por regras ou orientações da ANEEL; • Empréstimos e Financiamentos: registrados conforme condições contratuais (nota explicativa nº 20). • Instrumentos financeiros derivativos - a operação com derivativo tem por objetivo a proteção contra variações cambiais nas captações realizadas em moeda estrangeira e não possui nenhum caráter especulativo. Dessa forma, é considerado como instrumento de hedge e está contabilizado pelo valor de mercado. O valor justo é calculado projetando os fluxos futuros das operações (ativo e passivo) utilizando as curvas da BM&F e trazendo esses fluxos a valor presente utilizando a taxa DI futura da BM&F. Os valores da curva e de mercado do instrumento derivativo (swap) de 31 de dezembro de 2008 são como segue:

Derivativo	Valor da curva	Valor de mercado (contábil)	Diferença
Swap ABN AMRO	12.290	13.430	1.140

A estimativa do valor de mercado das operações de swaps foi elaborada baseando-se no modelo de fluxos futuros a valor presente, descontados a taxas de mercado apresentadas pela BM&F na data de fechamento do ano. A Companhia possui instrumentos derivativos com objetivo exclusivo de proteção econômica e financeira contra a variação cambial utilizando, em 31 de dezembro de 2008, apenas swap dólar para CDI, não possuindo derivativos exóticos ou outras modalidades.

continua

continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

As operações de "hedge" são contratadas apenas como proteção do endividamento em moeda estrangeira, de forma que os ganhos e perdas dessas operações decorrentes da variação cambial sejam compensados pelos ganhos e perdas equivalentes das dívidas em moeda estrangeira. Em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Companhia detinha operações de swap, conforme demonstrado abaixo:

Data dos Contratos	Data de Vencimento	Posição	Valores de Referência		Valor Justo	Acumulado 2008	Efeito 2008	Efeito Acumulado 2007
			Moeda Estrangeira	Moeda Local				
			2008	2007	2008	2007	Valor a receber/recebido	Valor a pagar/repagar
16/06/06	15/06/12	Dólar + 5,49% a.a. do CDI	USD30.471	USD40.027	R\$69.612	R\$91.442	R\$79.946 R\$76.987 -R\$13.430	-R\$13.430
29/07/04	15/10/08	Dólar + 5,5% a.a. do CDI		USD746	R\$2.278		R\$1.573 R\$3.792 -R\$2.219	-R\$2.219
20/08/07	15/02/08	JPY + 2,466% a.a. do CDI		JPY1.444.082	R\$27.000		R\$22.659 R\$28.078 -R\$5.419	-R\$5.419
24/08/07	01/08/08	R\$ + 12,7476% a.a. do CDI		R\$10.101	R\$10.101		R\$10.523 R\$10.506 R\$17	R\$17
04/09/07	29/08/08	Dólar + 2% a.a. do CDI		USD40.415	R\$79.000		R\$72.057 R\$81.911	-R\$9.854

**31. Fornecimento de energia elétrica:** A composição do fornecimento de energia elétrica, por classe de consumidores, é como segue:

	Consolidado					
	Nº de consumidores		MWh		R\$	
	Não auditado		Não auditado		2008	2007
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Fornecimento faturado						
Residencial Normal	574.460	651.596	1.301.003	1.253.449	647.131	630.204
Residencial Baixa Renda	1.558.032	1.385.387	1.249.971	1.158.663	253.072	235.783
Industrial	5.943	6.015	1.291.747	1.168.320	388.578	353.914
Comércio, serviços e outros	151.276	146.680	1.433.357	1.339.405	600.805	566.455
Rural	303.994	267.709	711.869	660.514	133.370	123.282
Poder público	28.400	27.084	393.434	371.717	159.132	151.200
Iluminação pública	5.697	3.977	367.722	345.548	94.302	89.662
Serviços públicos	1.634	1.547	236.458	244.700	67.286	68.026
	<b>2.629.436</b>	<b>2.489.995</b>	<b>6.985.561</b>	<b>6.542.316</b>	<b>2.343.676</b>	<b>2.218.526</b>
(+) Estorno provisão refaturamento Prefeituras	-	-	-	-	6.000	-
<b>Total do Faturamento</b>	-	-	-	-	<b>2.349.676</b>	<b>2.218.526</b>
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	9.100	(2.071)
<b>Consumidores, concessionários e permissionários</b>	-	-	-	-	<b>2.358.776</b>	<b>2.216.455</b>
Baixa renda	-	-	-	-	174.066	173.359
Reposicionamento Revisão Tarifária	-	-	-	-	5.542	(22.464)
Reposicionamento Tarifário - Transmissoras	-	-	-	-	700	(1.867)
Recuperação Perda de Receita 2001	-	-	-	-	(18.339)	(55.685)
Recuperação Energia Livre - Geradoras	-	-	-	-	(6.429)	(19.492)
Recuperação parcela A	-	-	-	-	(48.866)	-
Suprimento	-	-	-	-	13.245	11.749
Receita encargos de uso da rede elétrica	-	-	-	-	55.331	45.695
Baixa Energia Livre	-	-	-	-	57.475	-
Outras receitas	-	-	-	-	104.044	83.597
<b>Receita Operacional Bruta</b>	-	-	-	-	<b>2.695.545</b>	<b>2.431.347</b>
<b>(-) Deduções da Receita</b>						
ICMS	-	-	-	-	(528.563)	(501.577)
COFINS	-	-	-	-	(111.412)	(96.012)
PIS	-	-	-	-	(24.518)	(21.421)
RGR - Quota para Reserva Global de Reversão	-	-	-	-	(29.917)	(23.156)
CCC - Conta de Consumo de Combustível	-	-	-	-	(55.251)	(58.160)
Outros impostos e contribuições sobre a Receita	-	-	-	-	(31.832)	(28.644)
<b>Total de deduções de receita</b>	-	-	-	-	<b>(781.493)</b>	<b>(728.970)</b>
<b>Total receita operacional líquida</b>	<b>2.629.436</b>	<b>2.489.995</b>	<b>6.985.561</b>	<b>6.542.316</b>	<b>1.914.052</b>	<b>1.702.377</b>

**32. Outras receitas operacionais:**

	Consolidado	
	2008	2007
Inspecção de instalações e serviços vários	5.056	3.780
Renda na prestação de serviços	82.967	63.582
Arrendamento e aluguéis	10.928	9.989
Serviço taxado	4.427	5.218
Outros	666	1.028
<b>Total de outras receitas operacionais</b>	<b>104.044</b>	<b>83.597</b>

**33. Compra e venda de energia na CCEE:** Nos exercícios de 2008 e 2007 a controlada Coelce efetuou a comercialização de energia de curto prazo no âmbito da Câmara de Compensação de Energia Elétrica - CCEE, conforme a seguir demonstrado:

Compra	Consolidado			
	2008		2007	
	MWh Não auditado	R\$ mil	MWh Não auditado	R\$ mil
Compra de energia	18.400	(5.076)	24.245	(2.346)
Ajustes	1.012	168	-	-
	<b>19.412</b>	<b>(4.908)</b>	<b>24.245</b>	<b>(2.346)</b>

continua

continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

	<b>2008</b>		<b>2007</b>	
	<b>MWh</b>		<b>MWh</b>	
<b>Venda</b>	<b>Não auditado</b>	<b>R\$ mil</b>	<b>Não auditado</b>	<b>R\$ mil</b>
Venda de energia	215.112	26.679	170.876	11.749
CVA Sobrecontratação	—	(10.948)	—	—
Ajustes	(12.133)	(2.486)	—	—
	<b>202.979</b>	<b>13.245</b>	<b>170.876</b>	<b>11.749</b>
	<b>Consolidado</b>			
	<b>Quantidade MWh</b>		<b>R\$</b>	
	<b>Não auditado</b>		<b>Não auditado</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>Energia elétrica comprada para revenda</b>				
Central Geradora Termelétrica de Fortaleza – CGTF	2.690.000	2.690.000	(414.955)	(425.317)
Centrais Elétricas S.A. - FURNAS	1.610.406	1.591.470	(120.173)	(116.454)
Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF	1.238.004	1.136.151	(89.565)	(75.070)
Companhia Energética de São Paulo- CESP	602.602	562.172	(46.191)	(40.991)
Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. - ELETRONORTE	487.530	323.922	(37.314)	(33.649)
Copel Geração S.A. - COPEL	418.644	390.065	(29.785)	(27.146)
CEMIG - Geração e Transmissão S.A.	289.922	266.506	(23.392)	(20.336)
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE	19.412	24.245	(4.908)	(2.346)
Programa de Inc. as Fontes Alternativas - PROINFA	121.017	75.676	(18.238)	(14.538)
CVA Compra de Energia do Período	—	—	11.231	22.279
CVA - PROINFA	—	—	1.862	1.469
Amortização CVA	—	—	(35.653)	(44.885)
Energia Comprada - Transmissoras	—	—	—	(5.057)
Amortização Energia Comprada - Transmissoras	—	—	3.793	—
Contratos por disponibilidade(*)	78.859	—	(26.837)	—
Outros	625.248	470.071	(48.935)	(38.955)
<b>Total energia comprada para revenda</b>	<b>8.181.644</b>	<b>7.530.278</b>	<b>(879.060)</b>	<b>(820.996)</b>

**34. Resultado do serviço:** As despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	<b>Consolidado</b>					
	<b>Custo do Serviço</b>	<b>Serviços prestados a terceiros</b>	<b>Despesa de Vendas</b>	<b>Despesas Gerais e Administrativas</b>	<b>Outras</b>	
<b>Descrição</b>						
Receita operacional líquida	—	—	—	—	—	1.914.052
Pessoal	(70.386)	—	—	(18.233)	—	(88.619)
Material	(16.097)	(3.091)	—	(9.990)	—	(29.178)
Serviços de terceiros	(138.105)	(3.321)	(25.856)	(15.044)	—	(182.326)
Energia elétrica comprada para revenda	(882.853)	—	—	—	—	(882.853)
Energia elétrica comprada para revenda- Ativo transmissoras	3.793	—	—	—	—	3.793
Encargos do uso do sistema de transmissão	(65.870)	—	—	—	—	(65.870)
Encargos do uso do sistema de transmissão- Ativo transmissoras	(5.193)	—	—	—	—	(5.193)
Encargo serviço de sistema-ESS	(33.318)	—	—	—	—	(33.318)
Provisão CVA-ESS	24.695	—	—	—	—	24.695
Depreciação e amortização	(99.350)	—	—	(2.207)	(15)	(101.572)
Amortização / reversão ágio da incorporação	—	—	—	—	(14.967)	(14.967)
Provisão saldo a cobrar reajuste tarifário 2005	—	—	—	—	—	—
Provisões para créditos de liquidação duvidosa	—	—	—	—	(9.040)	(9.040)
Provisão/Reversão perda de receita - racionamento	—	—	106.873	—	(4.311)	102.562
Taxa de fiscalização da ANEEL	—	—	—	—	(4.042)	(4.042)
Baixa ativo regulatório	—	—	(106.881)	—	—	(106.881)
Baixa energia livre	—	—	(50.482)	—	—	(50.482)
Provisão para contingências	—	—	—	—	6.509	6.509
Outras despesas operacionais	(6.137)	—	(2)	(9.016)	(3.269)	(18.451)
	<b>(1.288.821)</b>	<b>(6.412)</b>	<b>(76.348)</b>	<b>(54.490)</b>	<b>(29.162)</b>	<b>(1.455.233)</b>
<b>Resultado do serviço</b>						<b>458.819</b>
<b>Resultado financeiro</b>						<b>(48.590)</b>
<b>Resultado operacional</b>						<b>410.229</b>

	<b>Consolidado</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>Despesa de pessoal</b>		
Remunerações	(74.870)	(71.882)
Encargos sociais	(24.331)	(23.058)
Benefícios	(30.041)	(26.460)
Outros	372	568
(-) Transferências para imobilizado em curso	40.251	27.656
<b>Total de despesa de pessoal</b>	<b>(88.619)</b>	<b>(93.176)</b>
	<b>Consolidado</b>	
	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>Outras despesas operacionais</b>		
Aluguéis	(5.971)	(4.799)
Publicidade e propaganda	(5.262)	(2.114)
Indenizações a terceiros	(1.442)	(1.320)
Doações, contribuições e subvenções	(1.367)	(1.221)
Seguros	(987)	(836)
Tributos	(477)	(311)
Estagiários	(1.003)	(955)
Publicações legais e assinaturas	(598)	(465)
Custas judiciais	(290)	(254)
Despesas gerais	(1.054)	(1.102)
<b>Total de despesas operacionais</b>	<b>(18.451)</b>	<b>(13.377)</b>

continua



continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

**35. Outras receitas (despesas):**

<b>Outras receitas</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Ganho na alienação de bens	992	60
Sobra no inventário de estoque	—	141
Reversão déficit atuarial	—	16.289
Outras	—	12
<b>Total outras receitas</b>	<b>992</b>	<b>16.502</b>
<b>Outras despesas</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Perda na alienação de bens	(2.212)	—
Prejuízo na desativação de bens	(1.928)	(1.311)
Material de segurança	(2.651)	(1.967)
Outras	(2)	(169)
<b>Total outras despesas</b>	<b>(6.793)</b>	<b>(3.447)</b>

**36. Participação nos resultados:** A controlada Coelce implantou o programa de participação dos empregados nos resultados, nos moldes da Lei nº 10.101/00 e artigo nº 189 da Lei nº 6.404/76, baseado em acordo de metas operacionais e financeiras previamente estabelecidas com os mesmos. O montante dessa participação para o exercício de 2008 foi de R\$ 7.078 (R\$ 5.958 em 2007). **37. Remuneração dos administradores:** Os honorários dos administradores foram fixados pela Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária realizada em 30 de abril de 2007, no montante global anual de até R\$ 6.000 (R\$ 5.600 em 2007). Desse total, R\$ 3.051 (R\$ 2.645 em 2007) foram apropriados em despesas gerais e administrativas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. **38. Seguros:** Os principais ativos em serviço da controlada Coelce estão segurados por uma apólice internacional do Grupo Endesa, no montante global de US\$ 283.716, correspondendo a R\$ 663.044(\*), com uma cobertura por eventos de danos materiais combinado a perda de benefícios no montante de US\$ 30.000, correspondendo a R\$ 70.110(\*). A controlada Coelce também mantém um seguro de responsabilidade civil que faz parte do programa de seguros corporativos do grupo Endesa no valor de US\$ 150.000 por sinistro ou agregado anual, correspondendo a R\$ 350.550(\*). Ambos programas, tem validade no período compreendido de 30 de junho de 2008 a 30 de junho de 2009. Na tabela abaixo se registra o prêmio total de R\$ 1.951, sendo R\$ 876 de riscos operacionais e R\$ 1.075 de responsabilidade civil. A especificação por modalidade de risco e data de vigência está demonstrada a seguir:

<b>Risco</b>	<b>Vigência</b>	<b>2008</b>
Danos materiais	30.06.2007 a 30.06.2009	70.100
Responsabilidade Civil	30.06.2007 a 30.06.2009	350.550

(\*) Os valores em reais foram convertidos pela ptax de 2,3370 de 31 dezembro de 2008.

**39. Questões Ambientais:** A Coelce, a cada ano, reafirma seu compromisso de levar desenvolvimento socioeconômico ao Estado do Ceará causando o mínimo impacto ao meio ambiente. Para isso cumpre rigorosamente a legislação e as normas ambientais, investe em pesquisa, novas tecnologias, educação ambiental, bem como desenvolve projetos ambientais que beneficiam a sociedade em geral. Para a Coelce, somente com a participação consciente de todos será possível garantir um futuro adequado às próximas gerações. Em 2008, dentre as ações ambientais que merecem destaque, tem-se: a) Uso de Rede Compacta/ Linha Verde - com o objetivo de minimizar a necessidade de podas em redes de média-tensão, a Coelce investe em cabos aéreos protegidos (chamados spacer), que requerem menor supressão vegetal. Nas redes de baixa-tensão, desde 2002, a Coelce adota um padrão de construção de redes com cabos pré-reunidos (trançados), cobertos, que oferecem segurança e menor poluição visual, além de reduzirem a supressão vegetal. Em 2008 foram investidos R\$ 14.928. b) Realização do Programa de Eficiência Energética - o combate ao desperdício de energia elétrica é o principal objetivo deste programa. Em 2008 foram investidos R\$ 7.822 que, entre outras iniciativas, proporcionou: • Modernização dos sistemas de iluminação e troca de aparelhos de ar condicionado, ineficientes, por outros modernos e mais eficientes do ponto de vista energético, com selo de qualidade Procel, em hospitais, escolas, universidades e centros de pesquisa e entidades associativas; • Substituição de geladeiras antigas, ineficientes, por eficientes, a clientes baixa-renda. Após a substituição a Companhia dá a destinação ambientalmente correta dos resíduos perigosos gerados, cumprindo o Protocolo de Montreal, com referência ao gás clorofluorcarbono (CFC), bem como do óleo do compressor, o qual é recolhido e regenerado; • Substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas (eficientes) e palestras para o uso eficiente da energia elétrica, beneficiando comunidades de baixa-renda. c) Manutenção do Sistema de Gestão Ambiental. Em 2008 a Coelce manteve a certificação de seu sistema de gestão ambiental, conquistada em 2006, e ampliou o escopo, atendendo à norma ISO 14001:2004, emitida pelo Bureau Veritas Certification. O escopo da certificação compreende construção, operação, manutenção do sistema de transmissão e distribuição de energia elétrica e suas atividades de apoio, focadas nas seguintes unidades de negócio: Administração Central, Gerência de Distribuição Fortaleza e Metropolitana, Departamento de Distribuição Norte e Relacionamento Comercial da Loja de Atendimento de Sobral, sede do Departamento de Distribuição Centro Norte, sede do Departamento de Distribuição Centro Sul Iguatú, sede do Departamento de Distribuição Centro Norte Canindé, sede do Departamento de Distribuição Sul e Relacionamento Comercial da Agência de Juazeiro do Norte. **40. Demonstração do resultado por atividade (não auditada):** Em atendimento às instruções e orientações da ANEEL, apresentamos as demonstrações financeiras, em 31 de dezembro de 2008, das unidades de negócio: distribuição, comercialização, atividades não vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica e consolidado.

<b>Demonstração do resultado por atividade</b>	<b>Distribuição</b>	<b>Comer- cialização</b>	<b>Atividades não vinculadas</b>	<b>2008 Consolidado</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL:</b>				
Fornecimento de energia elétrica				
Consumidores, concessionários e permissionários	1.257.083	1.101.693	—	2.358.776
Baixa renda	92.763	81.303	—	174.066
Reposicionamento revisão tarifária	1.845	3.697	—	5.542
Valor a devolver reajuste tarifário-transmissoras	372	328	—	700
Recuperação perda de receita racionamento	(9.811)	(8.528)	—	(18.339)
Recuperação energia livre - Geradoras	(3.440)	(2.989)	—	(6.429)
Recuperação parcela A	(26.004)	(22.862)	—	(48.866)
Suprimento de energia elétrica	—	13.245	—	13.245
Receita de uso da rede elétrica	55.331	—	—	55.331
Baixa Energia Livre	—	57.475	—	57.475
Outras receitas	11.180	92.864	—	104.044
<b>Total de fornecimento de energia elétrica, bruta</b>	<b>1.379.319</b>	<b>1.316.226</b>	<b>—</b>	<b>2.695.545</b>
Deduções à receita operacional:				
ICMS	(281.695)	(246.868)	—	(528.563)
COFINS	(60.440)	(50.972)	—	(111.412)
PIS	(16.884)	(7.634)	—	(24.518)
ISS	(1.859)	(178)	—	(2.037)
Quota para reserva global de reversão	(29.917)	—	—	(29.917)
Conta consumo combustível	(55.251)	—	—	(55.251)
Conta de desenvolvimento energético	(13.526)	—	—	(13.526)
Programas de eficiência energética e pesquisa e desenvolvimento	(16.271)	—	—	(16.271)
Encargo de capacidade/aquisição Emergencial	—	2	—	2
<b>Total do fornecimento de energia elétrica, líquida</b>	<b>(475.843)</b>	<b>(305.650)</b>	<b>—</b>	<b>(781.493)</b>
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>903.476</b>	<b>1.010.576</b>	<b>—</b>	<b>1.914.052</b>
Custo do serviço de energia elétrica:				
Custo com energia elétrica:				
Energia elétrica comprada para revenda	—	(882.853)	—	(882.853)
Energia elétrica comprada para revenda-ativo transmissoras	—	3.793	—	3.793
Encargos de uso da rede de transmissão	—	(74.492)	—	(74.492)

continua

continuação

**INVESTLUZ S.A. E CONTROLADA**

CNPJ 03.032.652/0001-04

<b>Demonstração do resultado por atividade</b>	<b>Distribuição</b>	<b>Comer- cialização</b>	<b>Atividades não vinculadas</b>	<b>2008 Consolidado</b>
Encargos de uso da rede de transmissão-ativo transmissoras	–	(5.193)	–	(5.193)
<b>Total do custo com energia elétrica</b>	<b>–</b>	<b>(958.745)</b>	<b>–</b>	<b>(958.745)</b>
Custo de operação:				
Pessoal	(33.926)	(27.300)	–	(61.226)
Entidade de previdência privada	(5.076)	(4.084)	–	(9.160)
Material	(10.031)	(6.066)	–	(16.097)
Serviços de terceiros	(70.515)	(67.590)	–	(138.105)
Depreciação e amortização	(98.041)	(1.309)	–	(99.350)
Outras	(2.623)	(3.515)	–	(6.138)
<b>Total do custo de operação</b>	<b>(220.212)</b>	<b>(109.864)</b>	<b>–</b>	<b>(330.076)</b>
	<b>(220.212)</b>	<b>(1.068.609)</b>	<b>–</b>	<b>(1.288.821)</b>
Custo do serviço prestado a terceiros:	–	(6.412)	–	(6.412)
<b>Lucro bruto operacional</b>	<b>683.264</b>	<b>(64.445)</b>	<b>–</b>	<b>618.819</b>
Despesas operacionais				
Despesas com vendas	(16.983)	(59.365)	–	(76.348)
Despesas gerais e administrativas	(32.100)	(22.271)	–	(54.371)
Amortização/Reversão do ágio oriundo da incorporação	–	–	(14.967)	(14.967)
Taxa de fiscalização ANEEL	(4.042)	–	–	(4.042)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	–	(13.351)	–	(13.351)
Provisão para contingências	6.867	(358)	–	6.509
Outras	(1.976)	(1.349)	(15)	(3.340)
<b>Total das despesas operacionais</b>	<b>(48.234)</b>	<b>(96.694)</b>	<b>(14.982)</b>	<b>(159.910)</b>
<b>Resultado do serviço público de energia elétrica</b>	<b>635.030</b>	<b>(161.139)</b>	<b>(14.982)</b>	<b>458.909</b>
<b>Receitas (Despesas) financeiras:</b>				
Renda de aplicações financeiras	12.288	–	–	12.288
Acréscimo moratório em conta de energia	–	31.847	–	31.847
Atualização Perda de Receita Racionamento	–	4.668	–	4.668
Encargos de dívidas	(59.053)	–	–	(59.053)
Variações monetárias	(30.468)	–	–	(30.468)
Outras	(16.832)	8.634	–	(8.198)
<b>Total receitas (despesas) financeiras:</b>	<b>(94.065)</b>	<b>45.149</b>	<b>–</b>	<b>(48.916)</b>
<b>Resultado Operacional</b>	<b>540.965</b>	<b>(115.990)</b>	<b>(14.982)</b>	<b>409.993</b>
<b>Receitas não Operacionais</b>	<b>992</b>	<b>–</b>	<b>–</b>	<b>992</b>
<b>Despesas não Operacionais</b>	<b>(6.163)</b>	<b>(630)</b>	<b>–</b>	<b>(6.793)</b>
	<b>(5.171)</b>	<b>(630)</b>	<b>–</b>	<b>(5.801)</b>
<b>Lucro antes da Contribuição Social, do imposto de renda, participações</b>	<b>535.794</b>	<b>(116.620)</b>	<b>(14.982)</b>	<b>404.192</b>
Contribuição social	(34.304)	–	–	(34.304)
Contribuição social diferido	1.102	–	–	1.102
Imposto de renda	(94.543)	–	–	(94.543)
Imposto de renda diferido	2.521	–	–	2.521
Incentivo Fiscal-IRPJ	66.633	–	–	66.633
<b>Lucro antes das participações</b>	<b>477.203</b>	<b>(116.620)</b>	<b>(14.982)</b>	<b>345.601</b>
Participação nos lucros	(3.922)	(3.156)	–	(7.078)
<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>473.281</b>	<b>(119.776)</b>	<b>(14.982)</b>	<b>338.523</b>
<b>Lucro líquido do exercício por ação - R\$</b>				<b>4,35</b>

**DIRETORIA EXECUTIVA****ABEL ALVES ROCHINHA**

Diretor Presidente

**LUIZ CARLOS LAURENS ORTINS DE BETTENCOURT**

Diretor Vice-Presidente Financeiro

**OLGA JOVANNA CARRANZA SALAZAR**

Diretora sem designação específica

**JOSÉ RENATO FERREIRA BARRETO**

Diretor sem designação específica

**SILVIA CUNHA SARAIVA PEREIRA**

Diretora sem designação específica

**KARLA JEANNY CARIOCA - Contadora - CRC CE 015 544/O-3****PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Acionistas e Administradores da INVESTLUZ S.A. Fortaleza-CE. 1. Examinamos os balanços patrimoniais, controladora e consolidado, da INVESTLUZ S.A. ("Companhia"), levantados em 31 de dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido (controladora), dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e da controlada; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Companhia e da controlada, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. 3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da INVESTLUZ S.A., controladora e consolidado, em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido (controladora), os seus fluxos de caixa e os valores adicionados nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 4. Anteriormente, auditamos as demonstrações financeiras (controladora e consolidado) referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo os balanços patrimoniais, as demonstrações dos resultados, das mutações do patrimônio líquido (controladora) e das origens e aplicações de recursos desse exercício, sobre as quais emitimos parecer sem ressalva datado de 22 de janeiro de 2008. Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios. 5. As demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado (controladora e consolidado) correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas em conexão com as demonstrações financeiras do exercício de 2008, foram submetidas aos mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2 e, em nossa opinião, essas demonstrações estão adequadamente apresentadas, em todos os seus aspectos relevantes, em relação às demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 4, tomadas em conjunto.

Fortaleza, 19 de março de 2009.

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC - nº 2SP 011.609/O-8-"F" CE

José Luiz Santos Vaz Sampaio

Contador

CRC – BA nº 015.640/O-3 "S" CE



## STRATA CONSTRUÇÕES E CONCESSIONÁRIAS INTEGRADAS S/A

CNPJ - 02.941.913/0001-38

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

## 1. INTRODUÇÃO

A Strata atua como agente investidor nos processos de concessão de rodovias, constantes da estratégia de descentralização desenvolvida pelo Ministério dos Transportes, possuindo atualmente participação acionária na CRT (Concessionária Rio-Teresópolis) e VIAPAR (Rodovias Integradas do Paraná), assim como possui parcela acionária na obra da Usina Hidrelétrica Corumbá III.

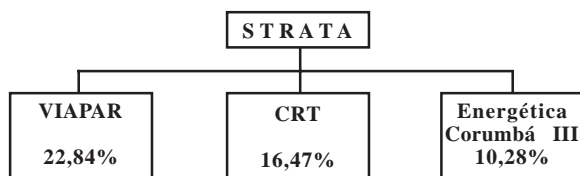
Desde sua constituição, a Strata participa ativamente na busca, desenvolvimento e consolidação de oportunidades no setor de concessão de rodovias, sendo atualmente um player importante no mercado que se formou a partir da implementação do programa.

## 2. CENÁRIO ATUAL

A Strata avaliou, que a participação nas licitações para concessão de rodovias que foram abertas nos últimos 3 anos, implicaria em assunção de riscos desproporcionais. Tal postura mostra a prudência do grupo, e verificou-se como adequada, dado o cenário atual de crise no mercado financeiro, bem como o colapso de crédito no mercado internacional. Portanto, a gestão foi focada na administração das concessões existentes.

## 3. PARTICIPAÇÃO ACIONÁRIA STRATA

O quadro abaixo apresenta a participação acionária da Strata nas concessões sob sua administração, e na UHE Corumbá III:



## 4. CRT (Concessionária Rio-Teresópolis)

## 4.1. Apresentação

Em 22 de março de 1996, a CRT assumiu a administração da Rodovia Rio-Teresópolis. Com previsão de investimentos de US\$ 450 milhões durante os 25 anos previstos para durar a concessão, a CRT instalou tecnologia de ponta para garantir mais segurança e conforto aos seus usuários, assumindo responsabilidade total pela recuperação, melhoria, conservação e manutenção dos 142,5 quilômetros de pista.

## 4.2. Desempenho econômico-financeiro 2008

As metas fixadas no Orçamento e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, voltaram a ser superadas em 2008 em seus principais indicadores de resultado, tais como Receita Bruta, EBITDA, Lucro Líquido e Distribuição de Dividendos / Remuneração das Debêntures. A Companhia registrou uma evolução de 16,2% na receita bruta, decorrente do crescimento de 7,5% no volume de veículos equivalentes e do reajuste de 13,24 % na tarifa, aprovada pela ANTT.

## Demonstração dos Resultados:

## Demonstração de Resultados

Dados em Milhares	2008	2007	%
<b>Veículos Equivalentes</b>	<b>14.212</b>	<b>13.212</b>	<b>7,6%</b>
Receita Operacional	98.371	84.633	16,2%
Deduções (-)	-8.540	-7.663	11,4%
<b>Receita Líquida</b>	<b>89.931</b>	<b>76.970</b>	<b>16,8%</b>
Custos e Despesas Operacionais	40.380	33.271	16,75%
Custos Totais	33.271	33.271	2,1%
<b>IBITDA</b>	<b>49.452</b>	<b>43.699</b>	<b>16,7%</b>
Margem EBITDA	55%	56,8%	
Resultado Não Operacional	492	1.647	-80,2%
Receitas (Despesas) Financeiras Líquidas	11	-42	126,2%
Depreciação / Amortização	10.332	10.514	7,1%
Remuneração de Debêntures	8.351	7.374	13,2%
<b>Resultado Antes do IR/C. Social</b>	<b>31.273</b>	<b>27.500</b>	<b>12,9%</b>
IRRF / C. Social	11.265	10.076	9,7%
<b>Lucro Líquido</b>	<b>20.008</b>	<b>17.424</b>	<b>14,8%</b>
Margem Líquida	22,3%	22,6%	

## 5. VIAPAR (Rodovias Integradas do Paraná)

## 5.1. Apresentação

A VIAPAR - Rodovias Integradas do Paraná - nasceu em 1997, como um dos frutos do Anel de Integração do Paraná, que direcionou algumas rodovias do Estado para a administração privada. A VIAPAR é responsável por 547,70 quilômetros de malha viária e a sua concessão é de 24 anos. A empresa tem seis praças de arrecadação, que ficam em Arapongas, Mandaguari, Presidente Castelo Branco, Floresta, Campo Mourão e Corbélia. Compõem também a estrutura da empresa sete Bases Operacionais, sendo que seis ficam junto às praças e uma em Ubitatã, duas balanças fixas, em Nova Esperança e Peabiru, uma balança móvel, que percorre o trecho, e o prédio da sede.

## 5.2. Desempenho econômico-financeiro 2008

As metas fixadas no Orçamento e aprovadas pelo Conselho de Administração da Companhia, foram superadas em 2008 em seus principais indicadores de resultado. Como pode ser visto do Demonstrativo de Resultados abaixo, a Receita Operacional Bruta de 2008 ficou 15% acima de 2007, e os resultados antes dos impostos ficaram 28 % acima quando comparados com 2007.

## Demonstração dos Resultados:

	2008	2007
Receitas operacionais bruta	150.170	130.637
Deduções da receita	(14.570)	(12.811)
<b>Resultado operacional líquida</b>	<b>135.600</b>	<b>117.827</b>
Receitas (despesas) operacionais		
Despesas de operação e conservação	(44.683)	(39.579)
Despesas gerais a administração	(27.663)	(19.059)
Depreciações e amortizações	(22.221)	(20.621)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	(12.214)	(3.889)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	7.384	(6.444)
<b>Resultado operacional</b>	<b>36.203</b>	<b>27.718</b>
<b>Resultado antes dos impostos</b>	<b>36.203</b>	<b>28.234</b>
Contribuição social e imposto de renda		
Contribuição social	(3.225)	(2.532)
Imposto de renda	(9.178)	(7.906)
<b>Resultado antes das participações</b>	<b>23.800</b>	<b>17.796</b>
Participações e contribuições		
Empregados	(1.090)	(702)
<b>Resultado do Exercício</b>	<b>22.710</b>	<b>17.094</b>
Número de ações - em lotes de mil	31.143	31.143
<b>Resultado por lote de mil ações - em R\$ 0,01</b>	<b>729.20</b>	<b>548.88</b>

## 6. ENERGÉTICA CORUMBÁ III

## 6.1. Apresentação

Localizada no Rio Corumbá, município de Luziânia, a usina pertence ao Consórcio Energética Corumbá III S.A, formado pela CELG (Companhia Energética de Goiás), CEB (Companhia Energética de Brasília), e três empresas privadas, sendo Neonergia, EnerPower e Strata, sendo que essa última possui participação acionária de 5 % no total do empreendimento.

A obra possui previsão para conclusão em setembro de 2009 e produz energia elétrica suficiente para atender a um milhão de pessoas. A barragem da Usina tem 800 metros de comprimento e 54 metros de altura máxima, com uma queda bruta de 42,30 metros e o volume acumulado de 972 milhões m³ de água. A área inundada é de 72 Km². O custo total da obra é de R\$ 340 milhões, que estão sendo divididos entre os sócios.

## 7. AGRADECIMENTOS

Agradecemos aos Senhores Acionistas pela confiança recebida, bem como à nossa equipe de profissionais pela sua dedicação, que têm sido, e sempre serão, elementos de combinação para nosso crescimento.

Marcus Pinto Rôla  
Presidente



**STRATA CONSTRUÇÕES E CONCESSIONÁRIAS INTEGRADAS S/A**  
**CNPJ - 02.941.913/0001-38**

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

<b>ATIVO</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>PASSIVO</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Disponibilidades	77	534	Empréstimos e financiamentos	65	65
Aplicações financeiras (nota 4)	2.618	6.220	Obrigações sociais e tributárias (nota 9)	372	333
Dividendos a receber (nota 5)	1.341	877	Dividendos a pagar	<u>3.476</u>	<u>3.646</u>
Outros créditos	<u>48</u>	<u>36</u>	Total do passivo circulante	3.913	4.044
Total do ativo circulante	4.084	7.667			
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
Realizável a longo prazo			Partes relacionadas (nota 7)	13.238	
• Tributos a recuperar (nota 6)	1.244	1.057	Empréstimos e financiamentos	57	89
• Partes relacionadas (nota 7)	29.975	12.270	Obrigações sociais e tributárias (nota 9)	<u>2.405</u>	<u>2.705</u>
• Despesas antecipadas		23	Total do passivo não circulante	15.700	2.794
Investimentos (nota 8)	30.585	41.511			
Imobilizado	<u>225</u>	<u>272</u>	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
Total do ativo não circulante	62.029	55.133	Capital social (nota 10.a)	40.000	40.000
			Ações em tesouraria (nota 10.b)	(11.023)	(8.906)
			Reserva de lucros	17.523	2.781
			Lucros acumulados	<u>-</u>	<u>22.087</u>
			Total do patrimônio líquido	46.500	55.962
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b><u>66.113</u></b>	<b><u>62.800</u></b>	<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b><u>66.113</u></b>	<b><u>62.800</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>RECEITA OPERACIONAL BRUTA</b>		2.417
Tributos sobre vendas e outras deduções	----	(140)
<b>RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA</b>		2.277
<b>CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS</b>	----	(2.752)
<b>PREJUÍZO BRUTO</b>		(475)
<b>RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS</b>		
Despesas gerais e administrativas	(1.566)	(1.684)
Resultado de equivalência patrimonial	8.300	6.927
Outras despesas operacionais	(14.251)	(45)
Resultado financeiro, líquido	<u>172</u>	<u>218</u>
	(7.345)	5.416
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	<b><u>(7.345)</u></b>	<b><u>4.941</u></b>
Quantidade de ações	40.000.000	40.000.000
<b>LUCRO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - EM R\$</b>	<b><u>(0.18)</u></b>	<b><u>0.12</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais)**

	<b>Capital Social</b>	<b>Ações em tesouraria</b>	<b>Reservas de lucros</b>	<b>Lucros acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006</b>	40.000	(8.906)	2.534	18.567	52.195
Lucro líquido do exercício				4.941	4.941
Distribuição de dividendos				(1.174)	(1.174)
Transferência para reservas	-----	-----	<u>247</u>	<u>(247)</u>	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007</b>	40.000	(8.906)	2.781	22.087	55.962
Prejuízo líquido do exercício				(7.345)	(7.345)
Transferência para reservas			14.742	(14.742)	
Aquisição de ações da companhia	-----	<u>(2.117)</u>	-----	-----	<u>(2.117)</u>
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>	<b><u>40.000</u></b>	<b><u>(11.023)</u></b>	<b><u>17.523</u></b>	<b><u>-</u></b>	<b><u>46.500</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis





**STRATA CONSTRUÇÕES E CONCESSIONÁRIAS INTEGRADAS S/A**  
**CNPJ - 02.941.913/0001-38**

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**  
**(Valores expressos em milhares de reais)**

	<u>2008</u>	<u>2007</u> (Não auditado)
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES</b>		
Lucro (Prejuízo) líquido do exercício	(7.345)	4.941
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Depreciações	47	
Resultado de equivalência patrimonial	<u>(8.300)</u>	<u>(6.927)</u>
	(15.598)	(1.986)
Redução (aumento) nos ativos:		
Tributos a recuperar	(187)	289
Dividendos a receber	(464)	423
Outros créditos	(12)	
Despesas antecipadas	<u>23</u>	<u>(23)</u>
	(640)	689
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores		(21)
Dividendos a pagar	(170)	1.174
Obrigações tributárias		
• Curto prazo	39	(254)
• Longo prazo	<u>(300)</u>	<u>(220)</u>
	<u>(431)</u>	<u>679</u>
<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	(16.669)	(618)
<b>FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS</b>		
Aquisição de Investimentos	(3.337)	-
Recebimento de dividendos	8.648	-
Redução dos investimentos	13.915	5.532
Redução do imobilizado	-	<u>4.239</u>
<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	19.226	9.771
<b>FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Partes relacionadas		
• Aumento (Redução) do Ativo	(17.705)	(9.145)
• Aumento do Passivo	13.238	
Empréstimos e financiamentos		
• Curto prazo	-	(1.993)
• Longo prazo	(32)	(2.288)
Aquisição de ações da companhia	<u>(2.117)</u>	
<b>RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	(6.616)	(13.426)
Redução no caixa e equivalentes	(4.059)	(4.273)
Disponibilidades e aplicações financeiras no início do exercício	<u>6.754</u>	<u>11.027</u>
Disponibilidades e aplicações financeiras no final do exercício	<b>2.695</b>	<b>6.754</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)**

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Strata Construções e Concessionárias Integradas S/A ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em setembro de 1998. A Companhia tem por objetos sociais: a) participação societária em outras empresas; b) inversão de capitais em empresas e operações correlatas; c) engenharia civil (edificações, incorporações, obras rodoviárias, ferroviárias, portuárias, pontes, viadutos, eletrificação, barragens, saneamento, aeroportos, aeródromos, túneis, gasodutos e oleodutos) e engenharia sanitária; e d) exploração de atividades de serviços de transporte coletivo, de passageiros e de cargas.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07 e em 3 de dezembro de 2008, foi editada medida provisória nº 449, que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor no exercício de 2008. Esses normativos tiveram, principalmente, o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Parcela representativa das principais alterações promovidas pela referida Lei já estão sendo adotadas pela Companhia e não impactaram nos lucros acumulados e, ou resultados. As principais alterações podem ser assim sumariadas:

- Apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC em substi-

tuição a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR; • Classificação e mensuração de instrumentos financeiros em linha com a norma internacional. A Companhia passou a registrar os instrumentos financeiros derivativos ao valor justo; e

- Introdução na Lei do conceito de Ajuste a Valor Presente - AVP para as operações ativas e passivas decorrentes de operações de longo prazo e, quando houver efeito relevante, para as outras operações.

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 449/08.

Em decorrência da nova legislação societária, a Companhia declara sua opção por seguir estritamente o § 1º do artigo 186 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, estabelecendo como data de transição ("data de transição") o dia 1º de janeiro de 2008, tomando por ponto de partida as demonstrações contábeis encerradas na data de 31 de dezembro de 2007.

Conforme permitido pelo Pronunciamento CPC 13 - Adoção inicial da Lei 11.638/07 e da MP 449/08, a administração da Companhia optou por não reapresentar cifras comparativas ajustadas conforme a norma NPC nº 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Correção de Erros.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a. Disponibilidades e aplicações financeiras**

Estão representadas por depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, avaliadas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

**b. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo**

Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

**c. Imobilizado**

Avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada



## STRATA CONSTRUÇÕES E CONCESSIONÁRIAS INTEGRADAS S/A

CNPJ - 02.941.913/0001-38

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, calculadas pelo método linear.

d. Investimentos

Avaliados pelo método da equivalência patrimonial, calculado sobre o resultado do exercício e outras variações patrimoniais das investidas.

e. Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária

Contas sujeitas à atualização monetária são atualizadas com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

f. Empréstimos e financiamentos

Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.

g. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo

Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais.

h. Estimativas contábeis

A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos relevantes sujeitos a tais estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado, provisão para créditos de liquidação duvidosa, estoques e a provisão para tributos em litígio. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente.

i. Provisões

As provisões são reconhecidas em decorrência de um evento passado que originou um passivo não liquidado, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar o mesmo. Seu registro ocorre quando as mesmas são julgadas como prováveis, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

j. Apuração do resultado

As receitas e despesas são registradas conforme o período de competência.

4. **APLICAÇÕES FINANCEIRAS**

	2008	2007
Fundos de investimentos em renda fixa	2.613	6.215
Outros	5	5
	<b>2.618</b>	<b>6.220</b>

5. **DIVIDENDOS A RECEBER**

	2008	2007
Rodovias Integradas do Paraná S/A - Viapar	714	
Concessionária Rio - Teresópolis S/A - CRT	627	877
	<b>1.341</b>	<b>877</b>

6. **TRIBUTOS A RECUPERAR**

	2008	2007
IRRF sobre aplicações financeiras	331	194
IRRF sobre serviços de consórcios	20	24
CSLL retida na fonte	66	17
IRPJ/CSLL recolhida a maior	239	234
INSS a compensar	588	588
	<b>1.244</b>	<b>1.057</b>

7. **PARTES RELACIONADAS**

	2008	2007
Thermes Participações S/A	26.786	
EIT - Empresa Industrial Técnica		3.114
Trana Construções Ltda.	1.688	2.409
Trana Transportes Ltda.	729	5.975
Tepasa Participações Ltda.	384	384
Rodovias Integradas do Paraná S/A - Viapar	388	388
Ativo	<b>29.975</b>	<b>12.270</b>
EIT - Empresa Industrial Técnica	11.905	
291 Participações S/A	1.053	
Tibério César Gadelha	280	
Passivo	<b>13.238</b>	

Constituem-se de empréstimos efetuados pela Companhia a pessoas jurídicas, ligadas ou coligadas, com prazos de resgate variáveis, suportados por contratos que facultam à mutuante a cobrança de juros, a taxas usuais de mercado, os quais não foram cobrados nos exercícios de 2008 e de 2007.

8. **INVESTIMENTOS**

	( 1 )	( 2 )	( 3 )	( 4 )	( 5 )	2008
Patrimônio líquido	59.498	39.392	61.440	14.427	-	-
% de participação	16,47	22,84	10,28	11,78	-	-
<b>Investimento</b>	9.799	8.996	6.319	1.700	-	26.814
Ágio	662	3.050	-	-	-	3.712
Créditos conversíveis em ações	59	-	-	-	-	59
<b>Investimento em 31/12/2008</b>	<b>10.520</b>	<b>12.046</b>	<b>6.319</b>	<b>1.700</b>	-	<b>30.585</b>
Investimento em 31/12/2008	10.520	12.046	6.319	1.700	-	30.585
Dividendos recebidos	1.961	6.687	-	-	-	8.648
Aquisição de investimentos	-	-	(1.637)	(1.700)	-	(3.337)
Baixa de investimentos	460	682	-	-	8.732	9.874
Investimentos a realizar	-	-	424	-	-	424
Baixa de ágio	688	2.929	-	-	-	3.617
Investimento em 31/12/2007	(10.589)	(16.629)	(5.437)	-	(8.856)	(41.511)
<b>Resultado de equivalência</b>	<b>3.040</b>	<b>5.715</b>	<b>(331)</b>	-	<b>(124)</b>	<b>8.300</b>



# STRATA CONSTRUÇÕES E CONCESSIONÁRIAS INTEGRADAS S/A

CNPJ - 02.941.913/0001-38

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

### Legenda:

- ( 1 ) Concessionária Rio - Teresópolis S/A - CRT  
 ( 2 ) Rodovias Integradas do Paraná S/A - Viapar  
 ( 3 ) Energética Corumbá III S/A  
 ( 4 ) 291 Participações S/A  
 ( 5 ) Strata SCP

### 9. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	2008	2007
Parcelamento Especial - PAES	2.772	3.020
Outros	5	18
	2.777	3.038
Parcela de longo prazo	(2.405)	(2.705)
Parcela de curto prazo	372	333

Em 2003, a Companhia aderiu ao Parcelamento Especial - PAES (Lei nº 10.684/2003), no qual foram incluídos débitos federais que estavam sendo discutidos judicialmente. O pagamento será efetuado em 120 parcelas mensais, sucessivas e com encargos da TJLP.

### 10. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a. Capital

Totalmente subscrito e integralizado, representado por 24.000.000 ações ordinárias e 16.000.000 ações preferenciais, sem valor nominal. As ações preferenciais não terão direito a voto, mas gozam das seguintes vantagens: a) prioridade no reembolso do capital em relação ao patrimônio social em liquidação; b) prioridade na distribuição de dividendos, de 10% (dez por cento) superiores aos que forem pagos às ações ordinárias.

#### b. Ações em tesouraria

A Companhia efetuou a recompra de Ações representativas de seu

capital social, com o objetivo de permanência em tesouraria, visando maximizar a geração de valor para o acionista na eventualidade de cancelamento das respectivas ações.

### 11. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS

#### a. Valor justo de instrumentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Companhia não identificou diferenças significativas entre os valores de mercado dos instrumentos financeiros e os valores apresentados nas demonstrações contábeis. Naquelas datas, tais instrumentos financeiros eram representados por: *Disponibilidades, outros ativos circulantes e contas a pagar*: os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

*Empréstimos e financiamentos*: Sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. As taxas de juros que estão atualmente disponíveis à Companhia para operações com termos e vencimentos similares não diferem materialmente das taxas contratadas.

#### b. Risco de taxa de juros

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. Não foram realizados contratos de derivativos para reduzir o risco específico da flutuação na taxa de juros.

#### c. Derivativos

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Companhia não possuía derivativos.

### 12. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia não possui cobertura de seguros, seguindo a orientação obtida de especialistas. Segundo a Administração, o risco de perdas para o patrimônio da Companhia em caso de sinistro é considerado remoto, tendo em vista a natureza de seus ativos.

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da  
 Strata Construções e Concessionárias Integradas S/A  
 Fortaleza - Ce

1. Examinamos o balanço patrimonial da Strata Construções e Concessionárias Integradas S/A ("Companhia") levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. As demonstrações contábeis das empresas coligadas: Concessionária Rio - Teresópolis S/A - CRT; Rodovias Integradas do Paraná S/A - Viapar; Energética Corumbá III S/A, 291 Participações S/A e Strata SCP, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008, foram examinadas por outros Auditores Independentes, que emitiram pareceres sem ressalvas. Nossa opinião, no que diz respeito aos valores incluídos nas demonstrações contábeis da Companhia, cujos investimentos montam em R\$ 30.585 mil e o resultado positivo de equivalência patrimonial é de (R\$ 8.300 mil) para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, oriundos dessas coligadas, está baseada exclusivamente nos Pareceres desses Auditores.

2. Exceto quanto ao mencionado no parágrafo 3, nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreendeu: a) o planejamento dos trabalhos considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

3. A demonstração do fluxos de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparada em conexão com as demonstrações contábeis do exercício de 2008, não foi submetida aos

mesmos procedimentos de auditoria descritos no parágrafo 2. Como consequência, não estamos em condições de emitir, e por isso não emitimos, opinião sobre a demonstração do fluxo de caixa correspondente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

4. Em nossa opinião, exceto quanto ao assunto mencionado no parágrafo 3, com base em nosso exame e nos pareceres de outros auditores independentes, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o seu fluxo de caixa correspondentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

5. Anteriormente, as demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, compreendendo o balanço patrimonial, as demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram pareceres sem ressalvas. Conforme mencionado na nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

Fortaleza, 6 de abril de 2009.  
 Gilberto Galinkin - Sócio-contador  
 CRC 1MG 035718/O-8 "S" CE  
 BDO Trevisan Auditores Independentes  
 CRC 2SP013439/O-5 "S" CE

### DIRETORIA

MARCUS PINTO RÔLA  
 Diretor Presidente  
 GERALDO CABRAL RÔLA NETO  
 Diretor Administrativo

### CONSELHO FISCAL

WALTER HUBMANN  
 ÉLFIO ROCHA MENDES  
 LUIZ KAZUO FUJIWARA

### CONTADOR

GIOVANNIA BRUNO DE SOUSA  
 CRC-CE - 019756/P-8



## EIT - Empresa Industrial Técnica S/A

CNPJ - 08.402.620/0001-69

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Aos Senhores Acionistas:** Submetemos para apreciação o Relatório da Administração e as Demonstrações Contábeis, acompanhadas das respectivas Notas Explicativas e do Parecer dos Auditores Independentes, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008.

**1 MENSAGEM DO PRESIDENTE** - A EIT - Empresa Industrial Técnica S/A - com mais de meio século de atuação no mercado brasileiro, no segmento de construção civil pesada, assumiu definitivamente a bandeira da sustentabilidade. Isso implica entender que responsabilidade social, empresarial, jamais será um fim em si mesmo, e sim um processo capaz de conduzir a empresa a se comprometer com a busca de melhores padrões de justiça social e com a preservação do meio ambiente, além da geração e distribuição de riquezas. Significa que seus administradores zelam pela continuidade da organização e, portanto, incorporam ações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e das operações da empresa. Ao assumir este conceito atual, a EIT trabalha para colocá-lo em prática, como agente e indutor do desenvolvimento, incorporando uma visão mais ampla da estratégia empresarial, que contempla os relacionamentos com clientes e com as comunidades em que atua. O comprometimento com estes princípios faz da responsabilidade social, empresarial, uma prática constantemente renovada em todos os níveis na EIT, tendo permitido à empresa rever seus modelos de gestão e investir em ações que traduzem uma visão ampliada do mercado para atuar em novos nichos. Esta é a forma de assegurar a perenidade da EIT, a partir da percepção de que as empresas não mais são avaliadas somente pelos seus resultados econômicos e financeiros, mas também por seus indicadores de alinhamento na luta por soluções para os problemas sociais e do meio ambiente. Este é o grande desafio deste início de século para a EIT, que vê neste comportamento uma condição essencial para o avanço de sua atuação no País e para a conquista do mercado internacional.

**2 PERSPECTIVAS E ESTRATÉGIAS** - A empresa definiu suas estratégias com base nas perspectivas sinalizadas pelo Governo Federal, cujo cenário nos permitiu projetar demandas por obras nos três eixos decisivos de infraestrutura, indispensáveis para assegurar investimentos que viabilizem o desenvolvimento sustentável do País. Em **Infraestrutura de Logística**, para construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias; em **Infraestrutura Energética**, para geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis; e em **Infraestrutura Social e Urbana**, com obras de saneamento, habitação, linhas de metrô e trens urbanos. É nesse quadro que a empresa se apresenta como instrumento de desenvolvimento para o Brasil. Em 2008, outra estratégia da empresa foi continuar investindo em conhecimento, por acreditar que o papel das pessoas é fundamental para alavancar e dar suporte aos negócios, como também é decisivo para a perenidade da empresa. Portanto, qualificação é um tema que sempre teve um tratamento diferenciado na EIT, na medida em que a valorização das pessoas é um de seus princípios e o seu aprimoramento contínuo constitui-se um dos meios pelos quais a empresa espera viabilizar sua visão de futuro. A área de Gestão do Desenvolvimento Humano - GDH desenvolve projetos voltados para garantia dos objetivos estratégicos relacionados à percepção de aprendizado e do crescimento. Entre estes podemos destacar o Projeto de Educação Corporativa EIT, que realmente faz a diferença, por contribuir para o crescimento e perpetuidade da empresa, promovendo desenvolvimento organizacional e humano, formação e aperfeiçoamento das lideranças.

**3 RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL** - A política de responsabilidade social da EIT vai muito além do discurso corporativo, sendo uma prática comum a todas as áreas e tem como objetivo a disseminação de uma cultura de gestão, de tal modo que a sustentabilidade das ações venha sempre em primeiro lugar. Ao promover a cultura da sustentabilidade, a EIT fortalece seus vínculos com colaboradores, fornecedores, comunidades, parceiros estratégicos, governos, clientes privados, seguindo claramente as diretrizes dos Objetivos do Milênio, de acordo com a Organização das Nações Unidas. A EIT torna efetiva sua visão de responsabilidade social mediante de ações que envolvem programas em três grandes eixos: programas voltados para as instituições beneficentes para estímulo ao voluntariado corporativo; programas voltados ao bem-estar e para a cidadania de seus empregados e familiares; e programas voltados à integração da empresa e das comunidades em que atua.

**4 DESEMPENHO OPERACIONAL** - A conjugação de decisões acertadas em função dos objetivos definidos, com permanente busca de melhoria dos processos e dos instrumentos de gestão, além da atualização/modernização do parque de máquinas e equipamentos, permitiu um desempenho exuberante, não apenas quanto a faturamento, mas também quanto aos resultados em geral no exercício que se encerra. A **receita operacional bruta**, que representou o atingimento pleno da meta fixada para o exercício, foi equivalente a um crescimento de 87,5% em relação ao exercício de 2007, evidenciando o acerto não apenas na sua definição, como no acompanhamento e nas medidas de ajustes, adotadas sempre que se fizeram necessárias ao longo do ano.

**5 CONJUNTURA ECONÔMICA** - O exercício de 2008 permitiu à empresa avaliar, definitivamente, a enorme importância de atuar baseada em um Planejamento Estratégico permanentemente acompanhado e revisado, pois foi este instrumento que permitiu e continua permitindo aos administradores o enfrentamento das turbulências e incertezas da economia, apesar de isso vir constituindo um desafio crescente a cada dia.

**6 EXPECTATIVAS PARA O FUTURO** - O fato de atuarmos em um segmento de vital importância para o País, com demandas crescentes para os próximos anos, identificadas através de projetos integrantes do Programa de Aceleração do Crescimento - PAC, conjugado com a preeminência conquistada pela EIT no mercado, nos permitiriam projetar expectativas de crescimento nominal expressivas, sem que isso constituísse ufanismo. No entanto, estamos decididos a perseguir em 2009 uma meta de faturamento similar ao desempenho de 2008, com o objetivo de: priorizar o aperfeiçoamento de nossos processos operacionais; complementar a implantação dos instrumentos modernos de gestão, inclusive com atualização dos sistemas tecnológicos; dar continuidade à atualização/modernização de nosso parque de máquinas e equipamentos; evoluir no processo de qualificação dos colaboradores; melhorar os índices de rentabilidade; e reduzir a dependência de capital de terceiros. Essa é uma decisão estratégica da Diretoria da EIT, que visa preparar a empresa para novos saltos de crescimento no futuro.

**7 AGRADECIMENTOS** - A Diretoria da EIT agradece a seus acionistas, clientes e parceiros pelo apoio, empenho e incentivo, que nos levaram a alcançar grandes resultados, mantendo essa transição de sucesso. Ressaltamos a contribuição, dedicação e o empenho demonstrado por todos os colaboradores, sem os quais não teria sido possível concretizar os resultados obtidos no exercício de 2008.

Geraldo Cabral Rôla Filho - Presidente

**BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**  
(Valores expressos em milhares de reais)

<b>A T I V O</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>P A S S I V O</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
<b>CIRCULANTE</b>			<b>CIRCULANTE</b>		
Disponibilidades	67.332	33.243	Fornecedores	47.808	17.437
Contas a receber	352.617	241.720	Empréstimos e financiamentos	40.385	8.785
Tributos a recuperar	18.089	25.809	Obrigações sociais e tributárias	53.925	13.332
Outros créditos	<u>24.620</u>	<u>17.450</u>	Aportes de empresas associadas	1.044	7.820
Total do ativo circulante	462.658	318.222	Adiantamentos de clientes	-	437
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			Outras obrigações	<u>8.681</u>	<u>3.727</u>
Realizável a longo prazo			Total do passivo circulante	151.843	51.538
• Contas a receber	30.074	2.296	<b>NÃO CIRCULANTE</b>		
• Títulos públicos - Petrobrás		28.502	Empréstimos e financiamentos	80.020	55.405
• Tributos a recuperar	37.160	42.148	Partes relacionadas	-	5.149
• Partes relacionadas	212.383	8.197	Estado do Ceará - Bec federalizado	13.996	13.996
• Depósitos judiciais		32.119	Outras obrigações	<u>825</u>	<u>825</u>
• Outros créditos	5.178	3.587	Total do passivo não circulante	94.841	75.375
Investimentos	11.161	206.684	<b>RESULTADO DE EXERCÍCIOS FUTUROS</b>		
Imobilizado	65.161	22.036	Receitas de exercícios futuros	-----	<u>23.200</u>
Diferido	<u>1.913</u>	<u>2.465</u>	Total de resultado de exercícios futuros		23.200
Total do ativo não circulante	363.030	348.034	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b><u>825.688</u></b>	<b><u>666.256</u></b>	Capital social	473.682	150.411
			Ações em tesouraria	(12.846)	(2.352)
			Reservas de lucros	118.168	9.536
			Reservas de reavaliação		333.168
			Lucros acumulados		<u>25.380</u>
			Total do patrimônio líquido	579.004	516.143
			<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b><u>825.688</u></b>	<b><u>666.256</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



**EIT - Empresa Industrial Técnica S/A**

CNPJ - 08.402.620/0001-69

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
RECEITA OPERACIONAL BRUTA	808.264	431.072
Impostos sobre vendas e outras deduções	(42.923)	(15.136)
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	765.341	415.936
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(553.075)	(271.886)
LUCRO BRUTO	212.266	144.050
DESPESAS OPERACIONAIS		
Despesas gerais e administrativas	(63.258)	(57.566)
Tributárias	(5.483)	(4.256)
Resultado de equivalência patrimonial	1.674	(1.365)
Outras despesas operacionais	(9.369)	-----
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	135.830	80.863
Receitas financeiras	36.002	2.419
Despesas financeiras	(98.477)	(20.686)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO	<b>73.355</b>	<b>62.596</b>
Quantidade de ações	163.091.452	163.091.452
Ações em tesouraria	(43.421.212)	(38.645.192)
LUCRO DO EXERCÍCIO POR AÇÃO - EM R\$	<b>0.61</b>	<b>0.50</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**  
 (Valores expressos em milhares de reais)

	<b>2008</b>	<b>2007</b>
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS OPERAÇÕES		
Lucro líquido do exercício	73.355	62.596
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Resultado de equivalência patrimonial	1.674	(1.365)
Depreciações	6.690	3.253
	81.719	64.484
Redução (aumento) nos ativos:		
Contas a receber	(110.897)	(93.121)
Tributos a recuperar	7.720	4.512
Outros créditos	(7.170)	(6.713)
Realizável a longo prazo		
• Contas a receber	(27.778)	15.001
• Títulos públicos - Petrobrás	28.502	(20.781)
• Tributos a recuperar	4.988	(6.001)
• Depósitos judiciais	32.119	(23.850)
• Outros créditos	(1.591)	(2.556)
	(74.107)	(133.509)
Aumento (redução) nos passivos:		
Fornecedores	30.371	7.502
Obrigações sociais e tributárias	40.593	1.579
Aportes de empresas associadas	(6.776)	6.838
Adiantamentos de clientes	(437)	
Outras obrigações		
• Curto prazo	4.954	3.481
• Longo prazo		(2.827)
	68.705	16.573
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES OPERACIONAIS	76.317	(52.452)
FLUXO DE CAIXA UTILIZADO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		
Aumento (redução) dos investimentos	193.849	(115.618)
Aumento do imobilizado	(49.815)	(13.534)
Redução do diferido	552	553
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE INVESTIMENTO	144.586	(128.599)
FLUXO DE CAIXA PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Partes relacionadas		
• (Aumento) Redução do Ativo	(204.186)	23.817
• Aumento (Redução) do Passivo	(5.149)	(1.692)
Empréstimos e financiamentos		
• Curto prazo	31.600	710
• Longo prazo	24.615	43.438
Aumento (Redução) Receitas de exercícios futuros	(23.200)	23.200
Ajustes de exercícios anteriores		(29.145)
Recomposição de valor de títulos		129.203
Aquisição de ações da companhia	(10.494)	-----
RECURSOS LÍQUIDOS PROVENIENTES DAS (UTILIZADO NAS) ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	(186.814)	189.531
Aumento no caixa e equivalentes	34.089	8.480
Disponibilidades no início do exercício	33.243	24.763
Disponibilidades no final do exercício	<b>67.332</b>	<b>33.243</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis



## EIT - Empresa Industrial Técnica S/A

CNPJ - 08.402.620/0001-69

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais)**

	Capital social	Ações em tesouraria	Reservas de reavaliação	Reserva de lucros Legal	Reserva de lucros Retenção	Lucros acumulados	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2006 (Reclassificado)	150.411	(2.352)	9.897	6.406		189.127	353.489
Ajustes de exercícios anteriores						(29.145)	(29.145)
Recomposição de valor de títulos						129.203	129.203
Lucro do exercício						62.596	62.596
Destinação de reservas:							
• Reserva legal				3.130		(3.130)	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (Reclassificado)	150.411	(2.352)	9.897	9.536	-	348.651	516.143
Aumento de capital	323.271					(323.271)	-
Realização da reserva de reavaliação			(9.897)			9.897	-
Aquisição de ações da companhia		(10.494)					(10.494)
Lucro líquido do exercício						73.355	73.355
Destinação de reservas:							
• Reserva legal				3.668		(3.668)	-
• Transferência dos lucros acumulados para reserva de retenção					104.964	(104.964)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b>	<b>473.682</b>	<b>(12.846)</b>	<b>-</b>	<b>13.204</b>	<b>104.964</b>	<b>-</b>	<b>579.004</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais)**
**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A EIT - Empresa Industrial Técnica S/A ("Companhia") tem por objeto social, substancialmente, o planejamento e a execução de projetos e obras de engenharia em todos os seus ramos e especialidades, sob regime de empreitada, administração ou outros admitidos; engenharia sanitária, exploração de atividades de serviços de transportes coletivos, de passageiros e cargas, implantação, operação e manutenção de sistemas eletrônicos e a participação em outras sociedades.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que consideram as diretrizes contábeis emanadas da legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

Em 28 de dezembro de 2007, foi promulgada a Lei nº 11.638/07 e em 3 de dezembro de 2008, foi editada medida provisória nº 449, que alteraram, revogaram e introduziram novos dispositivos à Lei das Sociedades por Ações, notadamente em relação ao capítulo XV, sobre matéria contábil, que entrou em vigor no exercício de 2008. Esses normativos tiveram, principalmente, o objetivo de atualizar a lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes nas normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM em consonância com os padrões internacionais de contabilidade.

Parcela representativa das principais alterações promovidas pela referida Lei já estão sendo adotadas pela Companhia e não impactaram nos lucros acumulados e, ou resultados. As principais alterações podem ser assim sumariadas:

- Apresentação da Demonstração do Fluxo de Caixa - DFC em substituição a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos - DOAR;
- Alteração da forma de registro das operações de arrendamento mercantil classificadas como financeiras;
- Classificação e mensuração de instrumentos financeiros em linha com a norma internacional, a Companhia passou a registrar os instrumentos financeiros ao valor justo; e
- Introdução na Lei do conceito de Ajuste a Valor Presente - AVP para as operações ativas e passivas decorrentes de operações de longo prazo e, quando houver efeito relevante, para as outras operações.

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638/07, posteriormente alterada pela Medida Provisória nº 449/08.

Em decorrência da nova legislação societária, a Companhia declara sua opção por seguir estritamente o § 1º do artigo 186 da Lei nº 6.404/1976, alterada pela Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, estabelecendo como data de transição ("data de transição") o dia 1º de janeiro de 2008, tomando por ponto de partida as demonstrações contábeis encerradas na data de 31 de dezembro de 2007.

Conforme permitido pelo Pronunciamento CPC 13 - Adoção inicial da Lei 11.638/07 e da MP 449/08, a administração da Companhia optou por não reapresentar cifras comparativas ajustadas conforme a norma NPC nº 12 - Práticas Contábeis, Mudanças nas Estimativas e Correção de Erros.

**3. SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

- a. Disponibilidades - Estão representadas por depósitos bancários e

aplicações financeiras de curto prazo, avaliadas ao custo de aquisição acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço patrimonial.

b. Contas a receber - Decorrentes, substancialmente, de serviços prestados, executados e/ou faturados, a entes públicos, sendo registradas e mantidas no balanço patrimonial pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos. A provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída com base em análise das perdas históricas, avaliação dos saldos de realização, experiências passadas e negociações em andamento, em montante considerado suficiente pela Administração para suprir eventuais perdas na realização dos créditos.

c. Demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo - Os demais ativos circulantes e realizáveis a longo prazo são demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicáveis, os rendimentos auferidos.

d. Imobilizado - Avaliado pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação calculada pelo método linear, com base na vida útil estimada dos bens, calculadas pelo método linear.

e. Investimentos - Avaliados pelo método da equivalência patrimonial, calculado sobre o resultado do exercício e outras variações patrimoniais das investidas.

f. Diferido - Demonstrado ao custo de aquisição, composto, principalmente, de gastos com organização e estudos, pesquisas e desenvolvimento de projetos registrados ao custo de formação e amortizados linearmente pelo prazo de cinco anos. A Companhia, usando a faculdade dada pela MP nº 449/08, que alterou a Lei nº 11.638/07 e 6.404/76, manteve os saldos existentes na conta do Diferido até sua completa amortização.

g. Ativos e passivos sujeitos à atualização monetária - Contas sujeitas à atualização monetária são atualizadas com base nos índices definidos legalmente ou em contrato.

h. Financiamentos - Atualizados com base nas variações monetárias, acrescidos dos respectivos encargos incorridos, até a data de encerramento do exercício.

i. Demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo - Os demais passivos circulantes e exigíveis a longo prazo são demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicáveis, dos respectivos encargos e variações monetárias e cambiais.

j. Estimativas contábeis - A elaboração das demonstrações contábeis, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, requer que a Administração use de julgamento na determinação e registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos relevantes sujeitos a tais estimativas e premissas incluem o valor residual do ativo imobilizado e provisão para créditos de liquidação duvidosa. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas anualmente.

k. Provisões - As provisões são reconhecidas em decorrência de um evento passado que originou um passivo não liquidado, sendo provável que um recurso econômico possa ser requerido para saldar o mesmo. Seu registro ocorre quando as mesmas são julgadas como prováveis, tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

l. Apuração do resultado - As receitas e despesas são registradas conforme o período de competência.

m. Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o lucro - Não foram calculados em face da inexistência de lucro tributável e da existência de base negativa da Contribuição Social sobre o lucro líquido, tendo em vista a tributação das receitas, oriundas de órgãos públicos, se darem pela efetiva realização.



## EIT - Empresa Industrial Técnica S/A

CNPJ - 08.402.620/0001-69

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais)

## 4. CONTAS A RECEBER

	2008	2007
Faturas a receber	230.163	170.337
Serviços executados a faturar	257.800	173.034
Clientes por obras de edificações	244	242
Clientes por obras consorciadas	6.448	12.690
Títulos descontados	(88.430)	(88.753)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(23.534)	(23.534)
	<b>382.691</b>	<b>244.016</b>
Circulante	352.617	241.720
Não circulante	30.074	2.296
	<b>382.691</b>	<b>244.016</b>

## 5. TRIBUTOS A RECUPERAR

	2008	2007
INSS	51.653	45.892
FINSOCIAL		14.672
IPi		4.196
Outros	3.596	3.197
	<b>55.249</b>	<b>67.957</b>
Circulante	18.089	25.809
Não circulante	37.160	42.148
	<b>55.249</b>	<b>67.957</b>

A Companhia obteve êxito em todas as instâncias judiciais para compensação do crédito previdenciário, decorrente de contribuição social ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS, incidente sobre *pro-labore* de administradores e serviços prestados por autônomos, no valor de R\$ 37.160 mil (2007 - R\$ 42.148 mil). Os consultores jurídicos entendem inexistir risco quanto à sua realização, em face da sentença ser definitiva. A Companhia aguarda a liquidação da sentença para compensar a totalidade do valor.

## 6. OUTROS CRÉDITOS

	2008	2007
Créditos com terceiros	11.774	11.882
Aportes a obras associadas	4.670	618
Adiantamentos a empregados	6.023	1.688
Despesas antecipadas	6.058	5.364
Outros	1.273	1.485
	<b>29.798</b>	<b>21.037</b>
Circulante	24.620	17.450
Não circulante	5.178	3.587
	<b>29.798</b>	<b>21.037</b>

## 7. PARTES RELACIONADAS

	2008		2007	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Hage Irrigação Industrial Ltda.	166.873			
Trana Transportes Ltda.	2.222		2.222	
Trana Construções Ltda.	4.972		868	308
Strata Const. Conc. Integradas S/A	11.904		1.726	4.841
Cia. Industrial Técnica do Maranhão	22.726		1.574	
Outras	3.686		1.807	
	<b>212.383</b>		<b>8.197</b>	<b>5.149</b>

Constituem-se de empréstimos efetuados pela Companhia a pessoas jurídicas, ligadas ou coligadas, com prazos de resgate variáveis, suportados por contratos que facultam à mutuante a cobrança de juros, a taxas usuais de mercado, os quais, em determinadas situações, foram cobrados nos exercícios de 2008 e de 2007.

## 8. INVESTIMENTOS

	2008	2007
Avaliados pelo método da equivalência patrimonial	10.616	8.932
Avaliados pelo método do custo	545	545
Títulos públicos		197.207
	<b>11.161</b>	<b>206.684</b>

## 9. IMOBILIZADO

	Taxa anual de depreciação (%)		2008	2007
Máquinas e equipamentos	10	49.830	26.982	
Veículos	20	16.311	3.675	
Móveis, utensílios e instalações	10	4.440	2.143	
Equipamentos de informática	20	2.207	1.554	
Edificações	4	517	663	
Custo		73.305	35.017	
Depreciação acumulada		(25.103)	(19.883)	
		48.202	15.134	
Terrenos		12.991	5.991	
Imobilizações em andamento		3.968	911	
Imobilizado líquido		<b>65.161</b>	<b>22.036</b>	

Os bens adquiridos nas operações de *leasing* são de propriedade das instituições arrendadoras.

Ativos imobilizados estão arrolados em garantia dos Programas de Recuperação Fiscal da sociedade ligada Hage Irrigação Indústria e Comércio Ltda, e que a Receita Federal do Brasil - RFB tem atribuído co-responsabilidade por esses passivos tributários. Títulos públicos de propriedade da Companhia foram transferidos para essa empresa ligada com o objetivo de, eventualmente, garantir alguma execução.

## 10. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	2008	2007
<b>Para capital de giro</b>		
• Banco Real S/A		2.536
• Banco Pine S/A	21.209	38.058
• Banco Fibra S/A	15.060	
• Banco BGN S/A	8.167	
• Banco Sofisa S/A	5.741	
• Bic Banco S/A	21.739	
• Banco do Nordeste do Brasil S/A	7.266	7.266
• Caixa Econômica Federal	1.826	1.826
• Banfort S.A (em liquidação)	637	637
<b>Para investimentos</b>		
• Valtra Administradora de Consórcios S/A	1.462	
• Servopa Administradora de Consórcios S/A		185
• Caterpillar Financial	13.386	751
• Banco GMAC S/A	271	
• Banco Daycoval S/A	3.289	
• Banco Fibra S/A	1.287	
• Banco BGN S/A	3.141	
• Banco Real S/A	60	85
• Bic Banco S/A	13.856	11.208
• Banco Pontual S/A (em liquidação)	1.823	1.823
	<b>120.405</b>	<b>64.190</b>
Circulante	40.385	8.785
Não circulante	80.020	55.405
	<b>120.405</b>	<b>64.190</b>

As parcelas de longo prazo estão assim distribuídas:

	2008	2007
2009		35.660
2010	63.352	16.298
2011	4.665	3.447
2012	452	
Após 2012	11.551	
	<b>80.020</b>	<b>55.405</b>

As garantias são representadas por avais dos acionistas, notas promissórias, bens móveis e imóveis.

Os encargos das operações contratadas junto às instituições financeiras, na sua quase totalidade, estão indexadas em Certificados de Depósitos Interbancários - CDI acrescidas de taxas de juros usuais de mercado.

A Companhia, fundamentada em decisão liminar concedida pela Justiça Estadual do Ceará em Junho de 1997, exerceu seu direito de suspender, legitimamente, o pagamento dos juros e amortizações de alguns empréstimos e financiamentos. A ação principal, manejada tempestivamente, para discussão de mérito, ainda está pendente de julgamento, podendo resultar em alteração dos saldos contábeis. A companhia vem obtendo êxito na celebração de acordos com as instituições financeiras. Os valores contratuais não provisionados somam, aproximadamente, R\$ 15.700 mil (2007 - R\$ 15.700 mil).

## 11. OBRIGAÇÕES SOCIAIS E TRIBUTÁRIAS

	2008	2007
<b>Obrigações sociais</b>		
• Salários e férias	3.406	784
• INSS / FGTS	13.245	1.493
• Contribuição sindical	782	702
• Parcelamentos Sesi / Senai	645	645
• Outros	70	70
<b>Obrigações tributárias</b>		
• Imposto de renda e contribuição social	6.280	4.313
• COFINS	20.039	1.994
• PIS	4.613	978
• ICMS	1.310	1.279
• ISS	2.055	799
• Outros	1.480	275
	<b>53.925</b>	<b>13.332</b>

**EIT - Empresa Industrial Técnica S/A**

CNPJ - 08.402.620/0001-69

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS REFERENTES AOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (Valores expressos em milhares de reais)****12. ESTADO DO CEARÁ - BEC FEDERALIZADO**

O Banco do Estado do Ceará S.A. - BEC ingressou com ação de execução para cobrança de crédito de contrato de empréstimo, julgada improcedente em primeira instância. Os consultores jurídicos entendem remota a possibilidade de reversão desta decisão. Com a privatização do BEC, este empréstimo foi transferido para o Tesouro Estadual. Por outro lado, a Companhia move ação judicial contra o Estado do Ceará para receber valores de contratos de obras. Se exitosa, o passivo acima será compensado.

**13. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a. Capital**

O capital social é representado por 163.091.452, sem valor nominal, sendo 98.238.000 ações ordinárias e 64.853.452 ações preferenciais. As ações preferenciais não terão direito a voto, mas, gozam das seguintes vantagens: a) prioridade no reembolso do capital em relação ao patrimônio social em liquidação; b) prioridade na distribuição de dividendos, de 10% (dez por cento) superiores aos que forem pagos às ações ordinárias.

Em AGE realizada em 30 de dezembro de 2008, foi aprovada a incorporação de parte do saldo registrado na conta de Lucros acumulados para a conta de Capital social, no montante de R\$ 323.271 mil.

**b. Ações em tesouraria**

A Companhia efetuou a recompra de ações representativas de seu capital social, com o objetivo de permanência em tesouraria, visando maximizar a geração de valor para o acionista na eventualidade de cancelamento das respectivas ações.

**14. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E DERIVATIVOS****a. Valor justo de instrumentos financeiros**

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Companhia não identificou diferenças significativas entre os valores de mercado dos instrumentos financeiros e os valores apresentados nas demonstrações contábeis. Naquelas datas, tais instrumentos financeiros eram representados por: *Disponibilidades, contas a receber, outros ativos circulantes e contas a pagar*: os valores contabilizados aproximam-se dos valores de realização.

**Empréstimos e financiamentos:** Sujeitos a juros com taxas usuais de mercado. As taxas de juros que estão atualmente disponíveis à Companhia para operações com termos e vencimentos similares não diferem materialmente das taxas contratadas.

**b. Risco de taxa de juros**

Este risco é oriundo da possibilidade da Companhia incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos captados no mercado. Não foram realizados contratos de derivativos para reduzir o risco específico da flutuação na taxa de juros.

**c. Derivativos**

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Companhia não possuía derivativos.

**15. COBERTURA DE SEGUROS (NÃO AUDITADO)**

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, a Companhia possuía cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos que constituem o estabelecimento segurado. A cobertura de seguros é determinada de acordo com orientação obtida de especialistas, segundo a sua natureza, sendo considerada pela Administração como adequada para cobrir eventuais perdas para o patrimônio da Companhia em caso de sinistro.

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Diretores e Acionistas da  
EIT - Empresa Industrial Técnica S/A  
Jaguaruana - Ceará

1. Examinamos o balanço patrimonial, da EIT - Empresa Industrial Técnica S/A ("Companhia"), levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2. Nosso exame foi conduzido de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia e de suas controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia e de suas controladas, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3. A Companhia, fundamentada em decisão liminar concedida pela Justiça Estadual do Ceará em Junho de 1997, exerceu seu direito de suspender, legitimamente, o pagamento dos juros e amortizações de alguns empréstimos e financiamentos. A ação principal, manejada tempestivamente, para discussão de mérito, ainda está pendente de julgamento, podendo resultar em alteração dos saldos contábeis. Os valores não provisionados somam, aproximadamente, R\$ 15.700 mil (2007 - R\$ 15.700 mil). 4. Em nossa opinião, exceto quanto ao assunto mencionado no parágrafo 3, as demonstrações contábeis acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da EIT - Empresa Industrial Técnica S/A em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e o fluxo de caixa nas operações referentes ao exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 5. No saldo de fornecedores, estão incluídos valores pendentes e não identificados, R\$ 6.878 mil, em processo de análise. 6. O Banco do Estado do Ceará S.A. - BEC ingressou com ação de execução para cobrança de crédito de contrato de empréstimo, julgada improcedente em primeira instância. Os consultores jurídicos entendem remota a possibilidade de reversão desta decisão. Com a privatização do BEC, este empréstimo foi transferido para o Tesouro Estadual. Por outro lado, a Companhia move ação judicial contra o Estado do Ceará para receber valores de contratos de obras. Se exitosa, o passivo contabilizado no montante de R\$ 13.996 mil será compensado (2007 - R\$ 13.996 mil). 7. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para comparação, foram examinadas por outros auditores independentes que emitiram parecer datado de 16 de fevereiro de 2008, com ressalvas relativas ao assunto similar descrito no parágrafo 3 acima e no tocante a créditos tributários oriundos de IPI - Imposto sobre Produtos Industrializados, no montante de R\$ 4.196 mil, cujo trâmite judicial tem sido desfavorável e a administração da Companhia optou por registrar este montante como perda no resultado do exercício de 2008. Adicionalmente foram incluídos parágrafos de ênfase relativos aos assuntos: (a) Créditos tributários oriundos de contribuição social ao Instituto Nacional da Seguridade Social - INSS, no montante de R\$ 42.148 mil, decorrente de decisão judicial, onde os consultores jurídicos entendem inexistir risco quanto a sua realização, em face da sentença ser definitiva e a Companhia aguarda a liquidação da sentença para compensar a totalidade do valor; (b) Créditos tributários oriundos de Contribuição Social para o Fundo de Investimento Social - Finsocial, no montante de R\$14.672 mil, cujo trâmite judicial tornou-se desfavorável e a administração da Companhia optou por registrar este montante como perda no resultado do exercício de 2008; (c) Ação de execução para cobrança de crédito de contrato de empréstimo do Banco do Estado do Ceará S.A. - BEC julgada improcedente em primeira instância, do qual a administração da Companhia optou por registrar o montante de R\$13.996 mil, como despesa no resultado do exercício de 2008, tendo como contrapartida o passivo não circulante; (d) Títulos públicos no montante de R\$225.480 mil registrados no ativo não circulante, cuja realização dependia de procedimentos judiciais, aos quais a Administração da Companhia optou pela venda destes títulos a parte relacionada Hage Irrigação Indústria e Comércio Ltda.

Fortaleza - CE, 9 de abril de 2009.

Gerson Lopes Fonteles - CRC PA 003082/O-9 T-CE. Fonteles &amp; Associados S/S Ltda. - CRC CE 000370/O-3

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**JOSÉ NILSON DE SÁ** - Presidente  
**GERALDO CABRAL RÔLA** - Vice-Presidente  
**OSMÍDIO CARVALHO** - Conselheiro  
**BOLIVAR BARREIRA GADELHA** - Conselheiro

**DIRETORIA**

**GERALDO CABRAL RÔLA FILHO** - Diretor Presidente  
**GILBERTO RÔLA FERREIRA** - Diretor Comercial  
**JOSÉ SÉRGIO MARINHO FREIRE**  
Diretor Administrativo - Financeiro

**CONSELHO FISCAL**

**WALTER HUBMANN**  
**ÉLFIO ROCHA MENDES**  
**LUIZ KAZUO FUJIWARA**

**CONTADOR**

**JULIANA AGUIAR BEZERRA ESTEVES**  
CRC-CE 015482/O-9



**COMPANHIA IMPORTADORA DE MÁQUINAS E ACESSÓRIOS IRMÃOS PINTO**  
- CIMAIPINTO - CNPJ/MF nº 07.199.466/0001-07

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO** - Senhores acionistas, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, apresentamos o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativos ao exercício encerrado em 31 de Dezembro de 2008. A Diretoria coloca-se à disposição dos senhores acionistas para quaisquer outros esclarecimentos.

**BALANÇO PATRIMONIAL EXERCÍCIOS FINDOS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 - Valores em milhares de reais**

<b>A T I V O</b>	Exercício Atual	Exercício Anterior	<b>P A S S I V O</b>	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Circulante</b>	<b>599</b>	<b>627</b>	<b>CIRCULANTE</b>	<b>669</b>	<b>651</b>
Disponibilidades	63	67	Fornecedores	126	126
Estoques	289	289	Empréstimo Garantido	81	81
Impostos a Recuperar	15	15	Obrig. Sociais e Tributárias	350	332
Outras Contas Correntes	232	256	Outros Créditos	112	112
			<b>Exigível a L. Prazo</b>	<b>1.065</b>	<b>1.105</b>
			Obrig. Fiscais-Parcelamento	906	908
<b>Realizável a Longo Prazo</b>	<b>44</b>	<b>44</b>	Créditos Proprietários	158	197
Empréstimos Compulsórios	44	44	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>1.320</b>	<b>1.343</b>
			Capital Social	3.178	3.178
<b>Permanente</b>	<b>2.411</b>	<b>2.429</b>	Reserva de Reavaliação	2.034	2.034
Investimentos	213	213	Reservas de Lucros	204	204
Imobilizado	2.198	2.216	Lucros ou Prej. Acumul.	(3.792)	(3.769)
<b>Total do Ativo</b>	<b>3.053</b>	<b>3.100</b>	Ações em Tesouraria	(305)	(305)
			<b>Total do Passivo + Patrimônio Líquido</b>	<b>3.053</b>	<b>3.100</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

	Capital Social	Reservas de Reavaliação	Reservas de Lucros	Reservas de Lucros	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Ações em Tesouraria	Totais
<b>Saldos em 31/12/2006</b>	<b>3.178</b>	<b>2.034</b>	<b>24</b>	<b>180</b>	<b>(3.700)</b>	<b>(304)</b>	<b>1.412</b>
Ajustes de Exerc. Anteriores							
Constituição de Reserva de Reavaliação							
<b>RESERVAS DE LUCROS</b>							
Prejuízo do Exercício					(68)		(68)
<b>Saldos em 31/12/2007</b>	<b>3.178</b>	<b>2.034</b>	<b>24</b>	<b>180</b>	<b>(3.768)</b>	<b>(304)</b>	<b>1.344</b>
Ajustes de Exerc. Anteriores							
Constituição de Reserva de Reavaliação							
<b>RESERVAS DE LUCROS</b>							
Prejuízo do Exercício					(23)		(23)
<b>Saldos em 31/12/2008</b>	<b>3.178</b>	<b>2.034</b>	<b>24</b>	<b>180</b>	<b>(3.791)</b>	<b>(304)</b>	<b>1.321</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 (Em Milhares de Reais)**

**1-Contexto operacional** - A Companhia Importadora de Maquinas e Acessórios Irmãos Pinto - CIMAIPINTO é uma Sociedade Anônima de Capital Fechado, destinada à comercialização de veículos, peças e serviços mecânicos especializados, operando no momento, em regime de concordata preventiva nos termos de homologação da Primeira Vara de Falências e Concordatas do Ceará. A Companhia teve seu contrato de concessão de vendas de veículos a motor, peças e acessórios genuínos com a General Motors do Brasil Ltda., rescindido pela montadora, após 73 anos de parceria, estando, a 08 (oito) anos em litígio judicial com a mesma.

**2- Apresentação das Demonstrações Contábeis** - As Demonstrações Contábeis estão elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, disposições complementares da Comissão de Valores Mobiliários que não reconhecem os efeitos inflacionários a partir de 1996 (Lei 249/95 de 26/12/95) e conforme praticas contábeis descritas a seguir: a) **Direitos e Obrigações** - Tendo em vista o regime concordatário em que a empresa se encontra desde o ano de 2000, os ativos e passivos constantes das demonstrações não foram corrigidos; a sociedade não constituiu provisões para perdas e danos em ações judiciais; b) **Estoques** - São avaliados ao custo médio de aquisição (peças e acessórios). c) **Investimentos** - Avaliados pelo custo de aquisição; d) **Imobilizado** - Está registrado ao custo de aquisição (ou construção). A depreciação é cal-

culada pelo método linear, com base nas seguintes taxas anuais: 4% para Imóveis - Edifícios, 10% para Móveis e Utensílios, Máquinas e Equipamentos e 20% para Veículos e Equipamentos de informática.

**3 - Estoques** 31/12/2008 31/12/2007

Peças, Acessórios e Lubrificantes 289 289

**4 - Permanente** 31/12/2008 31/12/2007

Investimentos Participações/Ações/Outras Empresas 213 213

**Imobilizado** 31/12/2008 31/12/2007

Imóveis 2.963 2.963

Equip./Peças e Acessórios 10 10

Máquinas e Ferramentas 278 278

Móveis e Utensílios 668 668

Veículos a Serviço 142 142

Marcas e Patentes 1 1

Deprec. Acumuladas (1.865) (1.847)

**TOTAL** 2.410 2.428

**5 - Capital Social** - O Capital Social

integralizado de 2.786.309 ações ordinárias, 391.506 ações preferenciais, todas sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a voto nas deliberações das Assembléias Gerais. Ações preferenciais não tem direito a voto, mas gozam dos seguintes direitos e vantagens: a) Prioridade no reembolso sem prêmio do capital social em eventual liquidação da sociedade; b) Participação em igualdade de condições com as ações ordinárias nos aumentos decorrentes de

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**  
**EXERCÍCIOS FINDOS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007 - Valores em milhares de reais**

	Exercício Atual	Exercício Anterior
<b>Receita Bruta de Vendas</b>	-	-
Vendas de Mercadorias	-	-
Vendas de Serviços	-	-
<b>Deduções das Vendas</b>	-	-
Impostos Incidentes	-	-
Devoluções e Abatimentos	-	-
<b>Receita Operac. Líquida</b>	-	-
<b>Custo das Mercadorias e Serviços Vendidos</b>	-	-
Custo Apurado	-	-
<b>Resultado Operac. Bruto</b>	-	-
<b>Despesas/Outras Receitas Operacionais</b>	<b>(23)</b>	<b>(68)</b>
Com Vendas	-	-
Honorários, Ordenados e Encargos	(46)	(46)
Despesas de Administ.	(127)	(166)
Outras Despesas(Receitas) Operacionais	150	145
Resultado Financeiro	-	(1)
Despesas	-	(1)
<b>Result. Operac. Líquido</b>	<b>(23)</b>	<b>(68)</b>
<b>Variações Monetárias</b>	<b>(1)</b>	-
	(1)	-
Resultado na Alienação de Bens do Ativo	-	-
<b>Lucro Líquido Antes da Contrib. Social</b>	<b>(23)</b>	<b>(68)</b>
Prov. para Contrib. Social	-	-
<b>Lucro Líquido Antes do Imposto de Renda</b>	<b>(23)</b>	<b>(68)</b>
Prov. para o Imp. de Renda	-	-
<b>Prej. LÍQ. do Exercício</b>	<b>(23)</b>	<b>(68)</b>
<b>Prej. LÍQ. por Ação</b>	<b>(0.01)</b>	<b>(0.02)</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS ORIGENS E APLICAÇÕES DE RECURSOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

	31/12/08 Exercício Atual	31/12/07 Exercício Anterior Ajustada
<b>Origens dos Recursos</b>	-	-
<b>De Terceiros</b>	-	-
Baixa de Bens do Imobilizado	-	-
Baixa de Investimentos	-	-
Aumento de Valores do Exigível a Longo Prazo	-	-
<b>Das Operações</b>	<b>(46)</b>	<b>(95)</b>
Prejuízo do Exercício	(23)	(68)
Mais: Depreciações e Amortizações	18	17
Ajuste de Exerc. Anteriores	-	-
Aquisição de Bens do Imob.	-	-
Aumento Realiz.a L. Prazo	-	-
Baixa do Exig. a L. Prazo	(41)	(44)
<b>Redução do Capital Circulante Líquido</b>	<b>(46)</b>	<b>(95)</b>
Demonstrado a seguir:		
<b>Saldos em 31 de dezembro</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Ativo Circulante	599	627
Passivo Circulante	669	651
<b>Capital Circulante Líquido</b>	<b>70</b>	<b>(24)</b>
<b>Variação</b>	<b>(28)</b>	<b>18</b>

capitalização de reservas, lucros e reavaliação do ativo; c) Percepção de dividendos na base de 18% do lucro líquido ajustado. As ações ordinárias tem direito a dividendos de 7% sobre o lucro líquido. **Meton de Alencar Pinto Filho - Diretor. Wilson Saboia de Alencar Pinto - Diretor. Silvio Robenoi Rocha de Freitas - Contador - CRC-CE 9377.**

**PARECER DO CONSELHO FISCAL** - Aos Senhores Acionistas e Diretores da Companhia Importadora de Maquinas e Acessórios Irmãos Pinto-Cimaipinto. Os membros do Conselho Fiscal da Companhia Importadora de Maquinas e Acessórios Irmãos Pinto-Cimaipinto, tendo examinado o Balanço Patrimonial, a Demonstração de Resultado, as Mutações do Patrimônio Líquido, a Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, as Notas Explicativas e a Proposta da Destinação do Resultado, correspondentes ao Exercício Social encerrado em 31 de Dezembro de 2008, com base nas análises, periódicas e anual, são de parecer de que as peças acima referidas, representam adequadamente, a posição econômico financeira da empresa e opinam pela sua aprovação na Assembléia Geral dos Acionistas. Fortaleza(CE), 14 de Abril de 2009. Rogério Martins Antunes. Paulo Sergio Araújo de Moura. Silvério Teixeira Oliveira.

**Grendene®****GRENDENE S/A****itag**

Índice de Ações com Tag Along Diferenciado

Companhia Aberta - CNPJ nº 89.850.341/0001-60 NIRE nº 23300021118-CE

**ATA DA 66ª ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA DE 06 DE ABRIL DE 2009.**

**1. DATA, HORA, LOCAL:** Dia 06 de abril de 2009, às 09:30 horas, na sede social, sita na Av. Pimentel Gomes, 214, Bairro Expectativa, CEP nº 62040-125, Cidade de Sobral no Estado do Ceará. **2. PRESENCÇA:** Acionistas representando mais de dois terços do Capital Social, conforme assinaturas constantes do livro Presença de Acionistas, de Diretores da Companhia, do representante dos Auditores Independentes da Ernst & Young Auditores Independentes S.S. Sra. Raquel Laguna Zambelli. **3. PUBLICAÇÕES: Aviso aos Acionistas:** Dispensada a publicação conforme disposto no § 5º do art. 133 da Lei Societária. **Edital de Convocação:** Publicado nos jornais Diário Oficial do Estado do Ceará, O Povo e Valor Econômico, nos dias 18, 20 e 23 de março de 2009. Documentos a que se refere o Art. 133, da Lei nº 6.404/76: Publicados no Diário Oficial do Estado do Ceará e nos jornais O Povo e Valor Econômico, no dia 06 de março de 2009. **4. MESA :** Presidente - **Renato Ochman;** Secretário - **Gelson Luis Rostirolla.** **5. ORDEM DO DIA: 5.1. EM REGIME DE ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:** a) Tomar as contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações contábeis e/ou financeiras do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008; b) Deliberar sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a ratificação das antecipações e da distribuição do saldo de dividendos, de acordo com a Proposta dos órgãos da Administração da Companhia; c) Fixar a remuneração dos administradores de acordo com o art. 14 do Estatuto Social. **5.2. EM REGIME DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** Apreciar a Proposta da Diretoria, consubstanciada nos seguintes itens: a) Proceder à incorporação ao Capital Social da Reserva de Incentivos Fiscais relativas ao Imposto de Renda do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 no valor de R\$24.151.215,37, assim como da subvenção para investimentos concernentes aos benefícios (Proapi e Provin) concedidos pelo Estado do Ceará, na importância de R\$105.409.674,05, perfazendo assim o montante de **R\$ 129.560.889,42** (cento e vinte e nove milhões, quinhentos e sessenta mil, oitocentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos); b) Consequente alteração estatutária, pelo exame da nova redação do artigo 5º do Estatuto Social, relativo ao valor do Capital Social que era de R\$1.097.199.221,29 e que passará a ser de **R\$ 1.226.760.110,71** (um bilhão, duzentos e vinte e seis milhões, setecentos e sessenta mil, cento e dez reais e setenta e um centavos), sem modificação do número de ações, como permite o disposto no art. 169, § 1º da Lei Societária; c) Proceder a atualização do código de endereçamento postal (CEP) da sede social e domicílio legal da matriz, conforme regularização procedida pelos Correios; d) Consequente alteração estatutária, pelo exame da nova redação do artigo 3º do Estatuto Social, relativo a sede social e domicílio legal da matriz que passa a ser: "A Companhia tem sua sede social e domicílio legal na Cidade de Sobral, Estado do Ceará, na Avenida Pimentel Gomes, 214, CEP 62040-125, podendo abrir e manter filiais, sucursais, agências, escritório ou representantes em qualquer parte do território nacional ou estrangeiro, mediante decisão da Diretoria." **6. DELIBERAÇÕES: 6.1. EM ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA:** a) Redigir a ata desta Assembléia em forma de sumário das deliberações, conforme dispõe o art. 130, § 1º da Lei 6.404/76, bem como sua publicação, na forma do § 2º, do mesmo artigo; b) Aprovada por unanimidade, com a abstenção dos legalmente impedidos, as contas dos administradores, as demonstrações contábeis e financeiras, bem como os demais documentos a que se refere o art. 133, da Lei 6.404/76, com as modificações introduzidas pela Lei nº 10.303/01, pertinentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008. c) Aprovada por unanimidade, a destinação do **Lucro Líquido do exercício** no montante de **R\$ 243.409.475,26** (duzentos e quarenta e três milhões, quatrocentos e nove mil, quatrocentos e setenta e cinco reais e vinte e seis centavos) nos seguintes termos: a) (+) R\$6.526.419,59 (seis milhões, quinhentos e vinte e seis mil, quatrocentos e dezenove reais e cinquenta e nove centavos) somados ao lucro em decorrência do ajuste efetuado em exercícios anteriores em virtude dos efeitos da Lei 11.638/07; b) (-) R\$129.560.889,42 (cento e vinte e nove milhões, quinhentos e sessenta mil, oitocentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos) e o valor de (-) R\$2.722.245,33 (dois milhões, setecentos e vinte e dois mil, duzentos e quarenta e cinco reais e trinta e três centavos) de incentivos fiscais advindo da controlada MHL Calçados Ltda, destinados para reserva de incentivos fiscais; c) (-) R\$ 5.692.429,30 (cinco milhões, seiscentos e noventa e dois mil, quatrocentos e vinte e nove reais e trinta centavos) à Constituição da Reserva Legal; d) (+) R\$ 538.000,00 (quinhentos e trinta e oito mil reais) relativa à reversão da reserva de lucros a realizar; e) (-) R\$ 786.000,00 (setecentos e oitenta e seis mil reais) à constituição da reserva de lucros a realizar; f) (-) R\$ 2.712.330,80 (dois milhões, setecentos e doze mil, trezentos e trinta reais e oitenta centavos) parcela de lucros não distribuída aos acionistas destinados para reserva de lucros a realizar; **resultando o valor para distribuição de dividendos no montante de R\$ 109.000.000,00** (cento e nove milhões de reais); deduzidos os valores já antecipados, que são ratificados nesta Assembléia Geral, as deliberações do Conselho de Administração, no valor de R\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais) pagos em 03/09/08 e R\$ 31.000.000,00 (trinta e um milhões de reais) em 03/12/08; e também o **saldo a distribuir de R\$ 44.000.000,00** (quarenta e quatro milhões de reais), cabendo aos acionistas titulares de ações ordinárias, o valor de R\$ 0,44 por ação. Farão jus ao recebimento dos dividendos os acionistas inscritos nos registros da Companhia até **08/04/2009 (data do corte)**. Desta forma, as ações passarão a ser negociadas, **ex-dividendos a partir de 09/04/2009**, na Bolsa de Valores de São Paulo. **Os dividendos serão pagos aos acionistas a partir do dia 23 de abril de 2009**, sem remuneração ou atualização monetária. d) Fixar a remuneração global dos administradores da Companhia para o exercício social de 2008, na importância de até R\$ 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil reais), que deverá ser distribuída entre os membros do Conselho de Administração e os da Diretoria, conforme deliberação a ser tomada em Reunião do Conselho de Administração, conforme artigo 14 do Estatuto Social. **6.2. EM ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA:** a) Aprovada por unanimidade, conforme determina a lei específica vigente, proceder a incorporação ao Capital Social da Reserva de Incentivos Fiscais relativas ao Imposto de Renda do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, no valor de R\$24.151.215,37, assim como da subvenção para investimentos concernentes aos benefícios (Proapi e Provin) concedidos pelo Estado do Ceará, na importância de R\$ 105.409.674,05, perfazendo assim o **montante de R\$ 129.560.889,42** (cento e vinte e nove milhões, quinhentos e sessenta mil, oitocentos e oitenta e nove reais e quarenta e dois centavos); b) Aprovada por unanimidade a consequente alteração estatutária, da nova redação do art. 5º do Estatuto Social, relativo ao valor do Capital Social que era de R\$1.097.199.221,29 e que passará a ser de **R\$ 1.226.760.110,71**, sem modificação do número de ações, como permite o disposto no art. 169, § 1º da Lei Societária: "Artigo 5º - O capital social subscrito e totalmente integralizado é de R\$1.226.760.110,71 (um bilhão, duzentos e vinte e seis milhões, setecentos e sessenta mil, cento e dez reais e setenta e um centavos), sendo dividido em 100.000.000 (cem milhões) de ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal. §1º - Cada ação ordinária confere o direito a um voto nas deliberações da Assembléia Geral. §2º - Todas as ações da Companhia são mantidas em conta de depósito, em nome de seus titulares, em instituição depositária autorizada pela Comissão de Valores Mobiliários com quem a Companhia mantenha contrato de custódia em vigor, sem emissão de certificados. §3º - A instituição depositária pode cobrar dos acionistas o custo do serviço de transferência e averbação da propriedade das ações escriturais, assim como o custo dos serviços relativos às ações custodiadas, observados os limites máximos fixados pela Comissão de Valores Mobiliários. §4º - A Companhia não pode emitir ações preferenciais ou partes beneficiárias. §5º - Salvo conforme disposto no §1º do Artigo 6º, os acionistas tem direito de preferência, na proporção de suas respectivas participações, na subscrição de ações, debêntures conversíveis ou bônus de subscrição de emissão da Companhia, que pode ser exercido no prazo legal de 30 (trinta) dias para o exercício desse direito." c) Aprovada por unanimidade a atualização do código de endereçamento postal (CEP) da sede social e domicílio legal da matriz, com a consequente alteração do art. 3º, do Estatuto Social da Companhia, que passa a vigorar com a seguinte redação: "Artigo 3º - A Companhia tem sua sede social e domicílio legal na Cidade de Sobral, Estado do Ceará, na Avenida Pimentel Gomes, 214, CEP 62040-125, podendo abrir e manter filiais, sucursais, agências, escritório ou representantes em qualquer parte do território nacional ou estrangeiro, mediante decisão da Diretoria." **7. DOCUMENTOS:** Para os fins previstos no Art. 130, § 1º da Lei nº 6.404/76, os documentos submetidos à Assembléia Geral foram autenticados pela mesa, numerados e arquivados na sede da Companhia, autorizando-se, neste ato, a publicação desta ata com omissão das assinaturas dos acionistas, na forma do §2º, do mesmo dispositivo legal. **8. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar e não tendo sido solicitado o funcionamento do Conselho Fiscal, foram suspensos os trabalhos e lavrada a presente Ata que, lida e aprovada por unanimidade, foi assinada pelos Acionistas presentes: Alexandre G. Bartelle Participações S/A, Verona Negócios e Participações S/A, Grendene Negócios S/A, Alexandre Grendene Bartelle e Pedro Grendene Bartelle, todos representados por sua procuradora **Dra. Carolina Serra;** Norges Bank - The DFA Inv T Co on Beh Its S The Emerging Markets Small Cap Series - USAA Emerging Markets Fund - Virginia Retirement System - Dimensional Funds, PCL - Dimensional Funds II, PCL - Emerging Markets Core Equity Portofolio - Teacher Retirement System of Texas - American Airlines, INC Master Fixed Benefit Trust - Mellon Global Funds, PCL - Central States Southeast and Southwest Areas Pension e Dimensional Emerging Markets Value Fund Inc, todos representados pelo seu procurador **Dr. George Washington Tenório Marcelino;** Edge Value Fundo Inv. de Ações, representado pelo **Sr. Bernardo Carvalho Ribeiro Dantas** e mais os acionistas Rudimar Dall Onder, Francisco Olinto Vello Schmidt, Renato Ochman, Gelson Luis Rostirolla, Emílio Fernandes de Moraes Neto e Marcos Aurélio Strada. A presente é cópia fiel da ata transcrita no Livro Próprio. Sobral (CE), 06 de abril de 2009. **Renato Ochman - Presidente; Gelson Luis Rostirolla-Secretário ; Bel. MARCOS AURELIO STRADA - Advogado OAB/CE nº 12.443 B - CPF/CIC nº 473.565.020-20.** Junta Comercial do Estado do Ceará - Sede, Certifico o registro em 14/04/2009, sob Nº 20090323467, Protocolo 09/032346-7 de 06/04/2009, Empresa 23 3 0002111 8 - Grendene S/A - Haroldo Fernandes Moreira - Secretário Geral.

**EÓLICA BEBERIBE S.A.**

CNPJ nº 05.032.564/0001-20

**RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO****Senhores Acionistas,**

A Administração da Eólica Beberibe S.A. (Beberibe) tem a satisfação de apresentar o Relatório Anual da Administração e as Demonstrações Contábeis, relativas ao exercício de 2008, acompanhadas do parecer dos Auditores Independentes. Toda a documentação relativa às contas ora apresentadas está à disposição dos senhores acionistas, aos quais a Diretoria Executiva sentir-se-á honrada em prestar os esclarecimentos adicionais necessários. As informações estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando especificado em contrário.

**Perfil Institucional**

A Beberibe detém autorização outorgada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) para explorar o Parque Eólico Beberibe, com capacidade instalada de 25,6 MW e energia assegurada de 8 MW médios. O parque eólico, com 32 aerogeradores, está situado no município de Beberibe, Estado do Ceará (CE) e, entrou em operação comercial em setembro de 2008.

**Controle Acionário**

Em dezembro de 2008 a Gama Participações Ltda. (Gama), controlada integral da Tractebel Energia S.A., adquiriu a totalidade do capital social da Beberibe.

A Tractebel Energia é a maior companhia privada geradora de energia elétrica do Brasil. Desde 1998, ano em que começou a atuar no país, dedica-se a todas as etapas da implantação de usinas geradoras de energia, incluindo obtenção de concessões de hidrelétricas por

meio de leilões realizados pelo Governo e de autorizações para viabilização de termelétricas, pequenas centrais hidrelétricas e eólicas.

**Ambiente Macroeconômico**

Em 2008, a economia brasileira manteve-se em crescimento, ainda que afetada no segundo semestre pelo agravamento da crise financeira internacional. A inflação medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) sofreu ligeiro aumento, mas manteve-se dentro da meta estabelecida pelo Governo, fechando o ano em 5,9%. A taxa de juros SELIC também apresentou alta e encerrou o ano em 13,75%, aumento de 2,5 p.p. em relação ao ano anterior, quebrando a curva descendente observada desde 2006. A produção industrial registrou alta no ano, esperando-se um crescimento estimado de 5,6% do Produto Interno Bruto (PIB) em relação ao ano anterior.

Em meio à crise, o Brasil conquistou posição credora no exterior, pela primeira vez na história, ao fortalecer suas reservas internacionais e quitar sua dívida externa com o FMI (Fundo Monetário Internacional). Com a economia sólida, o país teve os efeitos da crise amenizados, se comparado aos demais países emergentes e, com o resultado do equilíbrio das contas públicas, passou a ser considerado *investment grade* pelas agências de classificação de risco, o que aumenta a confiança internacional e contribui para atrair investimentos estrangeiros diretos.

**Desempenho Econômico-Financeiro**

Principais indicadores (expressos em reais mil)

<b>Indicadores de resultado</b>	<b>De setembro a dezembro de 2008</b>
Receita operacional líquida	5.023
Lucro bruto	2.631
Margem bruta	52,40%
Lajida (Ebitda) <sup>(1)</sup>	3.201
Depreciação e amortização	2.008
Resultado do serviço	1.193
Receitas (despesas) financeiras	(4.399)
Prejuízo do exercício	(3.206)
Lajida (Ebitda): Prejuízo do exercício + resultado financeiro + depreciação e amortização.	
A Beberibe não está apresentando os comentários comparativos sobre o resultado em virtude de iniciar, efetivamente, as atividades de geração de receita em setembro de 2008.	

**Serviços de Auditoria**

Conforme o disposto no Artigo 2º da Instrução CVM nº 381/03, a Beberibe informa que os auditores independentes da Companhia, Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, não prestaram serviços não relacionados à auditoria independente em 2008.

**Agradecimentos**

A Administração da Beberibe agradece aos órgãos de meio ambiente, aos governos estadual e municipal de sua área de atuação, aos seus fornecedores e financiador e, em especial, à acionista controladora Gama Participações Ltda., pelo apoio e contribuição para o desempenho da Companhia no ano de 2008.

**A Administração****BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007**

(em milhares de reais)

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	<b>Passivo e Patrimônio</b>	<b>Nota</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
			<b>(Não auditado)</b>				<b>(Não auditado)</b>
<b>Ativo Circulante</b>				<b>Passivo Circulante</b>			
Numerário disponível		2.948	229	Fornecedores	7	925	1.234
Concessionárias e permissionárias	4	1.941	—	Empréstimos e financiamentos	8	5.193	63.181
Tributos e contribuições sociais a compensar	5	3.535	—	Tributos e contribuições sociais		66	61
Adiantamentos a fornecedores		251	—	Fiança bancária		1.008	—
Despesas antecipadas		113	—	Outras		75	64
<b>Total do Ativo Circulante</b>		<b>8.788</b>	<b>229</b>	<b>Total Passivo Circulante</b>		<b>7.267</b>	<b>64.540</b>
<b>Ativo não Circulante</b>				<b>Passivo não Circulante</b>			
<b>Ativo Realizável a Longo Prazo</b>				<b>Exigível a Longo Prazo</b>			
Tributos e contribuições sociais a compensar	5	10.038	—	Empréstimos e financiamentos	8	93.914	—
Depósitos judiciais e vinculados		56	—	Outros		46	46
		<b>10.094</b>	—			<b>93.960</b>	<b>46</b>
<b>Permanente</b>				<b>Patrimônio Líquido</b>			
Imobilizado	6	131.729	62.222	Capital social		55.025	300
Diferido		—	2.435	Prejuízos acumulados		(5.641)	—
		<b>131.729</b>	<b>64.657</b>	<b>Total do Patrimônio Líquido</b>		<b>49.384</b>	<b>300</b>
<b>Total do Ativo não Circulante</b>		<b>141.823</b>	<b>64.657</b>				
<b>Total do Ativo</b>		<b>150.611</b>	<b>64.886</b>	<b>Total do Passivo</b>		<b>150.611</b>	<b>64.886</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (não auditado) (em milhares de reais)**

	<b>Capital Social</b>	<b>Prejuízos Acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>SALDOS EM 31/12/2006</b>	<b>119</b>	<b>—</b>	<b>119</b>
Aumento de capital	181	—	181
<b>SALDOS EM 31/12/2007 (não auditado)</b>	<b>300</b>	<b>—</b>	<b>300</b>
Efeito do ajuste da Lei 11.638	—	(2.435)	(2.435)
Aumento de capital	54.725	—	54.725
Prejuízo do exercício	—	(3.206)	(3.206)
<b>SALDOS EM 31/12/2008</b>	<b>55.025</b>	<b>(5.641)</b>	<b>49.384</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 (em milhares de reais)**

	<b>2008</b>
<b>Receita Operacional Bruta</b>	
Suprimento de energia elétrica	<b>5.535</b>
<b>Deduções da Receita Operacional</b>	
PIS e COFINS	(512)
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>5.023</b>
<b>Custos de Energia Elétrica e Serviços</b>	
Material	(7)
Serviço de terceiro	(424)
Depreciação e amortização	(2.005)
Seguros	(90)
Outros	134
	<b>(2.392)</b>
<b>Lucro Bruto</b>	<b>2.631</b>
<b>Despesas Operacionais</b>	
Despesas gerais e administrativas	(1.438)
	<b>(1.438)</b>
<b>Resultado do serviço</b>	<b>1.193</b>
<b>Receitas (despesas) financeiras</b>	
Encargos de empréstimos e financiamentos	(3.084)
Variação cambial passiva	(1.260)
Outras	(55)
	<b>(4.399)</b>
<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(3.206)</b>
<b>Prejuízo por Lote de Mil Ações (Em reais)</b>	<b>(58,27)</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

continua →



→ continuação

**EÓLICA BEBERIBE S.A.**

CNPJ nº 05.032.564/0001-20

<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b> (em milhares de reais)		<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008</b> (em milhares de reais)	
	<b>2008</b>		<b>2008</b>
<b>Atividades Operacionais</b>		<b>Geração do Valor Adicionado Bruto</b>	
<b>Prejuízo do exercício</b>	(3.206)	Receitas de vendas, serviços e outras	<b>5.535</b>
Despesas que não afetam o caixa		Receitas relativas a construção de ativos próprios	<u>71.511</u>
Depreciação e amortização	<u>2.008</u>		<u>77.046</u>
	<b>(1.198)</b>	<b>(-) Insumos</b>	
<b>Redução (aumento) nos ativos</b>		Gastos com a construção da Usina	(64.353)
Concessionárias e permissionárias	(1.941)	Material	(16)
Cauções e depósitos judiciais	(56)	Serviço de terceiro	(1.084)
Despesas antecipadas	<u>(113)</u>	Seguros	(90)
	<b>(2.110)</b>	Outros	<u>(375)</u>
<b>Aumento (redução) nos passivos</b>			<b>(65.918)</b>
Fornecedores	(309)	<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<u>11.128</u>
Empréstimos e financiamentos	11.502	Depreciação e amortização	<u>(2.008)</u>
Fiança bancária	1.008	<b>Valor Adicionado Líquido Gerado</b>	<b>9.120</b>
Outros	<u>16</u>	<b>Valor Adicionado Recebido em Transferência</b>	
	<b>12.217</b>	Receitas financeiras	<u>19</u>
<b>Total das atividades operacionais</b>	<b>8.909</b>	<b>Valor Adicionado a Distribuir</b>	<u><b>9.139</b></u>
<b>Atividades de investimento</b>		<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	
Aplicação no imobilizado	<u>(85.339)</u>	<b>Remuneração:</b>	
	<b>(85.339)</b>	<b>Do trabalho</b>	
<b>Atividades de financiamento</b>		Remuneração	124
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(136.747)	Encargos sociais	41
Custo de captação de empréstimos e financiamentos	(3.211)	FGTS	<u>12</u>
Empréstimos e financiamentos	164.382		<b>177</b>
Aumento de capital	<u>54.725</u>	<b>Do governo</b>	
	<b>79.149</b>	Impostos Federais	<u>586</u>
<b>Total das atividades de financiamentos</b>	<b>79.149</b>		<b>586</b>
<b>Total dos efeitos no caixa</b>	<b>2.719</b>	<b>Do Capital de Terceiros</b>	
<b>Caixa e equivalentes</b>		Juros e variações monetárias	4.344
Saldo inicial	229	Juros e variações monetárias capitalizados	7.158
Saldo final	<u>2.948</u>	Aluguéis	6
<b>Variação</b>	<b>2.719</b>	Outras despesas financeiras	<u>74</u>
<b>Transações que não envolveram o caixa</b>			<b>11.582</b>
Efeitos dos ajustes da Lei 11.638	(2.435)	<b>Do Capital Próprio</b>	
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis		Prejuízo do exercício	<u>(3.206)</u>
		<b>Total</b>	<u><b>9.139</b></u>
		As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis	

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

(não auditado) (em milhares de reais)

**1 - CONTEXTO OPERACIONAL**  
A Eólica Beberibe S.A. (Beberibe) é uma sociedade anônima de capital fechado, que tem por objeto a geração de energia elétrica através de fontes renováveis. Localizada no município de Beberibe (CE), detém autorização outorgada pela ANEEL para explorar o Parque Eólico Beberibe, com capacidade instalada de 25,60 MW e energia assegurada de 8MW médios. A referida autorização vence em 03/08/2033. A Companhia possui toda a energia produzida em seu parque eólico contratada com a Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRAS) pelo prazo de 20 anos, a contar de 2008, através do Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA). A Beberibe colocou seu parque eólico em operação comercial no mês de setembro de 2008. Em dezembro de 2008 a Gama Participações Ltda., controlada integral da Tractebel Energia S.A., adquiriu o controle acionário da Companhia. A Companhia não possui funcionários e não efetuou remuneração aos seus administradores no ano de 2008. Além disso, não possui operações com partes relacionadas, operações com instrumentos derivativos, provisão para contingências e nem compromissos ambientais além dos previstos no Projeto Básico.

**2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS**

As demonstrações contábeis foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e estão apresentadas com valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de maneira diferente. Em 28/12/2007, foi promulgada a Lei nº 11.638, que altera, revoga e introduz novos dispositivos

à Lei das Sociedades por Ações nº 6.404, de 15/12/1976, notadamente em relação ao capítulo XV, que trata sobre matéria contábil, e aplica-se às demonstrações contábeis de encerramento do exercício social iniciado a partir de 01/01/2008. A referida lei visa, principalmente, a atualização da lei societária brasileira para possibilitar o processo de convergência das práticas contábeis adotadas no Brasil com aquelas constantes das normas internacionais de contabilidade e permitir que novas normas e procedimentos contábeis sejam expedidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em consonância com os padrões internacionais de contabilidade. Algumas alterações devem ser aplicadas a partir deste exercício, enquanto outras dependem de normatização por parte de órgãos reguladores.

Em 03/12/2008, foi editada a Medida Provisória nº 449/08, a qual introduziu algumas alterações à legislação societária, Lei nº 6.404/76, e instituiu o Regime Tributário de Transição (RTT) de apuração do lucro real, pelo qual foi prevista a possibilidade da neutralidade tributária no biênio 2008/2009 sobre os ajustes contábeis decorrentes da adoção das alterações efetuadas pela Lei nº 11.638/07 para as empresas que não aderiram ao RTT.

**Adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08** - A Companhia adotou os dispositivos constantes da Lei 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08 para a preparação e apresentação de suas demonstrações contábeis, tendo como base as orientações do CPC e/ou das normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)*, estabelecendo a data de transição em

01/01/2008 (ou 31/12/2007), conforme opção constante no pronunciamento técnico CPC13. As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pelo referido pronunciamento, os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra lucros acumulados na data de transição, sem efeito retrospectivo sobre as demonstrações contábeis.

**Opções relevantes efetuadas relacionadas à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08** - a) Opção que resultou em ajuste na conta de lucros acumulados na data de transição - Ativo diferido - A Lei nº 11.638/07 restringiu o lançamento de gastos no ativo diferido e a MP nº 449/08 extinguiu este grupo de contas. Desta forma, a Companhia optou por efetuar as baixas dos gastos pré-operacionais no valor de R\$ 2.435, que não tiveram como ser reclassificados para outro grupo de ativos (ativos imobilizado e intangível). Transferência do diferido para o imobilizado - Conforme anteriormente mencionado, como a legislação em referência extinguiu o ativo diferido, os gastos diferidos que não puderam ser transferidos para outros ativos foram baixados. Os gastos transferidos para o imobilizado na data da transição montaram R\$ 3.411. b) Demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado - As novas práticas contábeis tornaram obrigatórias as demonstrações do Fluxo de Caixa e do Valor Adicionado e descontinuou a apresentação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos. A Beberibe está apresentando os demonstrativos que se tornaram obrigatórios como informações integrantes das demonstrações contábeis. De acordo com o pronunciamento CPC 13, as demonstrações dos fluxos de caixa e do valor adicionado podem ser divulgadas no primeiro ano de vigência da Lei 11.638/07, sem a indicação dos valores correspondentes ao exercício anterior. Tendo em vista a descontinuidade da apresentação da Demonstração das Origens e Aplicações de Recursos, em função da alteração da Lei nº 6.404/76 provocada pela Lei 11.638/07, a Companhia adotará a opção estabelecida no referido pronunciamento de dispensa da apresentação desses demonstrativos para o período anterior a sua data de transição.

**Efeitos no lucro líquido do exercício findo em 31/12/2008 e no patrimônio líquido de 31/12/2008 decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08**

**Patrimônio Líquido**

Saldo conforme demonstrações contábeis de 31/12/2008	<b>49.384</b>
Efeitos decorrentes da aplicação da Lei 11.638/07 e da MP 449/08:	
Baixa do ativo diferido	2.435
Saldo desconsiderando os efeitos da Lei 11.638/07 e MP 449/08	<b>51.819</b>

**3 - SUMÁRIO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**a) Imobilizado:** é registrado ao custo de aquisição ou construção. Os encargos financeiros decorrentes dos financiamentos obtidos de terceiros, bem como os outros gastos diretamente relacionados a montagem do parque eólico são computados como custo do respectivo imobilizado. A depreciação será calculada pelo método linear, com base nas taxas anuais estabelecidas pela ANEEL limitadas ao prazo da vigência da autorização.

**b) Empréstimos e financiamentos:** são atualizados pelas taxas de câmbio ou índices contratuais e pelos juros incorridos até a data do balanço, deduzidos dos custos incorridos na captação dos recursos. **c) Demais obrigações:** são registradas pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos

continua →



→ continuação

**EÓLICA BEBERIBE S.A.**

CNPJ nº 05.032.564/0001-20

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E 2007**

(não auditado) (em milhares de reais)

correspondentes encargos e variações monetárias incorridos. **d) Resulta-do do período:** as receitas e despesas são registradas com observância do regime de competência dos exercícios.

**4 - CONSUMIDORES E CONCESSÃO-NÁRIAS**

Refere-se a valores a receber da ELETROBRAS decorrentes da venda da totalidade de sua energia produzida no período através do PROINFA, dos quais R\$ 485 refere-se a valores vencidos há mais de 90 dias, que será recebido no primeiro semestre de 2009.

**5 - TRIBUTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS A COMPENSAR**

	2008
<b>Circulante</b>	
Imposto de renda	64
Contribuição social	34
COFINS	2.824
PIS	613
	<b>3.535</b>
<b>Não Circulante</b>	
COFINS	8.248
PIS	1.790
	<b>10.038</b>

Os valores a recuperar de PIS e COFINS decorrem da opção pela utilização do direito aos créditos sobre as aquisições de máquinas e equipamentos e de edificações, conforme previsto na legislação específica. Os referidos créditos relativos a edificações serão amortizados no período de 24 meses e os referentes a máquinas e equipamentos em 48 meses.

**6 - IMOBILIZADO**

a) Composição	2008	2007 (Não auditado)
<b>Imobilizações em Serviço</b>		
<b>Geração</b>		
Edificações, obras civis e benfeitorias	1.123	—
Máquinas e equipamentos	122.347	—
Móveis e utensílios	22	—
Depreciação acumulada	(1.932)	—
	<b>121.560</b>	—
<b>Conexão</b>		
Máquinas e equipamentos	10.181	—
Depreciação acumulada	(72)	—
	<b>10.109</b>	—
<b>Administração</b>	<b>60</b>	<b>47</b>
	<b>131.729</b>	<b>47</b>
<b>Imobilizações em Curso</b>		
Máquinas e equipamentos	—	40.522
Sistemas aplicativos (software)	—	7
Construções em andamento	—	21.646
	—	<b>62.175</b>

**Total de imobilizações 131.729 62.222**

**b) Depreciação dos ativos que integram o Projeto Original da Usina:** A Lei nº 8.987/95, de 13/02/2005, que dispõe sobre o regime de concessão e permissão da prestação de serviços públicos, prevê o seguinte em seu Art. 36, "A reversão no advento do termo contratual far-se-á com a indenização das parcelas dos investimentos vinculados a bens reversíveis, ainda não amortizados ou depreciados, que tenham sido realizados com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço concedido". O Decreto nº 2003, de 10/09/1996, que regulamenta a produção de energia elétrica por produtor independente e por autoprodutor, estabelece o que segue em seu Art. 20, "No final do prazo da concessão ou autorização, os bens e as instalações realizados para a geração independente e para a autoprodução de energia elétrica em aproveitamento hidráulico

passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos ainda não amortizados. **Parágrafo 1º.** Para determinação do montante da indenização a ser paga, serão considerados os valores dos investimentos posteriores, aprovados e realizados, não previstos no projeto original, e a depreciação apurada por auditoria do poder concedente". Considerando a interpretação da legislação anteriormente mencionada de que não haverá indenização pelo Poder Concedente, ao final do prazo da autorização, do valor residual dos bens que integram o Projeto Original, a Companhia está depreciando estes ativos de

acordo com as taxas determinadas pela ANEEL, limitada ao prazo de autorização. **c) Apropriação dos encargos financeiros:** Os encargos financeiros vinculados aos financiamentos da Usina foram reconhecidos no imobilizado em curso.

**7 - FORNECEDORES**

A Companhia possui saldo a pagar para fornecedores de materiais e serviços no valor de R\$ 925, em 31/12/2008 (R\$ 1.234 em 31/12/2007).

**8 - EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS****a) Composição**

	2008	2007 (Não auditado)
	<b>Não Circulante</b>	<b>Não Circulante</b>
	<b>Circulante</b>	<b>Circulante</b>
	<b>Total</b>	<b>Total</b>
Econergy Energy Generations Ltd.	—	—
Banco ABN Amro	—	29.022
Real S.A.	—	—
BNDES (*)	90.755	34.159
Encargos	5.193	—
	<b>99.948</b>	<b>63.181</b>

\* BNDES - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social

**b) Mutação do financiamento**

	Circulante	Não circulante	Total
<b>Saldo em 31/12/2007</b>	<b>63.181</b>		<b>63.181</b>
Ingressos	68.746	95.636	164.382
Encargos gerados	17.458	1.489	18.947
Custo de captação	—	(3.211)	(3.211)
Variação cambial	(7.445)	—	(7.445)
Amortizações	(136.747)	—	(136.747)
<b>Saldo em 31/12/2008</b>	<b>5.193</b>	<b>93.914</b>	<b>99.107</b>

Do total dos encargos gerados no ano de 2008, R\$ 15.863 foram capitalizados no ativo imobilizado.

**c) Vencimentos dos financiamentos apresentados no passivo não circulante**

	2010	2011	2012	2013	2014	2015 à 2022 (parcelas de R\$ 6.937)	2023
	6.937	6.937	6.937	6.937	6.937	55.500	3.729
						<b>93.914</b>	

**d) Garantias - BNDES:** (a) alienação fiduciária de bens e equipamentos; (b) totalidade das ações representativas do Capital Social; e (c) recebíveis. **e) Condições contratadas -** O financiamento com o BNDES incide juros de 3,5% a.a. além de TJLP e tem a amortização em parcelas mensais a partir de 15/01/2010 até o vencimento do contrato em 15/12/2023. A Companhia, no decorrer do ano de 2008 liquidou o empréstimo com a Econergy Energy Generation Ltd., em libra esterlina.

**9 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

O capital social da Eólica Beberibe S.A., em 31/12/2008, totalmente subscrito e integralizado, é de R\$ 55.025, representado por 55.024.868 ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, das quais 55.024.867 pertencem a Gama Participações Ltda., controlada integral da Tractebel Energia S.A. O controle acionário da controladora indireta, Tractebel Energia S.A., pertence a GDF Suez Energy Latin America Participações Ltda., empresa constituída no Brasil sobre o controle da Suez-Tractebel Societè Anonyme, com sede em Bruxelas, Bélgica,

integrante do grupo GDF Suez, sediado na França.

**10 - SEGUROS**

A Companhia possui seguro de risco de engenharia com cobertura de até R\$ 114.000 e de responsabilidade civil com valor de R\$ 10.000.

**11 - CONTRATOS DE LONGO PRAZO**

A Companhia mantém Contrato de Conexão e de Uso do Sistema de Transmissão e Distribuição com a Companhia Energética do Ceará (COELCE), com vigência até a data de extinção da autorização da unidade geradora da Companhia, ou a extinção da transmissora, o que ocorrer primeiro. A Companhia tem quatro contratos de arrendamento de terrenos utilizados para a instalação e edificação das torres dos aerogeradores, subestação e instalações de transmissão associadas. A vigência dos contratos varia de 17/05/2027 até 28/09/2032 e os valores são com postos por parcela fixa e variável, esta correspondente a um percentual sobre a receita bruta. As parcelas fixas são reajustadas pelo IGPM, pela variação do dólar norte-americano e pelo índice de inflação dos Estados Unidos da América (EUA), dependendo de cada contrato.

**DIRETORIA EXECUTIVA**

José Carlos Cauduro Minuzzo

Diretor Presidente

José Luiz Jansson Laydner

Diretor Técnico Operacional

Marcelo Cardoso Malta

Diretor Administrativo e Financeiro

**CONTADOR**

Luiz Francisco da Silva Eibs

CRC 15196/O-S-CE

continua →

→ continuação

**EÓLICA BEBERIBE S.A.**

CNPJ nº 05.032.564/0001-20

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES**

Aos Conselheiros, Diretores e Acionistas da **Eólica Beberibe S.A.**  
Beberibe - CE

1. Examinamos o balanço patrimonial da **Eólica Beberibe S.A.** ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido, dos fluxos de caixa e do valor adicionado correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos da Companhia; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas

contábeis mais representativas adotadas pela Administração da Companhia, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da **Eólica Beberibe S.A.** em 31 de dezembro de 2008, o resultado de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido, os seus fluxos de caixa e o valor adicionado nas operações referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. O exame das demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, preparadas originalmente antes dos ajustes decorrentes das mudanças de práticas contábeis descritos na nota explicativa 2, não foram auditadas. Conforme mencionado na nota explicativa 2, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro

de 2008. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações financeiras de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios.

5. As demonstrações financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas para fins comparativos, não foram examinadas por auditores independentes.

Rio de Janeiro, 12 de março de 2009

**Deloitte Touche Tohmatsu**

**Auditores Independentes**

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" CE

**Antônio Carlos Brandão de Sousa**

Contador

CRC 1RJ 065.976/O-4 "S" CE

\*\*\* \*\*

J&A PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ Nº 01.809.062/0001 - 01 - NIRC Nº 23.300.020.057						FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
RELATÓRIO DA DIRETORIA						Método Direto		
Senhores Acionistas, Em cumprimento aos dispositivos Estatutários e legais, submetemos à apreciação de V.Sas, às Demonstrações Financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2008. Fortaleza, 31 de dezembro de 2008. João Barbosa Fiuza - Diretor Financeiro.								
BALANÇO PATRIMONIAL DE 01.01.2008 A 31.12.2008			DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008				31.12.2008	31.12.2007
	31.12.2008	31.12.2007		31.12.2008	31.12.2007			
<b>ATIVO</b>	<b>2.640.069,80</b>	<b>1.538.601,45</b>	<b>Receitas Operacionais</b>			<b>-Atividades Operacs.</b>		
<b>Circulante</b>	<b>294.325,71</b>	<b>102.080,48</b>	Receita de Venda			.Recebm.de Vendas	330.000,00	0,00
<b>Disponível</b>	<b>270,38</b>	<b>285,71</b>	Imobiliária	330.000,00		.Pagamentos de Impostos sobre vendas	-12.045,00	0,00
Caixa	270,38	285,71	(-) Impostos Incidentes	-12.045,00		.Pagamento de I.R.e contribuição social	-7.524,00	0,00
<b>Realiz.a Curto Prazo</b>	<b>294.055,33</b>	<b>101.794,77</b>	<b>Receita Líquida</b>	<b>317.955,00</b>		.Pagamento de despesas administrativas	-16.391,00	0,00
Imóveis a comercializar	-	101.794,77	Custos dos Imóveis			<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacs.</b>	<b>294.040,00</b>	0,00
Adto p/Aquis. de Imóveis	289.136,65	-	Vendidos	101.794,77		-Atividades de Invests.		
Adto para Aum.Cap.	4.918,68	-	<b>Lucro Bruto</b>	<b>216.160,23</b>		.Adto para aumento de capital social em coligada	-4.918,68	0,00
<b>Não Circulante</b>	<b>2.345.744,09</b>	<b>1.436.520,97</b>	<b>Despesas Operacionais</b>	<b>16.391,00</b>		.Adiantamento para Aquisição de Imóveis	-289.136,65	0,00
<b>Investimentos</b>	<b>1.170.218,83</b>	<b>1.010.985,71</b>	<b>Administrativas</b>	<b>16.391,00</b>		<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Invests.</b>	<b>-294.055,33</b>	0,00
Partic.Societárias	1.170.218,83	1.010.985,71	<b>Resultados Não Operacionais</b>			-Redução líq.do Caixa	-15,33	0,00
<b>Imobilizado</b>	<b>1.175.525,26</b>	<b>425.535,26</b>	<b>Equivalência Patrimonial</b>	<b>159.233,12</b>	<b>262.875,90</b>	-Cx.no Inic.do Período	285,71	0,00
Imóveis	971.869,23	461.788,23	Lucro Antes do IR e da CSLL	<b>359.002,35</b>	<b>262.875,90</b>	-Cx.no final do Período	270,38	0,00
Veículos	239.909,00	-	(-) Contribuição Social e IR	7.524,00		<b>-Reconciliação do Lucro Líq.do Período c/o Fluxo de Caixa das Atividades Operacs.</b>		
(-) Depr.Acumulada	-36.252,97	36.252,97	<b>Lucro Líquido do Exercício</b>	<b>351.478,35</b>	<b>262.875,90</b>	.Lucro Líq.do Período	351.478,35	262.875,90
<b>PASSIVO</b>	<b>2.640.069,80</b>	<b>1.538.601,45</b>	<b>Lucro por Ação</b>	<b>0,19</b>	<b>0,28</b>	Aumento (diminuição) dos itens que não afetam o caixa:		
<b>Circulante</b>	<b>129.355,70</b>	<b>41.485,70</b>				.Equiv.Patrimonial	-159.233,12	-262.875,90
<b>Exig.a Curto Prazo</b>	<b>129.355,70</b>	<b>41.485,70</b>				.Custo dos bens vendidos	101.794,77	
Divids.a Distribuir	129.355,70	41.485,70				<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacs.</b>	<b>-15,33</b>	0,00
<b>Não Circulante</b>	<b>2.510.714,10</b>	<b>1.497.115,75</b>				- Informação Adicional de atividades que não afetaram o caixa		
<b>Patrim.Líquido</b>	<b>2.510.714,10</b>	<b>1.497.115,75</b>				- Dividendos declarados e não pagos	129.355,70	41.485,70
Capital Social	1.849.597,00	939.607,00						
Reserva Legal	28.621,97	11.048,05						
Res.p/Aum.de Capital	-	160.000,00						
Reservas de Lucros	632.495,13	386.460,70						
DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO EM 31.12.2008 E 31.12.2007						(Hum milhão oitocentos e quarenta e nove mil quinhentos e noventa e sete reais) é representado por ações ordinárias, com valor de R\$ 1,00 (hum real) cada uma.		
	Capital Realizado	Reserva Legal	Lucros Acumul.	Adto para Aum.Capit.	Total	Fortaleza, 31 de dezembro de 2008		
Saldo em 31.12.2007	939.607,00	11.048,05	386.460,70	160.000,00	1.497.115,75	JOÃO BARBOSA FIUZA		
Aumento do Capital Social						Diretor Financeiro		
Com Bens	749.990,00				749.990,00	JOÃO DE ALENCAR LOPES		
Com Reservas	160.000,00			-160.000,00		TEC.CONT.CEC-CE 006074/0-6		
Lucro Líquido do Exercício			351.478,35		351.478,35	CPF 081.479.573 - 00.		
Destinações								
Dividendos			-87.870,00		-87.870,00			
Reserva Legal		17.573,92	-17.573,92					
Saldo em 31.12.2008	1.849.597,00	28.621,97	632.495,13	0,00	2.510.714,10			
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31.12.2008								
Nota 01 - Diretrizes Contábeis - 1.1 - Regime de Reconhecimento - As demonstrações estão lastreadas no regime de competência. Nota 02 - Capital Social - O capital social de R\$ 1.849.597,00								

\*\*\* \*\*

Pelo presente aviso e em cumprimento à Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Prefeitura Municipal de Novo Oriente comunica aos interessados que realizará no dia 07/05/2009, às 14h, na Rua Deocleciano Aragão, nº. 15, Centro, Novo Oriente, Estado do Ceará, o Pregão Presencial nº 2009.04.17.2 para aquisição de gêneros alimentícios destinados aos programas do Município de Novo Oriente, Estado do Ceará. Edital e demais informações poderão ser adquiridas no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, de 08h às 12h. Novo Oriente/Ce, 17 de abril de 2009. Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Novo Oriente.

## CIA METALIC NORDESTE

CNPJ nº 01.183.070/0001-95 - NIRE 23.3.0002.009-0

## Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Em cumprimento às normas legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial e as demais Demonstrações Contábeis relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, acompanhadas das correspondentes Notas Explicativas. Permanecemos ao inteiro dispor de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que eventualmente possam ser necessários.

Maracanau - CE, 01 de abril de 2009. **A Administração.**

Balanços Patrimoniais em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 (Em milhares de Reais)				Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (Em milhares de Reais)		
ATIVO	Nota	2008	2007 (Reclas- sificado)		2008	2007
<b>Circulante</b>				<b>Fluxo de caixa das atividades operacionais</b>		
Disponibilidades	4	3.814	922	<b>Lucro líquido (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social</b>	<b>10.619</b>	<b>(8.314)</b>
Contas a receber de clientes	5	48.079	41.578	Ajustes		
Estoques	6	45.234	32.105	Depreciação, exaustão e amortização	4.666	12.682
Impostos a recuperar	7	1.877	1.716	Provisão para contingências	2.077	2.271
Outras contas a receber		394	991	Provisão para devedores duvidosos	(439)	5.000
		<b>99.398</b>	<b>77.312</b>	Outras provisões	1.178	1.016
<b>Não circulante</b>				Imposto de renda e contribuição social diferidos	-	(971)
<b>Realizável a longo prazo</b>				Variação monetária e encargos sobre empréstimos e financiamentos	404	796
Depósitos judiciais		1.307	1.840	Baixas do ativo permanente	59	6
Impostos a recuperar	7	-	1.839		<b>18.564</b>	<b>12.486</b>
		<b>1.307</b>	<b>3.679</b>	<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
<b>Imobilizado</b>	<b>9</b>	<b>63.587</b>	<b>132.930</b>	(Aumento) redução em contas a receber	(6.083)	3.578
<b>Diferido</b>	<b>10</b>	<b>-</b>	<b>5.734</b>	(Aumento) em estoques	(13.909)	(1.013)
<b>Intangível</b>	<b>11</b>	<b>258</b>	<b>311</b>	Redução em impostos a recuperar	(161)	(288)
		<b>65.152</b>	<b>142.654</b>	Redução em outras contas a receber	597	954
		<b>164.550</b>	<b>219.966</b>	Redução em depósitos judiciais	533	-
	<b>Nota</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>	Aumento (redução) em fornecedores	7.938	(516)
			<i>(Reclas- sificado)</i>	Aumento (redução) em salários e encargos sociais	204	(92)
<b>PASSIVO</b>				Aumento em impostos a recolher	187	1.347
<b>Circulante</b>				(Redução) em provisão para contingências	(1.224)	-
Fornecedores		19.917	11.979	Pagamento de juros sobre empréstimos e financiamentos	(413)	(895)
Financiamentos e empréstimos	12	8.822	1.939	Aumento em outras contas a pagar	1.635	1.697
Impostos, taxas e contribuições		2.228	3.364	<b>Recursos líquidos provenientes das atividades operacionais</b>	<b>7.869</b>	<b>17.258</b>
Salários, provisões e encargos		1.613	1.356	<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Contas a pagar		5.724	4.270	Aquisição de ativo imobilizado	(3.739)	(13.716)
Provisão para contingências	13	4.820	4.341	Aquisição de ativo intangível	(137)	-
Outras contas a pagar		533	352	Alienação de bens do imobilizado	21	-
		<b>43.657</b>	<b>27.601</b>	<b>Recursos líquidos utilizados nas atividades de investimentos</b>	<b>(3.855)</b>	<b>(13.716)</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Financiamentos e empréstimos	12	15.411	4.104	Empréstimos e financiamentos		
Provisão para contingências	13	8.791	10.255	Captação de financiamentos	67	66
Parcelamento de impostos - ICMS e IPI		2.570	1.247	Pagamento do principal	(1.920)	(8.931)
Imposto de renda e contribuição social sobre reserva de reavaliação		-	22.753	Integralização de capital	731	-
		<b>26.772</b>	<b>38.359</b>	<b>Recursos líquidos utilizados nas atividades de financiamento</b>	<b>(1.122)</b>	<b>(8.865)</b>
<b>Patrimônio líquido</b>				<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.892</b>	<b>(5.323)</b>
Capital social	14	209.581	208.850	<b>Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		
Reserva de lucro		6.305	5.271	No início do exercício	922	6.245
Reserva de reavaliação		-	45.795	No fim do exercício	3.814	922
Prejuízos acumulados		(121.765)	(105.910)	<b>Aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>2.892</b>	<b>(5.323)</b>
		<b>94.121</b>	<b>154.006</b>			
		<b>164.550</b>	<b>219.966</b>			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		
Demonstrações de Resultados - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido (prejuízo) por ação)						
	Nota	2008	2007			
<b>Receita operacional bruta</b>						
Mercado interno		191.551	168.985			
Mercado externo		19.198	28.655			
<b>Deduções de vendas</b>						
Impostos sobre as vendas, devoluções e abatimentos		(57.763)	(52.770)			
<b>Receita operacional líquida</b>		<b>152.986</b>	<b>144.870</b>			
<b>Custos dos produtos vendidos</b>		<b>(126.358)</b>	<b>(131.266)</b>			
<b>Lucro bruto</b>		<b>26.628</b>	<b>13.604</b>			
<b>Receitas (despesas) receitas operacionais</b>						
Vendas		(10.698)	(13.771)			
Administrativas e gerais		(6.501)	(6.872)			
Despesas financeiras	15	(7.243)	(11.683)			
Receitas financeiras	15	3.094	5.115			
Outras receitas operacionais, líquidas	16	5.720	5.148			
		<b>(15.628)</b>	<b>(22.063)</b>			
<b>Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social</b>		<b>11.000</b>	<b>(8.459)</b>			
Imposto de renda e contribuição social - corrente	17	(381)	(826)			
Imposto de renda e contribuição social - diferido		-	971			
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>		<b>10.619</b>	<b>(8.314)</b>			
<b>Lucro líquido (prejuízo) por ação - R\$</b>		<b>0,12</b>	<b>(0,09)</b>			
<b>Quantidade de ações ao final do exercício</b>	<b>14</b>	<b>92.293.156</b>	<b>91.993.365</b>			
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras				As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras		



**CIA METALIC NORDESTE**  
 CNPJ nº 01.183.070/0001-95 - NIRE 23.3.0002.009-0

**Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido - Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e 2007**  
 (Em milhares de Reais)

	<b>Capital social</b>	<b>Reserva de capital</b>	<b>Reserva de reavaliação</b>	<b>Reserva de incentivos fiscais</b>	<b>Prejuízos acumulados</b>	<b>Total</b>
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2006</b>	<b>208.850</b>	<b>5.271</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(99.481)</b>	<b>114.640</b>
Reavaliação espontânea	-	-	71.405	-	-	71.405
Realização da reserva de reavaliação	-	-	(1.885)	-	1.885	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre a reavaliação espontânea	-	-	(23.725)	-	-	(23.725)
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	(8.314)	(8.314)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2007</b>	<b>208.850</b>	<b>5.271</b>	<b>45.795</b>	<b>-</b>	<b>(105.910)</b>	<b>154.006</b>
Aumento de capital	731	-	-	-	-	731
Ajustes de adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08	-	(5.271)	(45.795)	5.271	(25.440)	(71.235)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	10.619	10.619
Destinações						
Reserva de incentivo fiscal	-	-	-	1.034	(1.034)	-
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2008</b>	<b>209.581</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6.305</b>	<b>(121.765)</b>	<b>94.121</b>

*As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras*

**Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras - Exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007**  
 (Em milhares de Reais)

**1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cia. Metalic Nordeste ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Cidade de Maracanaú, Estado do Ceará, e tem por objeto social a fabricação de embalagens metálicas, destinadas basicamente à indústria de bebidas.

Sua unidade operacional se caracteriza como uma das mais modernas existentes no mundo e conta com duas linhas de produção distintas, a de latas, cuja matéria-prima é o aço revestido de estanho, e a de tampas, que utiliza como matéria-prima o alumínio.

Sua produção está voltada principalmente para o mercado Norte e Nordeste do Brasil, com oferta do excedente de tampas para o mercado externo.

**2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Na elaboração das demonstrações financeiras de 2008, a Companhia adotou pela primeira vez as alterações na legislação societária introduzidas pela Lei nº 11.638 aprovada em 28 de dezembro de 2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449 de 3 de dezembro de 2008.

A Lei nº 11.638/07 e a Medida Provisória nº 449/08 modificam a Lei nº 6.404/76 em aspectos relativos à elaboração e divulgação das demonstrações financeiras.

Os ajustes relativos à adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e à Medida Provisória nº 449/08 estão detalhados na Nota Explicativa nº 3.

**3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS**

**3.1. Adoção inicial da Lei nº 11.638/07**

A Companhia optou por elaborar balanço patrimonial de transição em 1º de janeiro de 2008 que é o ponto de partida da contabilidade de acordo com a legislação societária modificada pela Lei nº 11.638/07 e pela Medida Provisória nº 449/08. As modificações introduzidas pela referida legislação caracterizam-se como mudança de prática contábil, entretanto, conforme facultado pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 - Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, todos os ajustes com impacto no resultado foram efetuados contra prejuízos acumulados na data de transição nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações financeiras.

As práticas contábeis modificadas pela referida legislação, estão sumarizadas abaixo:

**Ativo diferido**

O saldo do ativo diferido em 31 de dezembro de 2007 foi baixado contra prejuízos acumulados.

**Subvenções**

As subvenções para investimento recebidas pela Companhia antes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08 foram registradas em conta de reserva de capital no patrimônio líquido. Com a extinção da reserva de capital, o saldo existente em 31 de dezembro de 2007 foi reclassificado para reserva de lucro - incentivos fiscais, na qual será mantido até a sua destinação. A partir do exercício de 2008, as subvenções para capital de giro, antes registradas diretamente no resultado, passaram a ser registradas como passivo e serão apropriadas ao resultado à medida que transcorra o prazo dos compromissos assumidos em contrapartida do recebimento das subvenções. O passivo referente aos exercícios de 2005 a 2007 foi constituído contra prejuízos acumulados.

**Reserva de reavaliação**

O saldo da reserva de reavaliação foi estornado em contrapartida ao saldo de ativo imobilizado, assim como o imposto de renda e contribuição social sobre a referida reserva.

Seguem abaixo os ajustes patrimoniais decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08, o sumário das práticas contábeis modificadas pela referida legislação, o resumo dos efeitos no

patrimônio líquido em 1º de janeiro de 2008 decorrentes da adoção da referida legislação.

	<b>2007</b>	<b>Data da transição - 01/01/2008</b>	
	<b>Saldos</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Saldos</b>
Patrimônio líquido	154.006	(71.235)	82.771
Capital social	208.850	-	208.850
Reserva de capital	5.271	(5.271) {a}	-
Reserva de lucro	-	5.271 {a}	5.271
Reserva de reavaliação	45.795	(45.795) {b}	-
Prejuízos acumulados	(105.910)	(25.440) {c}	(131.350)

**Resumo dos ajustes**

{a} Reserva de capital	(5.271)
{a} Reserva de lucro	5.271
{b} Estorno do saldo da reserva de reavaliação	(45.795)
{c} Ajustes contra prejuízos acumulados	(25.440)
{c.1} Baixa do ativo diferido	(5.733)
{c.2} Subvenção para capital de giro 2005 a 2007	(19.707)

*Efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08*

Segue conciliação do resultado de 2008 e patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008 considerando os efeitos da adoção inicial da Lei nº 11.638/07, com o resultado que seria obtido caso as mudanças de práticas contábeis relativas à referida legislação não tivessem sido adotadas.

**Demonstração dos efeitos no resultado e no Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2008 decorrentes da Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08**

	<b>2008</b>
Lucro do exercício findo em 31 de dezembro	10.619
Ajustes dos efeitos decorrentes da adoção inicial da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08	
Recebimento de doações e subvenções (somente para 2008)	(690)
Lucro líquido sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08 (Resultado líquido ajustado)	9.929
Patrimônio líquido em 31 de dezembro	94.121
Ajustes na data da transição reconhecidos em prejuízos acumulados	
Baixa do ativo diferido existente em 31/12/2007	5.733
Subvenção para capital de giro 2005 a 2007	19.707
Estorno do saldo da reserva de reavaliação	45.795
Recebimento de doações e subvenções (somente para 2008)	(690)
Patrimônio líquido em 31 de dezembro 2008, sem os efeitos da Lei nº 11.638/07 e MP nº 449/08	164.666

**3.2 Resumo das principais práticas contábeis**

**Apuração do resultado**

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência. A receita de vendas de produtos é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes aos produtos são transferidos para o comprador. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

**Estimativas contábeis**

A elaboração de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo da sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e as premissas pelo menos anualmente.

**Moeda estrangeira**

A Administração da Companhia definiu que sua moeda funcional é o real de acordo com as normas descritas no CPC 02 - Efeitos nas Mudanças



## CIA METALIC NORDESTE

CNPJ nº 01.183.070/0001-95 - NIRE 23.3.0002.009-0

nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis.

Transações em moeda estrangeira, isto é, todas aquelas que não realizadas na moeda funcional, são convertidas pela taxa de câmbio das datas de cada transação. Ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são convertidos para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data do fechamento. Os ganhos e as perdas de variações nas taxas de câmbio sobre os ativos e os passivos monetários são reconhecidos na demonstração de resultados. Ativos e passivos não monetários adquiridos ou contratados em moeda estrangeira são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado.

*Ativos circulantes e não circulantes*

• **Contas a receber de clientes**

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, ajustado ao valor presente quando aplicável, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários. A provisão para devedores duvidosos foi constituída em montante considerado suficiente pela administração para suprir as eventuais perdas na realização dos créditos.

• **Estoques**

Os estoques são avaliados com base no custo histórico de aquisição e produção, acrescido de gastos relativos a transportes, armazenagem e impostos não recuperáveis. No caso de produtos industrializados, em processo e acabados, o estoque inclui os gastos gerais de fabricação com base na capacidade normal de produção. Os valores de estoques contabilizados não excedem os valores de mercado.

• **Ativo imobilizado**

Registrado pelo custo de aquisição, formação ou construção. A depreciação dos ativos é calculada pelo método linear com base nas taxas mencionadas na Nota Explicativa nº 9 e leva em consideração o tempo de vida útil estimado dos bens com os respectivos valores residuais.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos desse item do imobilizado. Qualquer outro tipo de gasto é reconhecido no resultado como despesa quando incorrido.

• **Ativos intangíveis**

Os ativos intangíveis foram adquiridos de terceiros e registrados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.

• **Redução ao valor recuperável**

Os ativos do imobilizado, do intangível, têm o seu valor recuperável testado, no mínimo, anualmente, caso haja indicadores de perda de valor.

*Passivo circulante e não circulante*

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

Uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação real legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

*Subvenção governamental*

Uma subvenção governamental é reconhecida no resultado ao longo do período desde que atendidas as condições do CPC 07 - Subvenções e Assistências Governamentais. Enquanto não atendidos os requisitos para reconhecimento no resultado, a contrapartida da subvenção governamental é efetuada em conta específica de passivo.

*Imposto de renda e contribuição social*

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia optou pelo Regime Tributário de Transição (RTT) instituído pela Medida Provisória nº 449/08, por meio do qual as apurações do imposto sobre a renda (IRPJ) e da contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) para o biênio 2008-2009, continuam a ser determinadas sobre os métodos e critérios contábeis definidos pela Lei nº 6.404/97, vigentes em 31/12/2007. A Companhia irá consignar referida opção na Declaração de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) no ano de 2008.

*Reclassificações referente ao exercício de 2007*

Todas as informações apresentadas foram obtidas nos registros contábeis da Companhia. Foram efetuadas reclassificações de determinadas informações contidas no balanço patrimonial, referentes à apresentação do grupo ativo circulante e passivo circulante em 31 de dezembro de 2007, para adequação e consistência com o período corrente, conforme estão demonstradas a seguir:

Descrição das contas	Saldo anterior	Reclassificações	Saldo
	2007		2007
Impostos a recuperar	4.180	(2.464)	1.716
Provisão para risco e contingência	(6.805)	2.464	(4.341)

**4. DISPONIBILIDADES**

	2008	2007
Caixa e bancos	1.708	859
Aplicações financeiras – Fundos de investimento	2.106	63
	<b>3.814</b>	<b>922</b>

As aplicações financeiras estão representadas por aplicações em Fundo de Investimento Multimercado, de liquidez diária, com ativos valorizados a mercado e mantidos para negociação, conforme instruções do Banco Central. O fundo é constituído sob a forma de condomínio aberto com prazo indeterminado de duração.

**5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES**

**a. Composição da conta**

Circulante	2008	2007
No país	56.510	52.171
No exterior	2.321	598
	<b>58.831</b>	<b>52.769</b>
Provisão para créditos duvidosos	(10.752)	(11.191)
	<b>48.079</b>	<b>41.578</b>

**b. Por idade de vencimento**

Contas a receber - vencidos	2008	2007
De 0 a 30 dias	2.261	3.425
De 91 a 120 dias	-	313
Acima de 180 dias	8.572	11.208
	<b>10.833</b>	<b>14.946</b>

A provisão para créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na avaliação global dos atrasos, ajustada pela análise individual dos principais clientes com saldos em atraso, levando-se em consideração: o conhecimento da Administração sobre o mercado de atuação da Companhia, o histórico de recebimentos e as garantias envolvidas em cada situação.

**6. ESTOQUES**

	2008	2007
Produtos acabados	10.456	6.938
Produtos em elaboração	532	618
Matéria-prima	26.249	16.108
Materiais de embalagens e almoxarifado	8.007	7.446
Estoques em poder de terceiros	965	589
Adiantamentos para compra de insumos	206	61
Importações em andamento	268	1.013
	<b>46.683</b>	<b>32.773</b>
Provisão para ajuste ao valor de realização	(1.449)	(668)
	<b>45.234</b>	<b>32.105</b>

Determinados itens considerados obsoletos, ou de baixa rotatividade, foram objeto de constituição de provisões para o ajuste ao valor de realização.

**7. IMPOSTOS A RECUPERAR**

	2008	2007
		Reclas-sificado)
ICMS sobre ativo permanente	297	499
ICMS a recuperar	17	-
IPI a recuperar	58	1.895
IRRF sobre aplicações financeiras	189	-
Imposto de renda	193	193
IRPJ a recuperar	134	-
PIS a recuperar	1	1
COFINS a recuperar	5	6
PIS sobre ativo permanente	166	162
COFINS sobre ativo permanente	765	748
Outros impostos a recuperar	52	51
	<b>1.877</b>	<b>3.555</b>
Circulante	(1.877)	(1.716)
Não circulante	-	1.839

**8. PARTES RELACIONADAS**

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2008 e 2007, assim como as transações que influenciaram o resultado do exercício, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem de transações com a Controladora CSN, as quais em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 são demonstradas como segue:

	2008	2007
<b>Contas patrimoniais:</b>		
Contas a receber	85	73
Fornecedores	8.774	2.941
Adiantamentos para compra de matéria-prima	206	61
<b>Transações:</b>		
Vendas	1.244	822
Compras	66.301	51.565

**CIA METALIC NORDESTE**  
CNPJ nº 01.183.070/0001-95 - NIRE 23.3.0002.009-0

**9. IMOBILIZADO****a. Composição da conta**

	<b>Taxa de depreciação % a.a.</b>	<b>Custo</b>	<b>Depreciação</b>	<b>2008 Líquido</b>	<b>2007 Líquido</b>
Edificações	2,4	14.442	(522)	13.920	11.457
Edificações - Reavaliação	2,4	-	-	-	11.527
Máquinas e equipamentos	6,8	49.229	(5.323)	43.906	39.683
Máquinas e equipamentos - Reavaliação	6,8	-	-	-	56.217
Móveis e utensílios	10	633	(356)	277	228
Equipamentos de computação	20	902	(586)	316	290
Terrenos	-	373	-	373	373
Terrenos - Reavaliação	-	-	-	-	1.627
Obras em andamento	10 a 20	2.406	-	2.406	8.874
Peças e materiais de reposição	-	4.351	(1.962)	2.389	2.654
		<b>72.336</b>	<b>(8.749)</b>	<b>63.587</b>	<b>132.930</b>

**b. Movimentação do custo**

	<b>Saldo em 2007</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixa</b>	<b>Transferências</b>	<b>Saldo em 2008</b>
Edificações	11.643	235	-	2.564	14.442
Edificações - Reavaliação	11.718	-	(11.718)	-	-
Máquinas e equipamentos	42.564	2.159	-	4.506	49.229
Máquinas e equipamentos - Reavaliação	58.059	-	(58.059)	-	-
Móveis e utensílios	538	95	-	-	633
Equipamentos de computação	766	136	-	-	902
Terrenos	373	-	-	-	373
Terrenos - Reavaliação	1.627	-	(1.627)	-	-
Obras em andamento	8.874	1.077	-	(7.545)	2.406
Peças e materiais de reposição	3.863	37	(24)	475	4.351
	<b>140.025</b>	<b>3.739</b>	<b>(71.428)</b>	<b>-</b>	<b>72.336</b>

Em Assembleia Geral Extraordinária – AGE realizada em 29 de dezembro de 2008, os acionistas decidiram realizar o estorno do saldo residual da reavaliação realizada em 30 de abril de 2007, com efeito retroativo a 1º de janeiro de 2008 (vide Nota Explicativa nº 3.1).

Durante o exercício encerrado em 2008, a Companhia não verificou a existência de indicadores que determinassem a existência de ativos acima do valor recuperável.

**10. DIFERIDO**

O valor residual do ativo diferido em 31 de dezembro de 2007 foi baixado contra prejuízos acumulados na data de transição, nos termos do art. 186 da Lei nº 6.404/76, sem efeitos retrospectivos sobre as demonstrações financeiras (vide Nota Explicativa nº 3.1).

**11. INTANGÍVEL**

	<b>Saldo em 2007</b>	<b>Adições</b>	<b>Baixa</b>	<b>Saldo em 2008</b>
<b>Vida útil definida</b>				
Software	926	137	(234)	829
(-) Amortização acumulada	(633)	(147)	209	(571)
	<b>293</b>	<b>(10)</b>	<b>(25)</b>	<b>258</b>
<b>Vida útil indefinida</b>				
Marcas	18	-	(18)	-
	<b>311</b>	<b>(10)</b>	<b>(43)</b>	<b>258</b>

Em 31 de dezembro de 2008 a Companhia possuía ativos intangíveis com vida útil definida, representados por direitos de utilização de software, amortizados à taxa de 20% ao ano com base na vida útil estimada ou prazo das licenças.

**12. FINANCIAMENTOS E EMPRÉSTIMOS**

<b>Modalidade</b>	<b>Taxa contratual</b>	<b>Taxa efetiva</b>	<b>Vencimento</b>	<b>2008</b>	<b>2007</b>
Moeda nacional					
Financiamento	10% a.a.	10% a.a.	fev/11	3.961	5.836
Capital de giro – FDI/PROVIN	TJLP*	TJLP*	dez/11	220	208
				<b>4.181</b>	<b>6.044</b>
FDI/PROVIN Fundo perdido			dez/11	20.052	-
				<b>24.233</b>	<b>6.044</b>
Circulante				(8.822)	(1.939)
Não circulante				(15.411)	(4.104)

\* As parcelas com vencimento a partir de novembro de 2009 sofrem correção pela TJLP – Taxa de Juros de Longo Prazo.

**Cronograma de desembolsos\***

	<b>2008</b>
2009	1.899
2010	1.899
2011	373
2012	10
	<b>4.181</b>

\*Desembolsos líquidos das parcelas do Fundo perdido do Provin.

**• Financiamentos**

Estão garantidos por imóvel de propriedade da Companhia e aval da controladora Companhia Siderúrgica Nacional.

**• Capital de giro – FDI/PROVIN**

O Governo do Estado do Ceará, dentro das políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial do Ceará, decidiu alocar recursos destinados a capital de giro em moeda nacional, geridos pelo Banco Bradesco S.A., sucessor do Banco do Estado do Ceará - BEC, referentes ao incentivo fiscal concedido pelo Fundo de Desenvolvimento Industrial do Ceará - FDI, às empresas beneficiárias do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial - PROVIN.

Em maio de 1998, a Companhia firmou contrato de mútuo de execução periódica FDI/PROVIN, com garantia fidejussória, equivalente a 100% do valor do ICMS devido nos primeiros 3 anos e 75% até completar 10 anos, no prazo total do benefício de 120 meses no período de junho de 1998 a maio de 2008. Em janeiro de 2008, esse contrato foi prorrogado até dezembro de 2014.

O benefício está condicionado ao pagamento das parcelas devidas do ICMS no vencimento e ao cumprimento de algumas obrigações, como a utilização dos recursos objeto do mútuo exclusivamente nos negócios normais relativos ao projeto e suas expansões futuras, a manutenção das obrigações de natureza tributária, trabalhista, previdenciária e obrigações acessórias em dia e a manutenção de adequado índice de liquidez e endividamento.

Do valor de cada parcela do empréstimo, o equivalente a 1% será pago após 36 meses, corrigido pela TJLP e 99% será baixado como Fundo Perdido pelo agente financeiro da operação. Em 2008, o valor do Fundo Perdido antes registrado diretamente no resultado, passou a ser registrado como passivo e será apropriado ao resultado à medida que transcorra o prazo dos compromissos assumidos em contrapartida do recebimento das

## CIA METALIC NORDESTE

CNPJ nº 01.183.070/0001-95 - NIRE 23.3.0002.009-0

subvenções. O passivo referente ao Fundo Perdido dos exercícios de 2005 a 2007 foi constituído contra prejuízos acumulados. O empréstimo é garantido por aval da controladora Cia. Siderúrgica Nacional e Termo de Diferimento de ICMS.

**13. PROVISÃO PARA CONTINGÊNCIAS**

A Companhia discute ações e reclamações de diversas naturezas, nas esferas administrativa e judicial competentes, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso. Adicionalmente, incluem-se nessas provisões os passivos tributários decorrentes de ações tomadas por iniciativa da Companhia que são mantidos e acrescidos de juros SELIC até a data do balanço.

**a. Composição do saldo**

	2008		2007 (Reclassificado)	
	Provisão	Depósito judicial compensado	Líquido	Líquido
Trabalhistas	104	(31)	73	92
Tributária federal	16.542	(540)	16.002	16.968
	<b>16.646</b>	<b>(571)</b>	<b>16.075</b>	<b>17.060</b>
Impostos a recuperar relacionados a contingências tributárias	(2.464)	-	(2.464)	(2.464)
	<b>14.182</b>	<b>(571)</b>	<b>13.611</b>	<b>14.596</b>
Cirulante	4.820	-	4.820	4.341
Não Circulante	9.362	(571)	8.791	10.255

**b. Movimentação do saldo**

	2007		2008	
	Saldo inicial	Adições	Utilização	Saldo final
Trabalhistas	92	12	-	104
Tributárias	16.968	3.282	(2.469)	16.542
	<b>17.060</b>	<b>3.294</b>	<b>(2.469)</b>	<b>16.646</b>

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível ou remoto, no montante aproximado de R\$ 4.265 (R\$ 4.100 em 2007) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização.

Breve histórico dos processos tributários:

**• IPI**

No período de outubro de 2002 a agosto de 2004, a Companhia recolheu IPI incidente sobre a venda de latas com alíquota inferior à vigente na época. Em novembro de 2006, foram emitidas as notas fiscais de complemento de imposto para os exercícios de 2003 e 2004. A diferença do imposto foi recolhida com atualização da SELIC, mas sem multa, com base no princípio da denúncia espontânea. A Receita Federal não aceitou o argumento da denúncia espontânea e executou a dívida no valor de R\$ 1.817. Relativamente ao exercício de 2002, a Companhia foi autuada e aguarda decisão de recurso apresentado. O valor envolvido no processo administrativo é de R\$ 6.211.

**• PIS**

A Metalic questiona judicial e administrativamente a alteração introduzida pela Lei nº 9.718/98 - ampliação da base de cálculo.

O processo foi julgado favorável à Companhia, porém, a decisão mencionou que o provimento era parcial. Face a esse equívoco, a Companhia interpôs embargos de declaração a fim de alterar a parte dispositiva da decisão, recurso que aguarda julgamento desde 14 de julho de 2006. O valor da provisão foi estornado em 2008, mas o depósito de R\$ 1.239, ainda não foi resgatado.

**• CIDE - Contribuição de intervenção do domínio econômico**

A Companhia impetrou mandado de segurança questionando a Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico instituída pela Lei nº 10.168/00, mas a liminar requerida foi indeferida o que motivou o depósito judicial do valor controvertido. Atualmente o processo encontra-se em fase de processamento de recurso extraordinário, já que a apelação da Companhia não foi provida. Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia mantém provisão e depósito judicial no montante de R\$ 227.

**• FGTS**

A Companhia impetrou mandado de segurança questionando as contribuições de FGTS instituídas pela Lei Complementar nº 1.10/01, sendo 0,5% sobre a folha de pagamento mensal e 10% na demissão sem justa causa e obteve liminar condicionada ao depósito judicial do valor questionado. O referido mandado de segurança foi julgado parcialmente favorável uma vez que a turma julgadora entendeu como inconstitucional apenas a majoração das alíquotas para o ano de 2001. A Companhia recorreu dessa decisão parcial e a partir de então deixou de depositar e passou a recolher o valor devido mensalmente. Em 31 de dezembro de 2008, o montante depositado e provisionado totaliza R\$ 171.

**• Outros**

A Companhia possui, ainda, provisões para outros processos tributários, cujo montante em 31 de dezembro de 2008 é de R\$ 5.653, que se refere basicamente à operação de Drawback, que a Companhia optou por realizar a provisão.

**14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO****a. Capital social**

O capital social totalmente subscrito e integralizado de R\$ 209.581 é dividido em 87.868.195 ações ordinárias e 4.424.971 ações preferenciais classe "B". As ações ordinárias são nominativas e podem ser convertidas em preferenciais classe "B". As ações preferenciais classe "A" são nominativas, sem direito a voto e destinam-se unicamente à subscrição com recursos provenientes de incentivos fiscais, especialmente do Fundo de Investimentos do Nordeste - FINOR. A nenhuma outra espécie ou classe de ações poderá ser atribuídas vantagens patrimoniais superiores às das ações preferenciais classe "A".

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia apresentava a seguinte composição acionária:

	Quantidade	
	Ações ordinárias	Ações preferenciais
Acionistas		
Companhia Siderúrgica Nacional	87.868.192	4.424.971
Outros	3	-
	<b>87.868.195</b>	<b>4.424.971</b>
		<b>92.293.166</b>

**b. Reservas****• Reserva legal**

Em observância ao art. 189 da Lei nº 6.404/76, a Companhia não constituiu reserva legal, em função da absorção dos prejuízos acumulados.

**• Reserva de incentivo fiscal**

A Companhia, de acordo com o Laudo Constitutivo emitido pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, em 27 de setembro de 2006, goza de incentivo fiscal de redução de 75% do imposto de renda e adicionais não restituíveis, calculado com base no lucro da exploração, referente à fabricação de latas e tampas metálicas, por um prazo de 10 anos, com início no ano calendário de 2006.

**c. Remuneração aos acionistas**

As ações preferenciais têm asseguradas as vantagens de prioridade na distribuição do dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício e no reembolso de capital, no caso de liquidação da Companhia. Entretanto, não houve destinação para distribuição de dividendos, uma vez que a Companhia encontra-se com prejuízos acumulados.

**CIA METALIC NORDESTE**  
CNPJ nº 01.183.070/0001-95 - NIRE 23.3.0002.009-0

**15. RESULTADO FINANCEIRO**

	2008	2007
<b>Despesas financeiras</b>		
Juros	(939)	(3.856)
Variações monetárias passivas	(9)	-
Variações cambiais passivas	(4.469)	(2.547)
Outros	(1.826)	(5.280)
	<b>(7.243)</b>	<b>(11.683)</b>

**Receitas financeiras**

Juros	11	685
Variações cambiais ativas	1.991	3.194
Outros	1.092	1.236
	<b>3.094</b>	<b>5.115</b>
	<b>(4.149)</b>	<b>(6.568)</b>

**16. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS**

	2008	2007
<i>(Reclassificado)</i>		
<b>Outras despesas</b>		
Constituição de provisão para contingências	(2.077)	(2.244)
Ajustes de inventário e perdas de estoque	(2.698)	(1.471)
Outras	(201)	(132)
	<b>(4.976)</b>	<b>(3.847)</b>

**Outras receitas**

Incentivo FDI-PROVIN	6.257	5.664
Crédito presumido de ICMS	4.104	3.198
Bonificações, amostras e testes	-	117
Lucro na venda de ativo imobilizado	5	16
Outras	330	-
	<b>10.696</b>	<b>8.995</b>
	<b>5.720</b>	<b>5.148</b>

**17. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado é demonstrada como segue:

	2008	2007
Lucro contábil antes do imposto de renda e da contribuição social	11.000	(8.459)
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social: Pela alíquota fiscal combinada	3.740	-
<b>Ajustes para refletir a alíquota efetiva</b>		
Provisão/reversão para devedores duvidosos	(439)	4.943
Outras provisões (adições/exclusões)	4.597	3.318
Realização da reserva de reavaliação	-	2.856
Outras adições/exclusões	(9.113)	910
Prejuízos fiscais	(1.814)	(1.070)
Redução do imposto	(1.034)	-
<b>Imposto de renda e contribuição social no resultado do exercício</b>	<b>(381)</b>	<b>(826)</b>

**18. COBERTURA DE SEGUROS**

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2008, o valor total em risco segurado era de R\$ 265.132 e o valor limite de indenização de R\$ 120.000 para danos materiais e R\$ 39.000 para lucros cessantes.

**19. PREJUÍZOS FISCAIS A COMPENSAR**

Em 31 de dezembro de 2008, a Companhia possuía prejuízos fiscais a compensar sobre os seguintes valores-base:

	R\$
a. Prejuízos fiscais apurados até o exercício de 2008	85.501
b. Base negativa de contribuição social	85.588
A compensação dos prejuízos fiscais de imposto de renda e da base negativa da contribuição social está limitada à base de 30% dos lucros tributáveis anuais, gerados a partir do exercício de 1995, sem prazo de prescrição.	

**CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**Eneas Garcia Diniz** - Presidente

**Isaac Popoutchi** - Conselheiro

**Pedro Felipe Borges Neto** - Conselheiro

**DIRETORIA**

**Eneas Garcia Diniz** - Presidente

**Otávio de Garcia Lazcano** - Diretor

**CONTADOR**

**Liliane Oliveira de Almeida**

CPF - 786.887.443-00 CRC-CE 16374/O-6

**GERENTE DE CONTROLADORIA**

**Maria do Socorro de Sena Correia Nobre**

CPF - 465.268.463-00 CRC-CE 013253/O-7

\*\*\* \*\*

**COMPANHIA DE TRANSPORTE COLETIVO – CTC**  
**CNPJ – 07.254.097/0001-08**  
**ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA**  
**EDITAL DE CONVOCAÇÃO**

Pelo presente Edital, ficam convocados os Senhores Acionistas da Companhia de Transporte Coletivo – CTC, para comparecerem à ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA E EXTRAORDINÁRIA, que se realizará em sua sede social, à Av. Desembargador Gonzaga, 1630 – Cidade dos Funcionários, Fortaleza (CE), no dia 25 de maio de 2009, às 10 horas, onde deverão conhecer e deliberar a seguinte ordem do dia:

- Relatório da Administração, Demonstrações Contábeis, relativas ao Exercício encerrado em 31/12/2008;
- Eleição dos membros Efetivos e Suplentes do Conselho Fiscal para o período de 2008/2009;
- Outros assuntos de interesse da Companhia

AVISO: Avisa outrossim, que se encontra à disposição dos Senhores Acionistas na sede social da Companhia, a documentação a que se refere o Art. 133 da Lei nº 6.404, de 15/12/76.

Fortaleza, 22 de abril de 2009.

João Batista Silva de Oliveira  
Diretor Presidente

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE JUAZEIRO DO NORTE - SECRETARIA DE SAÚDE.** A Comissão de Licitação, com Sede na Praça Dirceu de Figueiredo, S/Nº, Centro, torna público o **CANCELAMENTO** do PREGÃO PRESENCIAL Nº 2303.02/2009 - SESA, cujo Objeto é a Aquisição de Materiais de Higiene e Limpeza, para Atendimento das necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Juazeiro do Norte - Ce. **Juazeiro do Norte - Ce, 24 de Abril de 2009.** Carlos Eduardo Pereira de Almeida - Presidente da CPL.

**“ROSA DOS VENTOS GERAÇÃO E COMERCIALIZAÇÃO DE ENERGIA S/A – Sociedade Anônima-CNPJ/MF 04.768.465/0001-48 - NIRE 23300026748-Edital de Convocação-Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária-Ficam os Srs. Acionistas da Rosa dos Ventos Geração e Comercialização de Energia S/A convocados para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizar no dia 30/04/2009, às 10h (dez horas), na sede social, localizada na Av. Senador Virgílio Távora nº 1701, sala 1307, Aldeota, Fortaleza, CE, para votação da seguinte ordem do dia: em sede de Assembléia Geral Ordinária: a) Tomar as contas, examinar e discutir e votar as demonstrações financeiras; b) Eleição do Conselho de Administração; c) Eleição do Conselho Fiscal; e d) Aprovar a remuneração dos administradores para o exercício de 2009. Em sede de Assembléia Geral Extraordinária: a) Avaliação dos atos de gestão da Administração da Companhia no exercício 2008; b) Alteração dos Estatutos da Companhia, alterando-se a duração do mandato do Conselho Fiscal para um ano (art. 30 do Estatuto) e alteração da competência da aprovação do Plano Anual de Remuneração dos Administradores da Companhia a fim de que o mesmo seja de competência da AGE(art.14 e 15 do Estatuto);e c) outros assuntos de interesse da companhia. Fortaleza, 20 de abril de 2009. Armando de Almeida Ferreira-Presidente do Conselho de Administração.”**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE SANTANA DO CARIRI - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - ERRATA.** A Prefeitura Municipal de Santana do Cariri, através da Comissão de Licitação, torna público que na Licitação, Modalidade: Tomada de Preços autuada sob o Nº 2009.04.23.001PMSC. **Onde se Lê:** 2009.04.23.001PMSC. **Leia-se:** 2009.04.22.002PMSC, considerando a ausência de prejuízos, mantem-se as demais informações. **Santana do Cariri, 23 de Abril de 2009.** Sâmia Maria Bráulio Maia - Presidente da Comissão de Licitação.



**HORIZONTE AVÍCOLA E INDUSTRIAL S/A - HAISA**  
**CNPJ: (MF) - 06.564.793/0001-58**

**RELATÓRIO DA DIRETORIA** - Senhores Acionistas: Dando cumprimento às disposições legais estatutárias, apresentamos o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. A diretoria coloca-se à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer outros esclarecimentos. Horizonte (CE), 27 de Março de 2009. A Diretoria.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

<b>A T I V O</b>	<b>31/12/2008 R\$</b>	<b>31/12/2007 R\$</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>5.282.192,41</b>	<b>2.512.687,75</b>
<b>DISPONIBILIDADES</b>	<b>4.495.525,70</b>	<b>1.374.306,95</b>
Caixa	287,98	154,13
Bancos	37.506,75	11.187,12
Aplicações Financeiras	4.457.730,97	1.362.965,70
<b>DIREITOS REALIZÁVEIS</b>	<b>786.666,71</b>	<b>1.138.380,80</b>
Duplicatas a receber	515.717,88	727.968,31
Cheques em cobrança	1.064,40	1.064,40
Estoque - Almoarifado	48.287,39	78.919,64
Adiantamento a Fornecedor	1.400,00	19.400,00
Impostos a Recuperar	215.194,42	303.146,57
Créditos de Funcionários	5.002,62	7.881,88
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>7.210.615,84</b>	<b>10.611.855,47</b>
<b>REALIZÁVEL A L. PRAZO</b>	<b>3.805.267,59</b>	<b>9.116.617,05</b>
Depósitos Judiciais	-	193.311,18
Créditos Empresas Coligadas	3.805.267,59	8.923.305,87
<b>PERMANENTE</b>	<b>3.214.471,29</b>	<b>1.362.660,09</b>
<b>INVESTIMENTOS</b>	<b>15.987,91</b>	<b>15.987,91</b>
Particip. Perm - Outras Empresas	15.987,91	15.987,91
<b>IMOBILIZADO</b>	<b>3.198.483,38</b>	<b>1.346.672,18</b>
<b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO</b>	<b>190.876,96</b>	<b>132.578,33</b>
<b>ESTOQUE DE TERCEIROS</b>	<b>190.876,96</b>	<b>132.578,33</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>12.492.808,25</b>	<b>13.124.543,22</b>
<b>P A S S I V O</b>	<b>31/12/2008 R\$</b>	<b>31/12/2007 R\$</b>
<b>CIRCULANTE</b>	<b>235.456,90</b>	<b>330.563,27</b>
Fornecedores	187.141,48	125.807,62
Obrigações Sociais	17.663,36	18.533,51
Obrigações Trabalhistas	275,10	653,18
Obrigações Tributárias	30.376,96	126.051,00
Credores Diversos	-	59.517,96
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>12.257.351,35</b>	<b>12.793.979,95</b>
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>3.757.086,17</b>	<b>3.950.397,35</b>
Obrigações Tributárias	253.560,01	446.871,19
Debêntures	3.503.526,16	3.503.526,16
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>8.309.388,22</b>	<b>8.711.004,27</b>
<b>Capital Realizado</b>	<b>10.579.177,05</b>	<b>10.579.177,05</b>
Capital Subscrito	10.579.177,05	10.579.177,05
<b>Reserva de Capital</b>	<b>2.395,34</b>	<b>2.395,34</b>
Reserva Legal	2.395,34	2.395,34
<b>Resultados Acumulados</b>	<b>(2.272.184,17)</b>	<b>(1.870.568,12)</b>
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(2.272.184,17)	(1.870.568,12)
<b>CONTAS DE COMPENSAÇÃO</b>	<b>190.876,96</b>	<b>132.578,33</b>
<b>ESTOQUE DE TERCEIROS</b>	<b>190.876,96</b>	<b>132.578,33</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>12.492.808,25</b>	<b>13.124.543,22</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

Período encerrado em 31 de Dezembro de 2008

Saldo inicial	<b>1.374.306,95</b>
Lucro líquido no exercício	-401.666,15
(+) Depreciação	2.749,89
<b>Geração interna de caixa</b>	<b>975.390,69</b>
<b>Geração Operacional de Caixa</b>	<b>5.374.646,00</b>
Contas a receber	212.250,43
Estoque	30.632,25
outros realizáveis	5.420.180,87
Salários, encargos e benefícios	-96.922,27
Fornecedores	61.333,86
Outros exigíveis	-252.829,14
<b>Geração não operacional de caixa</b>	<b>-1.854.510,99</b>
Imobilizado	-1.854.561,09
Ajuste exercício Anterior	50,10
<b>Saldo Final</b>	<b>4.495.525,70</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**  
 Período de 01/JAN/2007 a 31/DEZ/2008 - Valores em R\$

Contas	Capital Social	Reservas de Capital	Lucros ou Prej. Acumulados	Total
<b>Saldo em 31/</b>				
<b>Dez/2006</b>	<b>10.579.177,05</b>	<b>2.395,34</b>	<b>(1.670.483,82)</b>	<b>8.911.088,57</b>
Result. do Exercício	-	46.775,55	46.775,55	-
Ajuste Exerc. Anterior	-	(246.859,85)	(246.859,85)	-
<b>Saldo em 31/</b>				
<b>Dez/2007</b>	<b>10.579.177,05</b>	<b>2.395,34</b>	<b>(1.870.568,12)</b>	<b>8.711.004,27</b>
Result. do Exercício	-	(401.666,15)	(401.666,15)	-
Ajuste Exerc. Anterior	-	50,10	50,10	-
<b>Saldo em 31/</b>				
<b>Dez/2008</b>	<b>10.579.177,05</b>	<b>2.395,34</b>	<b>(2.272.184,17)</b>	<b>8.309.388,22</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

	<b>31/12/2008 R\$</b>	<b>31/12/2007 R\$</b>
<b>Receita Bruta</b>	<b>1.893.776,88</b>	<b>1.840.176,25</b>
Receita de Vendas	1.893.776,88	1.840.176,25
<b>Deduções</b>	<b>(246.997,13)</b>	<b>(246.033,41)</b>
Devoluções e Abatimentos	-	(12.000,00)
Impostos e Contribuições	(246.997,13)	(234.033,41)
<b>Receita Líquida</b>	<b>1.646.779,75</b>	<b>1.594.142,84</b>
<b>Custos</b>	<b>(697.415,26)</b>	<b>(684.226,36)</b>
Custo das vendas	(697.415,26)	(684.226,36)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>949.364,49</b>	<b>909.916,48</b>
<b>Despesas/Receitas Operacionais</b>	<b>(1.351.030,64)</b>	<b>(1.684.489,44)</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(1.099.001,51)	(1.612.489,71)
Remuneração aos Administradores	(125.417,00)	(118.237,78)
Receitas Financeiras	1.370.544,17	254.019,22
Despesas Financeiras	(2.385.790,29)	(207.781,17)
Outras Despesas Operacionais	-	-
Outras Receitas Operacionais	888.633,99	-
<b>Lucro Operacional</b>	<b>(401.666,15)</b>	<b>(774.572,96)</b>
<b>Receitas não Operacionais</b>	<b>-</b>	<b>836.042,10</b>
<b>Despesas não Operacionais</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Resultado antes do IR</b>	<b>(401.666,15)</b>	<b>61.469,14</b>
Provisão Imposto de Renda	-	(9.152,18)
Provisão Contribuição Social	-	(5.541,42)
<b>Lucro ou Prejuízo do Exercício</b>	<b>(401.666,15)</b>	<b>46.775,54</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008**

1. A empresa é uma sociedade por ações de Capital Autorizado tendo como objetivo social, as atividades avícolas, notadamente a produção de ovos comerciais, frangos de corte, rações preparadas, adubos orgânicos, importação e exportação, produção de pintos de um dia, atividades de agricultura e pecuária, como o cultivo de coco-da-baía, cultivo de caju, criação de bovinos para leite e para corte, criação de caprinos e serviços de incubação de ovos. 2. Os créditos bancários incluem aplicações no mercado financeiro, os demais créditos refletem o valor de realização na data do balanço, e, quando é o caso, consideram atualizações monetárias. 3. Os critérios adotados na contabilização das operações, elaboração e apresentação das Demonstrações Financeiras, estão de acordo com os dispositivos da Lei 6.404/76. 4. As contas do Ativo Permanente em 2008 estão registradas pelo custo de aquisição. 5. O Ativo Permanente em 31 de dezembro de 2008 registra os seguintes investimentos: **IMOBILIZADO** - Está demonstrado ao custo de aquisição acrescido de correção monetária, para os bens adquiridos até 31 de dezembro de 1995, ajustado por depreciação acumulada, calculada as taxas usuais para a atividade no ano de aquisição, fixado por espécie de bens como segue:

<b>Imobilizado</b>	<b>1.616.624</b>
Terrenos	117.136
Construções Rurais	7.730.144
Construções em Andamento	535.350
Instalações	1.091.614
Gaiolas	13.654
Comunicações	44.632
Máquinas e Equipamentos	3.217.044
Inst. e Ferramentas	88.737
Móveis e Utensílios	152.235
Veículos	637.215
Tratores	57.043
Computadores	151.050
Software	205.553
Marcas e Patentes	108
Culturas Cajueiros	4.499
Depreciações Acumuladas	(12.793.619,52)

6. Obrigações a Longo Prazo: Estão demonstradas conforme descrição a seguir: Debêntures - A) Sobre as debêntures incide correção monetária com base calculada na variação da TJLP, ou por outro índice oficial qualquer que substitua em caso de extinção, e juros de 4% a.a., garantia fluante, prazo de garantia três anos, com vencimento previsto para sete anos da data de substituição e integralização. B) 1) Até 31/12/2008 os valores das debêntures totalizam R\$ 3.503.526,16 conforme discriminado abaixo:

Data	Série	Conversíveis	Inconversíveis	Total
26/06/1994	A	-	89.770,25	89.770,25
28/12/1994	B	-	207.101,80	207.101,80
06/04/1995	C	-	189.921,48	189.921,48
12/07/1995	D	-	171.260,11	171.260,11
19/10/1995	E	-	160.108,54	160.108,54
13/12/1995	F	-	141.821,29	141.821,29
27/12/1995	G	-	153.486,07	153.486,07
22/03/1996	H	-	39.176,84	39.176,84
22/10/1996	I	-	130.860,40	130.860,40
03/01/1997	J	-	99.182,42	99.182,42
17/02/1997	L	-	124.583,60	124.583,60
05/06/1997	K	-	85.781,89	85.781,89
05/06/1997	M	-	119.489,40	119.489,40
07/08/1997	N	-	378.843,98	378.843,98
22/08/1997	O	-	116.052,02	116.052,02
15/09/1997	P	-	275.951,72	275.951,72
28/10/1997	Q	-	113.300,62	113.300,62
15/01/1998	R	-	188.922,19	188.922,19
15/01/1998	S	-	717.911,54	717.911,54

7. O Capital Social em 31/12/2008 é composto de R\$ 7.961.855,16 em ações ordinárias e R\$ 2.617.321,89 em ações preferenciais, ações sem valor nominal.

José Quintão de Oliveira - Diretor Presidente  
Alene Lúcia Ferreira dos Santos - CRC CE 10454/O-1

**PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES** - Ilmo Srs. Diretores e Acionistas de **HORIZONTE AVÍCOLA E INDUSTRIAL S/A - HAISA**. Horizonte-CE. Examinamos o Balanço Patrimonial de **HORIZONTE AVÍCOLA E INDUSTRIAL S/A - HAISA**, levantado em 31 de dezembro de 2008, e as respectivas demonstrações do resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e da demonstração do Fluxo de Caixa, correspondente ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditorias aplicáveis no Brasil, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações contábeis, em todos os aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações e o sistema contábil e de controles internos da empresa; b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas, e c) a avaliação das diretrizes e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da empresa, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima citadas representam adequadamente a posição patrimonial e financeira de **HORIZONTE AVÍCOLA E INDUSTRIAL S/A - HAISA** em 31 de Dezembro de 2008, o resultado de suas operações e a demonstração do Fluxo de Caixa correspondentes ao ano findo naquela data, de acordo com os princípios de Contabilidade geralmente aceitos, aplicados com uniformidade. Fortaleza(CE), 03 de abril de 2009. ADCON - AUDITORIA CONTÁBIL DE EMPRESAS S/C - CRC-CE Nº 146 - CNPJ Nº 05.722.327/0001-90. Resp. Técnico - Raimundo Andrade Moraes - Contador - CRC-CE 2609 - CPF: 016.042.363-53.

\*\*\* \*\*

**ROCHEDO CONSTRUTORA E INCORPORADORA S/A - CNPJ (MF) - 05.466.339/0001-00**

**RELATÓRIO DA DIRETORIA** - Senhores Acionistas: Dando cumprimento às disposições legais estatutárias, apresentamos o Balanço Patrimonial e as Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. A diretoria coloca-se à disposição dos Srs. Acionistas para quaisquer outros esclarecimentos. Horizonte(CE), 27 de março de 2009. A Diretoria.

**BALANÇO PATRIMONIAL**

	31/12/2008 R\$	31/12/2007 R\$
<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>161.316,31</b>	<b>187.242,19</b>
Caixa e Bancos	22.283,68	5.936,37
Aplicações de Liquidez Imediata	27.394,15	64.068,85
Outros Créditos		6.476,00
Impostos a Recuperar	1.491,18	613,67
Estoques	110.147,30	110.147,30
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>5.992.075,64</b>	<b>4.986.084,43</b>
<b>REALIZAVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>1.954.448,54</b>	<b>947.329,90</b>
Clientes	1.954.448,54	947.329,90
Depósitos Judiciais		-
<b>PERMANENTE</b>	<b>4.037.627,10</b>	<b>4.038.754,53</b>
Investimentos	4.025.493,09	4.025.493,09
Imobilizado	12.134,01	13.261,44
<b>TOTAL DO ATIVO</b>	<b>6.153.391,95</b>	<b>5.173.326,62</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>	<b>12.979,85</b>	<b>3.608,83</b>
Fornecedores	8.981,06	
Obrigações Sociais	971,86	1.077,96
Obrigações Tributárias	3.026,93	2.530,87
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>6.140.412,10</b>	<b>5.169.717,79</b>
<b>RESULT. DE EXERC. FUTUROS</b>	<b>1.873.732,58</b>	<b>859.493,82</b>
Receitas menos custos a realizar	1.873.732,58	859.493,82
<b>EXIGÍVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>425.426,32</b>	<b>475.426,32</b>
Adiantamentos de Clientes		181.971,43
Coligadas	425.426,32	293.454,89
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>3.841.253,20</b>	<b>3.834.797,65</b>
Capital Realizado	3.649.288,00	3.649.288,00
Reserva de Capital	37.626,47	37.626,47
Reserva de Lucros	3.267.952,38	3.267.952,38
Lucros ou Prejuízos Acumulados	(3.113.613,65)	(3.120.069,20)
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>	<b>6.153.391,95</b>	<b>5.173.326,62</b>

José Quintão de Oliveira - Diretor-presidente.  
Alene Lúcia Ferreira dos Santos  
CRC-CE 12023/O-2

**DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DO EXERCÍCIO**

	31/12/2008 R\$	31/12/2007 R\$
<b>Receita Bruta</b>	<b>169.847,43</b>	<b>248.856,00</b>
Receita da Venda de Imóveis	128.301,63	200.000,00
Receita de Aluguéis	41.545,80	48.856,00
Deduções da Receita Bruta	(6.388,23)	(9.220,49)
Impostos e Contribuições	(6.388,23)	(9.220,49)
<b>Receita Líquida</b>	<b>163.459,20</b>	<b>239.635,51</b>
Custos dos Serviços Vendidos	(7.120,12)	(18.543,93)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>156.339,08</b>	<b>221.091,58</b>
Despesas Administrativas	(117.877,47)	(208.997,93)
Receitas Financeiras	6.461,22	5.384,45
Despesas Financeiras	(3.388,79)	(38.864,06)
Outras Receitas	-	30,97
<b>Lucro Operacional</b>	<b>41.534,04</b>	<b>(21.354,99)</b>
Resultado em Participação Societária	-	-
Receitas não Operacionais	-	34.216,52
<b>Resultado antes do IR</b>	<b>41.534,04</b>	<b>12.861,53</b>
Provisão Imposto de Renda	(4.311,79)	-
Provisão Contribuição Social	(3.048,90)	-
<b>Lucro ou Prejuízo do Exercício</b>	<b>34.173,35</b>	<b>12.861,53</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA**

Período encerrado em 31 de Dezembro de 2008

Saldo inicial	<b>70.005,22</b>
Lucro líquido no exercício	34.173,35
(+) Depreciação	1.127,43
<b>Geração interna de caixa</b>	<b>105.306,00</b>
<b>Geração Operacional de Caixa</b>	<b>-27.910,37</b>
Contas a receber	-1.007.118,64
Outros realizáveis	5.598,49
Salários, encargos e benefícios	389,96
Fornecedores	8.981,06
Outros exigíveis	964.238,76
<b>Geração não operacional de caixa</b>	<b>-27.717,80</b>
Imobilizado	0,00
Ajuste exercício Anterior	-27.717,80
<b>Saldo Final</b>	<b>49.677,83</b>

**DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Período de 01/JAN/2007 a 31/DEZ/2008 - Valores em R\$**

Contas	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucro	Resultados Acumulados	Total
<b>SALDOS EM 01/12/2006</b>	<b>3.649.288,00</b>	<b>37.626,47</b>	<b>3.267.952,38</b>	<b>(3.193.236,60)</b>	<b>3.761.630,25</b>
Resultado do Exercício				12.861,53	12.861,53
Ajuste de Exerc. Anteriores				60.305,87	60.305,87
<b>SALDOS EM 31/DEZ/2007</b>	<b>3.649.288,00</b>	<b>37.626,47</b>	<b>3.267.952,38</b>	<b>(3.120.069,20)</b>	<b>3.834.797,65</b>
Resultado do Exercício				34.173,35	34.173,35
Ajuste de Exerc. Anteriores				(27.717,80)	(27.717,80)
<b>SALDOS EM 31/DEZ/2008</b>	<b>3.649.288,00</b>	<b>37.626,47</b>	<b>3.267.952,38</b>	<b>(3.113.613,65)</b>	<b>3.841.253,20</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008**

1. As demonstrações financeiras foram elaboradas com observância aos Princípios Contábeis emanados da Lei nº 6.404/76 - Lei das Sociedades por Ações. 2. As Contas do Ativo Permanente em 2008 estão registradas pelo custo de aquisição. 3. O Ativo Permanente em 31 de dezembro de 2008 registra os seguintes investimentos: INVESTIMENTOS - Está demonstrado pelo método da Equivalência Patrimonial na importância de R\$ 4.025.493,09. IMOBILIZADO - Está demonstrado ao custo de aquisição, ajustado por depreciação acumulada, até 31 de dezembro de 2008, calculado pelo método linear, as taxas estabelecidas em função do tempo de vida útil, fixadas por espécie de bens, como segue:

<b>IMOBILIZADO:</b>	12.134,01
Edifícios e Benfeitorias	28.185,82
Ferramentas e Acessórios	7.981,21
Móveis e Utensílios	12.881,26
Máquinas e Equipamentos	8.071,32
Depreciações Acumuladas	(44.985,60)
<b>CAPITAL SOCIAL</b> - Pertencente inteiramente aos acionistas domiciliados no País e está composto de 3.649.288 ações no valor nominal de R\$ 1,00 cada uma.	

\*\*\* \*\*

**CONSTRUTORA BETA S/A**  
CNPJ 07.205.073/0001-69

**RELATÓRIO DA DIRETORIA** - Cumprindo as disposições legais e estatutárias, temos o prazer de submeter à elevada consideração de nossos acionistas o **Balanco Patrimonial** e demais **Demonstrações Contábeis** referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008. A diretoria

**BALANÇO PATRIMONIAL**

<b>A T I V O</b>			
	31/12/2008		31/12/2007
<b>ATIVO CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 9.832.765,37</b>	<b>R\$</b>	<b>4.464.321,75</b>
<b>Disponibilidade</b>			
Caixa e Bancos	R\$ 1.014.971,42	R\$	286.175,02
Aplicações Financeira	R\$ 5.135,72	R\$	4.232,31
<b>Direitos Realizáveis</b>			
Créditos	R\$ 2.690.394,72	R\$	3.278.159,57
Estoque	R\$ 6.067.162,53	R\$	893.627,73
Despesas Pagas Antecipadamente	R\$ 55.100,98	R\$	2.127,12
<b>ATIVO NÃO CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 16.953.132,72</b>	<b>R\$</b>	<b>13.320.309,78</b>
<b>Investimentos</b>	<b>R\$ 1.276.744,03</b>	<b>R\$</b>	<b>477.409,36</b>
Participação Societária	R\$ 99.801,91	R\$	99.801,91
Participação SCP	R\$ 1.176.942,12	R\$	377.607,45
<b>Imobilizado</b>	<b>R\$ 15.676.388,69</b>	<b>R\$</b>	<b>12.842.900,42</b>
Imóveis	R\$ 5.504.772,51	R\$	5.504.772,51
Máquinas e Equipamentos	R\$ 12.638.839,09	R\$	10.753.411,02
Material Técnico	R\$ 54.912,26	R\$	54.912,26
Veículos	R\$ 5.831.974,45	R\$	4.996.576,92
Móveis e Utensílios	R\$ 569.401,19	R\$	457.187,52
Softwares	R\$ 449,00	R\$	-
Estação de Rádio	R\$ 30.817,85	R\$	30.817,85
Instalações	R\$ 7.137,80	R\$	7.137,80
(-) Depreciação Acumulada	R\$ (8.961.915,46)	R\$	(8.961.915,46)
<b>TOTAL ATIVO</b>	<b>R\$ 26.785.898,09</b>	<b>R\$</b>	<b>17.784.631,53</b>

<b>P A S S I V O</b>			
	31/12/2008		31/12/2007
<b>PASSIVO CIRCULANTE</b>	<b>R\$ 2.652.230,77</b>	<b>R\$</b>	<b>524.674,48</b>
Fornecedores	R\$ 929.690,99	R\$	194.731,54
Emprést. e Financiamentos	R\$ 1.245.590,40	R\$	178.509,16
Adiantamento	R\$ -	R\$	-
Obrig. Societárias/Tributárias	R\$ 476.949,38	R\$	151.433,78
<b>PASSIVO NÃO CIRCUL.</b>	<b>R\$ 2.247.861,45</b>	<b>R\$</b>	<b>1.684.920,17</b>
Emprést. e Financiamentos	R\$ 2.247.861,45	R\$	1.684.920,17
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>R\$ 21.885.805,87</b>	<b>R\$</b>	<b>15.575.036,88</b>
Capital Social	R\$ 10.500.000,00	R\$	10.500.000,00
Reservas de Capital	R\$ 44.712,46	R\$	44.712,46
Reservas de Reavaliações	R\$ 3.429.854,63	R\$	3.436.854,63
Reservas de Lucros	R\$ 85.453,59	R\$	85.453,59
Lucros ou Prej. Acumulados	R\$ 7.825.785,19	R\$	1.508.016,20
<b>TOTAL PASSIVO</b>	<b>R\$ 26.785.898,09</b>	<b>R\$</b>	<b>17.784.631,53</b>

**DEMONSTRAÇÕES DE LUCROS/ PREJUÍZOS ACUMULADOS**

	31.12.2008		31.12.2007
<b>SALDO NO INÍCIO DO EXERCÍCIO</b>	<b>R\$ 1.508.016,20</b>	<b>R\$</b>	<b>2.102.239,93</b>
(+/-) Ajustes de Exercícios Anteriores	R\$ -	R\$	-
(=) Saldo Inicial Ajustado	R\$ 1.508.016,20	R\$	2.102.239,93
(+/-) Lucro (prejuízo) Líquido do Exercício	R\$ 6.517.768,99	R\$	1.405.776,27
(+/-) Transf. Reservas	R\$ -	R\$	-
(+/-) Capitalização parcial de lucros acumulados	R\$ -	R\$	(2.000.000,00)
(+/-) Transferências Dividendos sócios	R\$ (200.000,00)	R\$	-
<b>SALDO FINAL DO EXERCÍCIO</b>	<b>R\$ 7.825.785,19</b>	<b>R\$</b>	<b>1.508.016,20</b>

**DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - MÉTODO DIRETO - EXERCÍCIO DE 2008**

<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais</b>	
Vendas Recebidas de Mercadorias	30.378.730,49
Outros Resultados Operacionais	
(-) Pagamento de Fornecedores	(21.590.874,00)
(-) Pagamento de Impostos	(1.565.300,62)
(-) Pagamento de Despesas Operacionais	(2.416.281,90)
(-) Pagamento do Imposto de Renda	(57.222,03)
<b>Caixa Gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>4.749.051,94</b>
Juros Recebidos	7.595,35
Aplicação Líquida em Imobilizado	(2.853.037,06)
Aplicação Líquida em Investimentos	(799.334,67)
Aplicação Líquida em Projetos/Expansão	-
<b>Caixa Aplicado nas atividades de Investimentos</b>	<b>(3.644.776,38)</b>
Financiamento por Recursos de Terceiros	511.394,24
Pagamento de Juros	(685.969,99)
Pagamento de Dividendos	(200.000,00)
<b>Caixa Aplicado nas atividades de Financiamento</b>	<b>(374.575,75)</b>
<b>Fluxo de Caixa do Exercício</b>	<b>729.699,81</b>
Saldo Inicial Caixa e Equivalentes (Disponibilidade)	290.407,33
Saldo Final Caixa e Equivalentes (Disponibilidade)	1.020.107,14
<b>Variação Líquida do caixa</b>	<b>729.699,81</b>

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS DO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008**

**NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL** - Os objetivos da sociedade são os devidamente registrados no estatuto social e alteração posterior publicada no Diário Oficial do Estado do Ceará no dia 08/02/2007.

**NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS** - As demonstrações contábeis foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis.

Na elaboração das demonstrações contábeis de 2008, a empresa adotou pela primeira vez as alterações da legislação societária, introduzidas pela Lei nº 11.638, de 28/12/2007, com as respectivas modificações introduzidas pela Medida Provisória nº 449, de 03/12/2008.

**NOTA 3 - PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS** - Dentre os principais procedimentos adotados para a preparação das demonstrações contábeis ressaltamos: **a) Aplicações Financeiras** - Estão avaliadas aos valores aplicados, acrescidos dos rendimentos auferidos até o encerramento do exercício; **b) Direitos Realizáveis** - Estão avaliados aos valores históricos referentes às contas a receber. **c) Passivo Circulante a Longo Prazo** - Estão avaliados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos dos encargos correspondentes, quando aplicáveis. **d) Receitas e Despesas** - Estão reconhecidas pelo regime de competência.

**NOTA 4 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO** - a) A Sociedade Anônima apresentou um lucro líquido no exercício de 2008 de R\$ 6.517.768,99 (seis milhões quinhentos e dezessete mil setecentos e sessenta e oito reais e noventa e nove centavos). b) A Sociedade distribuiu dividendos em 2008, no valor de R\$ 200.000,00 (duzentos mil reais), conforme estatuto e legislação pertinente.

**NOTA 5 - ASPECTO FISCAL E TRIBUTÁRIO** - a) A sociedade apurou seu resultado com base no lucro real, e está devidamente registrado no LALUR. As presentes Demonstrações Contábeis encontram-se transcritas, no Livro Diário, devidamente registrado na Junta Comercial do Estado do Ceará - JUCEC.

Fortaleza, 31 de dezembro de 2008

FRANCISCO JOSÉ AGUIAR DE MOURA - Diretor Administrativo.

RAIMUNDO JOSÉ SILVA - Perito-Contador - CRC-CE nº 008089/0-8 - CPF 039.021.703-44.



## CONSTRUTORA BETA S/A - CNPJ 07.205.073/0001-69

## PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Imos. Srs. Acionistas CONSTRUTORA BETA S/A - Fortaleza - CE

1) Examinamos o balanço patrimonial da CONSTRUTORA BETA S/A, levantado em 31 de dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa, correspondentes ao exercício findo naquela data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2) Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controles internos da entidade; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da entidade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas em conjunto. 3) Em nossa opinião, as demonstrações contábeis referidas no parágrafo "1" representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da CONSTRUTORA BETA S/A, em 31 de dezembro de 2008, os resultados de suas operações, as mutações de seu patrimônio líquido e do fluxo de caixa, referentes ao exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. 4) As demonstrações contábeis relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentado para fins de comparabilidade, fora por mim auditada, com parecer emitido em 12 de fevereiro de 2008, sem ressalvas. Conforme mencionado na nota explicativa nº 02, as práticas contábeis adotadas no Brasil foram alteradas a partir de 1º de janeiro de 2008. As demonstrações contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007, apresentadas de forma conjunta com as demonstrações contábeis de 2008, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil vigentes até 31 de dezembro de 2007 e, como permitido pelo Pronunciamento Técnico CPC 13 – Adoção Inicial da Lei nº 11.638/07 e da Medida Provisória nº 449/08, não estão sendo reapresentadas com os ajustes para fins de comparação entre os exercícios. Tibério Pimentel Ruivo Silva - CONTADOR CRC/CE-015410/O-0.

\*\*\* \*\*

## CONSELHO DE OBRAS PAROQUIAIS DE EDUCAÇÃO E ASSISTÊNCIA - COPEA - CNPJ Nº 07.354.475/0001-25

## BALANÇO PATRIMONIAL ANALÍTICO DE DEZEMBRO DE 2008

<b>ATIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		<b>62.556,10</b>
<b>CAIXA</b>		<b>491,26</b>
CAIXA	491,26	
<b>BANCOS COM MOVIMENTO</b>		<b>4.744,38</b>
BRANDESCO S/A	4.744,38	
<b>APLIC. LIQUIDEZ IMEDIATA</b>		<b>57.320,46</b>
CDB - BRANDESCO S/A	48.167,47	
POUP. BRANDESCO RETENÇÃO	9.152,99	
<b>REALIZÁVEL A CURTO PRAZO</b>		<b>39.100,00</b>
ADIAN. A FUNCIONÁRIOS	100,00	
ADIAN. A FORNECEDORES	39.000,00	
<b>ATIVO PERMANENTE</b>		<b>984.265,84</b>
<b>ATIVO IMOBILIZADO</b>		<b>984.265,84</b>
VEÍCULOS - Custo de Aquisição	20.225,15	
MÁQUINAS E EQUIPS.		
Custo de Aquisição	20.285,03	
MÓVEIS E UTENSÍLIOS	20.905,10	
MÓVEIS E UTENS.		
Custo Aquisição	20.423,07	
OBJETO PARA O CULTO	482,03	
INSTALAÇÕES-Custo Aquisição	65.754,59	
TERRENOS/BENFEITORIAS	857.095,97	
Terreno Custo de Aquisição	0,05	
BENFEIT. EM IMÓVEIS	857.095,92	
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>1.085.921,94</b>
<b>PASSIVO</b>		
<b>CIRCULANTE</b>		<b>9.582,90</b>
FORNECEDORES	9.152,99	
OBRIGAÇÕES SOCIAIS	429,91	
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>1.076.339,04</b>
<b>SUPERAVIT</b>		<b>1.076.339,04</b>
<b>SUPERAVIT PATRIMONIAL</b>		
SUPERAVIT	1.076.339,04	
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>1.085.921,94</b>

Reconhecemos a exatidão do presente Balanço Patrimonial, realizado em 31/12/2008, estando de acordo com a documentação enviada à contabilidade, somando tanto no Ativo como no Passivo o total de R\$ 1.085.921,94 (UM MILHÃO E OITENTA E CINCO MIL E NOVECIENTOS E VINTE E UM REAIS E NOVENTA E QUATRO CENTAVOS).

FORTALEZA, 31 DE DEZEMBRO DE 2008

Conselho de Obras P. Educação e Assistência: Virgínio Asencio Serpa - CPF 429.873.693-87. Conselho Fiscal: Gerardo Aguiar - CPF 000.149.073-72. José Oliveira Gomes - CRC-CE 003487/O-2 - CPF 016.474.743-53.

## DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO EM 31/12/2008

<b>RECEITAS OPERACIONAL BRUTA</b>	
RECS. OPERAC. DE DOAÇÕES	140.903,45
RECEITAS DE TAXAS DIVERSAS	24.542,30
JUROS S/APLIC. FINANCEIRAS	9.295,76
DESPESAS RECUPERADAS	1.289,71
<b>LUCRO BRUTO</b>	<b>176.031,22</b>
<b>(-) DESPESAS/CUSTOS OPERAC.</b>	
(-) ÁGUA	699,54
(-) SERVIÇOS PRESTADOS	1.250,00
(-) LANCHES E REFEIÇÕES	2.427,36
(-) HONORÁRIOS CONTÁBEIS	10.650,00
(-) HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS	4.910,00
(-) TAXA DE ADMINIST.	
DE IMÓVEIS	6.729,08
(-) MATERIAL DE EXPEDIENTE	120,32
(-) MAQS. EQUIP. CONS. REPARO	2.060,50
(-) MANUT. CONS. DE IMÓVEIS	3.017,59
(-) SEGUROS DIVERSOS	701,29
(-) TAXAS DIVERSAS	553,85
(-) GASTOS C/CARTÓRIO	171,12
(-) CONSERVAÇÃO DE VEÍCULOS	445,00
(-) LUIZ	4.941,24
(-) TELEFONE	660,00
(-) FOLHA DE PAGAMENTO	22.103,14
(-) VALES TRANSPORTES	4.334,00
(-) DESPESAS DIVERSAS	2.002,82
(-) FÉRIAS	2.186,33
(-) RESCISÃO DE CONTRATO	
DE TRABALHO	969,20
(-) 13º SALÁRIO	1.597,05
(-) DESP. C/FARD. EMPREGADOS	580,65
(-) DESPESAS COM CONSULTÓRIO	1.847,96
(-) DESP. COM AJUDA SOCIAL	45.581,31
(-) PIS S/FOLHA DE PAGAMENTO	251,62
(-) FGTS	2.172,64
(-) JUROS PASSIVOS	56,53
(-) DESPESAS BANCÁRIAS	96,33
(-) IMPOSTOS	163,49
<b>(-) SOMA DESP. BRUTA OPERAC.</b>	<b>123.279,96</b>
<b>LUCRO OPERACIONAL</b>	<b>52.751,26</b>
<b>RECEITAS NÃO OPERACIONAIS</b>	
ALUGUEL DE IMÓVEIS	134.581,84
<b>SUPERAVIT DO EXERCÍCIO</b>	<b>187.333,10</b>

Reconhecemos a exatidão do presente demonstrativo realizado em 31/12/2008.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE BANABUIÚ - AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DE TOMADA DE PREÇOS Nº 2009.04.24.01-TP-ADM.** O Município de Banabuiú, por meio da Comissão de Licitação, torna público que se encontra à disposição dos interessados, o Edital da Tomada de Preços Nº 2009.04.24.01-TP-ADM, cujo Objeto é a Contratação de Serviços de Engenharia para Construção de Casas para o Controle da Doença de Chagas com Módulo Sanitário neste Município, com data de abertura marcada para o dia 11 de Maio de 2009, às 11:00h, na Sala da Comissão de Licitação. Maiores informações na sede da Prefeitura Municipal de Banabuiú, situada à Rua Queiroz Pessoa, Nº 435, Centro - Banabuiú - Ce, das 08:00 às 12:00 horas. **Banabuiú - Ce, 23 de Abril de 2009. Juremi Trajano Brasil - Presidente da Comissão de Licitações.**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE TAUÁ - SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E DESENVOLVIMENTO URBANO.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Tauá, localizada no Centro Administrativo José Fernandes Castelo, S/Nº, torna público que se encontra à disposição dos interessados o Edital de Tomada de Preços Nº 2404.01/2009, cujo **Objeto** é a Locação de Máquinas Acompanhadas do Operador, destinadas a atender as necessidades da Secretaria de Infra Estrutura e Desenvolvimento Urbano do Município de Tauá, que realizar-se-á no dia 12.05.2009, às 09:00hs. Referido Edital poderá ser adquirido no endereço acima, a partir da data desta publicação, no horário de expediente ao público, das 08:00hs às 12:00hs. **Tauá - CE, 24 de Abril de 2009. Edney Feitosa Alencar - Presidente da Comissão de Licitação.**



## CARIRI INDUSTRIAL DE ÓLEOS S/A CNPJ:07.573.058/0001-73

## RELATÓRIO DA DIRETORIA

**Senhores Acionistas** - Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V.Sas., nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, elaboradas na forma estabelecida pelo artigo 176 da lei 6.404/76. Queremos na oportunidade agradecer a confiança dos nossos acionistas, fornecedores, clientes, funcionários e rede bancária pelo apoio na obtenção desses resultados. Ficamos pois, ao inteiro dispor de V. Sas., para maiores esclarecimentos. Fortaleza, 31 de dezembro de 2008. **A Diretoria.**

BALANÇOS PATRIMONIAIS DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/DE: (R\$1,00)					DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/DE: (R\$1,00)			
ATIVO	2008	2007	PASSIVO	2008	2007			
<b>Ativo Circulante</b>	<b>97.694</b>	<b>63.450</b>	<b>Passivo Circulante</b>	<b>357.491</b>	<b>261.059</b>	<b>Receita Bruta Operacional</b>	<b>58.800</b>	<b>514.762</b>
<b>Disponibilidades</b>	<b>24.851</b>	<b>16.770</b>	Fornecedores	217.699	67.194	Receitas de Vendas	58.800	66.887
Caixa e Bancos	24.708	16.635	Impostos e Contribuições a Recolher	24.720	25.178	Receitas de Venda de Serviço	-	447.875
Aplicações Financeiras	143	135	Partes Relacionadas	113.127	166.494	<b>(-)Deduções das Vendas</b>	<b>15.435</b>	<b>58.986</b>
<b>Contas a Receber</b>	<b>43.300</b>	<b>43.300</b>	Outras Contas a Pagar	1.945	2.167	Imps.,Devoluções.e Abats.s/Vends.	15.435	58.986
Contas a Receb.de Clientes	43.300	43.300	Imposto de Renda do Exercício	-	16	<b>Receita Líq.Operacional</b>	<b>43.365</b>	<b>455.776</b>
<b>Outras Contas a Receber</b>	<b>29.543</b>	<b>3.380</b>	Contribuição Social s/o Lucro Líquido	-	10	<b>(-)Custo das Vendas</b>	<b>22.773</b>	<b>227.888</b>
Impostos a Recuperar	16	3.177	<b>Passivo Não Circulante</b>	<b>8.572.606</b>	<b>8.572.606</b>	<b>Lucro Bruto</b>	<b>20.592</b>	<b>227.888</b>
Partes Relacionadas	29.324	-	Empréstimos e Financiamentos	8.572.606	8.572.606	<b>(Despesas)Receitas Operacs.</b>	<b>(136.148)</b>	<b>(304.909)</b>
Adiantamentos Diversos	203	203	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>(6.970.115)</b>	<b>(6.907.927)</b>	Gerais e Administrativas	(216.306)	(172.347)
<b>Ativo Não-Circulante</b>	<b>1.862.288</b>	<b>1.862.288</b>	Capital Social	441.425	441.425	(Despesas)Recs.Financs.	(602)	(186.602)
<b>Investimentos</b>	<b>19.467</b>	<b>19.467</b>	Prejuízos Acumulados	(7.411.540)	(7.349.352)	Outras Recs.Operacs.Líqs.	80.760	54.040
Participações	19.467	19.467	<b>Total do Passivo</b>	<b>1.959.982</b>	<b>1.925.738</b>	<b>Prejuízo Operacional</b>	<b>(115.556)</b>	<b>(77.021)</b>
<b>Imobilizado</b>	<b>1.842.821</b>	<b>1.842.821</b>				Resultado Não Operac.,Líq.	53.368	(19.689)
Terenos,Prédios,Instale Outras	2.741.412	2.746.936				<b>Prej.Antes dos Tributos</b>	<b>(62.188)</b>	<b>(96.710)</b>
Depreciação Acumulada	(898.591)	(904.115)				Provisões do I.R. e CSSL	-	(949)
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.959.982</b>	<b>1.925.738</b>				<b>Prejuízo do Exercício</b>	<b>(62.188)</b>	<b>(97.659)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE: (R\$00)</b>				<b>DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIO FINDO EM 31/12/DE:(R\$00)</b>				
	31.12.08	31.12.07	31.12.06		31.12.08	31.12.07	31.12.06	
<b>Geradores do Valor Adicionado</b>				<b>Método Direto</b>				
<b>Receitas</b>	<b>192.937</b>	<b>578.470</b>	<b>84.420</b>	<b>Atividades Operacionais</b>				
Vendas de mercadorias, produtos e serviços	58.800	514.762	24.409	Valores recebidos de clientes	139.558	568.801	84.409	
Outras receitas	134.137	63.708	60.011	Valores pagos a fornecedores de estoques	-	(160.896)	(28.786)	
<b>Insumos Adquiridos de Terceiros (inclui os impostos)</b>	<b>125.173</b>	<b>323.098</b>	<b>116.576</b>	Valores pagos de impostos sobre vendas	(45.427)	(60.419)	(10.946)	
Custo dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos	22.773	227.887	42.080	Valores pagos de despesas administrativas	(56.127)	(194.986)	(165.453)	
Materiais, energia, serv.de tercs.e outros	102.400	95.211	74.496	Valores pagos de despesas financeiras	(610)	(16.203)	(1.250)	
<b>Valor Adicionado Bruto</b>	<b>67.764</b>	<b>255.372</b>	<b>(32.156)</b>	Valores recebidos de receitas financeiras	9	8	11	
<b>Valor Adicionado Líquido Produzido pela Entidade</b>	<b>67.764</b>	<b>255.372</b>	<b>(32.156)</b>	Imposto de renda e contribuição social pagos	-	(949)	-	
<b>Valor Adicionado Total a Distribuir</b>	<b>67.764</b>	<b>255.372</b>	<b>(32.156)</b>	Valores recebidos de partes ligadas	(82.690)	(168.516)	136.416	
<b>Distribuição do Valor Adicionado</b>	<b>67.764</b>	<b>255.372</b>	<b>(32.156)</b>	<b>Disponibilidades Líqs geradas pelas atividades Operacionais</b>	<b>(45.287)</b>	<b>(33.160)</b>	<b>14.401</b>	
<b>Pessoal</b>	<b>63.613</b>	<b>58.896</b>	<b>54.430</b>	<b>Atividades de Investimentos</b>				
Remuneração direta	60.144	55.861	52.061	Recebimentos p/vendas de ativo permanentes	53.368	9.660	-	
FGTS.	1.324	861	738	<b>Disponibilidades Líqs geradas pelas atividades investimentos</b>	<b>53.368</b>	<b>9.660</b>	<b>-</b>	
Férias e 13º Salário	2.145	2.174	1.631	<b>Aumento ou redução nas disponibilidades</b>	<b>8.081</b>	<b>(23.500)</b>	<b>14.401</b>	
<b>Impostos, Taxas e contribuições</b>	<b>65.729</b>	<b>78.176</b>	<b>26.245</b>	Disponibilidades - no início do período	16.770	40.270	25.869	
Federais	33.382	66.805	25.264	Disponibilidades - no final do período	24.851	16.770	40.270	
Estaduais	9.996	11.371	981	<b>Variação das disponibilidades</b>	<b>8.081</b>	<b>(23.500)</b>	<b>14.401</b>	
Municipais	22.351	-	-					
<b>Remuneração de capitais de terceiros</b>	<b>610</b>	<b>215.959</b>	<b>23.661</b>	operacionais os gastos com manutenção dos equipamentos. d) Passivos Circulantes e Exigíveis a Longo Prazo - São demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variação monetária incorridos.				
Juros	-	183.014	-	<b>4. Imobilizado</b>				
Financiadores	610	32.945	23.661	Terenos		2008	2007	
<b>Remuneração de capitais próprios</b>	<b>(62.188)</b>	<b>(97.659)</b>	<b>(136.492)</b>	Edificações		37.118	37.118	
Lucros retidos / Prejuízo do exercício	(62.188)	(97.659)	(136.492)	Máquinas e Equipamentos		1.126.993	1.126.993	
<b>DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMONIO LÍQUIDO DOS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 E 2008</b>				Instalações		1.180.078	1.185.603	
	Capital Social	Reservas de Lucros	Lucros(Prej.) Acumulados	Laboratório		196.717	196.717	
<b>Saldo de 31.12.06</b>	<b>441.425</b>	<b>-</b>	<b>(7.251.693)</b>	Bens Móveis		9.859	9.859	
Prejuízo do Exercício	-	-	(97.659)	Veículos		74.411	74.411	
<b>Saldo de 31.12.07</b>	<b>441.425</b>	<b>-</b>	<b>(7.349.352)</b>	Oficina mecânica		26.362	26.362	
Prejuízo do Exercício	-	-	(62.188)	Vagões		11.420	11.420	
<b>Saldo de 31.12.08</b>	<b>441.425</b>	<b>-</b>	<b>(7.411.540)</b>	Outros		63.690	63.690	
<b>NOTAS EXPLICATIVAS</b>						14.763	14.763	
<b>1. Contexto Operacional</b> - A empresa tem os seguintes objetivos: a) A exploração industrial e comercial de óleos vegetais, a saber: - Óleo de semente de mamona; - Oiticica; - Babaçu; - Soja; b) Elaboração de óleos de sua produção e de terceiros; c) Comercialização de sucos tropicais; d) Compra e venda de castanha de caju; e) Fabricação e negociação de produtos químicos, líquidos para freios hidráulicos e outros derivados; f) Fabricação de óleos comestíveis, de sabão, de adubos e de óleo de rícino medicinal e de outros produtos correlatos. <b>2. Apresentação das Demonstrações Contábeis</b> - As demonstrações financeiras foram elaboradas com base nas práticas contábeis emanadas da Lei das Sociedades por Ações, normas e disposições da Comissão de Valores Mobiliário - CVM. <b>3. Principais Diretrizes Contábeis</b> - a) Apuração do Resultado - O resultado é apurado pelo regime de competência; b) Ativos Circulante e Realizável a Longo Prazo - Os estoques são avaliados por valores inferiores aos preços de mercado e assim especificados: Materiais secundários e de embalagens avaliados ao custo médio de compra. Os demais ativos são apresentados ao valor de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos. c) Imobilizado - Demonstrado ao custo corrigido monetariamente até 31 de Dezembro de 1995, e as adições, a partir desta data. - A companhia não efetuou depreciação do imobilizado tendo em vista a paralisação temporária de suas atividades e está contabilizando como despesas				Depreciação Acumulada		2.741.411	2.746.936	
				Total		(898.590)	(904.115)	
						1.842.821	1.842.821	
				<b>5. Empréstimos Industriais</b>				
				A companhia contraiu empréstimo junto ao Banco do Brasil S/A com vencimento em Maio de 1988. A cobrança do mesmo encontra-se sob apreciação da justiça em processo de execução e de embargos, visto que, ficou comprovado excesso de cobrança dos encargos. Diante deste fato e das expectativas de reversão dos encargos, a companhia atualizou seus empréstimos até 1995, somente mediante a variação da UFIR - Unidade Fiscal de Referência. Sendo que, nos exercícios seguintes até 31 de dezembro de 2004 foi com a taxa de 12% ao ano. Diante da indefinição dos prazos para liquidação, a companhia optou por demonstrar o montante vencido no exigível a longo prazo. Caso o julgamento final no mérito seja desfavorável a empresa não terá condições de pagar esse compromisso, portanto não terá continuidade com suas atividades.				
				<b>6. Partes Relacionadas</b>				
				Os saldos com parte relacionada são sumariadas como segue:				
						2008	2007	
				Valores a pagar e receber:				
				Agro Indústria Triângulo S/A		113.127	166.493	
				Os valores a receber não têm prazo de liquidação e estão sujeitos até 1995,				

a variação com base no valor da UFIR – Unidade Fiscal de Referência.

### 7. Patrimônio Líquido

	Quantidades de Ações	
	2008	2007
Capital Autorizado		
Ações Ordinárias	16.250	16.250
Ações Preferenciais	13.120	13.120
	29.370	29.370

As ações preferenciais têm as seguintes características: a) Não têm direito a voto; b) Prioridade na distribuição de dividendos mínimo de 6% ao ano; c) Prioridade no reembolso do capital sem prêmios, em caso de liquidação da sociedade. **8. Seguros** - A empresa não mantém seguro sobre seu patrimônio. **9. Outras Receitas Operacionais** - Refere-se à receita de aluguel de imóveis.

**MARIA VILMA R. MENDES - Diretora Superintendente**  
**MARIA VILMA R. MENDES - Contadora - CRC n.º 6.177-Ce.**

### PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Fortaleza, 10 de março de 2009. Aos Acionistas e Administradores CARIRI INDUSTRIAL DE ÓLEOS S/A. 1. Examinamos os Balanços Patrimoniais da CARIRI INDUSTRIAL DE ÓLEOS S/A em 31 de Dezembro de 2008 e as respectivas demonstrações do resultado do exercício, as mutações do patrimônio líquido e das origens e aplicações de recursos, relativos ao exercício findo naquela data, elaborados sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é de expressar uma opinião sobre essas demonstrações contábeis. 2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria, que requerem que os exames sejam realizados com o objetivo de assegurar que as demonstrações contábeis estão apresentadas de maneira adequada em todos os seus aspectos relevantes. Portanto, nossos trabalhos compreenderam, entre outros procedimentos: a) O planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e o sistema contábil e de controle da sociedade; b) A constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; c) A avaliação das diretrizes e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da sociedade, bem como da apresentação das demonstrações contábeis tomadas como um todo. 3. Conforme nota explicativa 5, a companhia contraiu empréstimo junto ao Banco do Brasil S/A e a cobrança encontra-se sob a apreciação da justiça, em processo de execução e de embargos. Diante deste fato e das expectativas da reversão dos encargos o empréstimo foi atualizado até Dezembro de 2004. A continuidade das operações da companhia estar comprometido caso o julgamento do mérito não seja favorável. 4. As demonstrações contábeis da sociedade apresentam em 31 de Dezembro de 2008 um prejuízo acumulado da ordem de R\$ 7.393 mil, patrimônio líquido negativo de R\$ 6.952 mil e índices de liquidez inferior aos mínimos exigíveis. Desta forma a continuidade das operações está condicionada a uma decisão favorável da justiça sobre os financiamentos e ao êxito de um amplo programa de saneamento financeiro e reestruturação operacional. 5. Diante do exposto e da incerteza quanto ao desfecho dos assuntos mencionados nos parágrafos anteriores deixamos de emitir opinião sobre as demonstrações contábeis referidas no parágrafo 1. **Controle Auditores Independentes - CRC - CE N.º 216 - Francisco Coutinho Chaves - Contador CRC - CE N.º 7982 - CPF: 121.078.673-72.**

\*\*\* \*\*

**“VENTANIA GERAÇÃO DE ENERGIA E PARTICIPAÇÕES S/A – Sociedade Anônima – CNPJ/MF 09.277.049/0001-60 – NIRE 23300028112 – Edital de Convocação – Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária – Ficam os Srs. Acionistas da Ventania Geração De Energia E Participações S/A convocados para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária e Extraordinária, a se realizar no dia 30/04/2009, às 14h (quatorze horas), na sede social, localizada na Av. Senador Virgílio Távora nº 1701, sala 1304, Aldeota, Fortaleza, CE, para votação da seguinte ordem do dia: em sede de Assembléia Geral Ordinária: a) Tomar as contas, examinar e discutir e votar as demonstrações financeiras; b) Eleição do Conselho de Administração; e, c) Aprovar a remuneração dos administradores para o exercício de 2009. Em sede de Assembléia Geral Extraordinária: a) Avaliação dos atos de gestão da Administração da Companhia no exercício 2008; b) Alteração dos Estatutos da Companhia, modificando-se a competência do Conselho de Administração para deliberar em razão dos valores teto especificados no art. 21, f do Estatuto; e c) outros assuntos de interesse da companhia. Fortaleza, 20 de abril de 2009. Armando de Almeida Ferreira – Presidente.”**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARIBE - AVISO DE LICITAÇÃO. O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE JAGUARIBE, por sua Comissão de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados, que fará realizar Licitação, conforme discriminado: Modalidade: Tomada de Preços Nº 04.23.001/2009. Objeto: Cloro Liquefeito. Ato Público: 11/05/2009. Hora: 09:00hs. Os Editais poderão ser lidos e retirados na sede da Comissão de Licitação na Rua 07 de Setembro, 440 – Centro – Jaguaribe – CE – CEP: 63.475-000 – FONE/FAX: (88) 3522-1487 – e-mail: [rozaniaasae@hotmail.com](mailto:rozaniaasae@hotmail.com); [ssd\\_ce@hotmail.com](mailto:ssd_ce@hotmail.com). Jaguaribe – CE, 23 de Abril de 2009. JANDER ROBSON BEZERRA GOMES - Presidente da Comissão de Licitação.**

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MILAGRES – EXTRATO DE CONTRATO - TOMADA DE PREÇOS Nº 001/2009/SEINFRA.** Secretaria de Infra-Estrutura e Desenvolvimento. **Contratante:** Secretaria de Infra-Estrutura e Desenvolvimento. **Contratada:** Construtora Coseno Ltda. **Data da Assinatura do Contrato:** 16 de Abril de 2009. **Valor Global do Contrato:** 610.348,20. **Procedimento Licitatório:** Tomada de Preços Nº 001/2009/Seinfra. **Objeto:** Execução dos Serviços de Pavimentação em Paralelepípedo com Reajuntamento, nas localidades Sítio Barreiro e Vila São Geraldo, no Município de Milagres/Ce. **Prazo de Execução dos Serviços:** 60 (sessenta) dias. **Origem dos Recursos:** Ministério do Turismo/Turismo no Brasil. **Dotação Orçamentária:** 0701.1545103321.001 – Programa Municipal de Infra-Estrutura Urbana. **Elemento de Despesas:** 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações. **Assina(m) pela(s) Contratada(s):** José Miguel Filho. **Cargo:** Proprietário. **Assina pela Contratante:** Aldemir Luna Dantas. **Cargo:** Secretário. **Francisco Luciano Ferreira - Presidente da Comissão.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO - EXTRATO DO OITAVO ADITIVO – CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 2006.12.27.0001.** Contratante: Prefeitura Municipal de Eusébio – CE, CNPJ Nº 23.563.067/0001-30; Data de Assinatura: 15 de Abril de 2009; Valor: R\$ 286.555,98 (Duzentos e oitenta e seis mil, quinhentos e cinquenta e cinco reais e noventa e oito centavos); **Procedimento Licitatório:** Concorrência Pública Nº 2006.12.27.0001; **Objeto:** Reajuste de Preços de Parcelas Pagas referente à 9ª a 12ª e 15ª medições dos serviços, de acordo com a regra contida na Cláusula Quinta do Contrato Original. **Prazo de Execução dos Serviços:** 1080 (mil e oitenta) dias; **Origem dos Recursos:** Recursos Próprios do Município de Eusébio. **Dotação Orçamentária:** 01.11.11.16.482.027.140; **Elemento de Despesa:** 4.4.90.51.00; **Assina pela Contratada:** Cláudio Henrique de Castro Saraiva Câmara – Sócio. **Assina pela Contratante:** Marleyane Gonçalves Lobo de Farias – Gestora. **Eusébio - Ce., 23 de Abril de 2009. Francisco Freitas Cunha - Presidente da Comissão.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CRATEÚS - AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/03/FMAS/PE.** O Pregoeiro Oficial da Prefeitura Municipal de Crateús - CE, torna público que será realizado Processo Licitatório na Modalidade Pregão Eletrônico, Tipo Menor Preço por Lote, através do site: [www.licitacoes-e-com.br](http://www.licitacoes-e-com.br). **Objeto:** Aquisição de Materiais de Expediente, Permanente e Utensílios Diversos destinados às Atividades do Programa de Comercialização Direta da Agricultura Familiar - Feira Livre, vinculada a Secretaria de Assistência Social de Crateús - CE. **Início de Entrega das Propostas:** 24/04/2009. **Limite de Entrega das Propostas:** às 13:00 horas do dia 08/05/2009. **Abertura das Propostas:** às 13:30 horas do dia 08/05/2009. **Início da Sessão de Disputa de Preços:** às 14:00 horas do dia 08/05/2009. **Referência de Tempo:** para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília. **Para Maiores informações:** Tel: (0xx88) 3692.3326. **Crateús - Ce, 23 de Abril de 2009. Igor Marcel Sousa Lima - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE MARANGUAPE - EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 06/2009-CCS.** A Presidente da Comissão Permanente Central de Licitação de Compras e Serviços da Prefeitura Municipal de Maranguape, em cumprimento da Ratificação procedida pelo Secretário de Educação, faz publicar o Extrato Resumido do Processo de Dispensa de Licitação Nº 06/2009-CCS a seguir: **Objeto:** Contratação de Prestação de Serviços de Transporte Escolar para Alunos da Rede Pública de Ensino. **Prazo:** Até 180 dias. **Fundamento Legal:** Art. 24, Inciso IV, C/C Art. 26 da Lei Federal Nº 8.666/93 e suas alterações. **Prestador de Serviço:** Transcetur Trans- portadora Cearense e Turismo Ltda. **Valor Mensal Estimado:** R\$ 1.094.000,00 (Hum milhão e noventa e quatro mil reais). **Declaração de Dispensa de Licitação emitida pela Presidente da Comissão Permanente Central de Licitação de Compras e Serviços, Sra. Maria Nady Mendes Benevides e Ratificada pelo Sr. Antônio Gilvan Silva Paiva, Secretário de Educação. Maranguape (CE), 23 de Abril de 2009.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO - AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DO PREGÃO Nº 2009.04.23.0001.** A Prefeitura Municipal de Eusébio, por seu Pregoeiro Oficial, torna público que às 09:00 horas do dia 13 de Maio de 2009, na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Eusébio - CE, situada à Rua Edmilson Pinheiro, 150, Bairro Autódromo, Eusébio - CE, realizar-se-á Sessão Pública para recebimento dos Envelopes de Proposta Comercial e Documentos de Habilitação, para a realização de Licitação cujo **Objeto** é a Manutenção Preventiva e Corretiva dos Aparelhos Eletrônicos da Secretaria de Educação. O Edital poderá ser lido e obtido junto a Comissão de Licitação, situada à Rua Edmilson Pinheiro, Nº 150, Bairro Autódromo, Eusébio - CE, no horário de 08:00 às 13:00 horas. **A Pregoeira.**



**Grendene®****GRENDENE S/A**
**itag**  
 Índice de Ações com Tag Along Diferenciado
**ATA DA 29ª REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO**

**1. DATA, HORA E LOCAL:** Realizada aos 05 dias do mês de março de 2009, às 14:00 horas, na sede social da Filial 1 da Companhia, localizada na Av. Pedro Grendene, 131 – Bairro Volta Grande, na Cidade de Farroupilha, Estado do Rio Grande do Sul, CEP 95180-000. **2. CONVOCAÇÃO E PRESENÇA:** Foram efetuadas as convocações na forma prevista no artigo 18 do Estatuto Social, com a presença de todos os Conselheiros. **3. MESA:** Presidente: **Sr. Alexandre Grendene Bartelle**; Secretário: **Sr. Renato Ochman**. **4. ORDEM DO DIA:** 1) Examinar e discutir o desempenho da companhia no 4º trimestre e do exercício social de 2008 e as respectivas demonstrações financeiras. 2) Deliberar, “ad referendum” da Assembléia Geral Ordinária que apreciar o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras referentes ao exercício social de 2008, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição dos dividendos referente ao exercício social de 2008, proposto pela Diretoria. **3)** Outorga de opções de compra de ações (Stock Options). **4)** Outros assuntos de interesse da sociedade. **5. DELIBERAÇÕES:** Os conselheiros presentes, por unanimidade de votos e sem quaisquer restrições, deliberaram o que segue: **5.1.** A aprovação do desempenho da companhia no 4º trimestre e do exercício social de 2008 e as respectivas demonstrações financeiras. **5.2.** Propor, nos seguintes termos, a distribuição dos dividendos, “ad referendum” da Assembléia Geral Ordinária que apreciar o balanço patrimonial e as demonstrações financeiras referentes ao exercício de 2008, apurado de conformidade com o art. 32 do Estatuto Social, o **valor líquido de R\$ 109.000.000,00** (cento e nove milhões); deduzidos os valores já antecipados de R\$ 34.000.000,00 (trinta e quatro milhões de reais) em 30/09/08 e R\$ 31.000.000,00 antecipados em 03/12/08, **ficando o saldo disponível para distribuição o montante de R\$ 44.000.000,00** (quarenta e quatro milhões), cabendo aos acionistas titulares de ações ordinárias, o valor de R\$ 0,44 por ação. Os dividendos **serão pagos aos acionistas em 23/04/2009**, sem remuneração ou atualização monetária. Farão jus ao recebimento dos dividendos os acionistas inscritos nos registros da Companhia até **08/04/2009 (data do corte)**. Desta forma, as ações passarão a ser negociadas **ex-dividendos a partir de 09/04/2009**, na Bolsa de Valores de São Paulo. **5.3.** Após exame e discussão, os membros do Conselho de Administração presentes, por unanimidade, deliberaram: (i) aprovar a outorga de 300.000 (trezentas mil) Opções de Compra ou Subscrição de ações da Companhia a seus administradores (Diretores e Gerentes), exceto os Diretores Controladores, conforme relacionado no documento nº 01, que, numerado e rubricado pela mesa, fica arquivado na sede da Companhia; (ii) estabelecer que as opções outorgadas aos beneficiários ora eleitos, somente poderão ser exercidas se observados os prazos, preço e condições estabelecidos no Regulamento do Plano de Outorga de Opções de Compra ou Subscrição de Ações, aprovado na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14 de abril de 2.008; e (iii) autorizar a Diretoria da Companhia a outorgar opções de compra de ações aos beneficiários ora eleitos, observadas as condições ora definidas, mediante a celebração de instrumentos particulares de outorga de opção entre a Companhia e cada um dos beneficiários, ficando a Diretoria autorizada ainda a praticar todos e quaisquer atos e firmar todos e quaisquer outros documentos necessários para a execução das deliberações ora aprovadas. **6. ENCERRAMENTO:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a presente Reunião do Conselho de Administração, da qual se lavrou a presente ata que, lida e achada conforme, foi pelos presentes assinada. Farroupilha, 05 de março de 2009. (a.a.) **Alexandre Grendene Bartelle** - Presidente; **Renato Ochman** - Secretário, Pedro Grendene Bartelle, Maílson Ferreira da Nóbrega, Oswaldo de Assis Filho e Walter Janssen Neto - Conselheiros. **6.1 Declaração:** Na qualidade de Presidente e Secretário da 29ª Reunião do Conselho de Administração, declaramos que a presente é cópia fiel da ata lavrada no livro próprio. Farroupilha, 05 de março de 2009. Confere com a original lavrada em livro próprio. **Alexandre Grendene Bartelle** - Presidente; **Renato Ochman** - Secretário; Visto: **Dr. Rafael Vieira Grazziotin** - Advogado Inscrição OAB/RS nº. 46.773 - CPF/CIC nº. 699.623.670-34. Junta Comercial do Estado do Ceará - Sede, Certifico o registro em 15/04/2009, sob Nº 20090259661, Protocolo 09/025966-1, de 17/03/2009, Empresa: 23 3 0002111 8 - Grendene S/A - Haroldo Fernandes Moreira - Secretário Geral.

\*\*\* \*\*

**FUJISAN LABORATÓRIO DE REAGENTES S.A.** CNPJ nº 11.740.271/0001-08 NIRC 23300017218 - **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - A presidente do Conselho de Administração, convoca os senhores acionistas desta companhia a se fazerem presentes à **ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA**, que será realizada em 30 de abril do ano em curso, na sua Sede Social, sita à Av. Barão de Studart nº 2626 – Bairro Joaquim Távora – Fortaleza – CE, às 11:00 horas, a fim de tratar-se da seguinte pauta: a) EXAME, DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS do exercício findo em 31.12.2008 e destinação do seu resultado; b) Deliberação sobre continuidade ou não do Conselho Fiscal, e se for o caso Eleição dos membros Titulares e Suplentes, **AVISO** – Avisamos aos senhores acionistas, que encontram-se à sua disposição no mesmo endereço da sede social e na Rocha, Marinho e Sales Advogados, sito à Av. Santos Dumont, nº 2828 – Torre Santos Dumont, salas 806/808, Fortaleza – Ce, as Demonstrações Financeiras do Exercício findo em 31.12.2008, bem como o Parecer dos Auditores Independentes, na forma da lei. Fortaleza/CE, 20 de Abril de 2009. FRANCISCO GUILHERME FUJITA - Presidente do Cons. de Administração.

\*\*\* \*\*

**TBM - TÊXTIL BEZERRA DE MENEZES S.A.** - NIRE 233 000 02326 - CNPJ 07.671.092/0001-80 - **EDITAL DE CONVOCAÇÃO** - **Assembléia Geral Ordinária** - Ficam os senhores acionistas de TBM - TÊXTIL BEZERRA DE MENEZES S.A. convocados para se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a ser realizada às 10:00 horas do dia 30 de Abril de 2009, na sede social da companhia, na Av. dos Expedicionários nº 9981, Itaperi, na cidade de Fortaleza-Ce., para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: 1) Tomada das contas dos administradores, examinar, discutir e votar as demonstrações financeiras, do relatório da administração, do parecer dos auditores independentes e do conselho fiscal, referente ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008; 2) Deliberar sobre a destinação do resultado líquido do exercício de 2008; 3) Eleição dos membros do Conselho de Administração e fixação do montante global anual da remuneração dos administradores da companhia; 4) Instalação do Conselho Fiscal, eleição dos membros efetivos e suplentes, e fixação de sua remuneração; 5) Debater outros assuntos de interesse da Sociedade. Fortaleza, 22 de Abril de 2009. Ivan Rodrigues Bezerra - Presidente do Conselho de Administração e da Diretoria.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA. AVISO DE LICITAÇÃO - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 09/15/01/PE.** A Prefeitura Municipal de Itapipoca-CE, torna público que será realizado processo licitatório na modalidade Pregão Eletrônico, tipo menor preço por lote, através do site: [www.licitacoes-e.com.br](http://www.licitacoes-e.com.br). **Objeto:** Aquisição de equipamentos de processamento de dados, software de base, mobiliário em geral, equipamentos para áudio, vídeo e foto, aparelhos e utensílios domésticos e material elétrico destinado ao PMAT. **Início de entrega das propostas:** 24/04/2009. **Limite de entrega das propostas até:** às 09:00 horas, do dia 08/05/2009. **Abertura das propostas:** às 09:30 horas do dia 08/05/2009. **Início da sessão de disputa de preços:** às 10:00 horas do dia 08/05/2009. Referência de Tempo: para todas as referências de tempo será considerado o horário de Brasília/DF. Para maiores informações: Tel: (0XX) 88.3631.4200. **Itapipoca - CE, 23 de Abril de 2009. JOSÉ RUBENS PIRES FEITOZA - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOROZINHO. AVISO DE CANCELAMENTO.** A COMISSÃO DE LICITAÇÃO torna público que está cancelado o Edital de Pregão nº 008/2009 por fato superveniente. **PREFEITURA MUNICIPAL DE CHOROZINHO, 24 de Abril de 2009. Maria Iêda Dantas** - Presidente da CPL.

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA DE MARACANAÚ – AVISO DE ANULAÇÃO - CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 10.001/2009 – CP.** A Comissão Central de Licitação da Prefeitura de Maracanaú, torna público que, por razões de ordem administrativa, fica Anulada a Concorrência Pública Nº 10.001/2009-CP, tendo como **Objeto** a Contratação de Empresa para Prestação de Serviços de Operação e Manutenção do Aterro Sanitário do Município de Maracanaú, de interesse da Secretaria de Infraestrutura e Controle Urbano, cuja sessão estava marcada para o dia 18 de Maio de 2009, às dez horas. **Maracanaú - CE., 23 de Abril de 2009. Edson Pereira de Sousa** - Presidente da Comissão Central de Licitação.

\*\*\* \*\*

Pelo presente aviso e em cumprimento à Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Prefeitura Municipal de Novo Oriente comunica aos interessados que realizará no dia 08/05/2009, às 08h, na Rua Deocleciano Aragão, nº. 15, Centro, Novo Oriente, Estado do Ceará, o Pregão Presencial nº 2009.04.17.3 para aquisição de medicamentos e material médico hospitalar destinados ao hospital municipal e demais programas do Município de Novo Oriente, Estado do Ceará. Edital e demais informações poderão ser adquiridas no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, de 08h às 12h. Novo Oriente/Ce, 17 de abril de 2.009. Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Novo Oriente.

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE TABULEIRO DO NORTE - EXTRATO DO INSTRUMENTO CONTRATUAL - TOMADA DE PREÇOS Nº 21.01.01/2009.** A Secretaria de Obras e Serviços Públicos do Município de Tabuleiro do Norte, torna público o Extrato do Instrumento Contratual resultante da Tomada de Preços Nº 21.01.01/2009. **Unidade Administrativa:** Secretaria de Obras e Serviços Públicos. **Dotação Orçamentária:** 03001.26.782.0491.1007. **Elemento de Despesa:** 44.90.51.00. **Objeto:** Recuperação de Estradas com Piçarramento no Município de Tabuleiro do Norte. **Vigência do Contrato:** até 31 de Dezembro de 2009. **Contratado:** Eletrocampo Serviços e Construções Ltda. **Assina pelo Contratado:** Francisco Estenio Saraiva Maia (Representante Legal). **Assina pelo Contratante:** Paulo Maciel de Oliveira (Secretário). **Valor:** R\$ 533.033,52 (Quinhentos e trinta e três mil, trinta e três reais e cinquenta e dois centavos). **Marcos Aurélio de Araújo - Presidente da Comissão de Licitação.**

\*\*\* \*\*

**AVISO DE LICITAÇÃO - O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE LIMOEIRO DO NORTE/CE** por intermédio do Pregoeiro, torna público que às 10:00 horas do dia 11 DE MAIO DE 2009, fará realizar licitação na modalidade PREGÃO PRESENCIAL, tipo MENOR PREÇO, para TUBOS DE PVC E POLIETILENO, de acordo com o que determina a legislação vigente, a realizar-se na sala da Comissão de Licitação da SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO. O procedimento licitatório obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 10.520/2002, Lei Federal nº 8.666 de 21 de junho de 1993, e suas alterações posteriores que lhe foram introduzidas. O Edital e seus anexos encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Licitação, na AVENIDA DOM AURELIANO MATOS, 1400, CENTRO - LIMOEIRO DO NORTE - CEARÁ, no horário de expediente ou ainda através do Site [www.saae-limoeiro.com.br](http://www.saae-limoeiro.com.br) partir da publicação deste Aviso. Limoeiro do Norte-Ceará, 24 de Abril de 2009. **MAURILO MAIA DE FREITAS - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO - AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL TOMADA DE PREÇOS Nº 2009.04.23.0001.** A Prefeitura Municipal de Eusébio, por sua Comissão de Licitação, torna público que às 09:00 horas do dia 12 de Maio de 2009, na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Eusébio - CE, situada à Rua Edmilson Pinheiro, 150, Bairro Autódromo, Eusébio - CE, realizar-se-á Sessão Pública para recebimento dos Envelopes de Habilitação e Proposta Comercial, para a realização de Licitação cujo **Objeto** é a Contratação de Empresa para a realização de Serviços de Pavimentação em Pedra Tosca, da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Serviços Públicos e Meio Ambiente. O Edital poderá ser lido e obtido junto a Comissão de Licitação, situada à Rua Edmilson Pinheiro, Nº 150, Bairro Autódromo, Eusébio - CE, no horário de 08:00 às 13:00 horas. **Eusébio - CE., 23 de Abril de 2009. Francisco Freitas Cunha - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**COMPANHIA SOBRALENSE DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO - CNPJ (MF) N: 07.815.327/0001-60 - ASSEMBLÉIA GERAL ORDINÁRIA - CONVOCAÇÃO -** São convocados os senhores acionistas a se reunirem em Assembléia Geral Ordinária, a se realizar no dia 04 de maio de 2009, às 15 horas, na sede social, na Av. Senador Fernandes Távora, s/n, Bairro Sinhá Sabóia, em Sobral-Ce., a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: a) Prestação de contas dos administradores, exame, discussão e votação das Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31.12.2008; b) Destinação dos lucros do exercício findo; c) Outros assuntos de interesse da sociedade. Comunicamos que se encontra à disposição dos senhores acionistas na sede social, os documentos a que se refere o art. 133, da Lei 6.404/76, com alterações da Lei nº 10.303/2001, relativo ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. **SOBRAL-(CE)-, 20 de abril de 2009. ANTONIO VITTORINO DE CHECCHI - Presidente.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PACATUBA. AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 003/2009.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Pacatuba, torna público que às 09:00 horas do dia 14 de Maio de 2009, na sala da Comissão de Licitação, localizada na Rua Cel. João Carlos, Nº 345 - Centro - Pacatuba - Ce, receberá propostas para: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PROFISSIONAIS PARA COMPOR A BANDA DE MÚSICA E FICAR À DISPOSIÇÃO DA FUNTEC-FUNDAÇÃO DO TURISMO, ESPORTE E CULTURA DESTA MUNICÍPIO, CONFORME ESPECIFICAÇÕES CONTIDAS NO EDITAL. **MODALIDADE:** Tomada de Preços. A documentação do Edital poderá ser adquirido junto à Comissão de Licitação no endereço já citado, à partir da publicação deste Aviso, no horário de 08:00 às 12:00 h. Informações fone: 0XX85 - 3345.2300. **Pacatuba - Ce, 23 de Abril de 2009. A Comissão.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAPIPOCA. AVISO DE LICITAÇÃO. EDITAL DE PREGÃO PRESENCIAL Nº 09/15/10/PP.** O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Itapipoca torna público que no dia 12 de Maio de 2009, às 15:00 horas, na sala da Comissão de Licitação, localizada na Av. Monsenhor Tabosa, 3027 - Julho - Ginásio Coberto - Itapipoca-Ce, receberá propostas para: Aquisição de material Elétrico, Hidráulico, Ferragens e de Construção destinados a Secretaria de Educação, Escolas da Educação Básica e Creches deste Município. **MODALIDADE:** Pregão Presencial. O Edital poderá ser examinado perante a Comissão de Licitação no endereço já citado, e sua cópia poderá ser cedida mediante o pagamento de uma taxa de custo no valor de R\$ 50,00 (cinquenta reais) a partir da publicação deste aviso, no horário das 08:00 às 12:00 horas. **Itapipoca - CE, 24 de Abril de 2009. JOSÉ RUBENS PIRES FEITOZA - Pregoeiro.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO - AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DO PREGÃO Nº 2009.04.23.0002.** A Prefeitura Municipal de Eusébio, por seu Pregoeiro Oficial, torna público que às 09:00 horas do dia 14 de Maio de 2009, na Sala da Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Eusébio - CE, situada à Rua Edmilson Pinheiro, 150, Bairro Autódromo, Eusébio - CE, realizar-se-á Sessão Pública para recebimento dos Envelopes de Proposta Comercial e Documentos de Habilitação, para a realização de Licitação cujo **Objeto** é a Manutenção Preventiva e Corretiva dos Mini-Sistemas de Abastecimento de Água para Diversas Secretarias Municipais. O Edital poderá ser lido e obtido junto a Comissão de Licitação, situada à Rua Edmilson Pinheiro, Nº 150, Bairro Autódromo, Eusébio - CE, no horário de 08:00 às 13:00 horas. **A Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORETAMA - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO - AVISO DE RESULTADO DE JULGAMENTO - TOMADA DE PREÇOS 001/2009.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Pindoretama, no uso de suas funções, torna público, para conhecimento dos interessados, que foi concluída a realização e o Julgamento Final da Tomada de Preços Nº 001/2009 em 20.04.2009, sendo declarado Vencedor do Certame o Licitante ABN COMERCIAL DE PETRÓLEO LTDA, totalizando o Valor de R\$ 264.051,00 (Duzentos e sessenta e quatro mil e cinquenta e um reais) conforme mapa comparativo de preços anexadas aos autos. Maiores informações na Sede da Prefeitura à Rua Juvenal Gondim, 221, Centro ou pelo telefone (85) 3375.1028. **Pindoretama, 20 de Abril de 2009. Josimar Gomes Sousa - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE ARACATI - EXTRATO DE PUBLICAÇÃO.** O Município de Aracati, torna pública o Extrato de Convênio Nº 01/2007, firmado entre o Município de Aracati e o Hospital Santa Luiza de Marillac. **Objeto:** Viabilizar a Operacionalização do Hospital Santa Luiza de Marillac visando melhorar as condições de Atendimento a População do Município de Aracati, que integram as Áreas: Clínica Médica Gineco Obstetrícia e Pediatria em Urgência e Emergência nas 24 horas; **Fundamentação Legal:** Art. 116 da Lei Federal Nº 8.666/93; **Vigência:** 03/12/2007 à 03/12/2008; **Valor Mensal:** R\$ 118.542,61. **Assinam pelas Partes:** Expedito Ferreira da Costa - Gestor Municipal, Adélia Maria Araújo Bandeira - Secretária de Saúde, Raimunda Eneide Silva - Representante Legal do Hospital.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PINDORETAMA - AVISO DE TOMADA DE PREÇO.** A Comissão Permanente de Licitação torna público que se encontra à disposição dos interessados, Edital da Tomada de Preço Nº 001/09/SEDUC/TE - Secretaria de Educação e Cultura que será realizada dia 11/05/09, a partir das 10h00min cujo **Objeto** é Contratação de Empresa para Execução de Serviço de Transporte Escolar do Município de Pindoretama. Para maiores informações e aquisição do Edital os interessados deverão dirigir-se à Prefeitura de Pindoretama sito à Rua Juvenal Gondim, 221 - Centro, Pindoretama, CE., no horário de 08:00 às 14:00 horas ou pelo telefone (85) 3375.1028. **Pindoretama, 24 de Abril de 2009. Josimar Gomes Sousa - Presidente da CPL.**

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PIQUET CARNEIRO.** A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Piquet Carneiro, torna público que no dia 11 de Maio de 2009, às 15:00 horas, na Sala da Comissão de Licitação, localizada na Praça Mariano Aires, S/ Nº - Centro, nesta Cidade, receberá Propostas para: Contratação de Empresa especializada para realizar Serviços de Transporte Escolar deste Município, conforme os Anexos do Edital. **Modalidade:** Tomada de Preços tombada com o Nº 2009.04.24.01. A documentação do Edital poderá ser adquirida junto à Comissão de Licitação no endereço já citado, a partir da publicação deste Aviso, no horário de expediente (08:00 às 12:00hs). **Piquet Carneiro, 24 de Abril de 2009. Francisco Elenilson Alves da Silva - Presidente da Comissão de Licitação.**



**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE PORANGA - AVISO DE LICITAÇÃO - TOMADA DE PREÇOS Nº 2009.04.23.1.** A Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Poranga, comunica que estará recebendo as Propostas de Preços, da Tomada de Preços Nº 2009.04.23.1, cujo **Objeto** é a Construção de Casas para o Controle da Doença de Chagas, no dia 11 de Maio de 2009, às 08h00min. Maiores informações, procurar a C.P.L, à Av. Dr. Eptácio Pinho, 203, Bairro Centro, Poranga/CE, ou pelo fone (88) 3658-1221. **Poranga – CE., 23 de Abril de 2009. Francisco Ricardo Sampaio Gomes - Presidente.**

\*\*\* \*\*

Pelo presente aviso e em cumprimento à Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Prefeitura Municipal de Novo Oriente comunica aos interessados que realizará no dia 08/05/2009, às 14h, na Rua Deocleciano Aragão, nº. 15, Centro, Novo Oriente, Estado do Ceará, o Pregão Presencial nº 2009.04.17.4 para aquisição de veículos automotores destinados à Secretaria de Saúde do Município de Novo Oriente, Estado do Ceará. Edital e demais informações poderão ser adquiridas no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, de 08h às 12h. Novo Oriente/Ce, 17 de abril de 2.009. Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Novo Oriente.

\*\*\* \*\*

Pelo presente aviso e em cumprimento à Lei nº 8.666/93 e suas alterações, a Prefeitura Municipal de Novo Oriente comunica aos interessados que realizará no dia 07/05/2009, às 08h, na Rua Deocleciano Aragão, nº. 15, Centro, Novo Oriente, Estado do Ceará, o Pregão Presencial nº 2009.04.17.1 para aquisição de material de expediente, informática e material de limpeza destinados às escolas e demais programas do Município de Novo Oriente, Estado do Ceará. Edital e demais informações poderão ser adquiridas no endereço supramencionado, de segunda a sexta-feira, de 08h às 12h. Novo Oriente/Ce, 17 de abril de 2.009. Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Novo Oriente.

\*\*\* \*\*

**ESTADO DO CEARÁ - PREFEITURA MUNICIPAL DE EUSÉBIO - AVISO DE LICITAÇÃO - EDITAL DO PREGÃO Nº 2009.04.03.0001 - RETIFICAÇÃO.** A Prefeitura Municipal de Eusébio, por seu Pregoeiro Oficial, torna público a Retificação da Publicação realizada em 06.04.2009, cujo Objeto é a Recarga de Cartuchos, excluindo a exigência contida no Item 7.3.4 - 01.01, passando este Item a ter a seguinte redação: “7.3.4. Qualificação Econômico-Financeira: 01 - Certidão Negativa de Falência ou Concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de Execução Patrimonial (validade 30 dias)”. **A Pregoeira.**

\*\*\* \*\*

**BONS VENTOS GERADORA DE ENERGIA S.A.** - Torna público que **recebeu em 17/03/2009**, da Superintendência Estadual do Meio Ambiente - SEMACE, a **Licença de Instalação nº.: 25/2009-COPAM**, relacionada com a Renovação de Licença de Instalação embasada no Parecer Técnico Nº 1084/2009-COPAM/NUCAM, referente a recuperação da Via Municipal de acesso aos Parques Eólicos (BONS VENTOS, CANOA QUEBRADA E ENACEL) que liga a BR-304 à localidade Cumbe no município de Aracati, Estado do Ceará. Foi determinado o cumprimento das exigências contidas nas Normas e Instruções de Licenciamento da SEMACE.”

\*\*\* \*\*

# AVISO

Informamos que, a venda do Diário Oficial do Estado é feita exclusivamente nas Casas do Cidadão, nos endereços abaixo:  
Casa do Cidadão do Shopping Benfica: Av. Carapinima nº2200 - Benfica  
Casa do Cidadão do Shopping Diogo: Rua Barão do Rio Branco nº1006  
1º andar - Centro.

## MAIORES INFORMAÇÕES

PELOS TELEFONES: (085) 3101-2252 / 3101-2250 (**Benfica**)  
3101-5059 / 3101-5060 (**Diogo**)  
3101-6366 - Casa Civil

Horário de atendimento: 08h30min às 16h

DESTINADO A

--